

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**VANESSA FERNANDES MIRANDA**

**MULHERES DA FETAGRI/AM E A MARCHA DAS MARGARIDAS: desafios,  
paridade de gênero, trabalho e formação sindical**

**MANAUS  
2026**

VANESSA FERNANDES MIRANDA

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM);

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4135-2638>

**MULHERES DA FETAGRI/AM E A MARCHA DAS MARGARIDAS: desafios,  
paridade de gênero, trabalho e formação sindical**

Dissertação apresentada a banca examinadora, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas – PPGE/UFAM.

Linha de Pesquisa 1: Educação, Estado e Sociedade na Amazônia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Arminda Rachel Botelho Mourão

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

- 
- M672m      Miranda, Vanessa Fernandes  
Mulheres da FETAGRI/AM e a Marcha das Margaridas: desafios,  
paridade de gênero, trabalho e formação sindical / Vanessa Fernandes  
Miranda. - 2026.  
176 f. ; 31 cm.
- Orientador(a): Arminda Rachel Botelho Mourão.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa  
de Pós-Graduação em Educação, Manaus, 2026.
1. Agricultoras sindicalizadas. 2. Formação. 3. Marcha das Margaridas.  
4. Paridade de gênero. 5. Cargos de direção. I. Mourão, Arminda Rachel  
Botelho. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-  
Graduação em Educação. III. Título
-

VANESSA FERNANDES MIRANDA

**MULHERES DA FETAGRI/AM E A MARCHA DAS MARGARIDAS: desafios,  
paridade de gênero, trabalho e formação sindical**

Dissertação apresentada a banca examinadora, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE-UFAM).

Linha de Pesquisa 1: Educação, Estado e Sociedade na Amazônia.

Aprovada em dezessete de março de dois mil e vinte e seis.

**Banca Examinadora**

---

Profª. Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão (Orientadora – UFAM)

---

Profª. Dra. Camila Ferreira da Silva (Membro interno – UFAM)

---

Profª. Dra. Clarice Zientarsk (Membro externo - UFC)

---

**Suplentes**

---

Profª. Dra. Simone Souza (Membro externo - UFC)

---

Heloisa da Silva Borges (Membro interno – Ufam)

---

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que atendeu às minhas orações em todos os momentos, trazendo esperança e serenidade ao meu coração.

À minha orientadora, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Arminda Raquel Botelho Mourão, pelo incentivo constante à continuidade dos meus estudos, pela generosa disponibilização de obras e pelo direcionamento que conduziu esta pesquisa.

Ao meu cônjuge, William de Farias Barros, que, além de ser a paixão da minha vida, tornou-se meu melhor amigo e companheiro de estudos. Sua presença foi essencial nesta caminhada, tanto no apoio às complexidades da escrita e das metodologias de pesquisa quanto no suporte emocional em todas as etapas do processo.

À minha filha, ainda em gestação, que já me fortalece diariamente e me inspira a viver e perseverar.

À minha mãe, Maria José dos Santos Fernandes, mulher forte, corajosa e sonhadora, cuja admiração me acompanha e cuja fé em mim sempre me motivou a seguir em frente.

Ao meu pai, amoroso e carinhoso, que sempre celebrou minhas conquistas e me incentivou a realizar meus sonhos.

Aos meus irmãos Henrique, Edilson, Gabriel e Marcos, bem como às minhas cunhadas e sobrinhos(as) Lucas Daniel, Ana Júlia, Nicolas Henrique, Alana Gabriele e Amabile, que estiveram ao meu lado, incentivando-me, alegrando-se com cada conquista e torcendo pelo meu sucesso.

Aos amigos(as) da Universidade, Flávia, Michele, Erika, Gilson e Ruan, pelas palavras de incentivo e pelo apoio constante. A leitura atenta do meu projeto e as contribuições oferecidas foram fundamentais para fortalecer minha motivação e possibilitar a continuidade desta trajetória acadêmica.

Aos meus sogros, Lindomar e Valdimiro, pela acolhida afetuosa e pelo carinho com que sempre me trataram como filha.

Ao Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Educação, pelas reflexões e estudos proporcionados, os quais foram fundamentais para o enriquecimento e aprofundamento desta investigação.

À Banca Examinadora, composta pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Camila Ferreira da Silva, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Clarice Zientarsk, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Simone Souza e Heloisa da Silva Borges, pela disponibilidade em aceitar o convite e pela valiosa contribuição oferecida para o aprimoramento desta pesquisa.

À Fetagri/AM, pela acolhida e pela disponibilização dos documentos necessários à realização desta pesquisa.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de investigação; os desafios enfrentados para propulsão da formação de agricultoras sindicalizadas e a luta por paridade de gênero, no trabalho da agricultura familiar e nos cargos de direção da FETAGRI/AM e de seus sindicatos filiados. O objetivo geral é analisar os desafios e superações das mulheres sindicalizadas a FETAGRI/AM, no que tange à formação e a paridade de gênero no trabalho da agricultura familiar e nos cargos de direção da federação e de seus sindicatos filiados, com base os documentos da CONTAG, FETAGRI/AM, ENFOC e nos cadernos da Marcha das Margaridas, que engendra a três questões norteadoras, quais são: a) Como as relações sociais e as condições materiais moldaram os desafios enfrentados pelas mulheres no trabalho da agricultura familiar e nos espaços de coordenação da FETAGRI/AM e de seus sindicatos; b) De que forma é evidenciado o desenvolvimento crítico, relacionado à paridade de gênero e às lutas de classes nos documentos e materiais da Escola de Formação da CONTAG, e nos cadernos da Marcha das Margaridas; c) Como é tratado a questão da paridade de gênero no curso de formação político-sindical e nos cargos de direção dos sindicatos de trabalhadores rurais e agricultores familiares no estado do Amazonas, com base nos documentos da CONTAG e da FETAGRI/AM. O ciclo da pesquisa está organizado da seguinte maneira: 1) Base epistemológica: Materialismo Histórico Dialético; 2) Natureza da pesquisa: Básica; 3) Abordagem da pesquisa: Qual/Quanti; 4) Campo da pesquisa: a FETAGRI/AM e seus sindicatos, bem como instituições ligadas a elas, como CONTAG e a ENFOC; 5) Sujeitos da pesquisa: As agricultoras sindicalizadas; 6) Instrumento de coleta de dados: Bibliográfico e documental, sendo utilizados materiais disponíveis de pesquisas anteriores, em formato de artigo, livros, dissertações, teses, notícias de jornais, documentário, documentos cedidos pela FETAGRI/AM; e disponíveis nas plataformas da ENFOC e da CONTAG, tendo como recorte temporal recorte temporal de 2007 a 2026; 7) Ferramenta de organização do documentos: A utilização dos conteúdos e continentes presentes na análise de conteúdo de Bardin (2020); 8) Análise de dados: sendo utilizado principalmente 3 categorias do materialismo histórico dialético, quais são: contradição, totalidade e hegemonia. Em conclusão, essa pesquisa é de suma importância, pois, dá visibilidade às mulheres trabalhadoras rurais sindicalizadas, que historicamente vem sendo marginalizadas.

**Palavras-chave:** Agricultoras sindicalizadas. Formação. Marcha das Margaridas. Paridade de gênero. Cargos de direção.

## ABSTRACT

This research has as its object of investigation; the challenges faced to propel the training of unionized women farmers and the struggle for gender parity, in the work of family farming and in the management positions of FETAGRI/AM and its affiliated unions. The general objective is to analyze the challenges and overcoming of women unionized at FETAGRI/AM, with regard to the training and gender parity in the work of family farming and in the management positions of the federation and its affiliated unions, based on the documents of CONTAG, FETAGRI/AM, ENFOC and the notebooks of the March of the Daisies, which engenders three guiding questions, which are: a) How social relations and material conditions have shaped the challenges faced by women in the work of family farming and in the coordination spaces of FETAGRI/AM and its unions; b) How is the critical development related to gender parity and class struggles evidenced in the documents and materials of the CONTAG Training School, and in the notebooks of the March of the Daisies; c) How the issue of gender parity is treated in the political-union training course and in the leadership positions of the unions of rural workers and family farmers in the state of Amazonas, based on the documents of CONTAG and FETAGRI/AM. The research cycle is organized as follows: 1) Epistemological basis: Dialectical Historical Materialism; 2) Nature of the research: Basic; 3) Research approach: Qual/Quant; 4) Field of research: FETAGRI/AM and its unions, as well as institutions linked to them, such as CONTAG and ENFOC; 5) Research subjects: Unionized farmers; 6) Data collection instrument: Bibliographic and documentary, using materials available from previous research, in the form of articles, books, dissertations, theses, newspaper articles, documentaries, documents provided by FETAGRI/AM; and available on the ENFOC and CONTAG platforms, with a time frame from 2007 to 2026; 7) Document organization tool: The use of the contents and continents present in Bardin's (2020) content analysis; 8) Data analysis: 3 categories of dialectical historical materialism are mainly used, which are: contradiction, totality and hegemony. In conclusion, this research is of paramount importance, as it gives visibility to unionized rural women workers, who have historically been marginalized.

**Keywords:** Unionized farmers. Training. March of the Daisies. Gender parity. Management positions.

## RESUMEN

Esta investigación tiene como objeto de investigación; los desafíos que afrontan para impulsar la formación de mujeres agricultoras sindicalizadas y la lucha por la paridad de género, en el trabajo de la agricultura familiar y en los puestos directivos de FETAGRI/AM y sus sindicatos afiliados. El objetivo general es analizar los desafíos y la superación de las mujeres sindicalizadas en FETAGRI/AM, en lo que respecta a la formación y la paridad de género en el trabajo de la agricultura familiar y en los puestos directivos de la federación y sus sindicatos afiliados, basándose en los documentos de CONTAG, FETAGRI/AM, ENFOC y los cuadernos de la Marcha de las Margaritas, que plantean tres preguntas orientadoras, que son: a) Cómo las relaciones sociales y las condiciones materiales han moldeado los desafíos que enfrentan las mujeres en el trabajo de la agricultura familiar y en los espacios de coordinación de FETAGRI/AM y sus sindicatos; b) Cómo se evidencia el desarrollo crítico relacionado con la paridad de género y las luchas de clases en los documentos y materiales de la Escuela de Formación CONTAG, y en los cuadernos de la Marcha de las Margaritas; c) Cómo se trata la cuestión de la paridad de género en el curso de formación político-sindical y en los puestos de liderazgo de los sindicatos de trabajadores rurales y agricultores familiares en el estado de Amazonas, basándose en los documentos de CONTAG y FETAGRI/AM. El ciclo de investigación se organiza de la siguiente manera: 1) Base epistemológica: Materialismo Histórico Dialéctico; 2) Naturaleza de la investigación: Básica; 3) Enfoque de investigación: Qual/Quant; 4) Campo de investigación: FETAGRI/AM y sus sindicatos, así como instituciones vinculadas a ellos, como CONTAG y ENFOC; 5) Sujetos de investigación: agricultores sindicalizados; 6) Instrumento de recogida de datos: bibliográfico y documental, utilizando materiales disponibles de investigaciones previas, en forma de artículos, libros, tesis, tesis, artículos periodísticos, documentales y documentos proporcionados por FETAGRI/AM; y disponible en las plataformas ENFOC y CONTAG, con un marco de 2007 a 2026; 7) Herramienta de organización documental: El uso de los contenidos y continentes presentes en el análisis de contenidos de Bardin (2020); 8) Análisis de datos: se utilizan principalmente 3 categorías de materialismo histórico dialéctico: contradicción, totalidad y hegemonía. En conclusión, esta investigación es de suma importancia, ya que da visibilidad a las trabajadoras rurales sindicalizadas, que históricamente han sido marginadas.

**Palabras clave:** Agricultores sindicalizados. Formación. Marcha de las Margaritas. Paridad de género. Puestos de gestión.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                                    |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura I - Distrito de Itapeçu.....                                                                                | 22  |
| Figura II - O trabalho da mulher na agricultura.....                                                               | 47  |
| Figura III - Documentário o pessoal é político.....                                                                | 63  |
| Figura IV - Empossamento da diretoria da FETAGRI/AM (2022 -2026) .....                                             | 65  |
| Figura V - Dirigentes sindicais da FETAGRI/AM.....                                                                 | 67  |
| Figura VI - Processo do Itinerário Formativo da ENFOC .....                                                        | 79  |
| Figura VII - Gráfico de Investimentos na educação durante o governo de Lula e Dilma .....                          | 108 |
| Figura VIII - Tabela informativa sobre os locais que mais são praticados a violência sexual.....                   | 112 |
| Figura IX - Os 10 polos Formativos da FETAGRI/AM, segundo as calhas dos rios do estado do Amazonas .....           | 138 |
| Figura X - Participação das mulheres sindicalistas rurais no Curso Nacional de Formação Política com Mulheres..... | 160 |

## **LISTA DE TABELA**

Tabela I – Unidades de Registro de cadernos da Marcha das Margaridas (2007 a 2023)

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                                                                                                                                         |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro I - Tríade da pesquisa.....                                                                                                                                                                                                      | 20  |
| Quadro II - Ligação entre questões norteadoras e objetivos específicos .....                                                                                                                                                            | 20  |
| Quadro III - Documentos compilados .....                                                                                                                                                                                                | 26  |
| Quadro IV - Levantamento de livros relacionados a questão da mulher.....                                                                                                                                                                | 29  |
| Quadro V - Levantamento de teses e dissertações sobre a Marcha das Margaridas ....                                                                                                                                                      | 30  |
| Quadro VI - Levantamento de dissertações que discutem a questão da mulher do contexto rural Amazonense .....                                                                                                                            | 31  |
| Quadro VII - Atividades do Itinerário Formativo da ENFOC.....                                                                                                                                                                           | 79  |
| Quadro VIII - Cadernos da Marcha das Margaridas .....                                                                                                                                                                                   | 89  |
| Quadro IX - Processo de Categorização.....                                                                                                                                                                                              | 96  |
| Quadro X - Algumas citações dos cadernos que tratam da categoria ‘A Educação do/no campo, contra - hegemônica’ .....                                                                                                                    | 102 |
| Quadro XI - Algumas citações dos cadernos que tratam da categoria ‘os avanços, as precariedades, e os retrocessos na educação do campo durante os diferentes governos’ .....                                                            | 106 |
| Quadro XII - Categoria ‘Formação política e consciência feminista’ .....                                                                                                                                                                | 113 |
| Quadro XIII – Categoria de Análise: ‘sexismo presente nos espaços educacionais e sociais’ .....                                                                                                                                         | 121 |
| Quadro XIV – Categoria de análise: ‘o racismo o patriarcado como ideologia da classe dominante’ .....                                                                                                                                   | 125 |
| Quadro XV – Categoria de Análise: as lutas da Marcha da Margaridas em prol de uma Educação do Campo pública, que oferte desde a creche ao ensino superior, que seja: antirracista, não sexista e contextualizada com a realidade’ ..... | 130 |
| Quadro XVI – Unidade de Registro dos cadernos de formação Político-Sindical.....                                                                                                                                                        | 143 |
| Quadro XVII – Categorias de análise.....                                                                                                                                                                                                | 145 |
| Quadro XVIII – Categoria de análise: O sexismo na divisão do trabalho na agricultura familiar .....                                                                                                                                     | 146 |
| Quadro XIX – Categoria de análise: A adoção de cotas para as agricultoras e a inserção delas nas diferentes instâncias sindicais .....                                                                                                  | 149 |
| Quadro XX – Categoria de análise: As reivindicações e conquistas das agricultoras por meio das ações de mulheres e do movimento feminista dentro dos sindicatos rurais..                                                                | 152 |
| Quadro XXI – Categoria de análise: A inserção de temas como gênero, raça e etnia nos sindicatos de agricultores(as).....                                                                                                                | 156 |
| Quadro XXII – Categoria de análise: Curso de formação política para as mulheres nos sindicatos de agricultores(as).....                                                                                                                 | 159 |
| Quadro XXIII - Momentos formativos das trabalhadoras sindicalizadas no Amazonas .....                                                                                                                                                   | 161 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                    |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico I – Frequências totais das unidades de registros .....                                                     | 94  |
| Gráfico II – Eixos Temáticos.....                                                                                  | 101 |
| Gráfico III – Discussões no 1º módulo do caderno Regional do curso formativo Político<br>– Sindical da ENFOC ..... | 141 |
| Gráfico IV – Discussões no 2º módulo do caderno Regional do curso formativo Político<br>– Sindical da ENFOC .....  | 142 |

## LISTA DE ELEMENTOS GRÁFICOS SMARTART

|                                                                                                        |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Elemento gráfico SmartArt I – Ciclo da pesquisa .....                                                  | 24  |
| Elemento gráfico SmartArt II – Eixos da Marcha das Margaridas de 2023.....                             | 82  |
| Elemento gráfico SmartArt III – As principais tendências teóricas nos movimentos feministas.....       | 116 |
| Elemento gráfico SmartArt IV – Eixos do 1º e 2º Módulo dos Cursos Regionais de Formação Sindical ..... | 140 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|            |                                                                                                                      |
|------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ABMRA      | Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio                                                               |
| BDTD       | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações                                                                |
| BNCC       | Base Nacional Comum Curricular                                                                                       |
| CEBs       | Comunidades Eclesiais de Bases                                                                                       |
| CESIR      | Centro de Estudos Sindicais Rurais                                                                                   |
| CF         | Constituição Federal                                                                                                 |
| CNTR       | Congresso Nacional de Trabalhadores rurais                                                                           |
| CNTTR      | Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares                                   |
| CONCLAT    | Conferência Nacional da Classe Trabalhadora                                                                          |
| CONTAG     | Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares                                |
| COPROFAM   | Coordenadora de Organizações de Agricultores Familiares Mercosul                                                     |
| CUT        | Central Única dos Trabalhadores                                                                                      |
| DDM        | Delegacias de Defesa da Mulher                                                                                       |
| EFAs       | Escolas Famílias Agrícolas                                                                                           |
| ENAFOR     | Encontro Nacional de Formação                                                                                        |
| ENFOC      | Escola Nacional de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares |
| FAPEAM     | Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas                                                                  |
| FETAGRI/AM | Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Amazonas                    |
| FETAGs     | Federações dos Trabalhadores na Agricultura                                                                          |
| GES        | Grupos de Estudos Sindicais                                                                                          |
| GTE        | Grupo de Pesquisa: Gênero, Trabalho e Educação                                                                       |
| GTI        | Grupo de Trabalho Interinstitucional                                                                                 |
| INEP       | Instituto Nacional de estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira                                               |
| LDB        | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional                                                                       |
| MAMA       | Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia                                                                        |
| MASTER     | Movimento do Agricultores Sem Terra                                                                                  |
| MEC        | Ministério da Educação                                                                                               |
| MM         | Marcha das Margaridas                                                                                                |
| MMC        | Movimento de Mulheres Camponesas                                                                                     |
| MMTR-NE    | Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste                                                                                |
| MST        | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra                                                                         |
| ONGs       | Organizações Não Governamentais                                                                                      |
| ONU        | Organização Nacional das Nações Unidas                                                                               |
| PADRS      | Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural                                                                         |
| PADRSS     | Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário                                                 |
| PCNs       | Parâmetros Curriculares Nacionais                                                                                    |
| PIBIC      | Programa de Bolsas de Iniciação Científica                                                                           |
| PNF        | Política Nacional de Formação                                                                                        |
| PNFES      | Processo Formativo do Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais                                    |

|           |                                                                            |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------|
| PNMTR     | Plenária Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais                        |
| PPGE/UFAM | Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas  |
| PPP       | Projeto Político Pedagógico                                                |
| PROCAMPO  | Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo |
| PRONAF    | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar                |
| PRONERA   | Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária                            |
| PT        | Partido dos Trabalhadores                                                  |
| SECAD     | Secretaria de Educação de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade  |
| SIB/UEA   | Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas     |
| SISTEBIB  | Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas                 |
| SPVEA     | Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazonia             |
| STRs      | Sindicatos de Trabalhadores Rurais                                         |
| UEA       | Universidade do Estado do Amazonas                                         |
| UEPB      | Universidade Estadual da Paraíba                                           |
| UFAM      | Universidade Federal do Amazonas                                           |
| UFBA      | Universidade Federal da Bahia                                              |
| ULTAB     | União do Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil                    |
| UNB       | Universidade de Brasília                                                   |
| UNICAMP   | Universidade Estadual de Campinas                                          |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                                                         |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                                                                                 | <b>17</b>  |
| <b>Caminho Metodológico e Epistemológico .....</b>                                                                                                                                                                      | <b>24</b>  |
| <b>CAPÍTULO I - A LUTA DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO .....</b>                                                                                                                                                      | <b>37</b>  |
| 1. O trabalho .....                                                                                                                                                                                                     | 37         |
| 1.2 As relações de hegemonia do patriarcado na história do trabalho .....                                                                                                                                               | 39         |
| 1.3 O trabalho da agricultora no estado do Amazonas .....                                                                                                                                                               | 46         |
| 1.4 Os movimentos sociais dos trabalhadores(as) do campo e a inserção da mulher no sindicato rural.....                                                                                                                 | 58         |
| 1. 5 A mulher no espaço de coordenação da FETAGRI-AM .....                                                                                                                                                              | 61         |
| <b>CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO CRÍTICA E O DESENVOLVIMENTO DE PARIDADE DE GÊNERO NO CONTEXTO RURAL .....</b>                                                                                                               | <b>68</b>  |
| 2. A educação em diferentes locais .....                                                                                                                                                                                | 70         |
| 2.1 Escola Nacional de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura .....                                                                                                                         | 73         |
| 2. 2 Marcha das Margaridas .....                                                                                                                                                                                        | 80         |
| 2. 3 Análise dos cadernos da Marcha das Margaridas relacionadas a educação do campo, educação antirracista e educação não sexista, no período de 2007 a 2023 .....                                                      | 88         |
| <b>CAPÍTULO III A MULHER E A PARIDADE DE GÊNERO NOS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES NO ESTADO DO AMAZONA .....</b>                                                          | <b>135</b> |
| 3. A inserção da CONTAG através da FETAGRI e de seus sindicatos no estado do Amazonas .....                                                                                                                             | 135        |
| 3.1 Os eixos do curso formação Político-Sindical ofertado para os trabalhadores rurais sindicalizados .....                                                                                                             | 139        |
| 3.2 As categorias de discussões sobre a questão da mulher nos cursos regionais de político-sindical ocorridas nos sindicatos de trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares do estado do Amazonas ..... | 143        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                                                                                                       | <b>162</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                                                                                                | <b>164</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                                                                                                                                                     | <b>173</b> |

## INTRODUÇÃO

Intitulada *Mulheres da FETAGRI/AM e a Marcha das Margaridas: desafios, paridade de gênero<sup>1</sup>, trabalho e formação sindical*, esta pesquisa versa a questão da mulher sindicalista rural no estado do Amazonas, sua inserção nos sindicatos de trabalhadores, assim como sua organização dentro da Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), que deu origem a Marcha das Margaridas (MM) no ano de 2000.

A Marcha ocorre de quatro em quatro anos<sup>2</sup>, sendo organizada pela CONTAG, tendo apoio dos movimentos feministas, de centrais sindicais, organizações internacionais e do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC dos Estados brasileiros entre outras organizações. As Margaridas advêm das áreas rurais onde a forma de subsistência está ligada a terra; assim, o trabalho é realizado próximo as moradias, conhecidos como quintais produtivos<sup>3</sup>.

As mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares do estado do Amazonas (FETAGRI/AM), são as margaridas, visto que fazem parte dessa ação, mas, o que é esse movimento? a Marcha das Margaridas (MM), é a união das mulheres do campo, das águas e das florestas<sup>4</sup>, cujo interesse de classe é comum entre elas, isto é, reivindicar políticas públicas com o intuito de possibilitar a paridade de gênero, o direito à terra, a soberania alimentar e o reconhecimento da mulher dentro dos espaços sociais e políticos. Ademais, no estado do Amazonas, além da FETAGRI-AM, o Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia (MAMA) faz parte da Marcha.

O nome *Marcha das Margaridas* é uma forma de homenagear a falecida Margarida Maria Alves, que foi vítima de latifundiários<sup>5</sup>, e cujo assassinato foi uma forma de parar as

---

<sup>1</sup> O termo gênero é um conceito abrangente que vai além da determinação da orientação sexual dos indivíduos. Nesta pesquisa, ele é visto como macro objeto, mas, nos aprofundamos em um de seus micros objetos que é o sexo feminino e masculino, ou seja, as desigualdades entre os sexos.

<sup>2</sup> A segunda marcha ocorreu apenas 3 anos após a primeira, mas a partir de 2007, o evento acontece a cada 4 anos.

<sup>3</sup> “Os quintais produtivos são espaços adjacentes aos domicílios rurais em que as mulheres produzem alimentos, cultivam plantas medicinais, criando pequenos animais e cuidando do meio ambiente, geralmente orientadas por princípios agroecológicos” (Teixeira, 2021, p.13).

<sup>4</sup> “Ao longo das edições das Marchas, a identidade vai se redefinindo, passando da afirmação das ‘mulheres trabalhadoras rurais’ (marcada pelas sindicalistas vinculadas à Contag), para ‘mulheres do campo e da floresta’, posteriormente somada à identidade das mulheres das águas, e em 2015 às Margaridas” (Moreira, 2017, p. 9).

<sup>5</sup> “No dia 12 de agosto, do ano de 1983, novos tiros, novas mortes assombraram o mundo camponês brasileiro. Desta feita, atingiriam a Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande

reivindicações, visto que no dado momento era representante sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais, de sua comunidade.

A senhora Margarida, se tornou um símbolo de luta, não apenas como representante sindical, mas também como umas das primeiras mulheres a fazer esse papel dentro da organização, pois, a inserção da mulher nos sindicatos nessa época era menor, comparado aos homens, e isso se dava principalmente pela questão patriarcal<sup>6</sup> no qual a mulher é vista como sujeito inferior ao homem.

A questão acima, fortaleceu a contradição entre as classes sociais, isto é, o conflito do proletário homem e mulher, fornecendo a justificativa para não serem inseridas nos espaços de representação política e social, no caso, os sindicatos proletários, pois não eram vistas como trabalhadoras, nitidamente, tanto os burgueses quanto os líderes sindicais machistas apertaram suas mãos na tectura desse bode expiatório, a burguesia ficou feliz pela perda de uma grande parte da força da classe trabalhadora e a classe trabalhadora masculina ficou feliz por continuar sendo o burguês de sua família. Dessa forma, os sindicatos rurais, possuíam apenas a participação de homens, por serem tidos como chefes da família, com isso, apenas eles possuíam acesso a direitos previdenciários e sociais.

A principal demanda das mulheres desses movimentos, nesse período, foi o seu reconhecimento político como trabalhadoras rurais, tanto pelo Estado quanto pelos sindicatos de trabalhadores rurais, uma vez que estes constituíam as principais estruturas organizacionais no meio rural (Aguiar, 2016, p. 266).

Aguiar (2016) assevera que até meados de 1980, as agricultoras não tinham reconhecimento legal de seu trabalho visto sua produção para consumo e não para a mercantilização, logo não fornecia mais-valia, isto é, lucro, e com o advento da maquinaria e o prescindir da força muscular, logo, mesmo o trabalho assalariado feminino, passou a valer menos, visto o capital realizar a brutal separação entre trabalho intelectual e manual, quando na verdade estes são inseparáveis (Marx, 2013). Assim através dessa ideologia fora impedida a garantia de direitos previdenciários. Dessa

---

(PB), Margarida Maria Alves, assassinada, covarde e barbaramente pelos senhores de terras do Brejo paraibano” (Ferreira, 2017, p. 11).

<sup>6</sup> “O primeiro efeito da recém-fundada autocracia dos homens manifesta-se na forma intermediária da família patriarcal que então emerge” (Engels, 2019, p. 60).

maneira, o patriarcado por muito foi fortemente combatido dentro dessas instituições e ainda é, por meio do movimento da MM.

Para ocorrer o referido movimento, além da formação das mulheres e da divulgação do evento no período de quatro anos, há também a arrecadação de fundos, iniciativa que se concretiza por meio de rifas, festas e recursos do governo, os quais são destinados à organização econômica e promoção da cidadania de mulheres rurais. Contudo, no governo Bolsonaro (2018 - 2022), esses recursos que outrora eram destinados à questão da mulher, foram cortados em 100%, o que deixou nítida a luta não só de classes, mas de gênero (Contag, 2022).

Em relação as formações das margaridas, elas ocorrem durante o período de quatro anos, que antecedem a Marcha em Brasília, e tem como bases os cadernos de textos, que são elaborados a partir das discussões e organizados por eixos. Mas nessa pesquisa, vamos nos ater ao eixo que foi incluído em 2007, que é ‘por uma educação do campo não-sexista’, o qual foi alterado posteriormente em 2011 para ‘Educação não sexista, sexualidade e violência’ e em 2019 ‘Por uma educação não-sexista e antirracista e pelo direito à educação do campo’, o qual se tornou o sexto caderno da Macha.

É necessário ressaltar que uma das instituições que fortaleceu a luta das mulheres na área de formação política, foram as Comunidades Eclesiásticas de Bases (CEBs), mesmo não dando ênfase às questões de igualdade de gênero. Como destaca Aguiar (2015, p. 61) “A maioria das lideranças que se envolveu no processo que originou os movimentos participantes da Marcha das Margaridas teve participação ativa nas CEBs ou na vida pastoral, uma experiência que formou a base para o surgimento desses movimentos”, que se tornou uma das grandes bases do movimento de mulheres rurais e da Marcha.

As CEBs principiaram essa formação para o sexo feminino, e posteriormente, com a inserção delas nos sindicatos, as formações realizadas pelo ENFOC incluiu em seus itinerários formativos, especificamente dentro dos cursos nacionais e regionais em suas pautas que tratam da ‘questão das relações de gênero e agricultura familiar’; ‘feminismo e sujeitos políticos’ e a ‘participação das mulheres na luta dos trabalhadores e no movimento sindical’. Assim como em formações específicas para o público feminino, como a ‘plataforma política marcha das margaridas’; ‘curso nacional de formação política para as mulheres’ entre outros processos formativos.

Enfim, apesar da garantia de direitos previdenciários e a inserção das mulheres nos espaços políticos e sociais como é no caso dos sindicatos, após décadas de reivindicações, a trabalhadora rural continua não sendo reconhecida com tal, por isso,

suas reivindicações permanecem. A partir dessa pequena contextualização, segue a tríade da pesquisa: objeto, problemática e objetivo Geral.

Quadro I - Tríade da pesquisa

|                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Objeto</b>         | Os desafios enfrentados para propulsão da formação de agricultoras sindicalizadas e a luta por paridade de gênero, no trabalho da agricultura familiar e nos cargos de direção da FETAGRI/AM e de seus sindicatos filiados.                                                                                                      |
| <b>Problemática</b>   | Quais são os desafios e superações das mulheres sindicalizadas a FETAGRI/AM, no que tange à formação e a paridade de gênero no trabalho da agricultura familiar e nos cargos de direção da federação e de seus sindicatos filiados, com base os documentos da CONTAG, FETAGRI/AM, ENFOC e nos cadernos da Marcha das Margaridas? |
| <b>Objetivo Geral</b> | Analisar os desafios e superações das mulheres sindicalizadas a FETAGRI/AM, no que tange à formação e a paridade de gênero no trabalho da agricultura familiar e nos cargos de direção da federação e de seus sindicatos filiados, com base os documentos da CONTAG, FETAGRI/AM, ENFOC e nos cadernos da Marcha das Margaridas.  |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O processo para implementação de formação política, feminista e não-sexista, para o campo, nos espaços formais, não-formais, não-escolares, tem sido constante, e quem está na frente dessa luta são os movimentos sociais, no qual dentro deles, as mulheres são as mais empenhadas, um exemplo disso é a pauta ‘Por uma educação não sexista e antirracista’ descrita no 6º caderno da Marcha das Margaridas, o qual luta em prol de uma educação antirracista e não-sexista. Mas, vale destacar que essa luta é muito recente, tem menos de 3 décadas. Para afunilar essa problemática e o objetivo geral, elaboramos as seguintes questões norteadoras e os objetivos específicos:

Quadro II – Ligação entre questões norteadoras e objetivos específicos

| <b>Questões norteadoras</b>                                                                                                                                                                                          | <b>Objetivos específicos</b>                                                                                                                                                                                                         |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| a) Como as relações sociais e as condições materiais moldaram os desafios enfrentados pelas mulheres, no trabalho da agricultura familiar e nos espaços de coordenação da FETAGRI/AM e de seus sindicatos?           | a) Verificar as determinações históricas hegemônicas das relações sociais e das condições materiais enfrentados pelas mulheres, no trabalho da agricultura familiar e nos espaços de coordenação da FETAGRI/AM e de seus sindicatos; |
| b) De que forma é evidenciado o desenvolvimento crítico, relacionado à paridade de gênero e às lutas de classes nos documentos e materiais da Escola de Formação da CONTAG, e nos cadernos da Marcha das Margaridas? | b) Analisar as possibilidades de desenvolvimento crítico, em relação a paridade de gênero e lutas de classes nos documentos e materiais da Escola de Formação da CONTAG - ENFOC, e nos cadernos da Marcha das Margaridas             |
| c) Como é tratado a questão da paridade de gênero no curso de formação político-sindical e nos cargos de direção dos sindicatos de trabalhadores rurais e agricultores familiares no estado do                       | c) Investigar a questão da paridade de gênero no curso de formação político-sindical e nos cargos de direção dos sindicatos de trabalhadores rurais e agricultores familiares no estado do Amazonas,                                 |

|                                                              |                                                    |
|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| Amazonas, com base nos documentos da CONTAG e da FETAGRI/AM? | com base nos documentos da CONTAG e da FETAGRI/AM. |
|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Esta investigação surgiu a partir de discussões realizadas no grupo de pesquisa em que estou vinculada, o grupo de pesquisa *Gênero, Trabalho e Educação (GTE)*, ligado a linha de pesquisa I: Educação, Estado e Sociedade da Amazonia, do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/ UFAM). Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

A pesquisa justifica-se por três motivos, o pessoal, social e o acadêmicos, primeiro, é relacionado as minhas vivências, por ser uma mulher nascida em uma comunidade ribeirinha, conhecida como Vila Silva, integrada ao Município de Urucurituba – Am. Minha família<sup>7</sup>, precisou se mudar para outras comunidades, em busca de melhores condições de vida, principalmente no que tange à educação e saúde. Os meus pais não possuíam o Ensino Médio, mas, eles desejavam que os filhos estudassem, e como a escola da Vila Silva, oferecia apenas a Educação Infantil até o fundamental e posteriormente foi fechada, os alunos precisavam se locomover em viagens de barco, até outra comunidade, o que tornava perigoso.

Por isso, minha família se mudou para o município de Urucurituba, que possui escolas, hospitais, policiamento etc., mas, questões como conflito familiar e falta de emprego, decidimos ir para Itapeaçu<sup>8</sup>. Segue imagem de Itapeaçu.

<sup>7</sup> Composta por pai, mãe, quatro filhos e uma filha, que sou eu.

<sup>8</sup> Itapeaçu é um distrito pertencente ao Município de Urucurituba, no estado do Amazonas.

Figura I – Distrito de Itapeçu



Fonte: GOOGLE EARTH. Itapeçu - Urucurituba – AM. Disponível em: <https://earth.google.com/web/search/Itapeçu+-+Itapeçu,+Urucurituba+-+AM>. Acesso em: 27 de mar. 2025.

Em Itapeçu a subsistência dos trabalhadores é predominantemente da agricultura e da pesca, mas, possui escolas que atendem a toda educação básica e hospital, o que foi suficiente para minha mãe terminar o Ensino Médio, e eu e meus irmãos dois irmãos mais velhos finalizarmos lá a Educação básica. Meu irmão primogênito foi aprovado em enfermagem em uma Universidade particular, meu segundo irmão, em engenharia civil em uma universidade pública (ele ficou sabendo muito tempo depois, o que impediu de cursar) e eu fui aprovada no curso de licenciatura em Pedagogia também em universidade pública, no entanto somente eu consegui concluir a graduação e meu segundo irmão o ensino técnico. Quanto aos meus dois irmãos mais novos, eles finalizam a educação básica em outra cidade, pois, após a separação dos meus pais, eles foram morar com meu pai.

Ao longo dessas migrações, vivenciei as diversas formas de trabalho no contexto rural, seja, pescaria, agricultura etc. E desde cedo, presenciei as divisões de trabalho entre homem, mulher e criança. De certa forma, nunca entendi, porque a minha mãe e outras

mulheres, quando fazia um roçado<sup>9</sup> e trabalhavam às vezes até mais que um homem, recebia menos na diária. Essa e outras indagações cresceram comigo. E isso é um dos grandes motivos da minha pesquisa atualmente.

O acadêmico tem a ver também com o pessoal, pois, a vida social, pessoal e científica são inseparáveis. Diante o exposto, o início da pesquisa sobre essa temática, começou ainda na graduação de pedagogia, quando participei como voluntária do Programa de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, pesquisei sobre *As Mulheres Rural Sindicalista: lutando e conquistando espaços*, tendo como principal fonte os documentos da FETAGRI - AM. Essa pesquisa resultou em uma publicação de capítulo de livro<sup>10</sup>, e me despertou para novas indagações que em um projeto que exigiam no máximo 20 laudas, não seria possível responder. Assim, conversando como a minha orientadora de PIBIC, percebi que em uma dissertação poderíamos aprofundar as indagações.

No campo acadêmico, a pesquisa assume caráter relevante, visto que, objetiva ressaltar o processo de emancipação da mulher, tornando nítido que a educação, não-formal e não-escolar, foram a propulsora no movimento de mulheres e em especial na Marcha das Margaridas, na qual as CEBs antecederam a formação de mulheres sindicalistas, o ENFOC efetivou a continuidade com o curso de formação da mulher, fortalecendo a MM, e apesar da caminhada ocorrer a cada quatro anos, não restringiu o trabalho das Margaridas, pois a luta das mulheres é contínua, seja na realização de reuniões, eventos para divulgar e angariar fundos, e até mesmo na elaboração de faixas, cartazes, camisetas, chapéus, cadernos, entre outros adereços que caracterizam o movimento. Ademais, as Margaridas lutam em prol de uma educação formal, não-sexista e contra todo tipo de violência, que as mulheres sofrem.

No campo social este estudo é essencial, visto que busca discutir a luta constante das mulheres, relacionando-a às questões políticas e sociais da mulher do campo, da floresta e das águas, em uma sociedade machista. Logo, traz as reivindicações por melhores condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras que vivem nos centros rurais, o que inclui a participação mais ativa da mulher dentro dos sindicatos, a formação sindical direcionada à mulher e o reconhecimento do seu trabalho rural, como protagonista e não apenas como ajudante do marido.

---

<sup>9</sup> Trabalho de preparação da terra, ou seja, cortar e queimar vegetação para posteriormente ser realizado plantios.

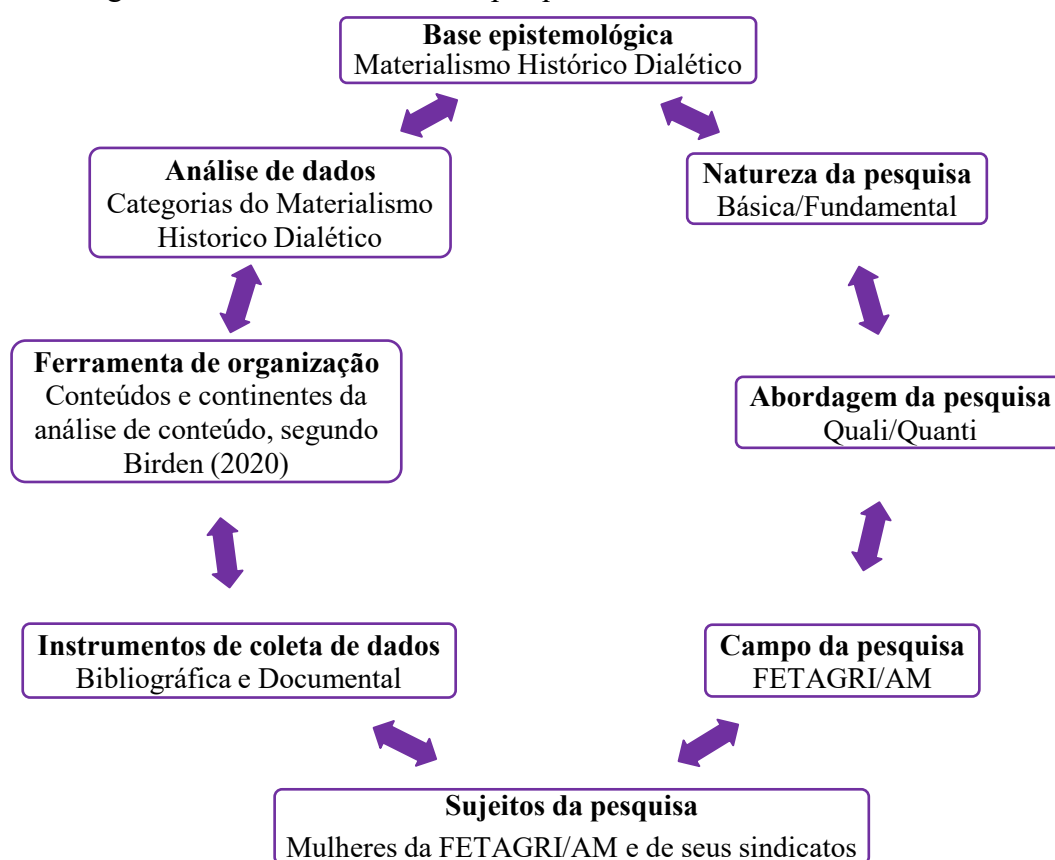
<sup>10</sup> Disponível em: <<https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/as-mulheres-rurais-sindicalistas-lutando-e-conquistando-espaco?form=MG0AV3>>. Acesso em 13 de março de 2025.

Portanto, esta pesquisa é vital, pois a MM abrange a questão da mulher nas áreas políticas e sociais. A caminhada expõe para o governo as desigualdades gritantes que ocorrem nas diversas regiões do país, como a falta de políticas públicas direcionadas à mulher do campo, das águas e da floresta, o que fortalece a luta das sindicalistas. Além disso, no levantamento do estado da arte, percebi que é um tema pouco na aprofundado no estado do Amazonas, especialmente na área da educação, como veremos posteriormente.

### **Caminho Epistemológico e Metodológico**

Para a construção epistemológica do Materialismo Histórico-dialético, foram utilizados Marx (2013) e Gomedi; Jacomeli, (2016) e Cury (2000). E o desenvolvimento dos caminhos metodológicos os autores Severino (2007); Brito (2016) e Marconi & Lakatos (2017), são as bases, pois, ressaltam que a metodologia é um conjunto de procedimentos técnicos que guiam uma pesquisa. Abaixo apresentamos de maneira sistematizada nosso ciclo de pesquisa.

Elemento gráfico SmartArt I – Ciclo da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O materialismo histórico dialético, não é apenas um modelo de pesquisa, mas um posicionamento filosófico-político, “para ser materialista, histórica e dialética, a investigação deve considerar a concretude, a totalidade e a dinâmica dos fenômenos sociais, que não são definidos à priori, mas construídos historicamente” (Gomedi; Jacomeli, 2016, p. 71). Dessa forma, a pesquisa vai buscar a totalidade através da historicidade do movimento de Mulheres, até a constituição da Marcha das Margaridas, bem como as contradições dos próprios sindicatos, especialmente os ligados FETAGRI/AM, no que concerne às relações de trabalho e educação integrados ao movimento.

Um exemplo, é a própria obra de ‘O Capital’ de Marx (2013) no qual, o autor inicia sua pesquisa do contexto geral, mais visível, mais genérica, isto é, a mercadoria<sup>11</sup>, mas como ao mesmo tempo, ela é parte constituinte do sistema, e toda a razão de ser do capital, produzir produtos, transformá-los em mercadorias e mercantilizá-los, nitidamente, perpassando por suas características mais específicas também, como valor de uso, valor de troca, mais-valia relativa, mais-valia absoluta, capital fixo, capital constante, maquinária, salários e acumulação primitiva, e realizamos o mesmo movimento.

Partimos da aparência do mais geral do que é visto, isto é, do trabalho feminino, para chegar ao que não é visto e esse é movimento é realizado ao longo da dissertação, mas, de acordo com Marx (2013) a aparência é sempre o inverso da essência, então se a sociedade atual parte do pressuposto que as mulheres já alcançaram a igualdade de direitos sociais ou simbólicos, já sabemos o que esperar no final deste trabalho.

Quanto a natureza deste estudo, básica (ou fundamental) que segundo Brito (2016) visa a busca da ampliação do conhecimento geral, sem realização de intervenções imediata, ou seja, está voltada para a compreensão dos princípios básicos de um fenômeno. Dessa forma, não pretendemos resolver ou intervir na problemática, mas, analisar a história de lutas das mulheres do contexto rural, em prol da emancipação na área social, educacional, política, econômica e familiar.

Quanto a abordagem, seguimos a que está dentro da dialética que é a quali/quantitativa que segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 112) ‘Considerando que toda realidade é movimento e que o movimento, sendo universal, assume as formas quantitativas e qualitativas, necessariamente ligadas entre si e que se transformam uma na outra [...]’

---

<sup>11</sup> “O que domina na sociedade capitalista é a produção de mercadorias capitalista; por isso a análise de Marx começa pela análise da mercadoria” (Lênin, 2006).

Dessa maneira, dentro da dialética as abordagens qualitativa e quantitativa estão intrinsecamente ligadas.

Marconi e Lakatos (2017) afirmam ainda que como o fenômeno está sempre em movimento, o que é quantitativo em algum momento se transforma em qualitativo, e mais, com o movimento vem a contradição no processo de desenvolvimento, e essa contradição, possui pelo menos três características, quais são: primeiro, a contradição interna, que com a movimentação causa a luta dos contrários internamente no fenômeno; segundo, a contradição inovadora, que é a luta entre o antigo e o novo, entre o que parece e o que surge e terceiro, a unidade dos contrários, que são duas unidades que compõem a parte de um todo, porém são opostas e se excluem entre si.

O campo da pesquisa é a FETAGRI/AM e seus sindicatos, bem como instituições as quais ela está ligada, como CONTAG e a ENFOC. Vale destacar que a pesquisa documental é a principal fonte neste projeto, visto que “[...] tem-se como fonte documentos amplos, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, revistas fotos, filmes gravações e documentos legais” (Severino, 2007, p. 122).

Dessa maneira a análise concentra-se em documentos, cadernos, apostilas e outros materiais, impressos e digitais, que possibilitam investigar a questão da paridade de gênero, dentro da organização, reconhecida por sua atuação em defesa dos/as trabalhadores/as e agricultores/as do campo, em especial por uma educação do campo não sexista. Segue quadro com nome dos documentos.

Quadro III - Documentos compilados

| Ano         | Nome                                                                                                                                                                                         | Tipo              | Local                           |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|---------------------------------|
| 2007        | Caderno de textos para estudo e debates - Marcha das Margaridas 2007                                                                                                                         | Caderno de textos | Site da CONTAG                  |
| 2011        | Caderno de textos para estudo e debates -Marcha das Margaridas 2011 - Margaridas na luta por: Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.                     | Caderno de textos | Site da CONTAG                  |
| 2014 a 2018 | Extrato de cadastro - Razão Social: Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do estado do Amazonas                                                          | Documento         | Site do Ministério e do Emprego |
| 2015        | Caderno de textos para estudo e debates - Marcha das Margaridas 2015 - Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade | Caderno de textos | Site da CONTAG                  |
| 2015        | Marcha das Margaridas: pauta para o Congresso Nacional                                                                                                                                       | Documento         | Site da CONTAG                  |

|             |                                                                                                                                     |                          |                                 |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|---------------------------------|
| 2016        | Folder da Formação Político-Sindical em Movimento                                                                                   | Folder                   | Site da ENFOC                   |
| 2018 a 2022 | Extrato de cadastro - Razão Social: Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do estado do Amazonas | Documento                | Site do Ministério e do Emprego |
| 2019        | Caderno 6: Por uma Educação não sexista e antirracista e pelo direito à Educação do Campo                                           | Caderno 6 das Margaridas | Site da CONTAG                  |
| 2022 a 2026 | Extrato de cadastro - Razão Social: Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do estado do Amazonas | Documento                | Site do Ministério e do Emprego |
| 2022        | TransFormatura marca conclusão do Curso Nacional de Formação Política com Mulheres                                                  | Portal de notícia        | Site da CONTAG                  |
| 2022        | Eleita e empossada a nova Diretoria da FETAGRI/AM                                                                                   | Portal de notícia        | Site da CONTAG                  |
| 2023        | Educação Pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo                                                      | Caderno da Marcha        | Site da CONTAG                  |
| 2024        | Importância das mulheres no contexto da agricultura familiar                                                                        | Portal de notícia        | Galeria Rural                   |
| 2024        | O pessoal é político                                                                                                                | Documentário             | Prime vídeo                     |
| 2025        | Organização e participação política das mulheres trabalhadoras rurais agricultoras familiares: Trajetória, lutas e conquistas       | Documento                | Cedido FETAGRI/AM               |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os documentos para a análise, foram obtidos no site da CONTAG, ENFOC, FETAGRI/AM e em portais de notícias, na CONTAG foi acessado o ícone ‘Marcha das Margaridas’<sup>12</sup>; na plataforma da ENFOC<sup>13</sup>, foram baixados, os dados que explicam como a escola funciona, isto é missão, visão, valores, história e público-alvo, além disso foi enviado documento<sup>14</sup> de solicitação por e-mail<sup>15</sup>, para ter acesso a documentos que não estavam disponíveis para os públicos externo da organização. Em relação aos documentos disponibilizados pela FETAGRI/AM, contatei a instituição por redes sociais (Instagram) por e-mail, e WhatsApp para marcar uma reunião presencial.

No que tange as reportagens de portais online, jornais e sites que abordam o trabalho da mulher no contexto rural e sindical do estado do Amazonas. o site da CONTAG e o Google notícias<sup>16</sup> foram utilizados para a busca. No site com o descritor ‘FETAGRI/AM’, foi sugerido a notícia ‘Empossamento da diretoria da FETAGRI-AM

<sup>12</sup> Disponível em: <https://marchadasmargaridas.org.br/?pagina=biblioteca&categoria=Cartilhas> Acesso em setembro de 2024.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://plataforma.enfoc.org.br/>. Acesso em fevereiro de 2025.

<sup>14</sup> O modelo de solicitação do documento enviado por e-mail está no anexo I.

<sup>15</sup> Sobre e-mail, enviei cinco, para contatos diferentes, apenas o direcionado a ENFOC respondeu imediatamente, o restante demorou, pouco mais de duas semanas, porque eles estavam em período de eventos.

<sup>16</sup> Agrega notícias de diversos portais de notícias e permite filtragens de datas, regiões e fontes. Disponível em: <https://news.google.com/home?hl=pt-BR&gl=BR&ccid=BR:pt-419> Acesso em 08 de abril de 2025.

(2022 -2026)'; já na plataforma Google notícias, os descritores utilizados foram: 'Trabalho de mulheres da agricultura familiar no estado do Amazonas'; 'Reportagens sobre o trabalho agricultoras rurais do Amazonas'; 'O trabalho da mulher na agricultura rural' e 'Reportagens sobre Importância das Mulheres no Contexto da Agricultura Familiar'. Foram apresentados 18 resultados correlacionadas a esta pesquisa, mas apenas um do portal Galeria Rural foi escolhido, intitulado de 'Importância das Mulheres no Contexto da Agricultura Familiar', pois apresentam mais afinidade com o objeto e com o primeiro objetivo específico.

O recorte temporal dos documentos analisados abrange o período de 2007 a 2026. Os sujeitos da pesquisa são as trabalhadoras sindicalizadas da agricultura, bem como aquelas que ocupam os cargos de coordenação da FETAGRI/AM e em seus sindicatos.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado a pesquisa bibliográfica, mediante materiais disponíveis resultantes de pesquisas anteriores, seja em artigos, teses, livros etc. (Severino, 2007). Para tanto, foram pesquisados: artigos, dissertações e teses em repositórios de Universidades, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), plataforma da *Scientific Electronic Library* (SciELO), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Amazonas, livros relacionados ao tema, e os próprios documentos cedidos pela FETAGRI/AM, assim como os disponíveis na plataforma da ENFOC e da CONTAG.

Segundo a orientação de Brito (2016) a fonte bibliográfica nos guia aos conhecimentos teóricos e escritos ligados ao nosso tema, seja por meio de artigos, teses, dissertações, livros e entre outros materiais. Já a fonte documental busca trazer os documentos, sejam eles em formato primário ou secundários, por meio de jornais, revistas etc.

Como já descrito, as fontes de informação se deram de duas formas, a bibliográfica e a documental. Dessa maneira, o procedimento de coleta de dados realizado na pesquisa bibliográfica, foi o levantamento dos estados da arte, o qual foram classificados de três maneiras, quais são: levantamento de livros relacionados a questão da mulher; levantamento de teses e dissertações sobre a Marcha das Margaridas e levantamento de teses e dissertações que discutem a questão da mulher do contexto rural Amazonense. Segue quadro<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> O quadro ainda está em processo de construção.

Quadro IV – Levantamento de livros relacionados a questão da mulher

| <b>Autor/a</b>                                              | <b>Título</b>                                                                            | <b>Ano</b> |
|-------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Heleieth Iara Bongiovani Saffioti</b>                    | A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade                                       | 1976       |
| <b>Eliane Vasconcellos Leitão</b>                           | A mulher na Língua do povo                                                               | 1981       |
| <b>Gema Gagani Silveira Leite Esmeraldo</b>                 | O feminismo na sombra: Relações de poder na CUT                                          | 1998       |
| <b>Carmen Diana Deere e Magdalena León de Leal</b>          | O empoderamento da mulher: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina. | 2002       |
| <b>June Edith Hahner</b>                                    | Emancipação do sexo feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850 - 1940.     | 2003       |
| <b>Maria Amélia de Almeida Teles e Mônica de Melo Teles</b> | O que é violência contra mulher                                                          | 2003       |
| <b>Angela Davis</b>                                         | Mulheres, raça e classe                                                                  | 2016       |
| <b>Friedrich Engels</b>                                     | A origem da família, da propriedade privada e do Estado                                  | 2019       |
| <b>Cinzia Arruzza; Tithi Bhattacharya; Nancy Fraser</b>     | Feminismo para os 99%: um manifesto                                                      | 2019       |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

As obras mencionadas no quadro acima foram lidas na íntegra. Em resumo as autoras apresentam profundas reflexões sobre a posição da mulher na história da sociedade de classes, destacando como ela foi tratada como subordinada, não apenas ao marido, mas também em todas as relações sociais. Na agricultura familiar, por exemplo, as atividades como o preparo e cultivo da terra, eram frequentemente consideradas invisíveis. Este reconhecimento permanece em luta, uma vez que, embora direitos tenham sido conquistados, o trabalho feminino amplamente percebido como auxílio ou obrigação.

Além disso, salientam que, no contexto brasileiro, os direitos até então, adquiridos pelas mulheres, foram conquistados por meio de intensas manifestações e lutas, pois o sexismo e machismo permeiam em todas as esferas sociais, incluindo a própria estrutura da linguagem. Observa-se que o termo ‘mulher’ ainda está impregnado de estereótipos que associam o sexo feminino à fragilidade, inconsistência emocional e falta de aptidão para os cargos de liderança, restringindo sua competência ao cuidado do lar e da família, em uma relação de subordinação ao sexo masculino.

Portanto, vamos buscar obras como de Saffioti (1976); Esmeraldo (1998); Leitão (1981); Hahner (2003) e entre outras pesquisadoras que abordam a questão do trabalho em diferentes espaços sociais, assim como o dito ‘papel da mulher’ na sociedade de classes.

No que tange, o levantamento de teses e dissertações, a pesquisa foi realizada com duas finalidades principais. A primeira teve como foco, estudos relacionados a Marcha das Margaridas, enquanto na segunda, buscou explorar as mulheres no contexto da região do Amazonas.

No caso do primeiro enfoque, mesmo com a inexistência de pesquisas que adotassem a epistemologia do materialismo histórico dialético, selecionamos obras que abordavam a totalidade da organização da Marcha das Margaridas, realizamos a leitura na íntegra das pesquisas, visto que, dessa maneira era possível compreender como a Marcha se organiza. Abaixo estão apresentadas as teses e dissertações levantadas.

Quadro V – Levantamento de teses e dissertações sobre a Marcha das Margaridas

| Ano  | Autora                        | Título do estudo                                                                                                                           | Epistemologia                         | Repositório/ Área                                                                       |
|------|-------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| 2008 | Berenice Gomes da Silva       | A Marcha das Margaridas: resistências e permanências                                                                                       | Estudos feministas                    | BDT/ Mestrado em Sociologia da UNB                                                      |
| 2015 | Vilenia Venancio Porto Aguiar | Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político               | Etnográfico                           | BDT/ Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP                                           |
| 2019 | Sarah Luiza de Souza Moreira  | A contribuição da marcha das margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil                                     | Epistemologia feminista               | BDT/ Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da UNB                           |
| 2022 | Dayane Nascimento Sobreira    | Olha Brasília está florida, estão chegando as decididas”: experiências de um feminismo rural no Brasil a partir da marcha das margaridas   | Epistemologia feminista               | BDT/ Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA |
| 2022 | Ananda Dourado Porto          | Afeto e auto-organização nas trajetórias de luta e resistência das mulheres [manuscrito]: uma autoetnografia da marcha das margaridas 2019 | Autoetnografia e Etnografia feminista | BDT/ Mestrado em Relações Internacionais da UEPB                                        |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Este primeiro levantamento foi realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, de 2008 a 2022, nela foram encontradas cinco pesquisas focadas

na Marcha das Margaridas, sendo três dissertações e duas teses, e segue a epistemologia feminista, dessa maneira nenhuma traz como método de pesquisa o materialismo histórico-dialético, apesar de que em algumas são citados autores de cunho Marxista.

Percebe-se que a autoria dos trabalhos pertence a mulheres, elas descrevem em seus estudos as experiências e vivências na Marcha das Margaridas. Resgatam a dolorosa perda de Margarida Maria Alves e como sua morte impune influenciou as mulheres a lutarem ainda mais pela terra, e emancipação do povo situado nas zonas rurais, especialmente em prol da equidade entre os sexos.

As autoras ressaltam também como o Movimento se organiza durante os quatro anos, a maneira como elas divulgam e formam as novas gerações de mulheres sindicalizadas para lutarem. Além disso, trazem os desafios, desde as questões políticas, como os cortes de verbas no governo Bolsonaro, até as relações machistas que vivenciam, como por exemplo, o impedimento por parte do marido da participação de suas esposas nos encontros formativos na própria comunidade e a ida à Brasília. Destacam assim, que a maioria das lideranças femininas, ou são solteiras, viúvas ou divorciadas, sendo a minoria casada e com filhos(as) pequenos.

No segundo levantamento de teses e dissertações, mudou-se o foco para as mulheres e a agricultura familiar, situadas na área rural do estado do Amazonas. Os repositórios utilizados foram: Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas e o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do estado do Amazonas – SIB/UEA. Segue quadro.

Quadro VI - Levantamento de dissertações que discutem a questão da mulher do contexto rural Amazonense

| Ano  | Autor/a                           | Título do estudo                                                                                                                   | Método           | Repositório/ Área                                               |
|------|-----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|-----------------------------------------------------------------|
| 2007 | Raimundo Sidnei dos Santos Campos | Educação do campo: olhares, dilemas e perspectivas dos trabalhadores rurais da FETAGRI no estado do Amazonas. - Manaus:            | Não identificado | UFAM/ Mestrado em Educação                                      |
| 2013 | Laurisana Maria Branco Camargo    | Agricultura Familiar: uma estratégia de resistência as condições impostas às famílias contemporâneas pelo sistema econômico atual. | Método Dialético | UFAM/ Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia |
| 2015 | Álvaro Jardel de Oliveira         | O Rio, o Anel e a Estrela: Interfaces Socioantropológicas do                                                                       | Etnografia       | UFAM/ Mestrado em Sociologia                                    |

|             |                                                |                                                                                                                                                                                                                  |                                        |                                                                 |
|-------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
|             |                                                | Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do estado do Amazonas.                                                                                                                                |                                        |                                                                 |
| <b>2019</b> | Denise Bentes Soares                           | Elos x nós: encontros e desencontros entre poder público e movimentos de mulheres em Parintins/Am.                                                                                                               | Teoria Marxista Feminista              | UFAM/ Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia |
| <b>2019</b> | Viviane de Oliveira Rocha                      | O protagonismo das mulheres agricultoras do Assentamento Água Branca: trajetória de trabalho e organização social em Manaus-Amazonas.                                                                            | Não identificado                       | UFAM/ Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia |
| <b>2020</b> | Rosa Maria Ferreira dos Santos                 | Identidades, saberes e territorialidades no mundo do trabalho das pescadoras de camarão da Ilha do Tarará – Tefé (AM)                                                                                            | Método etnográfico                     | UFAM/ Mestrado em Ciências Humanas                              |
| <b>2022</b> | Juliana Pereira de Araújo                      | A floresta como cura: mulheres, conhecimentos tradicionais e a promoção da saúde em comunidades da floresta nacional de Tefé                                                                                     | Não identificado                       | UEA/ Mestrado em Saúde Coletiva                                 |
| <b>2022</b> | Márcia do Carmo das Chagas de Castro Guimarães | O trabalho de mulheres produtoras rurais na Associação Comunitária Agrícola Unificada Francisca Mendes e Lago do Sucuriçu – ACAUFLAJU, município de Rio Preto da Eva-AM e seus reflexos na conservação ambiental | Materialismo histórico-dialético       | UFAM/ Mestrado em Serviço e Sustentabilidade na Amazônia        |
| <b>2023</b> | Laide Barros de Medeiros                       | Educação não formal e a formação no movimento de mulheres do campo amazônico: um estudo na CONTAG/ FETTAGRI Amazonas no período 2010 a 2020                                                                      | Materialismo histórico-dialético       | UFAM/ Mestrado em Educação                                      |
| <b>2023</b> | Dalvina Teixeira Rolim                         | O Protagonismo das mulheres na luta por uma Educação do Campo no assentamento de vila amazônica.                                                                                                                 | Metodologia construtiva-interpretativa | UFAM/ Mestrado em Educação                                      |
| <b>2023</b> | Caroline do Socorro Silvestre                  | Entre Subidas e Descidas das Águas o Labour das Flores Matizadas: sustentabilidade da vida, educação informal e protagonismo feminino.                                                                           | Não identificado                       | UFAM/ Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia |

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No repositório da UEA foi encontrada apenas uma pesquisa, e no repositório da UFAM foram localizados mais de 1.000 resultados na primeira busca, pois os descritores utilizados eram gerais, no entanto, quanto mais afunilado os descritores os resultados diminuíram, chegando a dez trabalhos. Assim, totalizam 11 pesquisas de mestrado, e nenhuma de doutorado.

Os anos das pesquisas foram entre 2007 - 2023. As áreas com mais pesquisas sobre a questão da mulher na agricultura familiar, são: o Programa de Pós - Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, com cinco dissertações, e o Programa de Pós-Graduação em Educação, com três pesquisas. Já os Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva; Ciências Humanas e Sociologia obtiveram um resultado em cada área.

Nas pesquisas foram encontradas discussões relacionadas a FETAGRI/AM e as mulheres na agricultura familiar, contudo, nenhum dos estudos aprofundou sobre a Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC), que é um dos itens da nossa pesquisa.

Nas conclusões das dissertações foi possível organizar grupos/categorias, quais foram: agricultura familiar versus agronegócio; o impedimento e o protagonismo da mulher rural no trabalho; os desafios da Educação do Campo; as reivindicações dos movimentos sociais e das mulheres do campo; o respeito ao meio ambiente e a educação informal.

Com isso as tendências desses estudos são em direção a emancipação dos sujeitos do campo, no que tange ao trabalho/renda, a luta pelo protagonismo feminino, a agroecologia e a educação do/no campo no estado do Amazonas. Já as lacunas, são, as incertezas metodológicas abordadas na referentes dissertações. E indo mais além, algo que não foi trabalhado é a luta por uma educação não sexista e antirracista dentro da educação do campo.

Acerca da ferramenta de organização para a análise, utilizamos a Análise de Conteúdo, a qual, conforme Bardin (2020, p. 11), é um “[..] conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Esse instrumento será utilizado para organizar os documentos e os cadernos da Marcha das Margaridas, para análise sob ótica do Materialismo históricos dialético.

Após o levantamento do estado da arte e compilação dos documentos, iniciamos o processo de análise de dados, fato que ainda está em processo, especialmente no terceiro

capítulo. À priori na análise de dados, as categorias<sup>18</sup> contradição, totalidade e hegemonia, são as mais aparentes, apesar de que as categorias reprodução<sup>19</sup> e mediação<sup>20</sup> também estejam presentes, pois elas se relacionam, com o foco de expor a essência do fenômeno.

Para Cury (2000) a contradição constitui a base da metodologia dialética, pois reflete o movimento do real, indo além das aparências superficiais. Não se trata de um fim em si mesmo, mas de um processo contínuo, funcionando como o motor interno que conduz à descoberta da essência. Esse processo revela as tensões e os conflitos que não são evidentes na maneira que objeto se apresenta, se olhado de um ângulo superficial. Assim, a realidade, como um todo, é dialética e, por isso marcada de contradições.

Quando olhamos para o objeto, a contradição está presente nas relações sociais, nos diferentes espaços educacionais, no qual, as sindicalistas, tem lutado por direitos, dentro das próprias organizações que levantam a bandeira em prol de igualdade, ora, se todos buscam igualdade, porque não regularizar principalmente os sindicatos rurais, para que todos estejam cumprindo as designações de 50% das mulheres nos âmbitos das coordenações de sindicatos, não somente como secretarias, mas, também como presidentes e vice-presidentes.

Além disso, a própria educação básica do âmbito público, não tem explanado em seu processo formativo a educação sexual, e uma educação não sexista, e quando aborda é de maneira tímida. Por isso, a Marcha das Margaridas, tem levantado essa bandeira. Mas, vale destacar, que na própria relação das mulheres, percebe-se as práticas machistas, algumas mulheres ainda trazem essas práticas no seu cotidiano, quando por exemplo, tratam de maneira diferenciada o filho da filha, ensinando a menina a cuidar da casa, fazer comida, abstendo o menino dessas atividades.

Em relação a totalidade, conforme Cury (2000), o objeto de estudo faz parte de um todo integrado e interdependente. Dessa maneira, a totalidade traz a compreensão de que é impossível a existência de um objeto isolado, pelo contrário, está sempre ligada a contextos mais amplos, marcados por contradições. Por exemplo, o objeto que discutimos, não vamos apenas a mulheres da FETAGRI/AM que fazem parte da ação

---

<sup>18</sup> As categorias são conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações. Elas surgem da análise da multiplicidade dos fenômenos e pretendem um alto grau de generalidade (Cury, p. 21, 2000).

<sup>19</sup> A categoria da reprodução se justifica pelo fato de toda sociedade tender, em suas instituições, à sua autoconservação reproduzindo as condições que possibilitam a manutenção de suas relações básicas (Cury, p. 28, 2000).

<sup>20</sup> A categoria da mediação se justifica a partir do momento em que o real não é visto numa divisibilidade de processos em que cada elemento guarde em si mesmo o dinamismo de sua existência, mas numa reciprocidade em que os contrários se relacionem de modo dialético e contraditório (Cury, p. 27, 2000).

Marcha das Margaridas, mas voltamos na história, especificamente quando o sexismo surgiu, para então, analisar, como tem se dado o processo de luta por equidade e paridade entre os sexos, focando precisamente nas mulheres do campo, das águas e das florestas.

Quanto a questão da categoria hegemonia, segundo Cury (2000) esse termo vem de Gramsci, que aborda como uma classe pode submeter outra, as suas ideologias e por meio da moldação cultural, o que torna a prática comum, sem necessidade de coerção explícita ou força, visto que advém das ideias, das questões morais, ou seja, do que é certo ou errado, e quem todo esse domínio das massas é a burguesia. O que está atrelado diretamente com essa pesquisa, visto que a mulher tem sido tratada como inferior ao sexo masculino, porque quanto mais desvalorizado um sujeito é, logo, economicamente falando, sua mão de obra também possui valor inferior. E quem ganha com isso é o capitalista.

Portanto, para atender os objetivos esse estudo está dividido em três capítulos, os quais possuem subseções. O primeiro capítulo é intitulado de *A luta das mulheres no mundo do trabalho*, suas subseções são:

- a) ‘O trabalho’, traz uma breve história da importância do trabalho para a sociedade, e de que maneira as relações sociais foram sendo modificadas por meio dele;
- b) ‘As relações de hegemonia do patriarcado na história do trabalho’, é resgatado as questões históricas que deram a estrutura das relações patriarcais vividas atualmente e como o sexismo foi tomando espaço na história do trabalho, ficando sob o domínio do patriarcado e permanecendo, porque agrega para a manutenção de lucro e poder do capitalista, visto que, o sexo feminino continua a ter menos direitos, mas, com a dupla e muitas vezes tripla jornada;
- c) ‘O trabalho da agricultora no estado do Amazonas’ é destacado notícias de jornais sobre as trabalhadoras que vivem no contexto rural, e sua luta pelo protagonismo no trabalho da agricultura familiar, e com isso é discutido a aparência do objeto e sua essência e contradições;
- d) ‘Os movimentos sociais dos trabalhadores(as) do campo e a inserção da mulher no sindicato rural’, aborda resumidamente o início da organização dos movimentos sindicais rurais, e a inserção da mulher nesses espaços;
- e) ‘A mulher no espaço de coordenação da FETAGRI/AM’, destaca como tem sido a participação do sexo feminino na Federação de Trabalhadores e Agricultores e Agricultoras Familiares do estado o Amazonas.

O segundo capítulo intitulado de *A formação crítica e o desenvolvimento de paridade de gênero no contexto rural*, possui cinco subtópicos, quais são:

a) ‘A educação em diferentes locais’, aborda a diferença entre educação formal, educação não-formal, educação informal e educação não-escolar;

b) ‘Escola Nacional de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura’, ressalta seu surgimento, missão, base e organização dos itinerários formativos;

c) ‘Marcha das Margaridas’, enfatiza a história do movimento, assim como sua organização, para mover as mulheres de todo país em prol de diversas pauta, como: participação política das mulheres, soberania popular, educação do campo não sexista e antirracista, agroecologia, soberania e segurança alimentar, saúde e previdência social entre outros eixos que são discutidos nesses mais de vinte anos de existência;

d) ‘Análise dos cadernos da Marcha das Margaridas relacionadas a educação do campo, educação antirracista e educação não sexista, no período de 2007 a 2023’, que a partir dos cadernos da Marcha, e da organização do material através do instrumento de Análise de conteúdo, chega a seis categorias de análise.

O terceiro capítulo tem como título: *A mulher e a paridade de gênero nos sindicatos de trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares no estado do Amazonas*, contendo as seguintes subseções:

a) “A inserção da CONTAG através da FETAGRI e de seus sindicatos no estado do Amazonas”, nele é relatado toda a história da luta dos trabalhadores(as) pelo direito a terra no estado e como a Confederação dos agricultores adentrou e fortaleceu essa luta;

b) “Os eixos do curso formação Político-Sindical ofertado para os trabalhadores rurais sindicalizados”, no qual é tratado sobre a distribuição dos conteúdos nos dois módulos (2009 e 2015) da formação regional Político-Sindical voltado para agricultores(as), no estado do Amazonas;

c) “As categorias de discussões sobre a questão da mulher nos cursos regionais de político – sindical ocorridas nos sindicatos de trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares do estado do Amazonas”, que traz uma continuação da discussão sobre os cadernos de texto da formação regional Político-Sindical, porém, a análise ocorre especificamente sobre as categorias que tratam sobre a questão da mulher dentro desse curso.

## CAPÍTULO I - A LUTA DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

Neste capítulo, pretendemos responder ao primeiro objetivo específico: *verificar as determinações históricas hegemônicas das relações sociais e das condições materiais enfrentados pelas mulheres, no trabalho da agricultura familiar e nos espaços de coordenação da FETAGRI-AM e de seus sindicatos*. Para isso, iremos explorar a literatura que trata do trabalho da agricultora no contexto rural do estado do Amazonas, bem como sua aparência fenomênica.

Com base no método do Materialismo Histórico Dialético, realizamos o processo de estudo do nosso objeto. Partimos da realidade empírica, e efetivamos o estudo de suas determinações, para assim, retornamos a viagem ao empírico, mas este não é mais o mesmo, e sim o concreto pensado (Marx, 2013).

Netto (2011) argumenta que o pesquisador deve transcender a aparência do fenômeno, indo além da forma como o objeto se manifesta em sua realidade empírica. Ele enfatiza que essa dimensão empírica, embora seja apenas uma das faces da realidade, não pode ser excluída ou negligenciada. No entanto, o principal foco deve estar na essência do fenômeno, no qual está presente toda a estrutura organizacional e as dinâmicas que permeiam o objeto de estudo de objeto.

Portanto, é pertinente a exposição da maneira como o objeto de pesquisa se apresenta em sua aparência fenomênica. Contudo, imprescindível que essa exposição seja acompanhada por uma análise que revele a essência e as interações estruturais do fenômeno em questão, e é isso que buscamos ao longo do trabalho.

Dessa forma o capítulo está dividido em quatro subtópicos, quais são: primeiro, *o trabalho*; segundo, *as relações de hegemonia do patriarcado na história do trabalho*; terceiro, *o trabalho da agricultora no estado do Amazonas* e quarto, *a mulher no espaço de coordenação da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do estado do Amazonas*.

Destarte, os principais autores que fundamentam este capítulo são: Mourão; Uchôa e Borges (2020); Nobre (1998); Sobreira (2022); Deere e Léon (2002); Saffioti (1976); Aguiar (2016); Esmeraldo (1998); Pimenta (2012) e Marx e Engels (2004); Lessa; Tonet, (2008).

### 1. O trabalho

Nessa sessão abordaremos a importância do trabalho para reprodução e sobrevivência humana, a história do trabalho e o fortalecimento do capitalismo. Os autores utilizados como base são: Moraes et. al (2010); Marx e Engels (2004) e Alborno (1994).

A condição de reprodução e sobrevivência do ser humano é o trabalho, de acordo com Moraes et. al (2010) os seres humanos transformam a natureza para satisfazer suas necessidades básicas, portanto, a história do mundo é fundada nas necessidades e no trabalho. Para Marx e Engels (2004) a história do mundo é a história do trabalho, pois, desde os primórdios da evolução humana tem como categoria presente:

Mal o processo de trabalho começa a se desenvolver e ele já necessita de meios de trabalho previamente elaborados. Nas mais antigas cavernas, encontramos ferramentas e armas de pedra. Além de pedra, madeira, ossos e conchas trabalhados, também os animais domesticados desempenharam um papel fundamental como meios de trabalho nos primeiros estágios da história humana (Marx, 2013).

Apesar de diversos animais alterarem a natureza de forma inconsciente, seguindo suas determinações biológicas e realizam a mesma atividade por séculos, como por exemplo, a aranha que de tece teias de seda com as mesmas características, independente do ambiente e a época, e a abelha constrói seu favo e colmeia seguindo suas determinações biológicas. No entanto, para Marx o trabalho, é a categoria exclusiva do ser humano (Lessa; Tonet, 2008).

Já os seres humanos conseguem realizar modificações em seu modo de produção, um exemplo disso é o desenvolvimento de equipamentos como pá, machado, e máquinas, que possibilitam o aceleração no trabalho de agricultura. Iniciam com a necessidade de um produto, partindo da matéria, em seguida passa para a idealização em sua mente de uma arquitetura e por fim, transformam a matéria natural em seu objetivo almejado.

Tipicamente, é pelo trabalho que os projetos ideais são convertidos em produtos objetivos, isto é, que passam a existir fora da consciência. E, do mesmo modo tipicamente, reconhecendo as novas necessidades e possibilidades objetivas abertas pelo desenvolvimento material que a consciência pode formular projetos ideais que orientam os atos de trabalho. Realidade objetiva e realidade subjetiva são, assim, dois momentos distintos, mas sempre necessariamente articulados, do mundo dos homens (Lessa; Tonet, 2008, p. 25).

Os autores destacam que a categoria trabalho para Marx, é o resultado de projetos elaborados na mente do homem, a qual está intrinsecamente ligada com a realidade do

sujeito, dessa forma, ao modificar a natureza, o ser humano também modifica a si mesmo, visto que, as novas descobertas se tornam parte histórias determinadas e não absolutas, o que possibilitam as constantes transformações e construções do conhecimento. No entanto, as novas descobertas, não excluem os conhecimentos prévios do objeto, ao contrário se tornam a base para elas (Lessa; Tonet, 2008).

O trabalho assumiu diversas formas ao longo da história, sendo em alguns momentos utilizada como tortura, em outras como escape do sofrimento na terra, a exemplo disso a escravidão e o meio de salvação eterna como, no qual, a igreja católica garantia um lugar no céu a partir da servidão na terra, e ao mesmo tempo assumiu uma questão de status social, Albornoz (1994).

Os autores Lessa & Tonet (2008) acrescentam que com o fim do feudalismo, o capitalismo se fortaleceu, com sua essência de explorar o homem pelo homem, com isso, o burguês compra a força de trabalho, da classe que vive do trabalho com um salário no fim no mês. Em outras palavras, a força de trabalho se tornou mercadoria, ou seja, sua mão de obra, pode ser comprada ou vendida, e para isso, acontecer o trabalhador tem de ser separado do produto, tendo acesso, apenas parte do processo de produção.

Esse modelo de produção segue os moldes anteriores ao capitalismo, que ganhou força no século XV e XVIII, por causa das grandes navegações, que abriram os caminhos para o mercado mundial, enriquecendo ainda mais a burguesia e separando os processos de trabalho e tratando os trabalhadores de forma diferenciada, seja, por idade, sexo e raça (Lessa; Tonet, 2008).

Portanto, trouxemos de maneira resumida, a importância do trabalho para a reprodução e sobrevivência humana; como a história do mundo e do trabalho estão interligadas; a diferença do trabalho realizado por animais, que de certa forma ocorre de maneira instintiva, enquanto o ser humano modifica a natureza e a sua própria história.

Vale destacar que o trabalho teve diversas roupagens, mas no modelo capitalista, o qual vivenciamos, tem em suas bases a exploração do homem pelo homem, além de introduzir a diferença entre idade, sexo e raça. Sobre isso, abordaremos no próximo subtópico o papel dado a mulher nas relações sociais e de trabalho no decorrer da história.

## 1.2 As relações de hegemonia do patriarcado na história do trabalho

A hegemonia<sup>21</sup> é a imposição de uma ideia ou pensamento de um grupo que possui o poder, econômico, religioso etc., sobre o outro. Essa imposição ocorre de maneira tão implícita, que o grupo dominado toma as ideias como se fossem suas, e as tornam naturais, e acabam transmitindo para outros, uma vez que a hegemonia vai tomando formas, seja por meio de culturas ou hábitos, ela é efetivada a partir dos aparelhos ideológicos do Estado, portando ela é unilateral, isto é, como os aparelhos pertencem a burguesia, ela detém o poder de produzir as ideias, bem como torná-las dominantes, os aparelhos são a Escola, Igreja, Polícia e redes sociais (Althusser, 1970).

Esse conceito, foi desenvolvido pelo Antônio Gramsci<sup>22</sup>, no entanto, não vamos nos ater diretamente a hegemonia que o autor discute, porém a algo que está interligado que é a hegemonia do patriarcado, que pode e tem influenciado o pensamento dos sujeitos, durante a história do trabalho.

As questões culturais do trabalho fluíram de forma diferenciada em relação a sexos e funções sociais, especificamente o trabalho do homem, da mulher, da criança e do escravo assumiram modelos de valorização desigual, no qual o trabalho assume os holofotes de distinção de poder.

A autora Goetttert (2014) destaca que o sexo feminino vem sendo marginalizado em diversas Eras e modelos econômicos. Muitas foram as ferramentas e modelos sociais que tenderam a diminuir o valor e domesticar o trabalho da mulher, não importando a brutalidade desses meios, como foi o caso da caça às bruxas, pois, a igreja católica combatia a heresia por meio da inquisição. Mas, vale destacar que era uma época de crise econômica e epidêmica, no entanto, as mais acusadas eram mulheres proletárias, principalmente as viúvas curandeiras, que produziam remédios de ervas, mas, as idosas, assim como as formosas e com deficiência, eram constantemente denunciadas, ou seja,

---

<sup>21</sup> “A hegemonia, como já mencionado, fundamenta-se primordialmente no consenso, o qual assume significados diversos de acordo com as diferentes formas de relações de poder que a função hegemônica materializa. Uma classe, no permanente processo de construção e manutenção da hegemonia, deverá difundir e sustentar sua concepção de mundo, influenciando em todos os aspectos da vida e do pensamento da sociedade, por meio do processo de difusão da ideologia, que irá imprimir características específicas à sua ação. Podemos dizer que um fator de distinção entre as diferentes formas de hegemonia consiste na ideologia que está subjacente a cada formação econômico-social” (Rummert, 2007, p. 25/26).

<sup>22</sup> “Ao analisar o Estado moderno, Gramsci enfoca a hegemonia nas sociedades em que o modelo econômico fundamenta-se na separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho. Nestas sociedades a reprodução das relações de produção procura apoiar-se na “hegemonia” da classe dominante, que se mantém através do conformismo das classes subalternizadas à sua situação de classes exploradas” (Rummert, 2007, p. 26).

independente da aparência, saúde ou idade, sempre que há crises econômicas, encontra-se um jeito de subjugar o sexo feminino.

Teles e Teles (2003) acrescentam que em países europeus a caça às bruxas durou dois séculos matando aproximadamente 30 mil mulheres na fogueira, sob acusação de terem pacto com demônio. “[..] é que a violência tem sido usada milenarmente para dominar, para fazer a mulher acreditar que seu lugar na sociedade é estar sempre sob submissão ao poder masculino, resignada, quieta acomodada, como as telhas do telhado ou como as escamas dos peixes” (Teles, Teles, 2003, p. 13).

Assim, as muitas formas de violência como por exemplo, simbólica, psicológica, verbal, física, patrimonial entre outras que continuam sendo usadas para submeter a vontade do sexo masculino ao feminino. Teles e Teles (2003) acrescentam que a violência é a forma que alguns homens utilizam para dominar a mulher e não tem o intuito de matá-la, em outras palavras, ele busca se apropriar como se fosse uma propriedade privada, e assim, determinar suas vestimentas, atitudes, desejos, para controlar que ela seja somente dele, como se fosse uma propriedade

Como destaca Teles e Teles (2003, p. 29) “Ao serem tratadas como propriedades dos homens, as mulheres perderam, em diferentes níveis, a autonomia, a liberdade e o mais básico direito de controle sobre o seu corpo.” O que torna explícito que o patriarcado vem dominando o sistema social e cultural há séculos. Portanto, além da opressão do oprimido, existe uma classe ainda mais subjugada que é a mulher, mesmo elas contribuindo para a renda da família.

A autora Saffioti (1976) relata que mulheres da classe baixa, sempre usaram sua força de trabalho para a produção de bens e serviços na sociedade. Independente do período da história elas contribuem para a subsistência de seu grupo familiar e para aquisição de patrimônio.

Porém, quando o trabalho começa a ser separado, segundo Sobreira (2022, p. 141) “Às mulheres cabem os afazeres da casa e de seu arredor, a criação dos filhos, o trabalho sem relevância econômica e simbólica, o trabalho com menor valor, portanto.” Já o sexo masculino se torna o principal responsável pela mão de obra que produz valor econômico enquanto o ofício do sexo feminino vai sendo cada vez mais menosprezado (Saffioti, 1976).

Na Revolução Industrial, seguiram outra forma de organização social, mas, continuaram a explorar da mesma maneira, as crianças e mulheres ainda mais que homens. No modelo capitalista o trabalho tem novas roupagens, apesar de trazer

resquícios do antigo modelo social, não fica apenas na questão da subsistência, pois, tem como objetivo a acumulação do capital e proteção da propriedade privada. Para isso, uma pequena parcela da sociedade começou a criar meios para que esse modelo continuasse, visto que se beneficia essa pequena classe conhecida como burguesia.

Conforme o Tumulo (2005), os economistas anteriores a Marx como Smith formularam teorias para explicar certas questões do capital, como meios de produção, salário, excedentes, propriedade privada entre outros. O capitalismo é um modelo de produção diferente de outros modelos econômicos e sociais, como por exemplo socialismo e o comunismo, pois ele, tende a ter uma divisão, através das privatizações, assim, poucos tem muito e muitos tem acesso a pouco, ou seja, uma divisão desigual.

O trabalhador não mais produz diretamente para seu consumo, mas produz artigos cuja existência independe de suas necessidades enquanto produtor singular. Nem qualitativa nem quantitativamente, o produto do trabalho do trabalhador representa os meios através dos quais o produtor imediato produz e reproduz sua força de trabalho. Entre a atividade trabalho e os produtos aptos a satisfazerem às necessidades do trabalhador, ou seja, entre a produção *stricto sensu* e o consumo, medeiam dois outros processos de natureza também social: a distribuição e a troca. Deste modo, o trabalhador participa do mercado não apenas enquanto comprador de mercadorias, mas ainda, e precedentemente, como vendedor de força de trabalho (Saffioti, 1976, p. 25).

A autora Saffioti, (1976) ressalta que no modelo capitalista, o trabalhador não produz para o seu consumo ou suas necessidades, mas para o acúmulo de riqueza dos patrões. E em relação a produção e consumo, o trabalhador se ver presente em dois momentos, quais são: primeiro, no consumo do produto, ou seja, na compra de itens que necessita, seja ele, eletrônico, alimentício, vestimentas e outros.

Segundo a venda da força de trabalho, o qual, dependendo do produto em que trabalha, não consegue comprar tal item, por exemplo, um trabalhador ou trabalhadora da zona rural que planta e vende a matéria prima malva<sup>23</sup> e juta<sup>24</sup> por aproximadamente R\$ 4,50 e R\$ 5,00 o kg, para ter acesso a um vestuário de R\$ 60,00 e outros produtos, precisa trabalhar mais e vender 12 kg de juta e mais de malva para obter tal item. Vale ressaltar que a produção de malva e juta é manual e tem vários processos (primeiro, Plantação de

---

<sup>23</sup> Planta leve e alta que produz fibra, utilizada como matéria prima para a produção de decoração e artesanatos.

<sup>24</sup> É uma planta semelhante a malva, porém pesada e menor, que produz fibra, é utilizada também como matéria prima para a produção de decoração e artesanatos.

sementes em locais próximas a água, segundo Colheita, terceiro, Lavagem da malva e juta e quarto, Secagem).

A remuneração do trabalho em dinheiro, portanto, sob a forma de salário, disfarça a apropriação, por parte do capitalista, do trabalho excedente do produtor imediato, como que numa substituição de uma justificativa jurídica já superada da exploração de uma classe social por outra. A remuneração em equivalente geral do trabalho do produtor imediato afirmar e nega, simultaneamente, a condição de homem livre do trabalhador. Como forma de distribuição dos produtos do trabalho, o salário do trabalhador, enquanto livre ofertante de força de trabalho, oculta a relação mais profunda entre os homens determinada pela distribuição dos instrumentos de trabalho, o que vale dizer, pela produção (Saffioti, 1976, p. 28).

O salário pago ao trabalhador é uma forma de camuflar a distribuição desigual dos bens de consumo, conhecimentos científicos e entre outras construções humanas realizadas ao longo da história. Com isso, o trabalhador recebe apenas para sua subsistência, e não é levado em consideração sua força de trabalho e nem seu tempo.

Em vista disso, Marx (2013) ressalta que com a ascensão do capitalismo, a subsistência da família proletária passou a depender de toda a família. Nesse processo houve um crescimento do exército de reserva, com isso, os mais fracos fisicamente (mulher e criança) começaram a receber menores salários, independente da função. Mas vale destacar que fora o trabalho na fábrica, o sexo feminino continuava de maneira individual o trabalho em casa. E com isso, a desvalorização do trabalho por causa do sexo, permanece.

A mulher nesse modelo continua sendo marginalizada como destaca Saffioti (1976) o modelo de sociedade que vivenciamos na maioria dos países trouxe consigo desvantagens para as trabalhadoras, visto que além do patriarcado socialmente construído, aumenta a subvalorização de suas funções produtivas.

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-

valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa (Saffioti, 1976, p. 36).

Como descrito as mulheres da classe burguesa foram as primeiras excluídas do trabalho<sup>25</sup> tido como produtivo e seu papel ficou confinado a cuidar do lar, enquanto as mulheres proletárias nunca estiveram alheias ao trabalho, pelo contrário eram exploradas nas fábricas, com condições de trabalho precário, salários mais baixos, e jornadas de trabalho mais longas, o que aumentava o lucro da burguesia, visto que economizavam com a mão de obra.

No Brasil em meados do século XX a superexploração e opressão do sexo feminino continuava, as mulheres da elite permaneciam sob poder do marido, uma vez que os privilégios da supremacia masculina era legalmente constituída, enquanto as mulheres era limitado o acesso ao emprego e à propriedade, e quando casada, por lei estava incapacitada de tomar qualquer decisão sem a autorização de seu esposo, fosse para exercer uma profissão aceitar ou recusar herança, se tornar guardiã legal entre outras situações. Embora pudesse abrir uma conta em banco ou receber pensão, se não houvesse uma permissão formal de seu cônjuge poderiam ser rejeitadas tais ações, só havia exceção de autorização na ausência do marido (Hahner, 2003).

Em relação as mulheres da classe proletária que moravam em cidades urbanas e possuíam algum nível de instrução seguiam carreira no ensino elementar, porém sua remuneração era inferior a de seus colegas do sexo masculino, sendo posteriormente preferidas nas escolas primárias, já as trabalhadoras sem nenhuma instrução formal trabalhavam na informalidade como vendedoras ambulantes, lavadeiras, domésticas, cozinheiras, costureiras, amas-de-leite etc., enquanto as camponesas, continuaram com o trabalho na agricultura, seja na plantação, na criação de animais, pesca, elaboração de artesanatos e até na venda de produtos (Hahner, 2003).

Na agricultura as trabalhadoras também sofriam com a desvalorização, pois, não eram tidas como protagonista do próprio trabalho, pelo contrário eram consideradas ajudantes do marido ou da família sendo o trabalho deles reconhecido como produtivo, ou seja, os responsáveis pela produção e comercialização da agricultura e pecuária, o que

---

<sup>25</sup> Na Era anterior ao capitalismo o trabalho da mulher também não era valorizado, porém com o surgimento do capitalismo as divisões de trabalho em diversas áreas, trouxe à tona a desvalorização da mulher, visto que além de receber menos, no mesmo trabalho que um homem desempenha, também, realizam dupla ou tripla jornada e não é paga por isso.

gerava lucro, e o delas como reprodutivo, que é o cuidado com as hortas, com os pequenos animais, com o lar e tudo que envolve o bem estar da família, seja, a educação dos filhos, ou o cuidado com a saúde etc., (Nobre, 1998), que não trazia nenhum tipo de valor comercial.

Poucos se detêm sobre as pessoas que vivem e trabalham na agricultura familiar — seus sonhos e anseios, os direitos que constroem e procuram tornar realidade. Quanto à família, quando considerada, apenas o é na figura do chefe da família. O trabalho e a visão de mulheres, filhas e filhos é negligenciada, como se os interesses do pai incluíssem os de todos (Nobre, 1998, p. 1).

Os trabalhadores da agricultura familiar, por vezes, são vistos apenas como sujeitos que realizam atividades que não influenciam muito para a economia do país, com isso, não é levado em consideração os anseios desses sujeitos. E relacionada a família, os maridos são considerados os chefes, e em muitos casos ocorre uma negligência da contribuição e dos interesses dos filhos e da esposa, logo, as vontades do grupo familiar ficam sob decisão do líder.

As autoras Deere; Léon (2002, p. 42) asseveram que “A desigualdade de gênero na divisão de benefícios dentro da família é aparente de vários modos”. Conforme as autoras os benefícios como “chefe da família”, vão desde receber a maior parte da proteína no prato, até no poder de decisão sobre os ganhos da família. Esse tratamento diferenciado, não é devido a trabalhar mais no pesado ou ser o melhor administrador, pois, as mulheres também labutam na agricultura e geram renda, e sim algo cultural presente na estrutura da sociedade.

No caso da América Latina, há um volume crescente de evidências demonstrando que a mulher tem maior probabilidade de colocar qualquer renda que receba individualmente no fundo comum para o benefício da família. O homem tem maior probabilidade de gastar parte da sua renda em desejos pessoais (especialmente bebidas alcoólicas e fumo) contribuindo apenas uma parte para o fundo da família (Deere; Léon 2002, p. 42).

Em questão de contribuição para a renda da família, as autoras Deere e Léon (2002) destacam que em uma pesquisa que realizaram a mulher é mais propensa a usar todos os seus ganhos para a subsistência do núcleo familiar, pois, suas preocupações estão ligadas a alimentação, saúde, educação e vestimenta dos filhos e do marido. Já alguns homens priorizam seus desejos pessoais, em detrimento das necessidades coletivas do lar,

ou seja, gastam primeiro com bebidas etc. e o que sobra vai para a renda da família. Logo, quebra-se a ideia de que todo homem é o provedor do lar.

Portanto, o trabalho da mulher, nos diferentes espaços sociais, principalmente na família foi e continua sendo subjugado, como ressalta Engels (2019) “Na família o homem é a burguesia e a mulher é o proletariado”, logo, na família tradicional do capital, é dever do sexo masculino deter o poder, gerenciar os recursos financeiros e tomar as decisões, enquanto, o papel da mulher é a submissão ao esposo e o cuidado com lar e essa visão continua forte nas zonas rurais.

Posteriormente discutiremos essa questão, voltada para o trabalho da agricultora Amazonense.

### 1.3 O trabalho da agricultora no estado do Amazonas

Neste subtópico abordaremos o trabalho da mulher no contexto rural Amazonense, como ele se apresenta e qual é sua essência, para isso, trazemos uma reportagem de Flavio que trata da ‘Importância das Mulheres no Contexto da Agricultura Familiar, publicada no jornal online Galeria Rural. Como base teórica utilizamos os seguintes autores: Mourão; Uchôa e Borges (2020); Saffioti (1976); Nobre (1998); Deere e Léon (2002); Souza e Silva, (2024); Sauer (2008); Marx (2013); Moreira (2019) e Sobreira (2022).

O trabalho do/a agricultor/ar familiar amazonense depende totalmente da terra e das águas, pois são as plantações de hortaliças e frutas que garantem sua subsistência, como asseveram Mourão; Uchôa e Borges (2020, p. 96) “[..] o trabalho desenvolvido na terra pelo/a trabalhador/a na agricultura familiar é para a produção de mandioca, melancia, milho e hortaliças em geral. Essa produção é para o uso doméstico e para a comercialização”. Essa produção é tanto para o consumo da própria família, quanto para a renda das famílias das comunidades rurais, ele envolve o cultivo, colheita e plantio.

A labuta é realizada por todos os membros da família, no qual já impera a divisão social do trabalho, e segundo Mourão; Uchôa e Borges (2020, p. 111) “A divisão do trabalho revela a força de trabalho do homem, da mulher e da criança; deste modo, se organizam e se articulam mutuamente”. O processo e a organização da produção dos produtos e mercadorias cultivados pelos agricultores/as têm o seu valor de uso agregado por um coletivo socialmente organizado.

No entanto, o trabalho na agricultura familiar, tem suas contradições, pois mesmo não havendo uma hierarquia em sua divisão social, a valorização dos papéis divididos

entre os sexos são desiguais. Para exemplificar melhor o fenômeno, cabe expor sua aparência, segue exemplo.

Figura II - O trabalho da mulher na agricultura



Fonte: BORGHEZAN, Flávio. Importância das Mulheres no Contexto da Agricultura Familiar, (online). Galeria Rural, 2024. Disponível em: <https://galeriarural.com.br/importancia-das-mulheres-na-agricultura/>. Acesso em 09 de dezembro de 2024.

A reportagem escrita por Borghezán (2024), e publicada pelo jornal Galeria Rural, é intitulada de: *importância das mulheres no contexto da agricultura familiar*. É apresentado a imagem de uma agricultora segurando uma muda de planta, em meio a um terreno com diversas plantações. A partir dessa imagem inicial, o jornalista vai descrevendo sobre o crescimento da participação das mulheres no processo de desenvolvimento da agricultura familiar, sua exposição, induz ao leitor acreditar na atualidade do desenvolvimento, quando na verdade, essa participação foi inerente na subsistência das comunidades.

Ele resalta os seguintes pontos em relação a trajetórias das trabalhadoras no campo: presença feminina e evolução do agronegócio; a trajetória oculta das mulheres no

campo; crescimento da presença feminina em cargos de gestão agrícola; importância das mulheres na agricultura familiar: desafios e oportunidades; disparidade na propriedade da terra; o papel da qualificação e educação na agricultura sustentável; o impacto socioeconômico das mulheres no campo; as barreiras do preconceito e a luta por igualdade; mulheres agricultoras na Amazônia e o modelo de sustentabilidade; a agricultura familiar na configuração da Amazônia e a relevância das políticas públicas para a equidade de gênero na agricultura.

Os tópicos abordados por Borghezán (2024) são descritos de forma resumida, porém, causam algumas dúvidas, além de propor soluções como: criação de políticas públicas para promover a equidade de gênero, formação direcionada a sustentabilidade e geração de renda, talvez não sejam suficientes para gerar a emancipação do sexo feminino no campo. Por isso, a seguir vamos trazer mais detalhadamente o que o jornalista cita, e em contraposição o que os autores ressaltam.

Na questão da presença feminina e evolução no agronegócio, Borghezán (2024), ressalta que as mulheres estão ganhando destaque no agronegócio, e que isso é reflexo do crescimento das mulheres na agricultura com o passar dos anos. Apesar disso, o trecho passa duas informações que a priori são inconsistentes, a primeira é que agronegócio e agricultura são as mesmas coisas, e a segunda é que o trabalho da mulher tem crescido na agricultura ao longo dos anos.

Os autores Souza; Silva, (2024) & Sauer (2008) ressaltam que a agricultura familiar e o agronegócio possuem diferenças gritantes, isso porque, as organizações dos dois modelos de produção são diferentes. Um é formado pelo núcleo familiar dos sujeitos das comunidades rurais, no qual o principal foco é a subsistência, enquanto o outro, possui como donos os grandes latifundiários que visam o lucro em detrimento do povo.

Sauer (2008) destaca que o conceito de Agricultura familiar foi fortalecido pelos teóricos em meados de 1995, mas surgiu dentro do Movimento Sindical dos trabalhadores Rurais<sup>26</sup>. Mas, o conceito juntamente com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), tiveram como principal pressuposto a visibilidade dos agricultores excluídos dos programas do governo, como por exemplo do crédito rural.

---

<sup>26</sup> Vale ressaltar que a aceitação do termo agricultura familiar sofreu diversos percalços teóricos e políticos, dos quais não vamos nos ater.

Dessa forma a agricultura familiar é formada na relação: trabalho, terra e família, logo, o núcleo familiar, não possui apenas a terra, como participa ativamente no processo produção. Além disso, a agricultura familiar é a principal responsável por fornecer alimentos (frutas, vegetais, peixes, carne e frango etc.) para o mercado local e nacional. Embora possua uma quantidade menor de terras, quando comparada as grandes fazendas e empresas agrícolas.

Já o agronegócio tem como principal foco o mercado externo, e por isso, há séculos, tem expropriado tanto as terras dos camponeses, quilombolas e indígenas, quanto os recursos naturais, visto que, o agronegócio cresce a partir da superexploração, o que tem causado diversos problemas ambientais, e sociais (Souza; Silva, 2024). O próprio conceito do agronegócio já expressa sua essência.

[...] a partir dos anos 1990, se populariza o termo agronegócio (tradução literal do termo inglês agribusiness) cujo sentido designa, a princípio, um conjunto de ações ou transações comerciais (produção, industrialização e comercialização), ou seja, negócios relacionados à agricultura e à pecuária (Sauer, 2008, p. 14).

O autor descreve como o agronegócio estar intimamente ligado a uma cadeia de negócios, que envolvem o setor de negócios industriais, a comercialização de insumos como fertilizantes, maquinários, agrotóxicos entre outras tecnologias que facilitam a produção em massa e venda de seus produtos, o que garante aos empresários locais, um lugar de concorrência no mercado agrário mundial.

Apesar dos dois conceitos serem diferentes, e ao mesmo tempo produzirem mercadorias semelhantes, Souza; Silva (2024) asseveram que a diferença na questão da valorização do agronegócio e desvalorização da agricultura familiar iniciou ainda no golpe de 1964.

Diferentemente da agricultura familiar, o agronegócio foi impulsionado pelo advento da modernização do campo, que ocorreu especialmente a partir do Golpe de 1964 e abrangeu o conjunto de operações da cadeia produtiva, do trabalho agropecuário até a comercialização, voltando-se primordialmente para o aumento da produtividade e lucratividade e dirigindo-se prioritariamente para o mercado externo. Para isso, o agronegócio utiliza tecnologias e equipamentos intensivos; foca nas grandes monoculturas; pauta-se largamente no uso de agrotóxicos; constitui-se como um pequeno segmento “altamente capitalizado” e com significativo acesso a subsídios governamentais (Souza; Silva, 2024, p. 90/91).

Os autores salientam que o crescimento do agronegócio no Brasil, se deu por causa dos interesses da burguesia, a qual tinha como proposito a “modernização” do campo. E quem promoveu seu crescimento foi o próprio governo, pois facilitou a entrada de empresas do exterior para que explorassem as terras brasileiras, causando assim, a expropriação de terras, e culminando a migração dos trabalhadores rurais para áreas urbanas e dando ênfase em investimentos tecnológicos para a produção em massa de mercadorias, com foco na exportação.

Com isso torna-se evidente que não é possível comparar o crescimento ou visibilidade da mulher na agricultura familiar, com a mulher do agronegócio, como aparece na escrita de Borghezán (2024). Uma vez que a primeira é uma eterna oprimida do sistema capitalista, a outra, tem mais oportunidades e armas para lutar contra o mesmo sistema, sendo assim, as regras machistas não se aplicam com tanta intensidade, pois, a classe social afrouxa ou aperta a aceitação social de questões tanto sexuais quanto de gênero, o que deixa nítido que o capital sempre está acima de qualquer problemática.

Acerca da evolução do trabalho da mulher na agricultura, na verdade, essa evolução tem ocorrido de forma lenta, pois, ainda há grande diferença quando se trata da valorização do trabalho masculino e feminino.

No roçado se produz farinha, feijão e milho, considerados, pelos agricultores, fundamentais à sobrevivência, de modo que as atividades aí realizadas são reconhecidas como trabalho. O pai encarna essas atividades, logo o trabalho é dele. Mesmo que os filhos e a esposa desempenhem tarefas no roçado, essas são consideradas “ajuda”. Por oposição ao roçado, a casa é o lugar da mulher, mãe de família, e as atividades aí desenvolvidas são consideradas um não-trabalho (Nobre, 1998, p. 2).

Nobre (1998) deixa explícito quais são as produções dos agricultores/as no campo, e como o trabalho é do homem, e as atividades realizadas pela esposa e filhos são apenas uma “ajuda” pois, a casa é o local no qual é responsabilidade da mulher, as atividades nela realizadas são vistas como “leve”.

Essa visão tem resquícios do início da industrialização, no qual a criança e a mulher foram lançadas no mercado como mão de obra barata, para aumentar os lucros dos donos do capital, como ressalta Marx (2013):

À medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior

flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Assim, esse poderoso meio de substituição do trabalho e de trabalhadores transformou-se prontamente num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade (Marx, 2013, p. 575).

Marx (2013) ressalta que inserção de maquinaria industrial, eliminou a necessidade do uso de força muscular, abrangendo para trabalhadores com menos desenvolvimento corporal, no caso, mulheres e crianças. A partir do momento em que os empresários perceberam que utilizar a mão de obra das crianças e da mulher era algo mais vantajoso, o aumento de trabalhadores cresceu e o salário diminuiu, “Ao lançar no mercado de trabalho todos os membros da família do trabalhador, a maquinaria reparte o valor da força de trabalho do homem entre sua família inteira. Ela desvaloriza, assim, sua força de trabalho” (Marx, 2013, p. 576).

O homem chefe da família era quem de certa forma vendia a mão de obra de seu filho e esposa, pois, logo, o salário que devia ser dele, era dividido em partes para a remuneração da mulher e de seus filhos, e conseqüentemente a desvalorização da mão de obra prevalecia. Com isso, outros problemas foram sendo acarretados, como: exaustivas horas de trabalho, desigualdades, falta de tempo para a família, dupla jornada para mulheres, desnutrição e morte infantil entre outros impactos sociais (Marx, 2013).

Atualmente, os donos do capital continuam buscando maneiras para adquirir lucros em detrimento das necessidades do povo, obvio que os problemas atuais são outros, mas permanecem a desvalorização do trabalho, e se tratando da mulher, seja ela da área urbana ou rural, continuamente seguem em busca de direitos, visto que, elas continuam sendo submetidas, a normas capitalistas e culturais do machismo.

Voltando para a mulher camponesa, ela é a principal responsável pela educação dos filhos e do cuidado com a família, isto é, cozinhar, lavar, passar, vestir e as demais atividades domésticas. Além desse papel, também fazem parte do processo produtivo da agricultura, sejam, arando a terra, plantando, realizando a colheita e ensinando as novas gerações como realizar tal processo, com a assevera Sobreira (2022):

As mulheres rurais têm um papel sui generis na manutenção da família, dos valores e na sua ressignificação. Pilar da família camponesa, estão imersas em múltiplas jornadas de trabalho, por vezes ainda invisibilizado, que vai dos afazeres da casa, do quintal, o trato com os filhos até a colheita, coleta e cuidado com os animais, atividades

culturalmente configuradas como de menor valor econômico e simbólico (Sobreira, 2022, p. 79).

Apesar de múltiplas tarefas que assumem diariamente, elas ainda vivem na invisibilidade, não tanto quanto décadas atrás, que nem o acesso a crédito possuíam. Atualmente conquistaram direitos como trabalhadora, como por exemplo o auxílio maternidade, previdência social, direito a empréstimo entre outros benefícios destinados aos agricultores/as.

No que tange a disparidade na propriedade das terras o jornalista vai dizer que um dos maiores desafios que as mulheres da agricultura familiar passam é a questão do direito de igualdade à terra, visto que tradicionalmente é herdada pelos filhos (homens), o que proporciona uma distribuição desigual.

Essa discussão do direito da mulher a propriedade de terra vem sendo realizada há mais de dois séculos. As autoras Deere e Léon (2002) em sua obra: *O empoderamento da mulher: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina*, trazem um aprofundamento dessas lutas, visto que dados mostram que o sexo feminino tem menos acesso e controle a terra, mesmo sendo a maioria.

Na obra as autoras destacam que os principais fatores para essa disparidade são: as tradições culturais, cujo patriarcado é quem domina, logo, os maiores beneficiados são os homens, pois, era de costume que a terra fosse passada para os filhos, já que eles que levam o sobrenome, mesmo se casando não é mudado, enquanto as filhas perdem essa linhagem no casamento, dessa forma elas precisavam ter um ‘bom casamento’. As legislações da Americana Latina traziam lacunas, que afetavam diretamente o direito a herança, da propriedade e do mercado, o que privilegiou o sexo masculino.

Atualmente a questão do direito a terra para o sexo feminino avançou consideravelmente, mas para que isso ocorresse, foi necessário que as mulheres se unissem em forma de movimentos sociais, como asseveram Deere; Léon (2002):

Várias condições tiveram que ser mudadas antes que a questão dos direitos da mulher à terra começasse a ser abordada. Foram de grande importância o surgimento do segundo movimento feminista, internacionalmente, e o crescimento e a consolidação de movimentos das mulheres nacionais e locais na América Latina. Desde a década de 1970, uma série de Conferências Mundiais sobre a Mulher das Nações Unidas, que começou com a Década da Mulher em 1975, centrou a atenção no fim da discriminação contra a mulher, na obtenção de igualdade entre homens e mulheres e na incorporação da mulher e das questões de gênero em plano de desenvolvimento nacional. Além de

garantir e expandir os direitos de propriedade da mulher casada, outro ponto importante é o de estabelecer os direitos à terra à mulher rural, especificamente ao incluí-la em programa estatais de reforma agrária, colonização e titulação de propriedade, e ao garantir seus direitos (Deere; Léon, 2002, p. 30).

Com o surgimento e fortalecimento do movimento feminista e outros movimentos de mulheres, as discussões relacionadas igualdade entre os sexos, foram intensificadas, ou seja, sua inserção em espaços políticos e sociais tonaram – se pauta na agenda internacional e no desenvolvimento nacional. E com esses novos rumos, a mulher obteve uma expansão de direitos a propriedade, sendo ela casada, divorciada, solteira ou viúva.

As mulheres rurais puderam obter a titulação da terra em seu nome, o que proporcionou autonomia e liberdade financeira. Apesar de parecer que a terra é apenas uma propriedade, não é somente isso que ela significa, pois, quem tem terra possui mais poder de decisão, autonomia, e acesso a direitos previdenciários, aposentadoria entre outras questões, além de ser um meio de produção. Logo se a mulher tem menos acesso à terra, conseqüentemente, todas as outras problemáticas são mais difíceis. Conquanto, para que a mulher pudesse ter direitos reconhecidos e garantidos a propriedade, foram necessárias diversas mudanças, seja em âmbito político, cultural ou social.

No que diz respeito a formação para uma agricultura sustentável, Borghazan (2024).

A qualificação das mulheres agricultoras é essencial para garantir uma agricultura familiar sustentável. Investir em educação no campo proporciona às mulheres as habilidades e conhecimentos necessários para aumentar a produtividade, melhorar as práticas agrícolas e enfrentar os desafios ambientais e econômicos.

Sobre a questão da educação voltada para a sustentabilidade no campo vamos discordar do jornalista, pois, ele passa a ideia de que as mulheres não trabalham a sustentabilidade, e é necessário qualificação, mas na verdade, o cuidado com a prática da agroecologia vem sendo realizada pelas agricultoras, desde os primórdios, já a relação da formação para aumentar a produtividade e a economia dos agricultores campo, realmente ainda vem sendo realizada aos poucos.

Conforme Rocha (2019), o modo de produção na agricultura adotado pelas mulheres na Amazônia apresenta particularidades regionais, no estado do Amazonas, por exemplo, é destacado tanto as particularidades ambientais como as formas específicas de organização sociocultural. As agricultoras recorrem ao conhecimento da natureza para

garantir sua reprodução, incorporando novos métodos de produção, manejo e cuidado ambiental. Com isso, combinam práticas de produção com a preservação e conservação ambiental, demonstrando preocupação com a segurança alimentar e nutricional.

Assim, a sustentabilidade é uma preocupação das agricultoras não somente da região norte, mas das demais regiões também, vemos isso expresso nos movimentos de mulheres do campo, que há décadas vem lutando em prol da permanência do manejo da agricultura sem uso de veneno ou outros produtos que prejudiquem a terra, o meio ambiente e a saúde dos alimentos, inclusive as autoras Sobreira (2022) e a Moreira (2019) vão dizer que as agricultoras são as maiores defensoras do meio ambiente.

As mulheres têm tido uma contribuição fundamental para a agroecologia, uma vez que são protagonistas das práticas agroecológicas e guardiãs da biodiversidade, das sementes e dos saberes. Nesse aspecto, a relação das mulheres com as sementes é histórica, desde os primórdios da agricultura, no ato da seleção, domesticação e cultivo. Mesmo com o processo da homogeneização e padronização do processo produtivo pela agricultura industrial e, no período mais recente, pela biotecnologia, as mulheres camponesas vêm contribuindo para a preservação das variedades, no incentivo à guarda e troca de sementes (Moreira, 2019, p. 69).

Moreira (2019) como descrito traz a relação das mulheres com as práticas agroecológicas, que não é algo recente, mas, são saberes da terra, transmitidos por gerações, umas de suas práticas é o de guardar e trocar sementes, vale destacar que esse ato possibilitou a não extinção de plantas no período da revolução verde<sup>27</sup>.

Além disso a autora vai destacar ao longo de sua pesquisa, que sem as mulheres não é possível a agroecologia, pois, são as agricultoras que levantam a bandeira, por meio de parcerias e criação de grupos de trabalho e movimentos sociais, em prol do cultivo sem uso de agrotóxicos e outros venenos, pois priorizam a alimentação saudável.

Um dos movimentos que lutam por agroecologia e soberania alimentar é Movimento Marcha das Margaridas que faz parte da CONTAG, desde 2000, uma de suas bandeiras é a questão do meio ambiente.

Um dos eixos de luta bastante discutido na Marcha de 2019 girou em torno da questão da terra e da agroecologia, tendo em vista que as trabalhadoras rurais, além de

---

<sup>27</sup> Ocorreu após a segunda guerra mundial, tinha como foco o aumento da produção agrícola, para isso, foram criados um conjunto de inovações tecnológicas, como: agrotóxicos, fertilizantes químicos, máquinas agrícolas avançadas e sementes geneticamente modificadas, causando impactos ambientais.

lutarem pela produção de alimentos sem veneno (agrotóxicos), vivem do comércio e consumo de plantações que realizam em suas terras (Teixeira, 2021).

A autora Moreira (2017) assevera a preocupação das trabalhadoras do campo com a forma que o agronegócio tem atuado no mercado, pois, além de trazer prejuízos para a terra e produzir alimentos com agrotóxicos, também dificulta de forma indireta a comercialização dos pequenos agricultores. Com isso, a pauta da agroecologia tem ganhado força, graças às alianças que a Marcha tem realizado.

É interessante perceber que essa ampla rede de alianças construída agregou desde o início movimentos sindicais, movimentos e organizações feministas e de mulheres, assim como movimentos e organizações ambientais e agroecológicas. Essa composição demonstra a diversidade de concepções políticas que vieram se somar a essa ação, cada uma trazendo suas pautas prioritárias, as estratégias e táticas utilizadas em suas mobilizações, suas visões de mundo (Moreira, 2017, p. 4).

A parceria construída dentro do movimento de mulheres tem ajudado na visibilidade, já que atualmente as reivindicações da Marcha se tornaram mais fortes e as parcerias têm agregado estratégias e pautas que são essenciais nessa luta.

A busca por alimentação saudável e desenvolvimento sustentável tem se intensificado, posto que é um tema preocupante para as Margaridas. “Na pauta da Marcha das Margaridas essa preocupação aparece de forma expressa, como um desafio para o desenvolvimento rural sustentável incorporar tanto nos espaços domésticos e reprodutivos quanto no trabalho produtivo” (Moreira, 2017, p. 7).

Vale ressaltar que a pauta da agroecologia, segundo a autora Moreira (2017), tem sido discutida pelas Margaridas desde a primeira Marcha, que ocorreu no ano 2000, e a cada ano acrescentam-se novas discussões e visões. Na caminhada de 2011, por exemplo, foram ressaltadas as experiências das próprias trabalhadoras rurais com a agroecologia.

Nesse ano, as mulheres destacam os espaços dos quintais produtivos e dos arredores de casa como lugares onde tradicionalmente elas vêm desenvolvendo a agroecologia, produzindo de forma diversificada, desde o cultivo de plantas medicinais, passando pela criação de pequenos animais, pela produção de hortaliças e de frutíferas (Moreira, 2017, p. 8).

O quintal de casa é utilizado por gerações para o cultivo de diversas plantas, considerando seu caráter de produzir o alimento e valorizar o cuidado com a família.

Além do cultivo, também há a criação de animais, como porcos, galinhas, patos, entre outros animais de pequeno porte, que servem de subsistência para a família e comunidade.

Com o passar dos anos foram sendo moldadas a luta em busca do fortalecimento de práticas agroecológicas, como assevera Sobreira (2022).

Reivindicando não só justiça de gênero, passando-se pelos âmbitos da redistribuição, reconhecimento e representação, a Marcha das Margaridas requesta justiça social e ambiental, tendo contribuído inclusive à consolidação da agroecologia na agenda política brasileira (Sobreira, 2022, p. 118).

Como destacado, as mulheres rurais, não lutam apenas pela questão de paridade de gênero, mas, pela justiça social e ambiental. Visto que os princípios da agroecologia são os que guiam as trabalhadoras do campo. E para a permanência desse modelo de produção, a margaridas consolidaram a agroecologia na agenda política.

Portanto, a agroecologia atualmente tem sido vista como uma forma de promover a sustentabilidade ambiental, ou seja, conduzir a produção com manejo de recursos naturais e a geração de renda numa relação de harmonia (Moreira, 2019). Logo, não dá para concordar com Borghezan (2024), quando diz que há pouca formação relacionada a sustentabilidade, pois, partimos do pressuposto que não é somente a educação formal que possibilita o conhecimento, mas, o modelo informal, que precede a ele, no qual é nítido na agricultura familiar, onde os saberes são transmitidos para os filhos, através do trabalho.

Se tratando da questão socioeconômica da mulher no campo Borghezan (2024) ressalta que o trabalho da mulher na agricultura familiar é muito relevante, visto que, contribui para o desenvolvimento das comunidades rurais, da economia agrícola e para a sustentabilidade. As principais atividades que elas realizam são: artesanato, criação de animais, pecuária e cultivo de alimentos.

Para o jornalista as atividades realizadas pelas mulheres contribuem para a cultura, produtividade, aumento da renda familiar, segurança alimentar, promoção da agricultura sustentável, ou seja, sustentabilidade, redução da pobreza, fortalecimento do comercio local e igualdade de gênero, no entanto, esses trabalhos tendem a ser invisibilizados. Também ressalta a importância da elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a equidade de gênero nas comunidades rurais. Ademais, o jornalista passa a ideia de que a igualdade depende apenas das mulheres, em outras palavras do seu desenvolvimento crítico, e empoderamento.

De fato, o trabalho da mulher na zona rural contribui para renda da família, e em alguns casos, como das mães solteiras e viúvas, seus trabalhos são a única renda da família. Mas será que o trabalho e as políticas públicas realmente são suficientes para trazer essa equidade de gênero, que o jornalista ressalta? A autora Saffioti (1976) assevera que a mulher nunca foi alheia as atividades econômicas, porém, seu papel era negligenciado, e Nobre (1998, p. 4) acrescenta “Mesmo que as mulheres e crianças trabalhem o mesmo número de horas que os homens e suas tarefas exijam habilidade, paciência e rapidez, elas recebem menos, pois o valor da diária é determinado pelo sexo e idade de quem a recebe”.

Como descrito acima, independente do trabalho que as mulheres e as crianças realizam no campo, o seu valor, não está ligado a produção ou qualidade, e sim, a sua idade e sexo, e isso ocorre por causa do sistema social e cultural do patriarcado na nossa sociedade, como destaca Sobreira (2022, p. 79) “Sob a estrutura do patriarcado convivem relações de poder que se pautam a partir do gênero, ações, posturas e expectativas para homens e mulheres”.

Como descrito pela autora, o patriarcado se manifesta de diversas formas, como, a divisão tradicional dos papéis de gênero; a disparidade salarial, a desvalorização do trabalho, a discrepância nos cargos de direção e liderança entre outras questões que deixam nítido o poderio do homem.

Voltando para o que o jornalista aborda, em relação as políticas públicas, não é cabível, de que a criação dessas políticas e o empoderamento do sexo feminino são suficientes, é obvio que as políticas públicas agregam bastante. Porém as problemáticas relacionadas aos sexos, são mais profundas que isso, pois, são questões envolvem toda uma construção social, no qual, o patriarcado é quem domina, e o capitalismo se aproveita e intensifica a discriminação na estrutura social, política e cultural.

Chega-se, assim, a dois subtipos de capitalismo em cada um dos quais a condição da mulher aparece como o fruto da combinação, de um lado, da tradição local e das determinações essenciais do sistema capitalista de produção e, de outro, dessas mesmas determinações com a condição de autonomia ou de heteronomia dos países em questão e, por conseguinte, da composição das forças internacionais, periodicamente redefinidas com vistas à manutenção do padrão de equilíbrio do sistema inclusivo do capitalismo mundial ou visando a encontrar um novo padrão de equilíbrio (Saffioti, 1976, p. 16).

A autora Saffioti (1976) descreve que existe pelo menos duas maneiras que o capitalismo discute a questão da mulher, primeiro, está relacionada a combinação das

culturais e tradições locais, no caso do Brasil é o patriarcado quem domina, com os objetivos do capitalista que é a mais-valia; o mais trabalho e a geração de lucro; segundo, está ligado ao desenvolvimento desigual e combinado (nosso país segue a principalmente a economia agroexportadora), logo, a condição da mulher não tem sido prioridade nos países autônomos e tem refletido em nós que somos heterônomos.

Com isso, concluímos essa análise, no qual foi evidenciado que o trabalho da mulher na agricultura familiar no estado do Amazonas, ao utilizarmos uma reportagem escrita por Borghezan (2024) que trouxe temas como; emancipação da mulher agricultura, trabalho, renda, invisibilidade, desigualdade, formação para a sustentabilidade e políticas públicas.

Desse modo na reportagem, percebemos as contradições descrita pelo jornalista, como afirmar que as mulheres estão crescendo no agronegócio, ao mesmo tempo, generalizar para as agricultoras familiares, que são espaços diferentes, apesar de que a luta por paridade de gênero ser a mesma. Além disso, foi abordado as disparidades na divisão de papéis da família e a invisibilidade do trabalho da mulher.

A pesquisa da teoria realizada neste subtópico, nos mostrou os seguintes pilares que servem de ocultação hegemônica do papel da mulher, a) divisão social do trabalho familiar; b) indiferenciação entre agronegócio e agricultura familiar; c) ocultamento das diferenças entre classes sociais das mulheres; d) culturas e políticas que não garantem o acesso da mulher aos meios de produção; e) fracionamento salarial da mulher tendo o homem como acumulador total do salário; f) falsa modéstia da mídia na questão feminina; e) políticas públicas ineficientes. Estes foram alguns pontos explorados, mas não são todos, pois o objeto é mais amplo que isso, porém estes mecanismos garantem a reprodução e permanência da hegemonia machista no campo brasileiro.

A seguir será discutido questões relacionadas a disparidade entre os sexos, mas, focando nos movimentos sociais e de trabalhadores, nos sindicatos e no espaço de condenação da FETAGRI/AM.

#### 1.4 Os movimentos sociais dos trabalhadores(as) do campo e a inserção da mulher no sindicato rural

Segundo Silva (2008) o sindicalismo rural no campo surgiu em 1930, um período específico do crescimento do capitalismo no Brasil que diferente do modelo liberal Europeu, avançou no agronegócio e não nas indústrias, e as consequências disso para o trabalhador rural, foram as desapropriações e destruição de suas terras. O que os levou a

comercialização de sua mão-de-obra, visto que, suas plantações e criações, não eram, mais suficientes para a subsistência de suas famílias.

Essas relações de dominação enfrentadas pelos trabalhadores rurais sob poder dos proprietários de terra, causou o que Marx vai conceituar de estranhamento do trabalho.

No segundo nível, a alienação/estranhamento é considerada por Marx numa dimensão ontológica. Daqui, decorrem duas determinações: o trabalho alienado, ainda sob as condições do capital, *aliena do homem o gênero*, isto é, o trabalhador se estranha de sua própria espécie” (Moraes, *et al.* 2010, p. 45).

Partindo da ideia de que o sujeito se estranha da própria espécie, o trabalhador da zona rural passa por isso, a partir do momento que é expulso de suas terras e precisa se submeter aos grandes latifundiários para obter sua subsistência, uma vez que todo seu trabalho serve para enriquecer os patrões, e ele recebe o mínimo por isso.

Silva (2008) ressalta que os trabalhadores rurais no final do século XIX e começo do século XX, começam a ter a consciência de classe, e com isso não se unem porque estava sendo expulso de suas terras e o seu trabalho na terra estava enriquecendo os patrões, e com isso, fortalece os movimentos sociais no campo do País. As Ligas Camponesas, são um exemplo desses movimentos de trabalhadores.

Mesmo sendo reconhecidas enquanto um movimento importante para a deflagração de uma postura de enfrentamento da questão agrária no Brasil, as Ligas Camponesas representam um importante momento da organização camponesa que, à medida que se amplia, começa a abrigar várias categorias que se vêem expropriadas das condições mínimas para sua reprodução social (Silva, 2008, p. 52).

O autor Silva (2008) aborda que as Ligas Camponesas iniciadas no Nordeste, lideradas por Francisco Julião, possuía uma visão diferentes de outros movimentos do campo<sup>28</sup>, pois, resistiam a expulsão de suas terras, lutavam pela reforma agrária radical e por melhores condições de vida no campo. E o resultado dessas lutas se deram no surgimento dos primeiros sindicatos rurais no final de 1940, e na autorização da sindicalização rural, estabelecida por Vargas em 1944, sob o decreto 7.038. Mas, só ganhou força no governo de João Goulart.

Entre 1950 e 1960, o sindicalismo rural com predominância masculina, começa a se estabelecer no país, como destaca Pimenta (2012):

---

<sup>28</sup> Os movimentos dos campos liderados pela Igreja e pelo Partido Comunista, não focavam em uma reforma agrária total, mas, aceitavam fazer por partes, com parceria da burguesia (Silva, 2008).

O sindicalismo rural se estruturou no Brasil a partir dos anos 50-60 como um espaço político de exercício masculino. As práticas sociais e a cultura política hegemônica, não somente excluíram as mulheres trabalhadoras rurais, como as silenciaram, colocando-as na invisibilidade. Cerca de três décadas já tinham se passado desde a criação do movimento sindical de trabalhadores rurais quando as mulheres conquistaram o direito de se sindicalizar (Pimenta, 2012, p. 2).

No entanto, as mulheres não possuíam voz nesses espaços, pois, a organização era extremamente machista. Vale ressaltar que a presença das mulheres nesses espaços de reivindicações, não era algo novo, no Brasil, as trabalhadoras estiveram presentes nas lutas por direitos, desde antes da chamada Revolução de 1930<sup>29</sup> (Montenegro, 1985).

O movimento feminista, segundo Gohn (2010) no ocidente, passou por três ondas: a primeira, ocorreu do século XVIII até o início do século XX. Sua luta foi em prol do reconhecimento legal de igualdade de direitos, como por exemplo o voto, trabalho educação e outros; a segunda onda, adveio entre 1960 a 1980, continuou com o foco na igualdade entre os sexos, se expandindo para as leis e costumes, e os temas principais debatidos na época eram a sexualidade, a violência e mercado de trabalho; a terceira onda, teve início em 1990, com novas estratégias, iniciou a crítica à construção da imagem do sexo feminino nos grandes meios de comunicação, sendo assim, as mulheres passam a falar mais da libertação da sexualidade, deixando a sua sexualidade em segundo plano.

O movimento feminista fortaleceu a participação da mulher, e se consolidou no Brasil, com as greves do ABC paulistas, onde diversos trabalhadores lutaram por seus direitos. As autoras Aguiar (2016) e Pimenta (2012), descrevem que foi a partir de 1980, com a crise do capitalismo, o fim do regime militar e a abertura democrática do Brasil, que os movimentos de mulheres do campo ganharam força. Essa redemocratização na política, possibilitou a participação popular e a visibilidade do movimento feminista que ficou conhecido como o “nova onda do feminismo” (Pimenta, 2012).

Assim, esse movimento se articulou com demais seguimentos sociais, em busca espaço na política, os quais na história ficaram denominados como os novos movimentos sociais. Dessa maneira, ocorreram mudanças em diversas organizações, inclusive no movimento sindical, que predominava sob liderança masculina (Aguiar, 2016)

---

<sup>29</sup> Período de industrialização e urbanização do Brasil.

A igreja católica com a teoria da libertação, foi umas das propulsoras dos movimentos das mulheres rurais no país, pois, nas reuniões da igreja, perceberam que poderiam ir à luta e lutar por sindicalização e outros direitos.

Parte da realidade vivida, ancora-se na tradição católica com pé na Teologia da Libertação das décadas de 1980 e 1990 e, portanto, nos movimentos de mulheres rurais que lutavam já a esse momento por direitos básicos como o de sindicalizar-se. Potencialmente crítico, desloca e promove uma virada epistêmica nos feminismos. É ele próprio plural (Sobreira, 2022, p. 33).

Segundo Sobreira (2022) a Teologia da Libertação pregada pela igreja católica, teve um papel importante no movimento de mulheres rurais, já que nas reuniões dirigidas pela igreja, as mulheres começaram a perceber a injustiça social em que viviam, pois, nos encontros eram discutidos os problemas sociais e planejamento de ações comunitárias. Dessa maneira, as mulheres começaram adentrar nos sindicatos, cientes das desigualdades que o sexo feminino enfrentava e assim, reivindicaram o direito a sindicalização.

No próximo subtópico aprofundaremos como o sexo feminino tem galgado espaços na coordenação da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do estado do Amazonas.

### 1. 5 A mulher no espaço de coordenação da FETAGRI-AM

Neste subtópico abordaremos a luta da mulher em prol da equidade nos diferentes espaços sociais, em especial, no espaço de coordenação da FETAGRI-AM, nos últimos três mandatos, dentro desse período veremos quais cargos o sexo feminino teve mais acesso, e se há a permanência de pelo 30% das mulheres na Federação ligada a CONTAG, como ressalta a resolução Nº 003/2017: “O 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (1998) aprovou a cota de participação de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias deliberativas do Sistema Confederativo CONTAG” (Brasil, 2017, p. 1). Ademais, as autoras utilizadas como base para a discussão neste subtópico foram: Esmeraldo (1998) e Hahner (2003).

Os desafios e desigualdades enfrentados pelas trabalhadoras, por serem mulheres, mães e esposas, fizeram com que elas adentrassem nos sindicatos. Porém, as questões relacionadas ao sexo feminino, como dupla jornada de trabalho, creche, auxílio

maternidade, paridade de gênero, eram pouco discutidas dentro da instituição. Pois, segundo os trabalhadores não era uma questão a ser protagonizada.

A autora Hahner (2003), em sua obra *Emancipação do Sexo Feminino: A luta das mulheres pelos direitos da mulher no Brasil. 1850 – 1940*, relata a divisão dos papéis na área educacional, familiar, locais de trabalho etc. e como o sexo feminino não possuía nenhum poder decisão, independente da classe social. Também descreve táticas utilizadas para o avanço do feminismo e dos direitos das mulheres no país.

Dessarte, a autora narra sobre personagens importantes na luta pela emancipação feminina, como por exemplo: Nísia Floresta<sup>30</sup>, uma das primeiras feministas do país, defendeu a educação mais ampla, e postura social justa para as mulheres; Francisca Dinis, que alegava que os homens e mulheres possuíam os mesmos desenvolvimentos cognitivos, logo, buscava a emancipação do sexo feminino; Bertha Lutz, bióloga, advogada e ativista, liderou o movimento feminista no século XX, e lutou incansavelmente pelo voto feminino e Almerinda Gama, jornalista feminista, que utilizou de sua posição na imprensa para disseminar a luta pela igualdade de gênero, e relatar as injustiças que as mulheres brasileiras enfrentavam.

Essas mulheres descritas Hahner (2003), foram em sua maioria de classe burguesa, que ao terem contato com o movimento de mulheres em outros países, trouxeram para o Brasil, esses ideais proporcionaram a mudança da visão da sociedade em relação ao desenvolvimento cognitivo do sexo feminino, e assim, paulatinamente começaram a adentrar em espaços que antes não era permitido ou possuíam restrições, como: a escola, que só era permitido uma formação voltada para o lar, mas foi alterada com muita luta, permitindo que o sexo feminino tivesse o mesmo ensino do sexo masculino; outra questão foi em relação ao trabalho, no qual, advocacia, direito e até magistério eram proibidos ser exercido pelo sexo feminino.

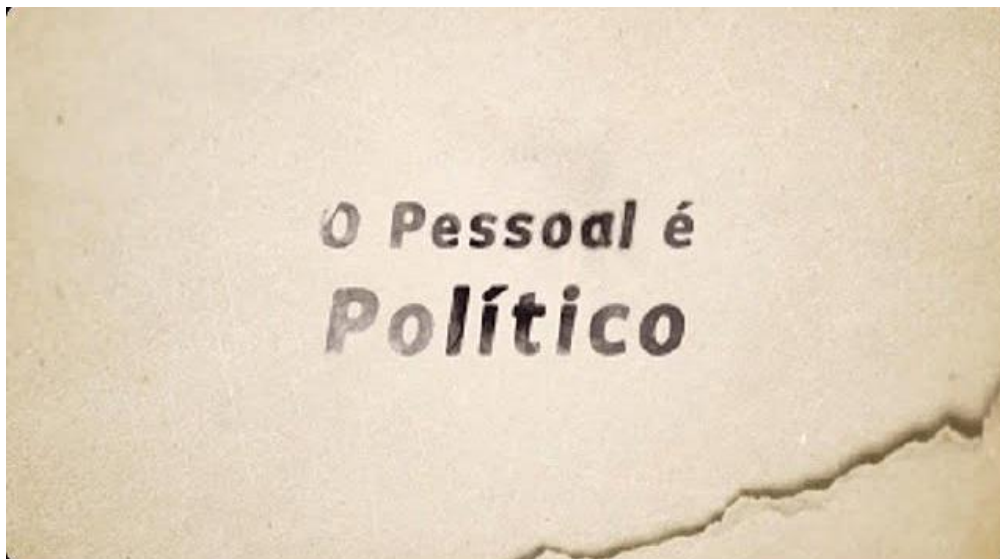
Em relação as mulheres proletárias, a situação era pior, porque não possuíam nem acesso as formações voltadas para o cuidado com o lar, no entanto, trabalhavam na informalidade, como empregadas domésticas vendedoras, artesãs entre outras profissões que não eram reconhecidas ou valorizadas.

---

<sup>30</sup> Nísia e o seu pensamento estão situados entre os anos de 1820. Ela é considerada pioneira no pensamento feminista do Brasil devido ao seu posicionamento firme sobre os direitos das mulheres, particularmente em relação ao direito à educação pública para as mulheres. Mulher, pensadora e pioneira pelo ativismo das mulheres no Brasil, ela acreditava que os problemas da humanidade e os problemas morais dos homens poderiam ser solucionados por meio da razão, da ciência e da educação. (Machado; Lodi-Corrêa, 2022, p. 6)

Essas desigualdades entre os sexos estão presentes na sociedade há séculos, o que nos faz lembrar do documentário “O pessoal é Político” (2017).

Figura III – Documentário o pessoal é político



Fonte: O pessoal é político. Direção: Vanessa de Araújo Souza. Produção: Lascene Produções Artísticas Ltda ME. Brasil, 2017. Documentário (53 min). Disponível em: <https://www.primevideo.com/detail/O-Pessoal-%C3%A9Pol%C3%ADtico/0TP63Z6EKHL6S21JBXALJJ6FAU>. Acesso em 14 fev. 2026.

O documentário é dirigido por Vanessa de Araújo Souza, reúne depoimento de diversas intelectuais e militantes, como Carla Rodrigues; Schuma Schumacher; Fátima Setubal; Adélia Borges; Hildete Pereira de Melo; Liv Sovik; Heloísa Buarque de Hollanda; Anna Marina Barbará Pinheiro. Nele é retratado principalmente sobre a segunda onda do feminismo no Brasil, com destaque para os anos de 1975 a 1985, um período marcante para as mulheres, uma vez que foi proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a década internacional da mulher.

Na primeira onda feminista, a luta das mulheres estava centrada no acesso à educação e o direito de ser cidadãs. Até 1932, elas não eram vistas dessa forma, pelo contrário desde a infância eram preparadas para servir a família e era comum ouvirem que não precisavam estudar, pois um bom casamento seria suficiente. Já na segunda onda feminista, as reivindicações se abrangeram para questões referentes ao corpo, à sexualidade e à igualdade de oportunidades.

Assim, seus maiores desafios estavam ligados às questões de gênero, um tema que não encontrava ampla aceitação nem mesmo dentro do próprio partido de esquerda, uma já que muitas vezes as demandas das mulheres eram secundarizadas. Nesse contexto, elas

precisavam se impor para serem ouvidas. E mais, enfrentavam as contradições ideológicas entre o catolicismo e o feminismo, o que acabou sendo postergado a inclusão de pautas fundamentais, como o combate à violência doméstica e o direito ao controle da sexualidade e da reprodução.

Apesar das restrições impostas pela ditadura militar, as mulheres conseguiram se organizar em diferentes frentes, desde movimentos sociais, partidos políticos, até na luta armada, fortalecendo as reivindicações por direitos. Esse período abriu espaço para os debates que fundamentaram o feminismo contemporâneo, uma vez que as mulheres passaram a conquistar voz e presença em espaços sociais antes negados.

O documentário também destaca acontecimentos marcantes, como a participação brasileira na primeira conferência mundial sobre as mulheres realizada na cidade do México, e os eventos nacionais que a sucederam; a criação do Centro da Mulher Brasileira; a publicação dos primeiros periódicos feministas e poucas mulheres que escreviam ou estavam a frete das lutas, eram a referência para outras.

Por fim, é evidenciado o legado dessas mulheres percursoras, que conquistaram avanços significativos, como a Lei do Divórcio, o novo Código Civil e a reforma da CLT, deixando marcas profundas na luta por igualdade de gênero no país. Porém, mesmo com a redemocratização do país e conquistas de direitos, dentro dos próprios movimentos de trabalhadores, suas lutas continuaram pelo reconhecimento de seu trabalho.

A autora Esmeraldo (1998), realiza essa discussão em sua obra: *o feminino na sombra: relações de poder na CUT*. A questão da mulher segundo a autora, começou a ser abordada dentro dos sindicatos de trabalhadores rurais, quando as mulheres começaram a perceber que seus problemas e os enfrentados pelos homens não eram os mesmos, o que refletiam inclusive nos cargos de coordenação dos sindicatos de trabalhadores/as.

Na análise de Esmeraldo (1998), poucas eram as mulheres que estavam em algum cargo dentro da instituição. As trabalhadoras que alcançavam esses cargos tinham algo em comum, a maioria não era casada (sendo solteira, viúva ou divorciada), ou não tinham filhos e se tinham filhos, já eram adultos. Ao contrário do sexo masculino, os quais em sua maioria eram casados e tinham filhos.

Segundo Esmeraldo (1998), essa desigualdade gera uma contradição insanável, ocorria principalmente por causa do patriarcado, no qual, a casa e a família eram responsabilidade total da mulher, mesmo ela trabalhando fora, não recebia ajuda de seu companheiro, apesar de ele ser do movimento sindical, eram poucos os cônjuges que

ajudavam na educação dos filhos ou organização do lar. Com isso, sobrava pouco tempo para o aprofundamento na questão da luta por direitos trabalhistas, pelas mulheres no movimento.

Além disso, a mulher que ocupava algum cargo precisava se adequar há um comportamento mais “masculino”, ou seja, ser mais rígida, falar mais alto etc., só assim, era respeitada pelos próprios companheiros de luta, visto que a visão machista de que a mulher não havia nascido para ter cargo de direção, era muito forte, e na verdade, atualmente ainda tem resquícios deste pensamento.

A autora Esmeraldo (1998), relata em sua obra o histórico da organização das mulheres dentro dos sindicatos de trabalhadores rurais, apesar da pesquisa ter sido realizada no Ceará, e não no estado do Amazonas, também revela muito do que as sindicalistas amazonenses passaram. Dos mais de vinte anos, pós pesquisa de Esmeraldo, as mulheres continuam a lutar por paridade de gênero, agora mais organizadas, se manifestando por exemplo, através da Marcha das Margaridas.

Mas, e como está ocorrendo esse processo de reivindicação e conquistas por paridade, pelas mulheres na FETAGRI/AM? vamos descrever como se apresenta esse fato, utilizando uma notícia publicada no site da Contag, apenas na Federação, visto que em relação aos seus sindicatos analisaremos os documentos no capítulo III.

Figura IV – Empossamento da diretoria da Fetagri-AM (2022 -2026)



Referência: Assessoria da CONTAG na Regional Norte - Altemir Viana. Eleita e empossada a nova Diretoria da Fetagri Am. 23 de março de 2022. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/eleita-e-empossada-a-nova-diretoria-da-fetagri-am-20220323>. Acesso em: 04 de dezembro de 2024.

A imagem da notícia traz a realização do 8º Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do estado do Amazonas, ocorrido nos dias 21 e 22, do mês de março, de 2022. Esse congresso teve como lema, *Unidos e Organizados em Defesa da Vida e Pelo Fortalecimento da Agricultura Familiar*. No evento participaram diversos delegados; representante da CONTAG e representantes do governo.

Uma das atividades realizadas durante o evento foi o empossamento da Diretoria Executiva e respectiva Suplência e Conselho Fiscal da FETAGRI-AM, que estarão à frente da organização no período de 2022 - 2026. Dentre os nomes dos novos coordenadores a Sra. Edjane Rodrigues foi destacado, como presidenta reeleita da federação.

A presidenta reeleita em seu discurso deu ênfase na continuação da luta em prol de projetos alternativos, cujo objetivo é o desenvolvimento rural de maneira sustentável e solidário e a luta contra a fome. Além disso foi discutido e aprovado o documento Base que guiará a FETAGRI – AM no período dessa gestão reeleita. Dessa forma, a notícia demonstra a Luta de Classes, no qual os trabalhadores de forma organizada buscam alternativas para melhores condições de vida.

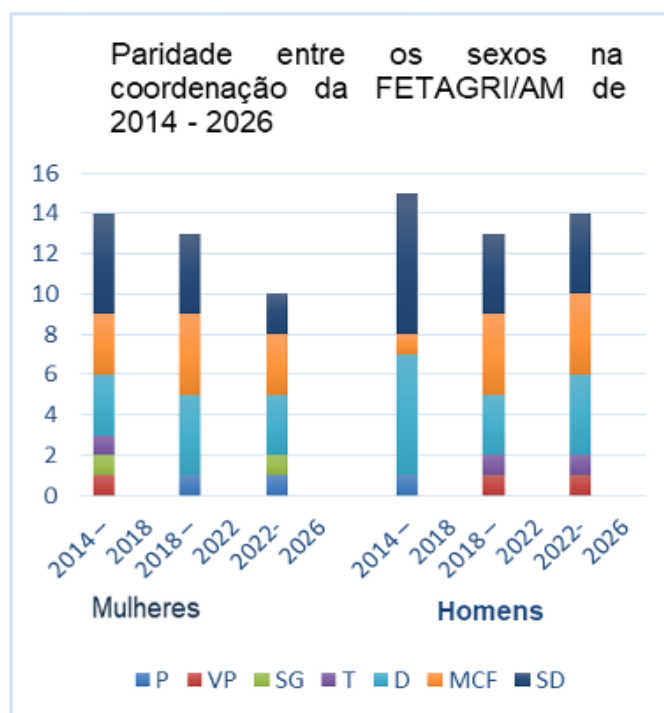
Nesta notícia de jornal, uma das questões que chama atenção é a reeleição de uma mulher no cargo de presidência na FETAGRI – AM, porque tem um grande significado, na luta por equidade das trabalhadoras rurais. O que reflete a dialética, no qual a tese é o domínio masculino, a antítese pode ser considerada a luta das mulheres por espaço dentro da organização e a síntese é a reeleição de uma mulher.

Conforme a Miranda et. al (2025) nos últimos 3 mandatos<sup>31</sup>, dentro da Federação houve um avanço na participação das mulheres dentro da organização. Segue gráfico, com os seguintes cargos de Coordenação: “Membro da Diretoria Colegiada, Suplente da Diretoria Colegiada, Membro do Conselho Fiscal”, para: Presidente (P), Vice-presidente (VP); Secretário Geral (SG); Tesoureiro (T); Diretor (D); Membro do Conselho Fiscal (MCF) e Suplente de Diretoria (SP) (Miranda, et. al, 2025, p. 14):

---

<sup>31</sup> Os mandatos na FETAGRI-AM, ocorrem por quatros, e para a escolha dos dirigentes independente do cargo (secretário, presidente, vice-presidente entre outros) são organizados por chapa. E há uma votação para que apenas uma chapa seja eleita.

Figura V - Dirigentes sindicais da FETAGRI/AM



Fonte: Miranda et.al (2025).

No gráfico observa-se uma predominância masculina nos cargos sendo no período de 2014 a 2018, 13 mulheres e 15 homens; já em 2018 a 2022 permaneceu 13 mulheres, porém diminuiu para 13 a quantidade de homens. vale ressaltar que o cargo de secretário geral não foi ocupado por nenhum dos dois sexos nesse período; já no mandato de 2018 a 2026, diminuiu para dez mulheres aumentou para quatorze homens.

Apesar da quantidade de mulheres ser menor, percebe-se um crescimento gradual, no que tange a participação do sexo feminino nos diversos cargos, por exemplo, nos cargos de secretário geral e tesoureiro, a participação feminina oscila entre os períodos, mas elas predominam; na presidência e vice-presidência é baixa e oscilante, no entanto, nos dois últimos mandatos, no cargo de presidente permaneceu uma mulher; nos de diretor, membro do conselho fiscal, suplente de diretoria a participação feminina é um pouco mais equilibrada ao longo dos períodos. Como ressalta Miranda et.al (2025).

No período de 2018 a 2022, foram 26 membros dirigentes, sendo 13 mulheres e 13 homens, fez com que, pela primeira vez, desde 2006, houvesse a divisão entre homens e mulheres nos cargos de chefia, alcançando 50% para ambos os sexos. A última eleita foi uma mulher no cargo de presidenta, a qual continuou no mandato em 2022 e este perdurará até 2026, no entanto, nesse último período como o total de dirigentes é de 24, retrocedeu o número de mulheres, sendo elas 42% e,

em relação aos homens, a percentagem completou 58% (Miranda et. al, 2025, p. 15).

Percebe-se que apesar de ter se efetivado a paridade dentro dos cargos da Federação do Amazonas no período do mandato de 2018 - 2022, surge uma preocupação pois, além dessa conquista ser recente, houve inconstâncias, pois no mandato que está em andamento não há essa paridade, mesmo com uma grande representatividade do sexo feminino.

Sendo assim, será que nos sindicatos dos municípios do estado do Amazonas, a uma equidade nos cargos de direção ou não? Os próprios documentos da CONTAG revelam que apesar de haver o direito de 30% participação das mulheres em cargos de direção, nem todos os estados do País, seus municípios e comunidades adotaram como obrigação esse direito, sendo que ainda há uma grande divergência neste quesito.

Assim, concluímos o primeiro objetivo específico, no qual tratamos sobre a história do trabalho e na luta das mulheres, em seguida fomos a aparência dos objetos, ou seja, como tem sido apresentado o trabalho da agricultora tanto na terra, lar como dentro da FETAGRI-AM, para isso, fomos buscar o que as notícias de jornais eletrônicos e o site da CONTAG.

Portanto, o movimento de trabalhadores rurais que tem como foco a luta por direitos dos trabalhadores, invisibilizou por anos as especificidades das mulheres, pois, não eram tidas como trabalhadoras, o que é uma contradição, pois, o trabalho na agricultura sempre foi realizado por todo núcleo familiar. Além disso, a emancipação do sexo feminino não depende apenas de políticas públicas, como por exemplo, o aumento de cotas para participarem em diferentes instâncias do movimento sindical, pois o sexo feminino continua com várias jornadas de trabalho, e seus direitos como a creche ainda não são assegurados no contexto rural.

## **CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO CRÍTICA E O DESENVOLVIMENTO DE PARIDADE DE GÊNERO NO CONTEXTO RURAL**

Neste capítulo pretendemos responder o segundo objetivo específico: *Analisar as possibilidades de desenvolvimento crítico, em relação a paridade de gênero e lutas de classes nos documentos e materiais da Escola de Formação da CONTAG - ENFOC, e nos cadernos da Marcha das Margaridas.* Esses documentos foram encontrados no site da ENFOC e da CONTAG.

O gênero é uma totalidade que na sociedade capitalista necessita ser abstraída principalmente na questão trabalho, isto é, na realidade empírica, a desigualdade entre gêneros se expõe ou se oculta de forma mais drástica em determinados espaços e profissões. Abstraindo ainda mais, a exploração e o assédio moral sofrido pelas mulheres no âmbito urbano não são tão expostas quanto no campo, onde, premissas e ideais de regimes econômicos arcaicos tendem a perdurar.

A mulher no âmbito rural se encontra em uma realidade no qual as políticas públicas e a paridade de gênero tornam-se mais inatingíveis, como ressalta Rocha (2019, p.18) “Há cerca de algumas décadas as mulheres agricultoras vem buscando construir seus espaços no contexto rural, o que não se constitui numa tarefa fácil, em virtude do poder que os homens exercem na família e na comunidade”. O que torna nítido que os dogmas culturalmente construídos, tendem a frear o avanço de pautas feministas, que é definido de acordo com o avanço dos modos de produção, isto é, as mulheres no âmbito dos centros urbanos possuem mais direitos não porque os capitalistas têm bondade em seu coração, mas sim, porque o avanço tecnológico permite que o trabalho morto não sofra tanto impacto com a falta da força de trabalho vivo.

Dessa forma, os modos de produção influenciam diretamente as conquistas das mulheres. O trabalho rural é uma contradição, no qual, a economia agroexportadora brasileira, divide o campo em locais desenvolvidos com muita tecnologia para elevar a produção de mercadoria, mas concomitantemente, muitas famílias rurais produzem apenas produtos, visto que suas ferramentas de trabalho (quando possuem) não permitem produzir mercadoria em massa, para a exportação.

A luta de classes no campo é muito mais acirrada, principalmente no que tange a questão da terra rural, pois não tem a mesma função social da terra urbana, segundo Rocha (2019) A terra rural, é vista sob duas perspectivas: como fonte de subsistência, por meio da agricultura; e como território de moradia que contribui para a construção da identidade dos trabalhadores, funcionando como espaço vivido e utilizado. No que tange à última serve apenas para habitação, sendo um capital que não gera valor constante ao capitalista, no entanto, a terra do campo, é um dos meios de produção capitalista, semelhante as máquinas industriais, dessa forma, os meios de produção urbanos não possuem conflitos nítidos, porque já foram conquistados, mas os rurais estão em processo de conquista, seja pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, seja pela burguesia.

A mulher também faz parte dessa totalidade, a abstração entre trabalho, gênero e educação, está arraigada nas relações sociais de capital, na compra e venda da força de

trabalho dessa trabalhadora, portanto, para considerar a questão trabalho e mulher, devemos entender que ela está alocada em uma realidade que a utiliza como bode expiatório para separar classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que se forma a contradição, no qual, a todo momento ela tenta se integrar novamente ao movimento social trabalhador, para fortalecer a classe, neste interim, a ideologia assume papel central.

Dessa forma vamos relatar de que maneira as formações, e pautas de luta, a Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC) e Marcha das Margaridas revelam na questão da emancipação e desenvolvimento crítico das agricultoras. Para isso, dividimos da seguinte forma: primeiro, trabalhar a questão da educação em espaço não formal; segundo, trazer a história da Escola Nacional de Formação da CONTAG; terceiro, a análise dos documentos da ENFOC, que destacam a formação política para as mulheres; quarto, o seguimento e a luta da Marcha das Margaridas; quinto, a análise do quinto eixo/pauta do Marcha das Margaridas, a qual, volta-se para a formação feminista e antirracista e a sexta discute como as formações chegam as trabalhadoras sindicalizadas a FETAGRI-AM.

## 2. A educação em diferentes locais

A formação dos sujeitos em seus aspectos físicos, mentais e filosóficos ocorre cotidianamente, e ao mesmo tempo que prescinde instituições de ensino, sua capacidade de aprimoramento também está atrelada a necessidade de frequentar um local de compartilhamento de conhecimento científico (escola), é uma contradição inseparável, pois como alerta Jamil (2000) a escola é o local de alienação e libertação do indivíduo. No que se refere aos espaços que prescinde a escola, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, especifica que o processo formativo ocorre em diversos contextos e ambientes, além das instituições formais de ensino:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 2023, p. 8).

Como descrito, a educação é um processo contínuo. Na vida familiar, por exemplo, as crianças, aprendem valores, comportamentos e desenvolvem habilidades básicas, por meio da interação com seus familiares, pais, irmãos avós e outros. Na

convivência com outras crianças, elas aprendem a brincar<sup>32</sup>, compartilhar e resolver conflitos e no processo é possível desenvolverem empatia. No ambiente de trabalho os sujeitos adquirem habilidades profissionais e conhecimentos específicos em sua área.

Nas instituições de ensino e pesquisa, como escola, universidades, faculdades e outros centros de pesquisas, os sujeitos obtêm conhecimentos científicos e acadêmicos. Nas manifestações culturais, como os festivais, eventos e atividades relacionada as tradições locais, como por exemplo, o festival folclórico de Parintins<sup>33</sup>, as pessoas aprendem e celebram a cultura indígena, afro-brasileira etc. Nas organizações da sociedade civil, como as Organizações Não Governamentais – ONGS e nos movimentos sociais, sejam, em Confederações como, por exemplo a CONTAG ou Federações como FETAGRI-AM e nos sindicatos, os sujeitos adquirem conhecimentos sobre a luta de classes.

Borges e Vilhena Júnior (2013) destacam que existem três tipos de Educação; a informal, formal e a não-formal: a primeira, ocorre diariamente, em todos os espaços, ou seja, dentro do núcleo familiar, na roda de amigos e outros, na segunda, refere-se aos locais denominados e instrução escolar, são eles: escolas que atendem a educação básica, faculdades e universidades. Já a terceira, é apontada pelos movimentos sociais de educação Não-Formal, ela acontece dentro das organizações sociais e comunitárias, como por exemplo os sindicatos e as ONGs.

No entanto, Gadotti (2005) considera que existem apenas duas formas de educação: a formal e a não-formal, e salienta: “Toda educação é, de certa forma, educação formal, no sentido de ser intencional, mas o cenário pode ser diferente: o espaço da escola é marcado pela formalidade, pela regularidade, pela sequencialidade” (Gadotti, 2005, p. 2). Como descrito a educação escolar é marcado pela formalidade, por causa da regularidade e de sua coordenação nos horários, tempos e espaços. E por isso, outras formas de educação, como ONGs e sindicatos são considerados espaços não formais de educação.

A educação não-formal é também uma atividade educacional organizada e sistemática, mas levada a efeito fora do sistema formal. Daí também alguns a chamarem impropriamente de “educação

---

<sup>32</sup> “A criança não nasce sabendo brincar, ela precisa aprender, por meio das interações com outras crianças e com os adultos. Ela descobre, em contato com objetos e brinquedos, certas formas de uso desses materiais” (Kishimoto, 2010, p.1).

<sup>33</sup> Evento anual, realizado no final do mês de junho, tem como tema central “boi”. Vale destacar que é considerado a maior festa popular da região norte (Santos, 2012).

informal”. São múltiplos os espaços da educação não formal. Além das próprias escolas (onde pode ser oferecida educação não-formal) temos as Organizações Não-Governamentais (também definidas em oposição ao governamental), as igrejas, os sindicatos, os partidos, a mídia, as associações de bairros, etc. Na educação não-formal, a categoria espaço é tão importante como a categoria tempo. O tempo da aprendizagem na educação não-formal é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um, de cada uma. Uma das características da educação não-formal é sua flexibilidade tanto em relação ao tempo quanto em relação à criação e recriação dos seus múltiplos espaços (Gadotti, 2005, p. 2).

Para Gadotti (2005) o título educação informal, de certa forma tenta desmerecer seus processos de ensino. Vale destacar que há uma quarta nomenclatura de educação, a ‘educação não escolar’, adotado nos cadernos das Marcha das Margaridas, esse termo é referente aos processos de formação que acontecem fora da escola, e desenvolvidos pelas organizações sem fins lucrativos, pelos movimentos sociais, sindicatos e outros grupos. As formações são ministradas por meio de oficinas, atos culturais, cursos, assembleias populares, reuniões e outros. Esses diferentes espaços formativos, são essenciais para construir uma educação não sexista e antirracista, assim como formar cidadãos com pensamentos críticos (CONTAG, 2023, p. 3).

Ghedin (2013, p. 38) assevera que a educação exercida como direito da cidadania, nos movimentos sociais, possui grande significado, principalmente quando propõem uma visão de leitura crítica da realidade, como é o caso, das manipulações políticas. Essa criticidade, é presente com mais intensidade dentro da educação Não-Formal, pois, ocorrem estudos reflexivos grupais, prevalecendo assim o aspecto social sobre o individual, demonstrando o complexo da totalidade e solidariedade, diferente da lógica do capital que é a competição, isto é, prevalece o individualismo e todos contra todos.

Em resumo a educação Não-Formal possui flexibilidade no seu tempo e espaço, apesar de ser sistemática, é caracterizada por aprendizagens práticas e experiências diretas ao contrário da formal, que possui um currículo com estruturas de horários fixos e avaliações padronizadas prevalecendo a rigidez burocrática. Já a educação não escolar se assemelha a educação informal, porém não traz a carga de desmerecimento, descrito por Gadotti (2005), além disso, pode ocorrer diariamente.

Portanto, nesse estudo abordamos sobre educação formal, informal, a Não-formal e a Não-escolar, de certa maneira, esses modelos de educação se complementam, pois, não se aprende apenas dentro das escolas, mas também nos sindicatos, organizações e etc., pois, diferentemente da educação formal que perambula entre sua contradição

hegemônica e não hegemônica, enquanto, a primeira sempre prevalece, os outros espaços de educação, também possuem esse aspecto contraditório, porém, dentro dos movimentos sociais, por exemplo, prevalece a educação contra hegemônica e emancipadora.

Com isso, as diferentes formas de ensino são essenciais para o desenvolvimento cognitivo e motor. E atrelado ao desenvolvimento cognitivo, está o pensamento crítico e político, algo que os movimentos sociais têm como foco, desde suas raízes.

A seguir, traremos a organização da Escola Nacional de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – ENFOC, como exemplo, de espaço de educação Não Escolar.

## 2.1 Escola Nacional de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

A trajetória de formação Política-Sindical brasileira tem sido de grandes lutas e reivindicações. A seguir descreveremos as datas mais relevantes desses processos de perdas, desafios, implementações e conquistas, segundo a CONTAG (2016).

Em meados o de 1920, com a predominância do movimento operário, as propostas de educação tinham o cunho libertário (anarquista); em 1930, no governo Vargas, os sindicatos independentes foram reprimidos e conseqüentemente desapareceram, fortalecendo assim, o aparelho burocrático sindical, ou a lei da sindicalização (1932); a partir de 1940, com a redemocratização do país, houve a vinculação entre o Estado brasileiro e a organização sindical, com isso, surgem propostas governamentais relacionadas atividades educativas, com foco recreacional e de assistência.

Em 1954 foi criado a União do Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB. Já em 1955, o Partido comunista traz grandes influências nas formação político-sindical para o movimento operário-sindical, especificamente aos grupos de esquerda; no mesmo ano, é formado a primeira Liga Camponesa na cidade de Pernambuco, sua principal luta era em prol da reforma agrária.

Na década de 1960, houve grandes entraves e conquistas nos movimentos sociais, tais como: especificação das diferentes correntes (ministerialistas, classistas e os católicos) presentes no movimento sindical; organização da formação política-organizativa, sendo uma destinada aos dirigentes sindicais e outra aos sujeitos de base; no mesmo ano, Paulo Freire dá início ao projeto alfabetização popular; em 1962, na região Sul, é criado o Movimento do Agricultores Sem Terra - MASTER; em seguida são

fundados os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs e as Federações dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGs (CONTAG, 2016).

Em 1963, é fortalecido a luta pelas Reformas de Base, como por exemplo, a reforma agrária, método Paulo Freire e as reivindicações das mulheres por direitos iguais; em 1963 é criado pelos trabalhadores rurais, a Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; em 1964, com o golpe que estabeleceu a Ditadura Militar no país, houve a cassação de mandatos, partidos políticos extintos, repressão e intervenções nas associações e nos sindicatos, com isso, houve uma nova reestruturação na CONTAG, com redução das federações, ficando apenas uma por Estado, algo que continua até na atualidade; em 1966, as Comunidades Eclesiásticas de Base, foram de suma importância para trazer a formação de quadros das organizações sindicais no campo e populares e no final da década de 1960, com a insatisfação do povo, ocorreram as mobilização em massa contra a Ditadura Militar (CONTAG, 2016).

Na década de 1970, ainda sob poderio militar, houve o período do milagre econômico<sup>34</sup>, que se caracteriza por ser uma hipérbole contraditória, pois, além de ceifar diversos direitos dos trabalhadores ao mesmo tempo gerou uma enorme dívida externa. Nesse mesmo período, como forma de ensino crítico, adentra no país a Teologia da Libertação, organizado pela igreja católica, sua principal preocupação era com emancipação políticas dos povos oprimidos, teve grande importância na luta pela justiça social, apesar de ter tido severas críticas por seus ideais se aproximarem da corrente Marxista.

No ano de 1972, foi criado o Centro de Estudos Sindicais Rurais – CESIR, com isso, houve ampliação das Equipes Educacionais para atuação integradas – CONTAG, Federações e sindicatos; em 1973, no 2º Congresso Nacional de Trabalhadores rurais –

---

<sup>34</sup> A nova política econômica, criadora do arrocho salarial, fez-se vingar em cima de alguns pontos: a proibição do direito greve, através da famigerada lei 4.330, de junho de 64, e a fixação dos índices de aumentos salariais, que deixou de ser feita através da negociação entre operários e patrões – como antes de 64 – e passou a ser prerrogativa absoluta do Estado. Porém, para que o “arrocho” pudesse ser efetivamente implantado foi necessário acabar com outra conquista no movimento operário anterior a 64: o regime de estabilidade no emprego. Criou-se então, em 1966, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), instrumental necessário para as grandes empresas despedirem a seu bel-prazer, grandes contingentes de mão-de-obra em épocas anteriores ao dissídio coletivo, para sua posterior reconstrução em faixas salariais abaixo daquelas determinadas pelos já irrisórios índices de aumento. Em outras palavras, criou-se a rotatividade necessária, através do regime de dispensa sem pagamento de indenização pelo tempo de trabalho, para a superexploração da força de trabalho. Por fim, foi reformada a Lei de Remessa de Lucros, concedendo ao capital externo uma série de condições vantajosas para os lucros aqui extraídos pelas multinacionais fossem levados para fora. Em cima destes pontos iniciou-se, em 1968, o “milagre brasileiro”, que, se assim o foi para as classes dominantes, para os operários foi a expressão não do “milagre”, mas do inferno e da miséria para a maioria do povo brasileiro (Antunes, 1980, p. 76/77).

CNTR<sup>35</sup>, foi reafirmado a importância da organização estratégica da formação sindical, com isso, foram elaboradas formações e capacitações de equipes educacionais, com o propósito de multiplicação para a atuação nacional, estadual e municipal (CONTAG, 2016).

Ainda na década de 1970, o movimento feminista no país é fortalecido, como destaca Hahner (2003), nesse período as ações feministas aumentaram consideravelmente, pois, mais mulheres adentraram no movimento, em busca de melhorias no âmbito social, civil e político. No entanto, a Igreja Católica Romana, com a grande influência que possuía no país, ajudava a limitar o movimento feminista, ou seja, buscava desassociar de outros movimentos feministas que ocorriam de outros países, logo, não levantavam nenhuma pauta que viesse comprometer a estrutura da família tradicional ou da religião. Discussões como o divórcio, por exemplo, só começou a ser discutido em 1977.

Na década de 1980, o povo vai a rua pelo direito da votação direta, tal atitude ficou conhecida como ‘Movimento Diretas Já’. Em 1981, teve a 1º Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, dois anos após, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores – CUT, com isso, foi organizado formações na ação sindical, com especificações dependendo das pautas de luta (CONTAG, 2016).

Em 1983, Margarida Maria Alves, uma grande líder sindicalista, foi assassinada por grileiros em Alagoa Grande, local de sua residência, o fato, apesar de ter sido tão chocante e revoltante, os culpados não foram penalizados. Mas, desde 2000 as mulheres sindicalistas rurais, homenageiam, por meio da mobilização da Marcha das Margaridas<sup>36</sup> (Aguilar, 2015).

No ano de 1985, a partir dos movimentos de mulheres, foram criadas a Delegacias de Defesa da Mulher – DDM; nesse ano, no 4º CNTR, foi lançado as bases de uma proposta de formação, cujo objetivo era a ‘Formação Sindical Integrada do MSTR’; além disso, foi planejado o Programa Educativo extenso da CONTAG (CONTAG, 2016).

Na Nova República e eleição de Tancredo Neves, em meados da década 1980, foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra – MST. Neste período, houve diversas conquistas para o povo, tais quais: a Promulgação da Constituição Federal (1988); inclusão dos sujeitos do campo no regime Geral da Previdência Social; Criação

---

<sup>35</sup> Posteriormente, o nome foi alterado para Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras rurais – CNTTR<sup>35</sup>

<sup>36</sup> Aprofundaremos no próximo tópico

da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em 1987, isso após grandes reivindicações das mulheres em 1988 teve o Seminário Nacional de Educação do MSTR. No final da década 1989, teve a primeira eleição Direta para presidente, no qual, foi eleito Fernando Collor e a extinção do Ministério de Reforma Agrária (CONTAG, 2016).

Na década de 1990, aconteceu a 1º plenária do movimento para criação de secretarias específicas e Programas Integrados de Formação, que tinham como instituto pensar e criar escolas sindicais e aumentar a quantidade de profissionais de educação; no ano de 1993 foi fundada a Coordenadora de Organizações de Agricultores Familiares Mercosul – COPROFAM e aprovado a Lei Agrária e do Rito Sumário; em 1992 ocorreu o Encontro Nacional de Formação e Conselho da CONTAG, no qual, teve aprovação das diretrizes do Projeto Integrado de Formação, com oito programas específicos; no mesmo ano aconteceu o 1º Congresso Nacional Extraordinário da CONTAG em comemoração aos seus 30 anos, teve a participação de outras organizações, como MST, CUT e outras (CONTAG, 2016).

Em 1995, iniciou o Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF, resultado de mobilizações e reivindicações do MSTR; no ano de 1996, inicia as discussões relacionadas ao Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural – PADRS<sup>37</sup>; Projeto Educação em Saúde Reprodutiva, Gênero e família e aprovação da cota mínima de 30% de mulheres na Direção da CONTAG (CONTAG, 2016).

Em 1998, com o acontecimento da 'I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo', foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; Já no ano de 1999, no 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CNTTR, foi aprovado a cota de no mínimo 30% de mulheres em todas as instâncias, e de 50% para a participação do sexo feminino nos espaços de formação do MSTTR; em 1999 no Seminário Nacional de Educação do Campo houve a primeira formação e capacitação voltada para a juventude e para as mulheres trabalhadoras rurais (CONTAG, 2016).

Em meados de 2000 aconteceu a primeira Marcha das Margaridas, com a participação de 20 mil mulheres, ela foi a maior mobilização de mulheres ocorrida até aquele período; também ocorreu o primeiro encontro nacional da juventude rural; em 2002, foi eleito pela primeira vez o presidente Lula; neste ano ocorreu a aprovação das

---

<sup>37</sup> Posteriormente teve seu nome alterado para Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS.

Diretrizes Operacionais de educação Básica para as Escolas do Campo. Segundo Santos, (2017) o principal papel da Educação do Campo é romper com a educação rural.

Posteriormente, em 2003, O Ministério da Educação – MEC, criou a Coordenação de Políticas de educação do Campo; em 2004, na 3º Plenária Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais – PNMTR, foi discutido sobre a criação de uma escola, voltada para formação política para as mulheres (CONTAG, 2016).

No ano de 2005, no 9º CNTTR é aprovado a criação da escola de formação político – sindical do MSTRR; neste ano, acontece o 1º Encontro Nacional de Formação – ENAFOR, a qual foi a base para a criação da Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – ENFOC, neste encontro foram discutidos os referenciais políticos, metodológicos e pedagógicos da Política Nacional de Formação – PNF e do Projeto Político Pedagógico – PPP; assim como o Processo Formativo do Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais – PNFES (CONTAG, 2016).

A aprovação de criação da Escola Nacional de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – ENFOC, ocorreu em 2005 durante o 9º Congresso da CONTAG, mas, foi inaugurada no dia 14 de agosto de 2006, seu processo formativo inicialmente ocorria pelos Grupos de Estudos Sindicais – GES, assim, no mesmo ano de inauguração teve a 1ª turma formativa Nacional, que levou o conhecimento para as comunidades, por meio dos itinerários formativos. Vale destacar que com a aprovação da Escola, foi elaborado a Política Nacional de Formação – PNF, com seus princípios orientados pela Educação Popular; consciência de classe e no ideal de construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) (CONTAG, 2016).

Em 2008, houve a continuação dos itinerários formativos da ENFOC, dando vida a 1ª turma estadual e ampliando os Grupos de Estudos Sindicais; em 2009 foram aprovadas as Diretrizes Estaduais de Educação do Campo; a criação da Coordenação Geral de Educação do Campo no MEC e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO (CONTAG, 2016).

Em 2010, ocorre a continuidade do itinerário formativo da 2ª turma estadual e da 3ª turma nacional; dá o início a 1ª turma de Formação Política para as Mulheres, só que com a articulação da jornada da Marcha das Margaridas. Em 2013 no 11º CNTRR é aprovado a paridade de sexos na diretoria da CONTAG e cota de 30% para a participação da juventude rural nos processos formativos (CONTAG, 2016).

O ENFOC possui como propósito levar formação para os/as trabalhadores/as rurais, como é descrito em seu próprio site:

Tendo como missão “desenvolver processos formativos continuados numa perspectiva crítica, libertadora e transformadora”, a ENFOC se desafia a conjugar várias dimensões - a formação política e sindical, a qualificação profissional, o desenvolvimento local e a educação do campo - em um mesmo referencial pedagógico, crítico e dialógico, dirigido à formação humana (ENFOC, 2025).

A ENFOC, é uma escola voltada para os/as agricultores/as, que abordam temas, que trazem a história de luta e o desenvolvimento crítico dos sujeitos, a fim de que as lutas políticas continuem, em prol de educação do campo, emancipação, direitos etc. Suas bases formativas, segundo descrito no site, são: Gramsci, Marx, Paulo Freire e a teologia da Libertação.

A estratégia e o itinerário formativo ocorrem por meio da alternância entre diferentes tempos e espaços, isto é, o tempo na escola e o tempo na comunidade. O primeiro momento é voltado para a interação educadores e educandos (as). Posteriormente, ocorre a imersão dos educandos (as) nos espaços de militância e nas plataformas e formação online (ENFOC, 2025).

O processo formativo possui uma estrutura baseada em eixos pedagógicos e em unidades temáticas que tem uma série de conteúdos, que levam em consideração a realidade dos educandos (as), as questões discutidas na atualidade e o contexto histórico. Os eixos e Unidades Temáticas atualmente discutidas são:

“Os eixos são: Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário; Pedagogia para uma Nova Sociabilidade; e Memória e Identidade. E as Unidades Temáticas são: Estado, Sociedade e Ideologia; Vida sindical: história, concepção e prática; e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário” (ENFOC, 2025).

Dessa forma, a formação<sup>38</sup> no ENFOC é subdividida em cursos Nacionais, Estaduais, Regionais e formações realizadas nos polos e em seus municípios. Segue quadro exemplificando os itinerários formativos:

---

<sup>38</sup> No entanto, nesse capítulo, vamos nos ater aos cadernos da Marcha das Margaridas que apresentam os eixos formativos sobre educação do campo não sexista e antirracista.

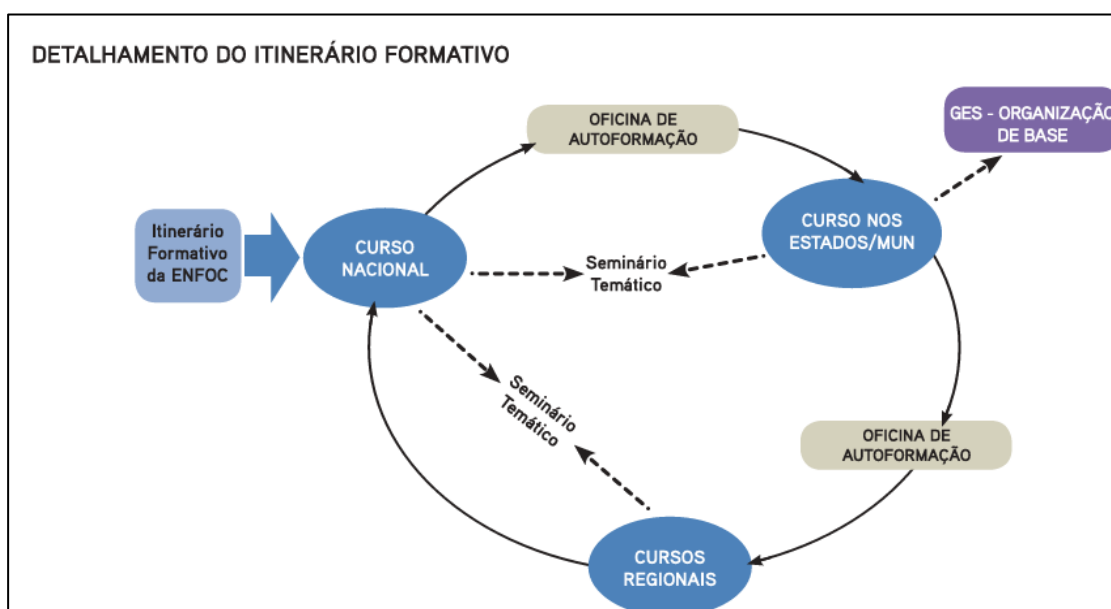
Quadro VII – Atividades do Itinerário Formativo da ENFOC

| Curso                   | Módulos             | Dias                | Público – Alvo                                                                                                                                       |
|-------------------------|---------------------|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Nacional</b>         | 02                  | 07 dias             | 04 membros da Rede de Educadores(as) Populares por estado da federação; Secretário(a) de Formação no estado e Participantes da CONTAG                |
| <b>Regional</b>         | 03                  | 05 dias             | Até 6 pessoas por estado, que devem exercer alguma função, seja como dirigentes, assessores(as) ou educadores(as), das diversas instâncias da CONTAG |
| <b>Estadual</b>         | 02                  | 03 dias, no mínimo  | Até 50 pessoas, que devem participar da liderança sindical, ser dirigente ou educador(a) que realiza o trabalho na base                              |
| <b>Polos Municipais</b> | Dado não encontrado | Dado não encontrado | Dado não encontrado                                                                                                                                  |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O curso Nacional é realizado pela Rede de Educadores(as) Populares da ENFOC, direcionado a educadores(as) que realizam os cursos nos Estados, seu eixo estruturante é relacionado a ação sindical e o desenvolvimento sustentável solidário. Os cursos regionais seguem o mesmo eixo da formação nacional, que transmitem para os educandos estaduais e esses formados, levam os estudos para os Polos Municipais. Segue figura demonstrativa desse processo formativo.

Figura VI – Processo do Itinerário Formativo da ENFOC



Fonte: ENFOC (2023).

Ademais é importante destacar que além dos Itinerários formativos, a ENFOC, juntamente com a Secretaria de Mulheres, promove cursos específicos, que articulam ao processo

da organização da Marcha das Margaridas. Esse processo formativo possui um itinerário próprio, que é determinado conforme os eixos descritos nos cadernos de texto da Marcha.

A seguir discutiremos o que é o movimento Marcha das Margaridas, e aprofundaremos em alguns de seus eixos de discussão.

## 2. 2 Marcha das Margaridas

### **O canto das Margaridas**

Olha Brasília está florida  
Estão chegando as decididas  
Olha Brasília está florida  
É o querer, é o querer das  
Margaridas!

Somos de todos os novos  
De todo tipo de cabelo  
Grandes, miúdas, bem erguidas  
Somos nós as Margaridas  
Nós que vem sempre suando  
Este país alimentando  
Tamos aqui para lembrar  
Este país tem que mudar!  
[..]

Água limpa sem privar  
Sede de todos acalmar  
Casa justa pra crescer  
Casa justa pra crescer  
Saúde antes de adoecer  
Terra sadia pra lucrar  
Canja na mesa no jantar  
Um mínimo para se ter  
Um mínimo para se ter  
Direito à paz e o prazer  
E dentro e fora punição  
Pra quem abusa do bastão  
Do ser patrão, do ser machão  
Não pode não, não pode não  
Não pode não, não pode não!

(Letra: Loucas de pedra Lilás)

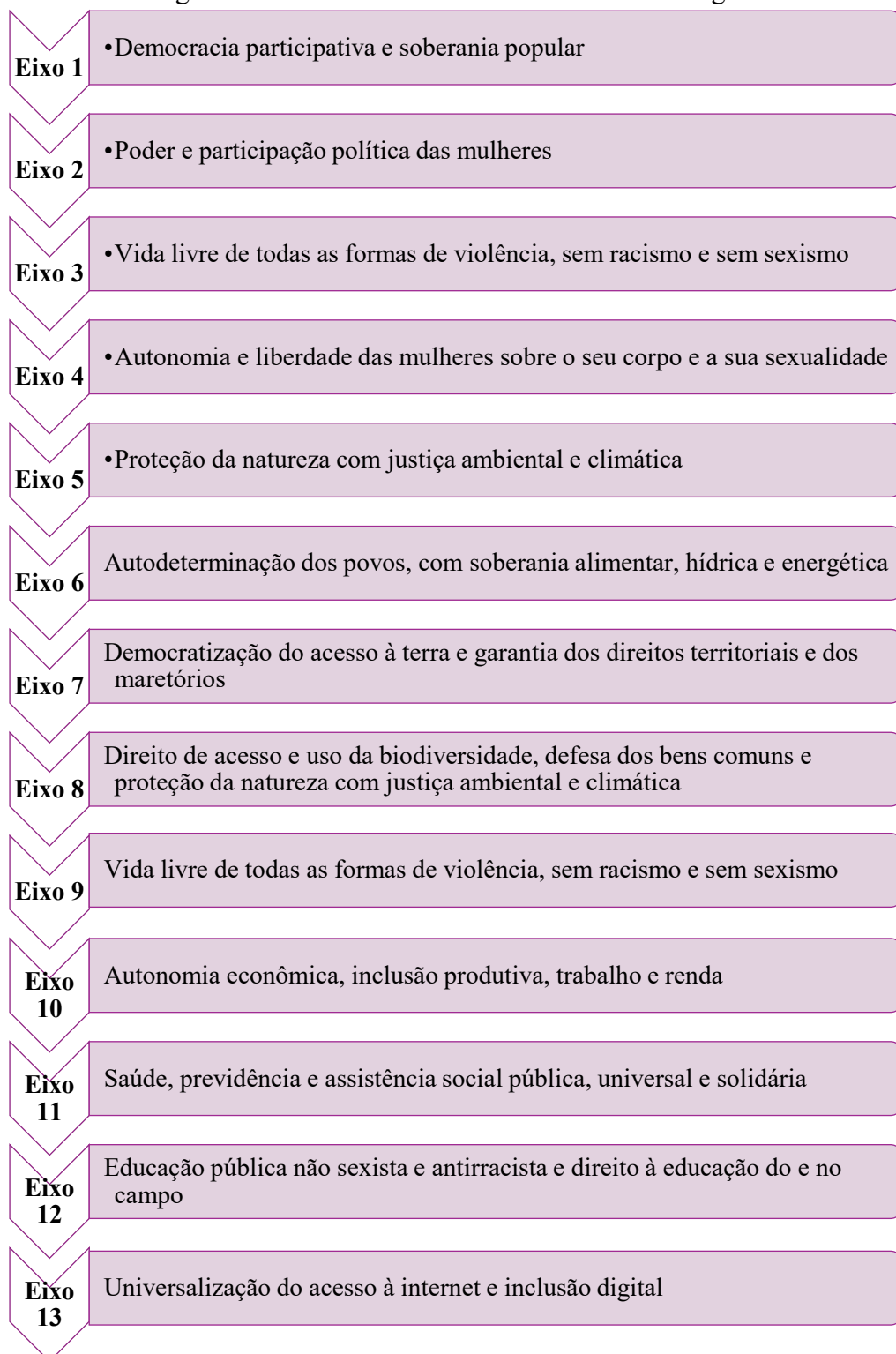
A letra descrita acima, é a música oficial da Marcha das Margaridas, elas buscam trazer a essencial do movimento, expressando na primeira estrofe, que as mulheres que fazem parte dessa ação, são decididas e sabem qual são os objetivos de suas lutas, ou sejam, não é uma manifestação sem planejamento ou metas, e a prova disso, são os

materiais elaborados para cada marcha, como os cadernos, folders, apostilas, Atas de reuniões e as cartilhas.

Na segunda estrofe expressa, quem são as margaridas, e para deixar explícito que possuem diversas origens, raças e cores, utilizam o termo ‘Somos todos os novos’, no qual, agrega não somente, uma classe social ou uma característica, e muito menos uma região do país, mas todas. É relatado na mesma estrofe as características físicas, como altura, estilo, cor e tipo de cabelo. Além disso, a partir do terceiro verso, da mesma estrofe, destacam como elas tem trabalhado para não deixarem faltar o alimento no prato dos brasileiros, e elas dizem isso, com a certeza de que a agricultura familiar é a maior responsável pela alimentação interna do país.

Na última estrofe destacam quais são os seus objetivos de luta, que é em prol de uma vida que possibilitem o básico para todos os sujeitos, ou seja, alimentação, saúde, direito a terra, segurança, lazer, moradia, não abuso de patrões, tratamento não sexista e sem violência. As Margaridas se organizam e constroem eixos de luta para cada Marcha. As pautas são construídas em conjunto, sempre levando em consideração as discussões já realizadas nos anteriores. Segue abaixo os eixos, elaborados para a Marcha de 2023.

### Elemento gráfico SmartArt II – Eixos da Marcha das Margaridas de 2023



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

As Margaridas vão as ruas em prol da garantia de direitos básicos, não somente para o sexo feminino, mas para toda a população do campo das águas e das florestas. Assim, sua luta é por saúde; pela inclusão digital; pela alimentação saudável; contra todas

as formas de violência, sejam contra o sexo ou raça; pela participação política feminina; pela emancipação dos povos; pela proteção a natureza; pelo direito a educação do/no campo antirracista e não sexista, e entre outras questões.

O ano de 2000 marcou o início da Marcha das Margaridas, a primeira caminhada protagonizada pelas trabalhadoras rurais, que reuniu 20 mil mulheres de diferentes regiões do país. “Em Marcha, essas mulheres adentraram o espaço público e pleitearam sua visibilidade, sem abrir mão das reivindicações históricas do movimento de mulheres trabalhadoras rurais” (Aguiar, 2015, p. 1).

As reivindicações históricas dos movimentos de mulheres ganharam ainda mais força com a Marcha, além de novas questões sociais a serem debatidas. As Margaridas, ao ampliarem as estratégias políticas em prol das necessidades das mulheres, conseguem ligar os diferentes territórios. No estado do Amazonas o grupo de mulheres ‘Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia – MAMA’ e as mulheres da FETAGRI-AM, adentraram no movimento (Mourão; Miranda, 2019), como diz Aguiar (2015, p. 88) “[...] a Marcha conecta os espaços locais com espaços regionais e até internacionais”.

Foi na conjuntura da Marcha Mundial das Mulheres que se iniciou a Marcha das Margaridas. Nesse sentido, “a Marcha das Margaridas e a Marcha Mundial das Mulheres estão assim vinculadas por laços de dependência recíproca e de cooperação tácita” (Aguiar, 2015, p. 104), o que torna nítido a influência e a parceria internacional das sindicalistas na construção da Marcha.

A autora Aguiar (2015, p. 14) afirma: “Mais que uma mera reunião de mulheres reivindicando seus direitos, a Marcha é uma forma específica de organização própria e aciona um determinado tipo de repertório de ação coletiva”. Assim, a Marcha não é uma simples caminhada de mulheres, é uma organização que possui a própria identidade, expressa por meio dos adereços, vestimentas e bandeiras que são características de mulheres do campo, da floresta e das águas, as quais não possuem uma visão de hegemonia de classe, mas uma visão de luta pelo reconhecimento de sua subjetividade (Aguiar, 2015).

As margaridas realizam a Marcha de quatro em quatro anos, e em cada ano elaboram objetivos para marcharem em prol deles. “A Marcha das Margaridas nasceu com esse ideal de construir. Primeiro, de fortalecer a organização das mulheres dentro da organização Contag. Então assim, a Marcha, ela nasce com essa intencionalidade muito clara” (Mascena, 2010 apud Aguiar, 2010, p. 2015). O movimento surgiu como forma de protesto para que as reivindicações das trabalhadoras fossem atendidas, visto que foi

somente na década de 80 que as mulheres puderam se sindicalizar sem precisar da permissão de um homem, ou seja, de pai ou de marido.

A MM é dirigida pela CONTAG e suas Federações, que são um total vinte e sete e possuem apoio de mais de quatro mil sindicatos filiados. Faz parte da agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR, além das associações com diversos “movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e organizações internacionais” (Aguiar, 2015, p. 88). O movimento nos últimos anos tem ganhado apoiadores e alcançado impactos relevantes no que tange à conquista de direitos.

As mulheres rurais trabalhadoras do campo, da floresta e das águas são as principais protagonistas da Marcha das Margaridas, pois é por meio desse movimento social que conseguem ser vistas e ouvidas, ou seja, conquistam direitos. Nesse caso, remonta-se o pensamento de Lênin (2006, p. 22): “Ora, toda a luta de classe é uma luta política”. Essa luta política das mulheres do campo tem se tornado um marco, visto que a mobilização das Margaridas tem criado força no decorrer de sua existência, o que tem fortalecido a luta das camponesas.

O autor Teixeira (2017) ressalta que a Marcha das Margaridas é um dos maiores movimentos de mulheres trabalhadoras do campo da América Latina, e a cada evento mais mulheres têm entrado na luta, o que reúne entre 20 e 100 mil camponesas a cada caminhada ocorrida em Brasília.

As mulheres rurais obtiveram um processo histórico de formação e descobertas. Sua inserção na política e nos sindicatos tiveram o início com a ajuda das CEBs, conforme ressalta Aguiar (2015):

Ao despertar as mulheres para a política, ao incutir nelas o desejo de participar e a ideia de que possuem direitos a reivindicar, as CEBs aproximaram as mulheres, que estiveram quase sempre confinadas à esfera familiar e doméstica, do mundo público e do papel masculino, inserindo-as num espaço de discussão política e de problemas sociais (Aguiar, 2015, p. 61).

As CEBs despertaram nas trabalhadoras rurais o pensamento crítico, e assim perceberam que o seu papel na luta por melhores condições da vida das suas famílias e da sua comunidade também era importante. Logo, as CEBs tornaram-se um espaço essencial na formação da mulher, pois, ao adentrarem nos sindicatos, as formações políticas continuaram sob uma nova perspectiva: pensar criticamente o fazer política.

A organização da Marcha é feita por apoiadores e com as integrantes da Marcha, mediante um processo de formação conduzido pela CONTAG. Vale ressaltar que “a Marcha das Margaridas não é um protesto pontual, mas uma mobilização que envolve um processo de construção política permanente” (Teixeira, 2021, p. 5). Dessa forma, as sindicalistas desenvolvem todo um processo de mobilização, a fim de agregar mais trabalhadoras rurais no protesto, e os materiais impressos são essenciais na divulgação.

O material escrito é muito importante no processo de mobilização. São produzidos, desde Brasília, cartazes, folhetos e panfletos contendo informações sobre a Marcha: o que é, quando e como surgiu, quem é Margarida Alves, as principais conquistas, os eixos que orientam a plataforma política etc. Além disso, também são produzidos cadernos de textos visando subsidiar a discussão política em torno de cada um desses eixos (Aguiar, 2015, p. 291).

O material de mobilização das Margaridas é de suma importância, considerando que é por meio dos cadernos, cartazes, folhetos, entre outros, que todo cidadão compreende os objetivos das mulheres ao Marcharem, e as discussões que ocorrem nas comunidades são contínuas e os processos formativos têm influenciado as novas gerações a entrarem na luta, promovendo conquistas para as comunidades das zonas rurais.

Segundo Teixeira (2021), existem pelo menos duas características na formação política das Margaridas. “A primeira acontece [...] por meio de cursos, seminários, oficinas, enquanto a segunda é parte da prática política cotidiana, parte constitutiva da organização e mobilização das ativistas no decorrer do processo de construção da Marcha e da participação das ativistas” (Teixeira, 2021, p. 8). É nítido que a construção teórica por meio de cursos, oficinas etc., é de suma importância para que as Margaridas compreendam o papel do movimento e a partir daí trabalhem na prática a organização da Marcha.

E o processo de organização e mobilização das Margaridas ocorre de diversas formas, como descreve o autor Teixeira (2021):

Um exemplo das atividades de organização e mobilização é a arrecadação de dinheiro para financiar a Marcha e a viagem das ativistas para Brasília. Os recursos geralmente vêm dos fundos das próprias organizações, de convênios com o Estado ou organizações da sociedade civil, ou de arrecadação promovida pelas ativistas. São necessários para viabilizar infraestrutura, alimentação, divulgação, comunicação e atividades culturais (Teixeira, 2021, p. 7).

A Marcha é financiada por meio da arrecadação das Margaridas, ou seja, a organização realiza sorteios, diversos eventos e parcerias com instituições e com o governo. Todo o recurso adquirido é para a divulgação, alimentação, entre outras atividades que mantêm as Margaridas em luta.

Vale ressaltar que durante o governo Bolsonaro, as parcerias com o governo não ocorreram, como afirma Teixeira (2021, p. 7) “E com a eleição de Bolsonaro, o canal de construção de convênios entre Estado e movimentos populares se fechou, trazendo implicações para o financiamento da Marcha”. Nesse caso, os movimentos sociais tiveram diversos desafios, e um dos que os atingiram diretamente foi a corte de verbas destinada à promoção da cidadania de mulheres rurais.

A matéria intitulada *Por que a Marcha das Margaridas não defende o projeto encabeçado por Bolsonaro?* publicada no site da CONTAG no 17 de outubro de 2022. Nela expressa detalhes sobre os cortes orçamentários no período do governo da nova direita:

Nos últimos anos, o orçamento destinado à execução dessas políticas vem sendo cortado drasticamente. A ação de apoio à organização econômica e promoção da cidadania de mulheres rurais, que tinha recursos na ordem de R\$ 32 milhões em 2014, em 2017 foi para R\$ 11,3 milhões. Em 2018 caiu para R\$ 5,1 milhões e foi zerada a partir de 2019 e assim permanece até a proposta inicial de 2023. O mesmo ocorreu com a ação 218B – “Política para as mulheres: promoção da igualdade e enfrentamento à violência”, que tinha R\$ 25,0 milhões em 2019 e foi zerada a partir desta data (CONTAG, 2022).

Durante o governo Bolsonaro, o orçamento direcionado a políticas relacionadas às mulheres foi cortado paulatinamente. No que tange à promoção e cidadania de mulheres rurais, ocorreu a estagnação de programas e projetos relacionados às camponesas. Diante disso, percebe-se a falta de abertura entre o governo com movimentos sociais. Segundo Sobreira (2022, p. 174) “Pouco afeito ao debate com o campo das lutas mais progressistas e de mulheres, Bolsonaro e seus ministros desrespeitam a luta histórica das Margaridas”. Como destacado o governo Bolsonaro, além de não dialogar com a Marcha das Margaridas, em sua gestão foi nítido o desrespeito com as mulheres, a começar pelas suas falas machistas, seguidas de cortes de verbas para o enfrentamento da violência contra o sexo feminino.

Em relação ao corte de verbas na política de enfrentamento à violência contra as mulheres, houve consequências irreparáveis, como o aumento de casos de violência,

sobretudo durante a pandemia<sup>39</sup>, como destaca a nota técnica do Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc (2023, p. 7):

[...] o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Feminicídio no Distrito Federal, que apurou como a complexa rede de atendimento às mulheres – que envolve as Polícias, o Judiciário, os Sistemas Único de Saúde (SUS) e de Assistência Social (SUAS) assim como a Educação – não está atingindo seus objetivos. Um dos motivos para a inoperância é justamente o fato de que os recursos federais não chegaram ou chegaram com atraso e em quantidade insuficiente aos estados e municípios com atraso e em quantidade insuficiente.

A insuficiência de recursos durante o governo Bolsonaro<sup>40</sup>, para o atendimento à mulher nas cidades e nos municípios, corroborou para que os objetivos das pautas nas áreas das políticas públicas direcionadas à questão da mulher, seja na educação, saúde, segurança ou assistência social, fosse completamente secundarizado. Apesar da falta de colaboração da nova direita com os movimentos sociais, mas o trabalho político das Margaridas não ficou estagnado, segundo destaca Teixeira (2021, p. 9):

[...] o novo contexto não afastou as Margaridas do trabalho político que desenvolviam, mas implicou em transformações nas suas ações de reprodução social, produzindo, por exemplo: a ampliação das alianças e mobilização com organizações de mulheres e feministas; a reinvenção de estratégias organizativas, com a ampliação do apoio à Marcha por meio de campanhas na internet; e reorientações do debate político e o foco da formação política das ativistas.

No contexto do governo Bolsonaro, mesmo com o descaso, a Marcha avançou no que tange a parcerias com novas organizações sociais e instrumentos de divulgação do movimento, como por exemplo a intensificação no acesso à internet e às redes sociais, além de novos debates e uma busca maior para formar os ativistas.

---

<sup>39</sup> A Pandemia conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) é a disseminação por meio da transmissão de pessoa para pessoa de uma nova doença em nível mundial, afetando a saúde dos cidadãos, como foi o caso da pandemia do Covid-19 (Schueler, 2021).

<sup>40</sup> “O legado do governo Bolsonaro-PL (2018-2022) incluiu recordes de pobreza, desigualdade e fome, principalmente, das mulheres. Inflação elevada, cortes nos investimentos públicos, política de compras de arma deixando-as mais vulneráveis às violências, escancaradas no período da pandemia do coronavírus-COVID-19” (Medeiros, 2023, p. 22).

## 2. 3 Análise dos cadernos da Marcha das Margaridas relacionadas a educação do campo, educação antirracista e educação não sexista, no período de 2007 a 2023

Neste subtópico abordaremos a luta das mulheres do campo, das águas e das florestas em prol de uma educação do campo, livre de preconceitos. Essa luta tem adentrado como pauta no movimento Marcha das Margaridas desde 2007, sob o tema ‘Em defesa da Educação do campo não sexista’ e na Marcha de 2019 e 2023 foi acrescentado o termo antirracismo, com isso, foi criado o caderno com eixo ‘Educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo’.

Vale destacar que a CONTAG iniciou a elaboração dos cadernos da Marcha das Margaridas com o propósito de orientar as mulheres trabalhadoras rurais, sobre os temas e pautas abordados a cada ano. Neles são destacadas as contribuições das FETAGs, e de outras organizações que fazem parceria com o movimento, assim como, “Os textos temáticos têm por finalidade informar, contextualizar, atualizar e provocar a reflexão junto às mulheres trabalhadoras rurais e organizações parceiras da Marcha das Margaridas” (CONTAG, 2007, p. 4).

Os documentos seguem organizados segundo a Análise de Conteúdo de Bardin (2020), o qual tem três etapas, quais são: a pré-análise sendo o ponto inicial, no qual é organizado o material para ser analisado, nele é pensado os objetivos e hipóteses, além de ser o momento de separação dos materiais a serem explorados; a exploração do material, que é o segundo momento e visa codificar os dados, ou seja, identificar e separar as unidades de significados por meio de palavras, frases e temas, que em seguida são categorizados, por ideias que tenham a mesma intenção e pôr fim a interpretação e inferência, que tem como foco a interpretação dos dados, a partir das relações que as categorias apresentam, e nesse caso vamos utilizar a epistemologia do materialismo histórico dialético, para discutir todas essas relações.

Em cada Marcha das Margaridas há elaboração de novas estruturas de apresentação dos cadernos de textos, apesar dos temas em questão continuarem os mesmos, como por exemplo a luta das mulheres por uma educação que discuta a igualdade e emancipação, tanto em relação a sexo quanto em relação aos povos do campo, das águas e das florestas.

Para explicarmos melhor o eixo relacionado a educação do campo não sexista e o antirracismo destacado acima, nos atemos aos cadernos da Marcha das Margaridas e compilamos seis documentos das marchas<sup>41</sup> de 2007 a 2023.

Quadro VIII– Cadernos da Marcha das Margaridas

| Ano  | Nome do Documento                                                                                                                                                                              | Forma de Organização                                                              | O que foi analisado                                                                                             |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2007 | Caderno de textos para estudo e Debates – Marcha das Margaridas 2007                                                                                                                           | Um único caderno com 11 pautas inclusas, totalizando 60 páginas.                  | Somente a pauta: ‘Em defesa da Educação do Campo não-sexista’.                                                  |
| 2011 | Caderno de textos para estudos e debates – Marcha das Margaridas 2011 (Margaridas na luta por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade).                      | Um único caderno com 8 pautas inclusas, totalizando 56 páginas                    | Apenas a pauta: ‘Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência.                                                 |
| 2015 | Caderno de textos para estudos e debates – Marcha das Margaridas 2015 (Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade). | Um único caderno com 8 eixos, totalizando 45 páginas.                             | Somente o eixo 7 – Educação não sexista, educação sexual e sexualidade                                          |
| 2015 | Pauta para o Congresso nacional                                                                                                                                                                | Documento único, com VII eixos direcionados ao Congresso Nacional, com 28 páginas | Somente o eixo V – Educação não sexista, educação sexual e sexualidade                                          |
| 2019 | Caderno 6 – Por uma educação não sexista e antirracista e pelo direito à Educação do Campo (Rumo a Marcha das Margaridas 2019)                                                                 | Um caderno dentre as 6 coleções da Marcha de 2019, com 28 páginas                 | Apenas o caderno de número 6 – ‘Por uma educação não-sexista e antirracista e pelo direito à educação do campo’ |
| 2023 | Educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo                                                                                                                 | Um caderno, de uma coleção de 12, da Marcha, totalizando 13 páginas               | Apenas o caderno: ‘Educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo’              |

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O caderno de texto da Marcha das Margaridas, de 2007 a 2015 era único, no qual eram divididos dentro dele os eixos, e para o foco da pesquisa foram escolhidos apenas

<sup>41</sup> A Marcha das margaridas é o movimento de mulheres do campo, das águas e das florestas. Teve o início no ano 2000, até 2007 ocorria de 3 em três anos e depois começou a ser de quatro em quatro anos, reúne mulheres de todas as regiões do país em Brasília.

uma pauta em cada ano, mas que possuíam o mesmo foco. Vale ressaltar que do ano de 2015, além do caderno de texto, também foi utilizado para análise um documento que era voltado para as reivindicações encaminhadas para o congresso<sup>42</sup>. Já em 2019 e 2023, cada eixo se tornou um caderno de texto, mas, a escolha para análise seguiu por semelhança com os eixos dos anos anteriores, apesar das pequenas mudanças nas nomenclaturas.

Posteriormente, segue o segundo passo de organização conforme a análise e conteúdo de Bardin (2020) destacando a frequência total das unidades de registro, encontradas nos cadernos da marcha. Vale destacar que para chegarmos a esse quantitativo, passamos por um longo processo de organização e leitura das categorias, no qual obtivemos o total de 90 páginas de quadros<sup>43</sup> com as citações dos cadernos utilizados, dos quais objetivamos as 62 unidades de registro, como demonstram no quadro a seguir.

Tabela II – Unidades de Registro de cadernos da Marcha das Margaridas (2007 a 2023)

| Nº | Unidades de Registro                                                                                           | Ano  | Frequência por ano | Frequência Total |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|--------------------|------------------|
| 1  | A desconsideração do debate sobre o não sexismo na educação básica                                             | 2015 | 1                  | 1                |
| 2  | A educação                                                                                                     | 2011 | 1                  | 3                |
|    |                                                                                                                | 2015 | 1                  |                  |
|    |                                                                                                                | 2023 | 1                  |                  |
| 3  | A educação como formadora de opiniões                                                                          | 2019 | 1                  | 2                |
|    |                                                                                                                | 2023 | 1                  |                  |
| 4  | A educação do campo articulada com outras políticas sociais                                                    | 2007 | 1                  | 1                |
| 5  | A educação do campo integrada às lutas por emancipação das mulheres e homens do campo, da floresta e das águas | 2019 | 2                  | 2                |
| 6  | A escola como espaço de mudança da ideologia patriarcal                                                        | 2011 | 1                  | 5                |
|    |                                                                                                                | 2015 | 3                  |                  |
|    |                                                                                                                | 2023 | 1                  |                  |
| 7  | A escola como formadora de pensamento crítico                                                                  | 2007 | 1                  | 1                |
| 8  | A escola como propulsora da ideologia patriarcal e dos valores da classe dominante                             | 2011 | 1                  | 4                |
|    |                                                                                                                | 2015 | 3                  |                  |
| 9  | A luta da Marcha das Margaridas pela educação orientada na construção de relações sociais justas               | 2007 | 2                  | 12               |
|    |                                                                                                                | 2011 | 1                  |                  |
|    |                                                                                                                | 2019 | 5                  |                  |
|    |                                                                                                                | 2023 | 4                  |                  |

<sup>42</sup> Neste documento, foi analisado apenas a pauta de reivindicação que discutia o eixo escolhido do mesmo ano.

<sup>43</sup> Esse quadro, foi organizado em cinco colunas que obtinham os seguintes dados: Ano do caderno da Marcha das Margaridas; texto na íntegra, unidade de contexto; comentário da unidade de contexto e a unidade de registro (que é a relação que as unidades de contexto possuem entre si).

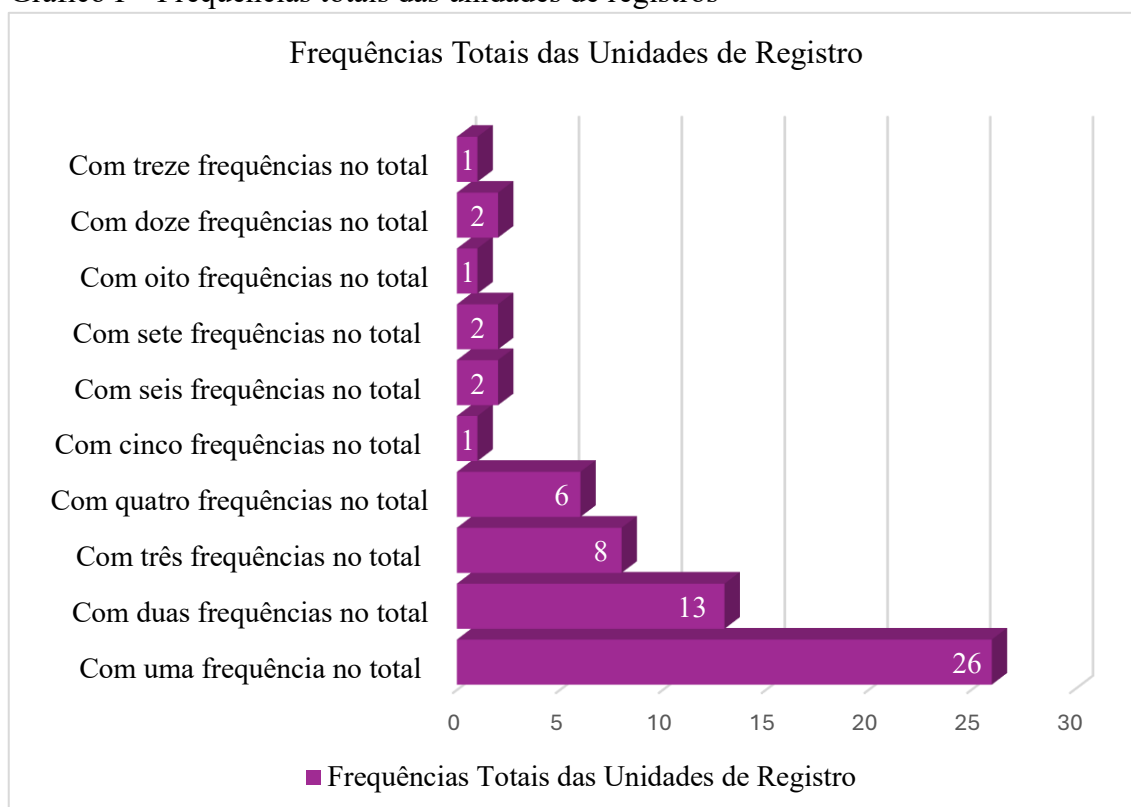
|    |                                                                                                                               |      |   |    |
|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|---|----|
| 10 | A precariedade da educação básica do/no campo                                                                                 | 2007 | 2 | 2  |
| 11 | A socialização desenvolve o aprendizado sobre o que é ser mulher e ser homem na sociedade                                     | 2011 | 3 | 3  |
| 12 | As escolas têm papel vital na formação da identidade das crianças                                                             | 2019 | 1 | 2  |
|    |                                                                                                                               | 2023 | 1 |    |
| 13 | Conteúdos relacionados ao Direitos das mulheres                                                                               | 2007 | 1 | 1  |
| 14 | Curso Nacional de Formação Política para as Mulheres                                                                          | 2019 |   | 2  |
| 15 | Diretrizes Operacionais de Educação Básica para as Escolas do Campo                                                           | 2007 | 1 | 4  |
|    |                                                                                                                               | 2011 | 2 |    |
|    |                                                                                                                               | 2015 | 1 |    |
| 16 | Discriminação das mulheres na língua portuguesa                                                                               | 2011 | 1 | 4  |
|    |                                                                                                                               | 2015 | 3 |    |
| 17 | Divisão das responsabilidades dos filhos (as) com o Estado, criando possibilidades de inserção da mulher no mundo do trabalho | 2015 | 1 | 3  |
|    |                                                                                                                               | 2019 | 1 |    |
|    |                                                                                                                               | 2023 | 1 |    |
| 18 | Divisão sexual do trabalho                                                                                                    | 2019 | 2 | 3  |
|    |                                                                                                                               | 2023 | 1 |    |
| 19 | Educação do campo                                                                                                             | 2007 | 1 | 12 |
|    |                                                                                                                               | 2011 | 1 |    |
|    |                                                                                                                               | 2015 | 1 |    |
|    |                                                                                                                               | 2019 | 5 |    |
|    |                                                                                                                               | 2023 | 4 |    |
| 20 | Educação libertadora                                                                                                          | 2019 | 1 | 1  |
|    | Educação não escolar                                                                                                          | 2019 | 1 | 2  |
|    |                                                                                                                               | 2023 | 1 |    |
| 21 | Luta das Margaridas por uma educação não sexista                                                                              | 2007 | 1 | 13 |
|    |                                                                                                                               | 2011 | 4 |    |
|    |                                                                                                                               | 2015 | 5 |    |
|    |                                                                                                                               | 2019 | 2 |    |
|    |                                                                                                                               | 2023 | 1 |    |
| 22 | Educação sexista                                                                                                              | 2015 | 1 | 1  |
| 23 | Educação sexual                                                                                                               | 2015 | 7 | 8  |
|    |                                                                                                                               | 2023 | 1 |    |
| 24 | Escola de Educadoras Feministas                                                                                               | 2019 | 1 | 1  |
| 25 | Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e Casas Familiares Rurais (CFRs)                                                            | 2019 | 1 |    |
| 26 | Força política da Marcha das Margaridas, nas conquistas da educação do campo                                                  | 2019 | 1 | 1  |
| 27 | Formação com cunho feminista na educação básica                                                                               | 2015 | 1 | 2  |
|    |                                                                                                                               | 2019 | 1 |    |
| 28 | Limitação ao acesso a escola no campo e a falta de educação contextualizada com a realidade                                   | 2023 | 2 | 2  |
| 29 | Limites colocados às mulheres para o acesso à educação                                                                        | 2007 | 1 | 7  |
|    |                                                                                                                               | 2015 | 1 |    |
|    |                                                                                                                               | 2019 | 2 |    |
|    |                                                                                                                               | 2023 | 3 |    |
| 30 |                                                                                                                               | 2015 | 1 | 4  |
|    |                                                                                                                               | 2019 | 1 |    |

|    |                                                                                                                                                  |      |   |   |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|---|---|
|    | Luta das Margaridas em prol das creches e de outros níveis da educação básica e do ensino superior                                               | 2023 | 2 |   |
| 31 | Luta das Margaridas em prol da educação pública não sexista, antirracista e contextualizada com a realidade                                      | 2007 | 1 | 6 |
|    |                                                                                                                                                  | 2011 | 2 |   |
|    |                                                                                                                                                  | 2015 | 1 |   |
|    |                                                                                                                                                  | 2019 | 1 |   |
|    |                                                                                                                                                  | 2023 | 1 |   |
| 32 | Materiais didáticos que dialoguem sobre as questões de gênero, raça e etnia, contextualizada com a diversidade do campo, da floresta e das águas | 2007 | 1 | 3 |
|    |                                                                                                                                                  | 2015 | 1 |   |
|    |                                                                                                                                                  | 2023 | 1 |   |
| 33 | O direito à educação exerce papel fundamental para reparar as desigualdades entre os sexos                                                       | 2023 | 1 | 1 |
| 34 | O golpe de 2016, causou declínio na educação Brasileira                                                                                          | 2007 | 1 | 3 |
|    |                                                                                                                                                  | 2019 | 1 |   |
|    |                                                                                                                                                  | 2023 | 2 |   |
| 35 | O papel da educação do campo para o desenvolvimento rural sustentável e solidário                                                                | 2007 | 1 | 1 |
| 36 | O processo educativo no campo                                                                                                                    | 2015 | 1 | 1 |
| 37 | Omissão da escola em abordar temas do cotidiano como a afetividade, a sexualidade, a saúde reprodutiva, a violência sexual, a violência social,  | 2007 | 2 | 2 |
| 38 | Os avanços da educação brasileira durante o governo de esquerda                                                                                  | 2023 | 1 | 2 |
|    |                                                                                                                                                  | 2019 | 1 |   |
| 39 | Pedagogia da alternância                                                                                                                         | 2023 | 1 | 1 |
| 40 | Porcentagens de frequência do sexo feminino e masculino nas escolas rurais                                                                       | 2007 | 1 | 6 |
|    |                                                                                                                                                  | 2015 | 4 |   |
|    |                                                                                                                                                  | 2023 | 1 |   |
| 41 | Poucas referências à participação das mulheres nos livros didáticos                                                                              | 2019 | 2 | 2 |
| 42 | Retrocessos da educação do campo e dos direitos sociais no governo de Bolsonaro.                                                                 | 2019 | 1 | 3 |
|    |                                                                                                                                                  | 2023 | 2 |   |
| 43 | Sexismo                                                                                                                                          | 2011 | 1 | 4 |
|    |                                                                                                                                                  | 2015 | 1 |   |
|    |                                                                                                                                                  | 2019 | 1 |   |
|    |                                                                                                                                                  | 2023 | 1 |   |
| 44 | Sexismo na educação escolar                                                                                                                      | 2015 | 1 | 2 |
|    |                                                                                                                                                  | 2023 | 1 |   |
| 45 | Sexismo na educação familiar                                                                                                                     | 2019 | 1 | 1 |
| 46 | Sexismo na escola agrícola                                                                                                                       | 2015 | 1 | 1 |
| 47 | socialização como forma de educação                                                                                                              | 2007 | 1 | 1 |
| 48 | A luta pela educação antirracista                                                                                                                | 2019 | 1 | 1 |
| 49 | Aprovação da Lei 10.639 de 2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, na educação básica                       | 2023 | 1 | 1 |
| 50 | Ataques a educação brasileiras por grupos conservadores                                                                                          | 2019 | 1 | 1 |
| 51 | Cotas raciais                                                                                                                                    | 2029 | 1 | 4 |
|    |                                                                                                                                                  | 2023 | 3 |   |

|    |                                                                                                                                       |      |   |   |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|---|---|
| 52 | Criação de um Programa voltado às jovens rurais em situação de violência e exploração sexual                                          | 2011 | 1 | 1 |
| 53 | Educação antirracista                                                                                                                 | 2019 | 1 | 1 |
| 54 | Educação racista e sexista                                                                                                            | 2019 | 1 | 1 |
| 55 | Fechamento das Escolas do Campo                                                                                                       | 2023 | 1 | 1 |
| 56 | O racismo é uma ideologia                                                                                                             | 2019 | 1 | 3 |
|    |                                                                                                                                       | 2023 | 2 |   |
| 57 | O racismo é uma ideologia e uma prática de dominação social                                                                           | 2019 | 1 | 1 |
| 58 | Políticas públicas para as áreas da educação, específicas para as mulheres e de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo | 2011 | 1 | 1 |
| 59 | Por uma educação do campo não sexista e antirracista                                                                                  | 2019 | 1 | 1 |
| 60 | Racismo e sexismo no contexto escolar                                                                                                 | 2011 | 1 | 1 |
| 61 | Racismo na infância                                                                                                                   | 2019 | 1 | 2 |
|    |                                                                                                                                       | 2023 | 1 |   |
| 62 | O racismo no contexto escolar                                                                                                         | 2015 | 2 | 7 |
|    |                                                                                                                                       | 2019 | 3 |   |
|    |                                                                                                                                       | 2023 | 2 |   |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Após o processo de categorização, foram destacadas sessenta e duas unidades de registros, e a minoria estavam presentes em todos os cadernos de texto da marcha, a partir de 2007, isto é, a maioria surgiu apenas uma vez, outras duas, três, quatro e assim por diante, em diferentes anos ou diversas vezes em um mesmo ano. Segue gráfico.

Gráfico I – Frequências totais das unidades de registros<sup>44</sup>

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Como posto, as unidades de registros com apenas uma frequência no total, obtiveram a seguinte porcentagem de aparecimento em cada marcha: no ano de 2007, 18%; em 2011 foi a menor quantidade, com 11%; em 2015 um total de 15%; em 2019 obteve a maior frequência com 41%; em 2023 foram 15%. Isso ocorre porque, ao longo das Marchas, foram levantadas as discussões que não haviam sido abordadas anteriormente e que não foram retomadas em anos subsequentes. Além disso, algumas dessas discussões foram alocadas em outros eixos, que não foram levados em consideração para a análise. Por fim, determinados assuntos foram agrupados com outros temas, resultado em uma reescritura e organização desses cadernos.

Um exemplo disso é a unidade de registro ‘Fechamento das Escolas do Campo’, que foi abordado apenas em 2023, nele é discutido que com a conquista da Lei Nº 12.960,

<sup>44</sup> É importante destacar que todas as categorias apresentadas estão relacionadas a pesquisa, nenhuma delas foi excluída, mas foi exemplificado o grau de importância que o movimento Marcha das Margaridas dá a elas, por isso, a elaboração do gráfico. Além disso, tudo o que não tinha ligação direta com o tema foi excluído ainda na leitura flutuante e na organização dos documentos.

de 27 de março de 2014<sup>45</sup>, as escolas que atendam os sujeitos do campo, quilombolas e indígenas, não podem ser fechadas sem justificativas, pelo contrário, antes de fechar uma instituição de ensino da educação básica, é necessário que o secretário de educação ou prefeito ouçam o conselho municipal de educação, e verifiquem se realmente não há público para serem atendidos nessas comunidades, promovendo o acesso e evitando a evasão escolar (CONTAG, 2023). No entanto, o fechamento de escolas do campo, quilombolas e indígenas, foram fechadas com frequência no governo Temer, sem justificativas válida.

Em relação as unidades com maiores incidências foram: uma unidade de registro intitulada de ‘A escola como espaço de mudança da ideologia patriarcal’ com cinco ocorrências ao longo dos anos de 2011, 2015 e 2023; duas unidades de registro com seis frequências cada, sendo a primeira intitulada de ‘Luta das Margaridas em prol da educação pública não sexista, antirracista e contextualizada com a realidade’ registradas nos anos de 2007, 2011, 2015, 2019 e 2023, a segunda ‘Porcentagens de frequência do sexo feminino e masculino nas escolas rurais’, presentes nos anos de 2007, 2015, 2019.

Houve duas unidades registro com sete ocorrências, a primeira abordando o ‘Limites colocados às mulheres para o acesso à educação’, aparecendo nos anos de 2007, 2015, 2019, 2023 e a segunda, intitulada de ‘o racismo no contexto escolar’, registrada nos anos de 2015, 2019 e 2023. A unidade de registro ‘Educação sexual’ teve oito frequências, sendo descrita sete vezes em 2015, e uma vez em 2023. As unidades de registro, ‘Educação do campo’ e ‘A luta da Marcha das Margaridas pela educação orientada na construção de relações sociais justas’, obtiveram doze incidências, sendo que a primeira esteve presente em 2007, 2011, 2015, 2019 e 2023, enquanto a segundo só não apareceu no ano de 2015.

Por fim, a unidade com mais frequências registradas foi a ‘Luta das Margaridas por uma educação não sexista’, tendo inferência nos cadernos de texto da Marcha de 2007, 2001, 2015, 2019 e 2023.

Após os primeiros passos de organização, leitura flutuante e separação em categorias de registros, baseados no instrumento análise de conteúdo de Bardin (2020), seguimos com a categorização dos assuntos, ou seja, o processo de agregação em eixos

---

<sup>45</sup> Parágrafo Único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (Brasil, 2014).

temáticos e categorias intermediárias para enfim chegar as categorias de análise. Vale destacar que as cores separam cada categoria de análise. Estes dados estão representados no quadro abaixo.

Quadro IX – Processo de Categorização

| UNIDADES DE REGISTRO                                                                   | EIXOS TEMÁTICOS                                                                | CATEGORIA INTERMEDIÁRIA                                                                             | CATEGORIA DE ANÁLISE                         |
|----------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Pedagogia da alternância (1x)                                                          | Múltiplas ramificações de educação contra - hegemônica.                        | A democratização da educação e suas influências para a formação da identidade crítica dos sujeitos. | A Educação do/no campo, contra - hegemônica. |
| Educação não escolar (2x)                                                              |                                                                                |                                                                                                     |                                              |
| socialização como forma de educação (1x)                                               |                                                                                |                                                                                                     |                                              |
| Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e Casas Familiares Rurais (CFRs) (1x)                |                                                                                |                                                                                                     |                                              |
| A educação (3x)                                                                        | A educação como formadora de identidade e subjetividade para uma coletividade. |                                                                                                     |                                              |
| A escola como formadora de pensamento crítico (1x)                                     |                                                                                |                                                                                                     |                                              |
| A educação como formadora de opiniões (2x)                                             |                                                                                |                                                                                                     |                                              |
| Educação libertadora (1x)                                                              |                                                                                |                                                                                                     |                                              |
| As escolas têm papel vital na formação da identidade das crianças (2x)                 | Educação do campo                                                              | Educação do campo articulada com outras políticas sociais                                           |                                              |
| A educação do campo articulada com outras políticas sociais (1x)                       |                                                                                |                                                                                                     |                                              |
| Diretrizes Operacionais de Educação Básica para as Escolas do Campo (4x)               |                                                                                |                                                                                                     |                                              |
| Educação do campo (12x)                                                                |                                                                                |                                                                                                     |                                              |
| O papel da educação do campo para o desenvolvimento rural sustentável e solidário (1x) |                                                                                |                                                                                                     |                                              |
| O processo educativo no campo (1x)                                                     |                                                                                |                                                                                                     |                                              |

|                                                                                                  |                                                                                                     |                                                                                                     |                                                                                                     |  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| Limitação ao acesso a escola no campo e a falta de educação contextualizada com a realidade (2x) | Os avanços, as precariedades, e os retrocessos na educação do campo durante os diferentes governos. | Os avanços, as precariedades, e os retrocessos na educação do campo durante os diferentes governos. | Os avanços, as precariedades, e os retrocessos na educação do campo durante os diferentes governos. |  |
| Retrocessos da educação do campo e dos direitos sociais no governo de Bolsonaro (3x)             |                                                                                                     |                                                                                                     |                                                                                                     |  |
| Ataques a educação brasileiras por grupos conservadores (1x)                                     |                                                                                                     |                                                                                                     |                                                                                                     |  |
| Fechamento das Escolas do Campo (1x)                                                             |                                                                                                     |                                                                                                     |                                                                                                     |  |
| A precariedade da educação básica do/no campo (2x)                                               |                                                                                                     |                                                                                                     |                                                                                                     |  |
| O golpe de 2016, causou declínio na educação Brasileira (3x)                                     |                                                                                                     |                                                                                                     |                                                                                                     |  |
| Os avanços da educação brasileira durante o governo de esquerda (2x)                             |                                                                                                     |                                                                                                     |                                                                                                     |  |
| Curso Nacional de Formação Política para as Mulheres (2x)                                        | Formação política e feminista                                                                       | Formação política e feminista                                                                       | Formação política e consciência feminista                                                           |  |
| Formação com cunho feminista na educação básica (2x)                                             |                                                                                                     |                                                                                                     |                                                                                                     |  |
| Escola de Educadoras Feministas (1x)                                                             |                                                                                                     |                                                                                                     |                                                                                                     |  |
| Racismo e sexismo no contexto escolar (1x)                                                       | O racismo e sexismo presentes na educação escolar                                                   | O racismo e sexismo presentes na educação escolar                                                   | O racismo o patriarcado como ideologia da classe dominante                                          |  |
| Educação racista e sexista (1x)                                                                  |                                                                                                     |                                                                                                     |                                                                                                     |  |
| O racismo no contexto escolar (7x)                                                               | Racismo no desenvolvimento dos sujeitos                                                             | O racismo e patriarcado são ideologias da classe dominante                                          |                                                                                                     |  |
| Racismo na infância (2x)                                                                         |                                                                                                     |                                                                                                     |                                                                                                     |  |
| O racismo é uma ideologia (3x)                                                                   | Racismo é ideológico                                                                                |                                                                                                     |                                                                                                     |  |
| O racismo é uma ideologia e uma prática de dominação social (1x)                                 |                                                                                                     |                                                                                                     |                                                                                                     |  |

|                                                                                                                                                     |                                           |                                                     |                                                     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|-----------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| A escola como espaço de mudança da ideologia patriarcal (5x)                                                                                        | A escola e a ideologia patriarcal         |                                                     |                                                     |
| A escola como propulsora da ideologia patriarcal e dos valores da classe dominante (4x)                                                             |                                           |                                                     |                                                     |
| Omissão da escola em abordar temas do cotidiano como a afetividade, a sexualidade, a saúde reprodutiva, a violência sexual, a violência social (2x) |                                           |                                                     |                                                     |
| Discriminação das mulheres na língua portuguesa (4x)                                                                                                |                                           |                                                     |                                                     |
| Limites colocados às mulheres para o acesso à educação (7x)                                                                                         | Sexismo em diferentes espaços de educação | Sexismo presente nos espaços educacionais e sociais | Sexismo presente nos espaços educacionais e sociais |
| Sexismo na educação escolar (2x)                                                                                                                    |                                           |                                                     |                                                     |
| Sexismo na educação familiar (1x)                                                                                                                   |                                           |                                                     |                                                     |
| Sexismo na escola agrícola (1x)                                                                                                                     |                                           |                                                     |                                                     |
| Educação sexista (1x)                                                                                                                               |                                           |                                                     |                                                     |
| A desconsideração do debate sobre o não sexismo na educação básica (1x)                                                                             |                                           |                                                     |                                                     |
| Porcentagens de frequência do sexo feminino e masculino nas escolas rurais (6x)                                                                     |                                           |                                                     |                                                     |
| Poucas referências à participação das mulheres nos livros didáticos (2x)                                                                            |                                           |                                                     |                                                     |
| A socialização desenvolve o aprendizado sobre o que é ser mulher e ser homem na sociedade (3x)                                                      | Sexismo nas divisões sociais              |                                                     |                                                     |
| Sexismo (4x)                                                                                                                                        |                                           |                                                     |                                                     |

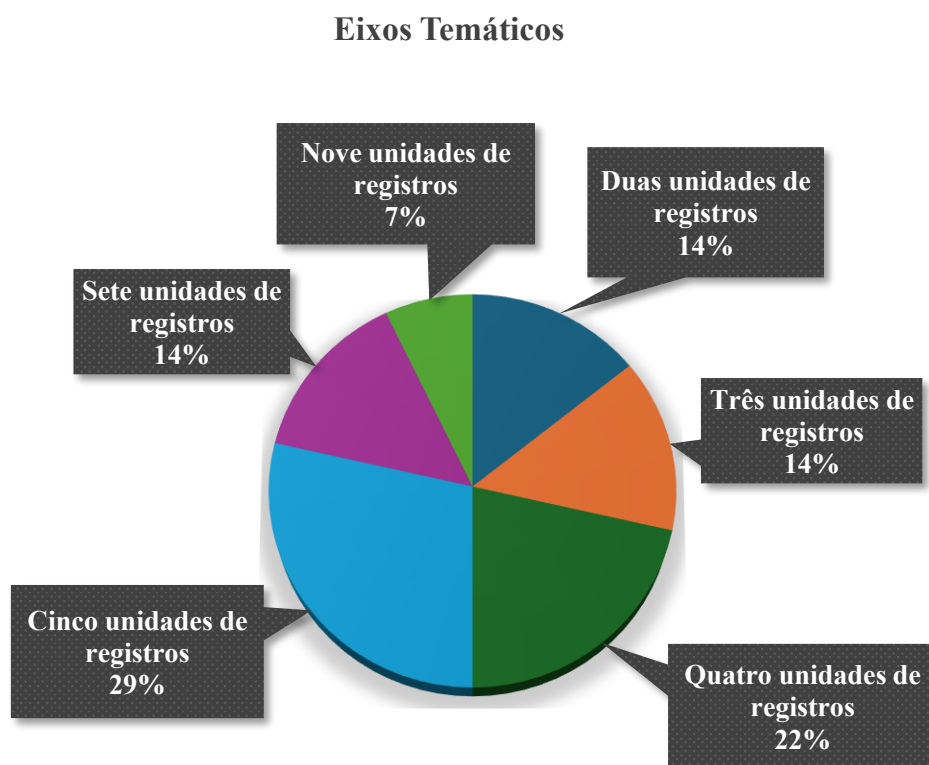
| Divisão sexual do trabalho (3x)                                                                                                            |                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Aprovação da Lei 10.639 de 2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, na educação básica (1x)            | Direito a educação igualitária e antirracista                                                               | Luta pelos direitos a educação igualitária e antirracista                                                                                                                                       | As lutas da Marcha da Margaridas em prol de uma Educação do Campo pública, que ofereça desde a creche ao ensino superior, que seja: antirracista, não sexista e contextualizada com a realidade |
| Educação antirracista (1x)                                                                                                                 |                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                 |
| A luta pela educação antirracista (1x)                                                                                                     |                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                 |
| Cotas raciais (4x)                                                                                                                         |                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                 |
| Políticas públicas para as áreas da educação, específicas para as mulheres e de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo (1x) | Luta das Margaridas por uma educação não sexista, antirracista e contextualizada com a realidade.           | As lutas da Marcha da Margaridas em prol de uma Educação do Campo pública, que ofereça desde a creche ao ensino superior, que seja: antirracista, não sexista e contextualizada com a realidade |                                                                                                                                                                                                 |
| A educação do campo integrada às lutas por emancipação das mulheres e homens do campo, da floresta e das águas (2x)                        |                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                 |
| A luta da Marcha das Margaridas pela educação orientada na construção de relações sociais justas (12x)                                     |                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                 |
| Luta das Margaridas por uma educação não sexista (13x)                                                                                     |                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                 |
| Por uma educação do campo não sexista e antirracista (1x)                                                                                  |                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                 |
| Luta das Margaridas em prol da educação pública não sexista, antirracista e contextualizada com a realidade (6x)                           |                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                 |
| Luta das Margaridas em prol das creches e de outros níveis da educação básica e do ensino superior (4x)                                    |                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                 |
| Força política da Marcha das                                                                                                               | Reinvidicação das Margaridas, pela Educação do Campo pública, que ofereça desde a creche ao ensino superior |                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                 |

|                                                                                                                                                       |  |  |  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|
| Margaridas, nas conquistas da educação do campo (1x)                                                                                                  |  |  |  |
| Conteúdos relacionados ao Direitos das mulheres (1x)                                                                                                  |  |  |  |
| Criação de um Programa voltado às jovens rurais em situação de violência e exploração sexual (1x)                                                     |  |  |  |
| Educação sexual (8x)                                                                                                                                  |  |  |  |
| Divisão das responsabilidades dos filhos (as) com o Estado, criando possibilidades de inserção da mulher no mundo do trabalho (3x)                    |  |  |  |
| Materiais didáticos que dialoguem sobre as questões de gênero, raça e etnia, contextualizada com a diversidade do campo, da floresta e das águas (3x) |  |  |  |

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Conforme a organização das unidades de registro, estas foram agrupadas com base em suas semelhanças, resultando na formação de 14 eixos temáticos. Os eixos não obtiveram a mesma quantidade de unidade de registro. Os dados estão ilustrados no gráfico abaixo.

Gráfico II – Eixos Temáticos



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

As composições dos eixos, conforme as frequências das unidades de registro, foram distribuídas da seguinte maneira: duas unidades de registro representam dois eixos; três unidades correspondem a dois eixos; quatro unidades estão distribuídas em três eixos; cinco unidades formam quatro eixos; sete unidades compõem dois eixos; e nove unidades constituem um único eixo.

Em seguida foram agregados os eixos temáticos por assuntos semelhantes, ao que formaram nove categorias intermediárias, e após diversas leituras e releituras, essas nove categorias, foram agregadas a outras, resultando em seis principais categorias de análise, quais são:

- 1) A Educação do/no campo, contra – hegemônica;
- 2) Os avanços, as precariedades, e os retrocessos na educação do campo durante os diferentes governos;
- 3) Formação política e consciência feminista;
- 4) O racismo e o patriarcado como ideologia da classe dominante;
- 5) Sexismo presente nos espaços educacionais e sociais;

6) As lutas da Marcha das Margaridas em prol de uma Educação do Campo pública, que oferte desde a creche ao ensino superior e que seja: antirracista, não sexista e contextualizada com a realidade.

A primeira categoria intitulada de ‘A Educação do/no campo, contra - hegemônica’, está presente em todos os cadernos da Marcha das Margaridas analisados. Destaques no quadro a seguir:

Quadro X - Algumas citações dos cadernos que tratam da categoria ‘A Educação do/no campo, contra - hegemônica’.

| ANO / DOCUMENTO                                                                                                                                                        | REGISTRO DE CITAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2007 - Caderno de textos para estudo e debates - Marcha das Margaridas                                                                                                 | As “Diretrizes Operacionais de Educação Básica para as Escolas do Campo” incorporam as reivindicações dos Movimentos Sociais, que nunca haviam sido contemplados em legislações anteriores, como a universalização da educação básica para toda população rural; <b>o papel da escola a serviço da construção de um projeto de desenvolvimento rural sustentável</b> ; atividades curriculares e pedagógicas direcionadas para o desenvolvimento sustentável; formação inicial e continuada do professorado do campo; financiamento diferenciado para as escolas do campo; <b>estabelecimento de parceria com os movimentos sociais que desenvolvem atividades pedagógicas comprometidas com o desenvolvimento sustentável do campo</b> ; e controle social por parte da comunidade escolar (p. 51, grifo nosso). |
| 2011 - Caderno de textos para estudo e debates - Marcha das Margaridas na luta por: Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.         | A partir da década de 1990, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR começou a trabalhar com mais ênfase em uma proposta de educação para o campo. <b>Os 7º e o 8º CNTTRs apontaram ser inconcebível querer implementar um processo de desenvolvimento sustentável no campo sem que a educação ocupe um papel estratégico neste processo</b> , de forma a ampliar o grau de escolaridade e de profissionalização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. <b>Passou-se, então, a articular uma proposta visando unificar as iniciativas da formação sindical, da capacitação técnica e da escolarização, na construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável</b> (p. 50, grifo nosso).                                                                         |
| 2015 - Caderno de textos para estudo e debates - Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade | <b>No campo, o processo educativo deve ser construído tendo agricultoras e agricultores como protagonistas.</b> A construção do conhecimento começa com as crianças que são criadoras e não simples reprodutoras da cultura (p.18, grifo nosso).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| 2019 - Caderno 6: Por uma Educação não sexista e antirracista e pelo direito à Educação do Campo                                                                       | Por isso, a educação do campo é muito mais do que uma modalidade de ensino, ela nasce das lutas dos movimentos sociais do campo e se converte também em um grande movimento. <b>Ela compreende o direito das(os) trabalhadoras(es) do campo à educação como instrumento político para romper com as formas de subordinanação que interessam ao capital. Ela parte</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |

|                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|---------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                       | <b>do sentido de emancipação dos sujeitos do campo, da floresta e das águas, por meio de uma leitura crítica da realidade, contrapondo-se à formação instrumental que se apoia na ideia de formar para o mercado.</b> Nesse sentido, sua pedagogia parte do fortalecimento da identidade coletiva, para que as pessoas não viam somente a si mesmas, mas à totalidade ampla dos povos (grifo nosso).                                         |
| 2023 - Educação Pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo | <b>Muito mais do que uma modalidade de ensino, a educação do campo é um grande movimento que nasce das lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo.</b> Portanto, ela tem suas raízes fincadas nos modos de vida que existem no campo, na floresta e nas águas, a partir da diversidade de seus sujeitos, e das formas como eles constroem suas culturas, saberes, trabalho, tempos e territórios de vida e resistência (grifo nosso). |

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Ante o exposto, a educação do campo é fruto de reivindicações dos movimentos sociais de trabalhadores e trabalhadoras do campo, como afirma Medeiros (2023) “Os movimentos sociais por meio de suas constantes lutas, tem significativo papel na construção da trajetória da Educação do/no Campo no contexto brasileiro”. Os quais em dado momento, perceberam que o ensino oferecido nas escolas rurais, era uma educação totalmente voltada para o mercado capitalista, sem nenhuma adequação com a realidade do trabalho na agricultura, na pesca etc. Sobre essa questão as autoras Mourão; Uchôa e Borges (2020, p.110) afirmam que “A Educação do Campo nasce colada aos processos produtivos do campo, significa dizer que a valorização do trabalho que forma e produz o ser humano é necessário, uma vez que possibilita a dignidade para as famílias das comunidades”.

Com isso, a Educação do Campo é uma maneira de trazer a valorização e o respeito aos processos produtivos dos povos que vivem nas comunidades rurais, além disso é uma forma política de lutar contra a dominação do capital, e isso ocorre por meio da emancipação desses sujeitos através de uma leitura crítica do mundo.

A educação do campo surge então, desse desejo de mudar a realidade de ensino ofertado nas áreas não urbanas, que não agregava muito na aprendizagem dos sujeitos como destaca Borges (2016, p. 97). “[..] no campo, a educação escolar esteve presente com a denominação de educação rural, oferecida pelo sistema de ensino, porém, tal educação constitui-se num modelo precário de formação dos sujeitos do campo, sem atender a realidade e tendo como modelo a escola urbana”.

Foi no chão do Movimento Sem-Terra (MST) que essa jornada de luta pela educação contextualizada com a realidade teve início. Em 1987 o MST realizou o

primeiro Encontro Nacional para discutir uma educação voltada para a realidade dos sujeitos do campo (Medeiros, 2023). Posteriormente, foram ocorrendo diversos encontros para a concretização desse modelo educacional.

Diante dessa necessidade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST realizou discussões e preparou o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - ENERA, em julho de 1997. Posteriormente, articulou, junto a outras instituições, a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998, que proporcionou o surgimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) como uma política pública para atender aos assentados da Reforma Agrária. Em seguida, deu-se a realização da I Conferência Por uma Educação do Campo, em 1998, concretizando a luta pelo direito à educação, garantindo, em seguida, a aprovação da Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002 (Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo) (Borges, 2016, p. 98).

De acordo com Borges (2016), a concretização e aprovação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, passou por um longo processo, de discussões dentro do próprio MST, assim como por negociações políticas. A autora também vai dizer que “É nesse sentido que a Educação do Campo se volta para a formação, não para, e sim, no e do campo, respeitando-os e ouvindo-os” (Borges, 2016, p. 99). Ou seja, é um modelo de ensino que tem como pressuposto a construção de seu currículo, assim como do Projeto Político Pedagógico da escola em conjunto ‘com’ a comunidade e não somente ‘para’ ela.

Ressaltando que a educação formal, é um dos meios pelo qual o ser humano compreende o mundo e apreende a viver, socializar e pensar, logo, trazer uma formação com um currículo que busque a emancipação dos sujeitos do campo é essencial para a permanência e conquistas de direitos. Dessa maneira, não basta ser ofertado a educação no meio rural, é necessário que o ensino seja pensado conforme a necessidade dos sujeitos em cada território, isto é, levar em conta, os saberes, as culturas, o tempo e o espaço.

Forjada nas lutas dos Movimentos Sociais do Campo, a Educação no/do Campo nasceu em oposição ao modelo de educação rural, surgiu pela necessidade de recriar um campo como um espaço de vida, de cultura, de formação humana e de trabalho, nasceu pautada na perspectiva transformadora da sociedade, onde os sujeitos do campo pudessem assumir o protagonismo de suas vidas (Arroyo; Molina; Caldart, 2011 apud Medeiros, 2023, p. 57).

Como descrito, a Educação do/no Campo é uma forma de luta contra os que detém a hegemonia do ensino que é ofertado na educação básica rural e urbana. Medeiros (2023), assevera que as mobilizações realizadas pelos movimentos sociais organizados são fundamentais na luta contra os interesses das classes dominantes, demonstrando força e resistência frente a medidas com cortes em áreas sociais, projetos habitacionais e a implementação de reformas trabalhistas.

Esses movimentos sociais também enfrentam a criminalização das lutas populares, como por exemplo, a violência contra as mulheres, o genocídio de populações negras e indígenas, e as questões relacionadas ao desemprego e a defesa por uma educação do/no campo, contextualizada com a realidade.

Desse modo, o movimento social do campo vincula a educação aos direitos. Aos direitos à saúde, à justiça, à cidadania, ou seja, aos valores da vida e da formação humana. A escola e os saberes escolares também são um direito do homem e da mulher do campo, porém devem estar em sintonia como outros saberes fora da realidade escolar (Medeiros, 2023, p. 56).

Em outros termos, o modelo de ensino que os movimentos sociais têm como foco, vão além do ensino mecânico, que visa, a aprendizagem para o mercado de trabalho, como é explícito na educação básica, como destaca Borges (2016, p. 97) “Modelo trabalhado na lógica da pedagogia liberal, reproduzindo os interesses da estrutura social do capitalismo para formação de mão de obra destinada ao mercado, incentivando a competição, o individualismo, etc.”

Dessa maneira, a lógica do liberalismo é manter a hegemonia estruturada pelo capitalismo, o qual compõem uma relação pedagógica, que não está presente apenas no interior de um determinado país, mas está interligado com toda a lógica burguesa internacional e até mesmo mundialmente (Rummert, 2007).

Essa reprodução dos interesses da burguesia, dentro da educação, faz com que os sujeitos sigam alienados, visto que não lhes é transmitido um conhecimento amplo, e nem é ensinado a pensar criticamente as relações sociais. Como é ressaltado por Rummert (2007):

O “homem-massa” (Ibidem, p. 94) não possui clara consciência do significado da sua própria ação e não avalia criticamente sua forma de participação no processo histórico; pensa de modo desagregado e assistemático, assumindo como sua uma concepção de mundo em que predominam elementos da concepção de mundo imposta pela classe que

detém o poder, o que o impede de agir de modo crítico e coerente. (Rummert, p. 15, 2007).

De fato, a ideologia predominante na sociedade advém da classe que detém o poder, e obscurecem as pautas que geram o bem coletivo e priorizam as pautas de interesses privados, a partir da hegemonia e ideologia retratam a realidade de forma alterada invertendo os polos ‘bem coletivo/bem privado’ para privilegiar uma classe minoritária, isto é, a burguesia. A classe subalterna, não percebem o mundo em sua totalidade, mas, de maneira desarticulada e isolada, um exemplo disso, é a ideia da meritocracia<sup>46</sup> que ainda é abraçada por muitos sujeitos, os quais não levam em consideração, a realidade em que vivem e nem as divisões de classes que implicitamente é predominante na sociedade brasileira.

Portanto, a Educação do/no campo é pensada para o trabalhador, tendo os mesmos ideais da escola que Gramsci ansiava, essa escola tem como foco a formação de uma nova cultura que tenha o potencial de mudar as estruturais hegemônicas ditadas pela classe dominante. Para isso, ela deve ser constituída a partir dos interesses da classe trabalhadora, e isso só se tornará uma realidade quando os próprios trabalhadores assumirem essa reponsabilidade de construir a escola que necessitam (Rummert, 2007). Algo que o MST, já tem tornado realidade, como descrito anteriormente.

No que diz respeito a segunda categoria intitulada de ‘os avanços, as precariedades, e os retrocessos na educação do campo durante os diferentes governos’. Foram encontradas discussões nos cadernos da Marcha das Margaridas nos anos de 2007, 2019 e 2023. Segue quadro representativo.

Quadro XI - Algumas citações dos cadernos que tratam da categoria ‘os avanços, as precariedades, e os retrocessos na educação do campo durante os diferentes governos’.

| ANO / DOCUMENTO                                                                                   | REGISTRO DE CITAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2007 - Caderno de textos para estudo e debates - Marcha das Margaridas.                           | No início de 2003, <b>com a posse do Governo Lula, e com mobilizações como Grito da Terra Brasil e Marcha das Margaridas 2003 surgiram novas perspectivas no sentido de que as políticas educacionais para o campo pudessem tomar um novo rumo</b> (p. 51, grifo nosso).                                                                                             |
| 2019 - Caderno 6: Por uma Educação não sexista e antirracista e pelo direito à Educação do Campo. | É preciso resistir, por meio de outras iniciativas, <b>a toda pressão exercida pelo governo Bolsonaro contra as escolas do campo, instaladas nos assentamentos da reforma agrária, e à perseguição aos movimentos sociais e sindicais do campo, principalmente ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra</b> . O ódio disseminado pelo governo ameaça o direito |

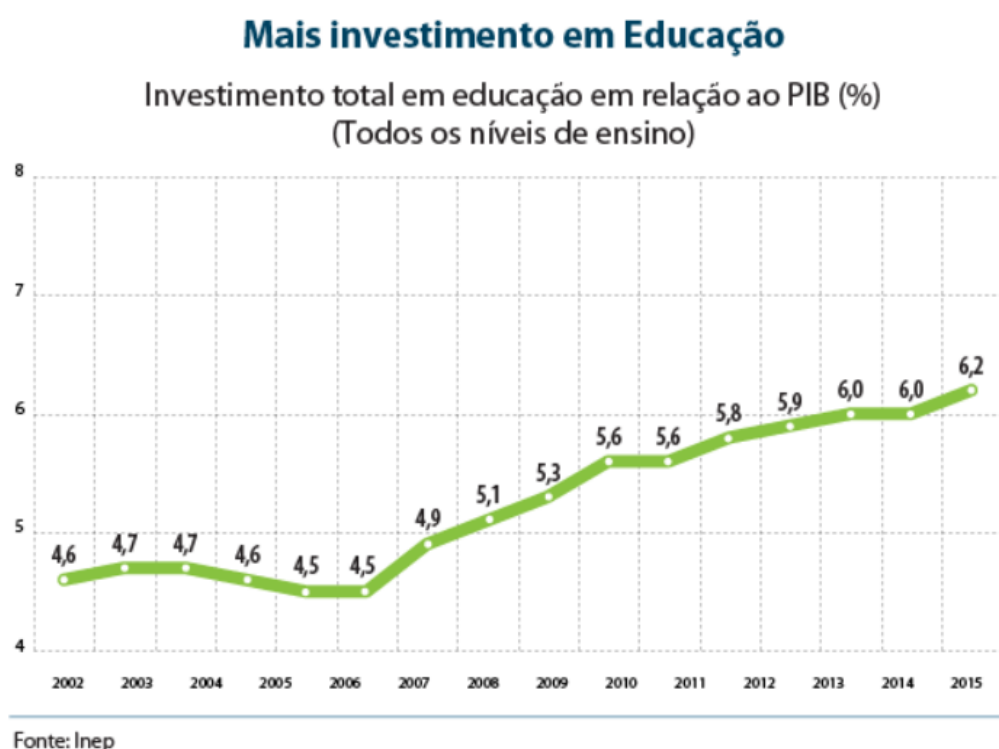
<sup>46</sup> “O mérito é definido em termos de talentos individuais e motivação para suportar privações iniciais, como longos anos de escolaridade, antes de galgar os postos de elite” (Frigotto, 2010, p. 73).

|                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                   | democrático à livre organização e retira das(os) crianças, adolescentes e jovens assentadas(os), acampadas(os) da reforma agrária o direito à uma escola que respeita suas identidades, seus saberes e quereres (p. 20, grifo nosso).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| 2019 - Caderno 6: Por uma Educação não sexista e antirracista e pelo direito à Educação do Campo. | Outro <b>ataque à educação brasileira vem sendo protagonizado por grupos conservadores, que se autodenominam como movimento Escola Sem Partido</b> . Estes grupos contam com representantes dentro dos poderes executivo e legislativo, que <b>têm buscado aprovar legislações, nos municípios, estados e na união, que tiram a autonomia de professoras(es) para abordarem os conteúdos previstos nas Bases Curriculares Nacionais</b> . A aprovação destas leis, também conhecidas como <b>leis da mordça, tornariam a escola um lugar sem pensamento crítico, alheia às questões que envolvem a formação de cidadãos e cidadãos emancipadas(os) e indiferente aos sentimentos que estão no cotidiano de adolescentes e jovens brasileiras(os), como as relações de gênero, sexualidade, igualdade racial, etc.</b> Por isso, estes Projetos de Leis são evidentemente contrários à luta da Marcha das Margaridas, por uma educação não sexista e antirracista (p. 18, grifo nosso). |
| 2023 - Educação Pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo.            | <b>Os avanços observados nos 13 anos dos governos Lula e Dilma foram retrocedendo</b> . Notadamente, <b>durante o Governo Bolsonaro houve fortes ataques às escolas do campo, muitas das quais foram fechadas</b> . Além disso, as ações e decisões tomadas na esfera governamental foram transversalizadas pelo sexismo e pelo racismo, agravando as violências e opressões, de diferentes ordens, contra as mulheres, particularmente, as negras (p. 2, grifo nosso).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| 2023 - Educação Pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo.            | <b>A Lei 12.960 estabelece que antes de fechar escola da educação básica pública que atenda estudantes residentes no campo, indígenas e quilombolas, o prefeito ou secretário de educação precisa ouvir o conselho municipal de educação</b> , que é o órgão normativo e tem na sua composição representantes dos gestores (p. 7, grifo nosso).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |

Fonte: elaborado pela autora (2025).

As citações dos cadernos da Marcha das Margaridas explicitam suas inquietações em relação a forma de gestão dos orçamentos públicos. Os documentos sugerem que os direitos a educação do campo, durante o governo Lula, teve o diálogo com os movimentos sociais. E o reflexo disso, foram os investimentos na educação, como destaca Borges (2016) a luta pela Educação do Campo, vem ocorrendo há décadas, porém foi nos governos de Lula (2002-2010) e de Dilma (2010-2015) que houve crescimento do Ministério da Educação (MEC), em todas as suas estruturas, no Brasil.

Figura VII – Gráfico de Investimentos na educação durante o governo de Lula e Dilma



Fonte: Inep *apud* Instituto Lula (2022).

Com base na imagem, o Instituto Lula (2022) ressalta no governo de 2002 – 2015, no qual Lula esteve na presidência durante os dois primeiros mandatos e Dilma<sup>47</sup> posteriormente. Nesse período o investimento na área da educação obteve um crescimento significativo nas diferentes áreas de ensino, isto é, desde a educação básica até o ensino superior.

Com Lula e Dilma, o investimento público direto por estudante, considerando a educação básica e o ensino superior, cresceu de R\$ 969 em 2000, para R\$ 7.237 em 2015. Descontada a inflação, em valores de 2021, o salto foi de R\$ 3.453 para R\$ 9.834 por aluno, em todos os níveis de ensino, o que representa um crescimento real de 185%. Ou seja, sob Lula e Dilma mais que dobrou o investimento no futuro de cada brasileiro (Instituto Lula, 2022).

O investimento na área da educação obteve grande avanços nos 13 anos dos governos Lula e Dilma. O orçamento direcionado a educação em 2002 era de R\$ 50, 6 bilhões, e em 2015 passou para 132, 3 bilhões, isso com valores ajustados conforme a inflação. Além disso, teve a criação de Universidades Federais, escolas técnicas e maiores

<sup>47</sup> É importante ressaltar que apesar de Dilma ser reeleita, em seu segundo mandato houve o golpe, na qual sofreu o impeachment.

investimentos na educação básica e superior, o qual culminou na oferta e acesso da educação ao povo brasileiro (Instituto Lula, 2022).

Em contraposição durante o Governo Temer e consecutivamente Bolsonaro ocorreram diversos percas de recursos e consequentemente de direitos conquistados por meio dos movimentos sociais. No governo Michel Temer (2016-2018) foi aprovado a Emenda Constitucional EC 95/2016, que em seus atos na prática congelou gastos primários no período de vinte anos, em outras palavras, estabeleceu um Teto de gastos públicos, e isso afetou diretamente os recursos destinados à educação pública. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC foi alterada sob os moldes dos donos do capital (Valente; Pereira, 2023).

Em síntese, a gestão da educação no governo Temer foi marcado pelo conservadorismo e retrocesso, com forte presença do empresariado, que definiu as bases para o currículo nacional, por meio da BNCC e a contrarreforma do ensino médio, ambas esvaziadas de conteúdo e criticidade. Ademias a Emenda Constitucional 95/2016 decretou a morte do Plano Nacional de Educação (2014-2024, regulamentada0 pela Lei 13.005/2014 que, a partir da redução paulatina de investimento no financiamento do setor, comprometerá a oferta e a qualidade da educação no país (Valente; Pereira, 2023, p.11).

De fato, a gestão educacional no governo Temer sofreu ataques<sup>48</sup> a democracia, e esteve recheada de definições baseadas na vontade dos empresários, os quais realizaram diversas parcerias público-privado, para elaboração de materiais para educação básica pública, e o reflexo disso foram as alterações da BNCC e a Reforma do Novo Ensino Médio, que não beneficia a aprendizagem crítica dos filhos da classe que vive do trabalho, mas, mantém a visão de alienação ideológica conforme o desejo da pequena parcela que detém o poder econômico.

No que tange ao período de governo do Bolsonaro (2018-2022), os retrocessos nas áreas sociais só aumentaram. Segundo os dados do Instituto Nacional de estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira - INEP, a área da educação, as instituições sociais sem fins lucrativos e a saúde, foram as que mais tiveram cortes de verbas. “[..] em 2020 observa-se o menor em termos reais de investimento em educação sob o governo Bolsonaro. Nesse período estavam empenhados no orçamento do MEC R\$ 137,7 bilhões

---

<sup>48</sup> “Ataques constantes, como o provável fim de recursos destinados à educação pública, investimento de grupos empresariais através de propostas privativas por meio de instituições, fundações e intervenções de grupos neoconservadores, querendo ditar o que deve ser ensinado em sala de aula, fazem parte dessa nova forma de administrar o país” (Santos, 2021, p. 29).

de reais, mas apenas R\$ 116,6 bilhões foram efetivamente executados” (Valente; Pereira, 2023, p.18). Nota-se o descaso as áreas sociais, e a educação foi uma das mais afetadas, após o golpe de 2016.

No Governo Bolsonaro as decisões tomadas no governo anterior permaneceram, e a educação que já estava com pouco recursos, teve percas ainda maiores no período da pandemia da COVID-19, tanto na questão orçamentária, quanto na oferta do ensino, acesso e permanência dos sujeitos.

Os alunos dos campos, das águas e das florestas foram os mais prejudicados, pois, não obtém de uma infraestrutura tecnológica e digital, e nesse tempo de isolamento, esses recursos eram essenciais para o acesso aos conteúdos didáticos. Ademais, apesar de haver resolução<sup>49</sup> que aprovou a pedagogia da alternância nas escolas do campo e em universidades, o ministério da educação no governo Bolsonaro não autorizou sua implementação, demonstrando que em seu governo não haveria possibilidade de diálogo entre ele e os movimentos sociais, principalmente com o MST, que sofreu perseguição democrática pela nova direita que então surgia.

Dessa maneira com a ascensão da nova direita, o movimento social de luta sofreu com a indiferença do governo, principalmente no governo Bolsonaro que demonstrou tanto em suas falas como em seus atos. “A eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república foi entendida como um retrocesso democrático por muitos movimentos sociais de esquerda, que passaram a ser mais intensamente criminalizados, sobretudo, nas falas do presidente e seus apoiadores” (Teixeira, 2021, p. 6).

Essa criminalização direcionada aos movimentos sociais tomaram forma, por meio de propostas que vão contra a democracia do país, como no caso da criação e em alguns estados a implementação da Escola Sem Partido, que visa a permanência da dominação ideológica da burguesa e o não diálogo sobre questões sociais que são tidas como comunistas, como por exemplo discutir sexismo, violência, racismo, educação sexual etc.

O programa Escola Sem Partido tem sido concebido, ao longo da história, por segmentos da classe dominante, revelando seus anseios e vontades para a educação, se aproximando dos interesses de manutenção do poder e de dominação. Esse Programa insere-se no contexto de reformas neoliberais defendidas pela burguesia alinhada ao campo neoliberal ortodoxo já relatado. O ideal neoliberal tem o

---

<sup>49</sup> O Projeto de Lei 6498/2016, que tratava da Pedagogia da Alternância foi vetado de maneira integral no ano de 2022. Mas, em 2023 foi retomada e aprovada na Resolução CNE/CP Nº 1, de 16 de agosto de 2023.

encolhimento do Estado para com as questões sociais, como a educação, uma das principais características (Menezes, *et.al*, 2020, p. 471).

O Programa Escola Sem Partido, ganhou força no governo de Bolsonaro, mas o movimento ‘Escola Sem Partido’ teve início em 2013, sob coordenação do advogado Miguel Nagib, o qual era financiado por empresas privadas. Além disso, seu Portal Online foi amplamente divulgado, e ganhou diversos adeptos, pois, seu público era os chamados conservadores, e tinham como foco, uma escola que não pregasse nenhum tipo de ideologia<sup>50</sup>, contrariando a si mesmo, visto que, seus ideais de era vendar os olhos da sociedade para as questões sociais, e manter o poder do capitalista.

Inclusive no estado do Amazonas, foi apresentado o Projeto de Lei Ordinário 102/2016 que trata da Escola Sem partido, mas, não foi aprovado. Inclusive, os Estados do país que conseguiram implementar tal Projeto, foram tidos como inconstitucionais, sendo anulado posteriormente. Assim, o conservadorismo avançou, causando ameaças e desmonte a educação descritas na Constituição Federal - CF de 1988, que é o respeito a pluralidade das concepções pedagógicas e das ideias, assim como da escola laica, da liberdade de ensino, além disso a tentativa para acabar com a criticidade proposta pelo Projeto ‘Escola Sem Partido’, conhecido como a ‘Lei da Mordaza’ (Valente; Pereira, 2023).

Outra questão que as Margaridas vêm discutindo, é sobre a educação sexual na escola, que entrou nos currículos escolares por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), mas ainda é um tema polêmico, e por vezes ignorado, no Congresso Nacional, pois é questionado, especialmente pelos conservadores que estão atrelados a nova direita, como é o caso da ‘bancada evangélica’, que questionam o que é ensinado para os alunos. Mas, vale destacar que a educação sexual não é o incentivo a prática sexual, como alguns afirmam, e sim o conhecimento do próprio corpo, assim, como as orientações sobre doenças sexualmente transmissíveis, ou o que fazer em casos de abuso ou aliciamento sexual, gravides indesejada etc.

Embora a educação sexual ainda seja um tema tratado como tabu, ela desempenha um papel essencial na formação dos indivíduos, ajudando-os a compreender e identificar

---

<sup>50</sup> “Os mecanismos que reproduzem este resultado vital para o regime capitalista são naturalmente envolvidos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente reinante, visto que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como um meio neutro, desprovido de ideologia (visto que... laico), em que os mestres, respeitosos da «consciência» e da liberdade» das crianças que lhes são confiadas (com toda a confiança) pelos «pais» (os quais são igual mente livres, isto é, proprietários dos filhos) os fazem aceder à liberdade, à moralidade e à responsabilidade de adultos pelo seu próprio exemplo, pelos conhecimentos, pela literatura e pelas suas virtudes «libertadoras»”. (Althusser, 1970, p. 66/67).

situações de abuso sexual, vale ressaltar que a maioria dos casos de abuso sexual ocorre dentro do próprio lar. Como assevera Nascimento (2023, p. 43) “[...] em relação ao local com maior número de denúncias dos crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil que são mais praticados está o ambiente comum de convívio entre vítima e suspeito/a, ou seja, dentro de casa, [...]”.

Figura VIII – Tabela informativa sobre os locais que mais são praticados a violência sexual

| Tabela 2 - Locais onde a violência sexual é mais praticada |                                        |       |
|------------------------------------------------------------|----------------------------------------|-------|
| Posição                                                    | Local                                  | Total |
| 1°                                                         | Residência da vítima e do/a suspeito/a | 8.494 |
| 2°                                                         | Casa da vítima                         | 3.330 |
| 3°                                                         | Casa do/a suspeito/a                   | 3.098 |

**Fonte:** Adaptado de Cristaldo (2022a).

Fonte: (Cristaldo 2022, apud Nascimento 2023).

Conforme Nascimento (2023), os locais mais frequentes que ocorre a violência sexual é a casa da vítima ou do suspeito, tendo como a maioria dos agressores os próprios consanguíneos ou pessoas próximas da família da vítima. Em suma, o tema é de grande importância na escola, uma vez que é o segundo local mais frequentado pelas crianças e adolescentes. Com essas discussões se sentiram mais seguros e direcionados a quem recorrer caso sejam vítimas, ou conheçam alguém que esteja passando por isso. Tornando a escola, mais do que um espaço que transmite segurança, mas também que acolhe e denuncia.

Ademais, os documentos da Marcha também abordam de uma situação que impactou a educação de forma negativa durante o (des)governo de Bolsonaro, foram os fechamentos das escolas do campo sem nenhuma explicação plausível, apesar da Lei 12.960<sup>51</sup> de março de 2014, que protege essas instituições, no qual estabelece que sejam justificados o fechamento de escolas do campo, quilombola e indígena.

Portanto, diversos tem sido os desafios que os movimentos sociais têm enfrentado, e nessa luta a Marcha das Margaridas tem um papel essencial para a busca pelos direitos continuem a ser alcançados, como é o caso das escolas do campo, que tenham um

<sup>51</sup> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112960.htm?form=MG0AV3&form=MG0AV3](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112960.htm?form=MG0AV3&form=MG0AV3)> Acesso em 29 de abril de 2025.

currículo adequados as necessidades dos sujeitos e não ao contrário, como é visto nas escolas rurais. Por fim, os documentos analisados, deixam explícito os desmonte na política social, como na educação, principalmente nos governos da nova direita.

Em relação a terceira categoria intitulada de ‘Formação política e consciência feminista’, é a que possui menor quantidade de Unidades de Registro e Eixos Temáticos. Foram encontradas discussões relacionadas a ela, nos anos de 2015 e de 2019. Abaixo segue no quadro algumas citações.

Quadro XII - Categoria ‘Formação política e consciência feminista’

| ANO / DOCUMENTO                                                                                                                                                         | REGISTRO DE CITAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2015 - Caderno de textos para estudo e debates - Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade. | Acreditamos que <b>a mudança começa na educação e na formação política das mulheres rurais, com o diálogo entre o feminismo e a agroecologia</b> , nos espaços de formação já existentes em nossas organizações, <b>como escolas de formação política, creches, escolas, e na formação dos(as) técnicos(as) e dos profissionais de escolas técnicas e universidades</b> . Mas não apenas nesses locais formais. Também consideramos que diferentes espaços de socialização são importantes para nossa formação, como de trabalho, sindicatos, movimentos sociais. <b>É preciso que em todas as atividades de formação seja garantida não apenas a presença das mulheres, mas que as demandas trazidas por elas sejam ouvidas e consideradas</b> (p. 28, grifo nosso). |
| 2019 - Caderno 6: Por uma Educação não sexista e antirracista e pelo direito à Educação do Campo.                                                                       | <b>Curso Nacional de Formação Política para as Mulheres: iniciativa coordenada pela CONTAG, através da sua Escola Nacional de Formação – ENFOC e sua Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares</b> , o curso, que em 2019 finalizou sua <b>3ª edição, orienta-se pelos princípios da educação popular e pelo eixo temático Feminismo, Gênero e Ação Sindical</b> (p. 22, grifo nosso).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| 2019 - Caderno 6: Por uma Educação não sexista e antirracista e pelo direito à Educação do Campo.                                                                       | Existem muitas experiências, realizadas por todo o Brasil, de cursos de formação específicos para as mulheres do campo, da floresta e das águas. Constituem-se não só como ambiente de fortalecimento das lutas, <b>incidência e participação política das mulheres, mas também como espaços de análises, compreensões e práticas que lançam importantes contribuições às teorias e movimentos feministas, desde a perspectiva, realidades e saberes das trabalhadoras rurais</b> (p. 21 – 22, grifo nosso).                                                                                                                                                                                                                                                          |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nos cadernos da Marcha das Margaridas de 2015, é discutido da questão de formação política para as mulheres rurais, porque isso, traz a consciência da importância da luta por direitos em todas as esferas, e essa formação deve ser problematizada tanto em espaços formais, quanto em não formais etc. além disso, esses espaços formativos políticos precisam efetivar os diálogos entre o sexo feminino, para que não seja um mero

espaço de formação expositiva e sim, que as mulheres participem levantando temas de forma crítica, relacionado as necessidades delas.

Em 2019, é destacado o Curso Nacional de Formação Política para as Mulheres, coordenado pela Contag, por meio da ENFOC e da secretaria de mulheres, tem realizado os debates que são relacionadas a questão de gênero, patriarcado entre outras lutas das mulheres rurais, deixando explícito, que o que fora pensado em 2015, foi materializado nos anos seguintes.

A formação com cunho feminista vem com proposito de diminuir as barreiras da desigualdade e acabar com as relações machistas entre o gênero. A formação feminista é essencial para que as ‘bases da sociedade, que uma delas é educação, fortaleçam a luta contra o machismo e a violência’.

A Escola de Educadoras Feministas, é um exemplo de educação que tem como base a questão das mulheres, a escola é coordenada pelo Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTR-NE. Ela foi inaugurada em 2015, e surgiu com o objetivo de fortalece o empoderamento político e econômico das mulheres do contexto rural. Assim, elas trazem um posicionamento de sociedade feminista e anticapitalista, antirracista e com princípios agroecológicos (Contag, 2019). Outro exemplo é o Curso Nacional de Formação Política para as Mulheres, é uma iniciativa coordenada pela CONTAG, por meio da ENFOC e da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Agricultoras Familiares. Os debates estão relacionados a questão de gênero, patriarcado e lutas feministas.

Mas vale ressaltar que existe diferença entre o movimento de mulheres e o movimento feminista, em que o último possui diversas correntes teóricas. Segundo Medeiros (2023), o movimento de mulheres difere do movimento feminista, embora ambos compartilhem pautas de lutas semelhantes e, de certa forma, estejam interligados. Para a autora, alguns movimentos de mulheres não se identificam como feminista, apesar de existirem aquelas que aderem a correntes feministas.

Um exemplo dessa distinção é o Movimento das Mulheres Camponesas - MMC no Brasil, que apesar de sua luta ser em prol do direito a terra, igualdade de gênero e melhoria das condições de vida no campo, inicialmente elas não se consideravam feministas, mas, por meio da *La Vía Campesiana*<sup>52</sup>, começaram a discutir essa relação (La Vía Campesina, 2022).

---

<sup>52</sup> Movimento camponês internacional.

Se voltarmos na história, de acordo Hahner (2003) os primeiros movimentos de mulheres no Brasil, por terem a participação das mulheres cristãs e com participação significativa da influência da igreja católica, os movimentos feministas que ocorriam fora do país<sup>53</sup> não tinham qualquer influência nas pautas ou ideologias. Suas pautas de luta eram moldadas dentro desse contexto religioso, como ressalta Gandhi (2018, p. 34) “Também atacaram o feminismo por destruir a família, enfatizando a importância do papel da mulher no ideal familiar”. Dessa maneira não incluíam discussões temas como aborto ou patriarcado, que englobam, por exemplo, a questão do divórcio.

Além do que, havia ênfase na manutenção da família patriarcal sob qualquer circunstância, mesmo em situações de traição ou violência doméstica. Nesse sentido, os movimentos de mulheres concentravam suas reivindicações no acesso à educação na liberdade dos escravizados, no direito ao voto, bem como em outras questões sociais.

Apesar da ideia de feminismo e religião não coexistirem e assim permanecer por um longo período, em meados de 1980, as Comunidades Eclesiais de Bases iniciaram uma série de reflexões e discussões, que partiram de teólogas que participavam como agentes de pastoral (Aguilar, 2016).

Vale destacar que o feminismo no Brasil, tiveram suas primeiras aparições relevantes no contexto urbano, com as chamadas ‘oposições sindicais’, o que refletiu nas mulheres rurais, por meio das formações que eram realizadas, e dessa maneira começaram a trazer os ideais feministas para dentro dos movimentos de mulheres (Aguilar, 2016).

O movimento de mulheres rurais no Brasil encontrou uma convergência significativa com as ideias feministas a partir da década de 1980. Este alinhamento foi fortemente influenciado pela chamada ‘segunda onda do feminismo’, que teve sua origem nos de 1960 na Europa e no Estados Unidos da América. Enquanto essa onda feminista fora do país, lutava por direitos civis, igualdade de gênero e autonomia sobre o próprio corpo, no Brasil, tais ideias começaram a ser percebidas mais fortemente em meados de 1970. Contudo, foi durante os anos de 1980 que essas concepções feministas se consolidaram de forma mais evidente no contexto das mulheres sindicalistas rurais brasileiras (Aguilar, 2016).

Sobreira (2022) destaca que o movimento de mulheres rurais possui três marcos importantes nas trajetórias delas, quais foram: primeiro, ocorrido entre 1970 a 1990, que

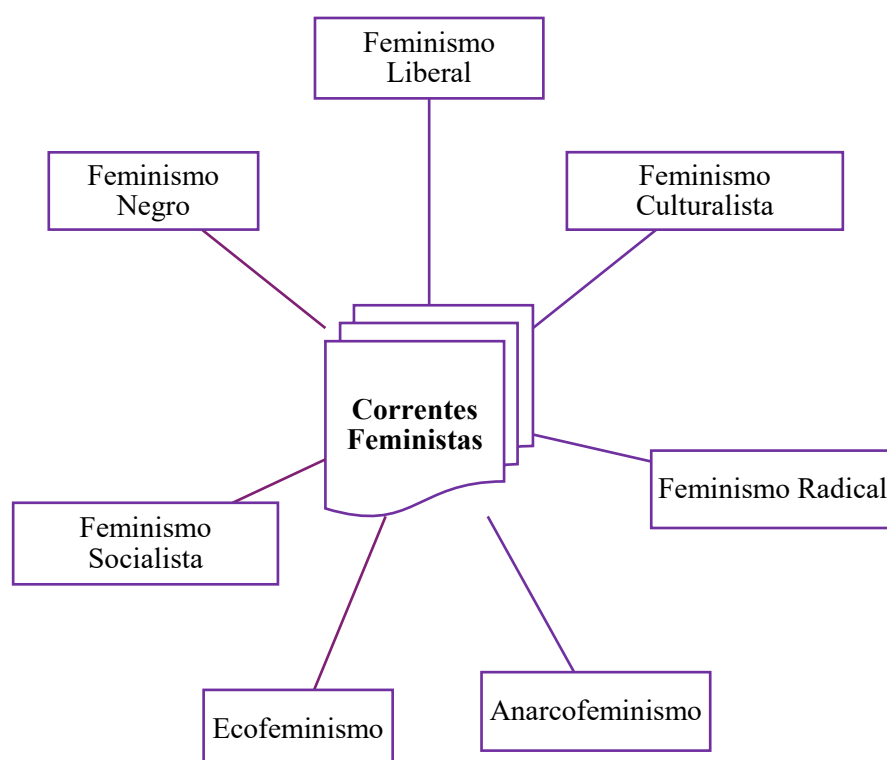
---

<sup>53</sup> Nos Estados Unidos, as mulheres de diversos Estados começaram a se juntar para exigir seus direitos à educação comum com os homens, pelos direitos das mulheres casadas à propriedade e ao divórcio (Gandhi, 2018, p. 27)

foi marcado pela redemocratização do país, com a Constituinte e conquistas de direitos; segundo, entre 1990 a 2000, que apesar das reformas liberais, houve a intensificação e organização dos movimentos sociais em rede, que propunham uma nova forma de agricultura ligada diretamente com o desenvolvimento sustentável.

Para contextualizarmos, a corrente feminista que as mulheres do campo, das águas e das florestas aderem. Abordaremos primeiramente as principais tendências teóricas nos movimentos feministas, e como dialogam entre si ou não. Segue elemento gráfico SmartArt.

Elemento gráfico SmartArt III – As principais tendências teóricas nos movimentos feministas



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A autora Ghadin (2018) ressalta que o feminismo é o movimento de mulheres que mais trouxeram conquistas para o sexo feminino em toda a história da sociedade. Inicialmente o movimento seguia o viés do Marxismo, sendo assim, tanto as feministas socialistas quanto as radicais seguiam a mesma visão de revolução.

Durante esse primeiro período, as feministas estavam trabalhando com a teoria marxista e conceitos chave como produção, reprodução,

consciência de classe e trabalho. Tanto as feministas socialistas quanto as radicais estavam tentando adaptar a teoria marxista para incorporar um entendimento feminista da posição da mulher. Contudo, após 1975 produziu-se uma virada. A análise sistêmica (do capitalismo, de toda a estrutura social) foi substituída ou reformulada pelo feminismo culturalista (Gandhi, 2018, p.33).

Como destacado os pontos-chaves de discussão inicial do movimento feminista eram as questões que giram em torno do capitalismo, tais como: trabalho, reprodução, produção e a consciência de classe dos trabalhadores. No entanto, em 1975 a questão da opressão da mulher começou a tomar novos rumos, passando do feminismo radical para o culturalista, e posteriormente outros feminismos, veremos:

**Feminismo Radical** – Surgido nos anos 60, a partir dos movimentos sociais, que lutavam por direitos civis e contra a guerra do Vietnã, tem como foco reformar a sociedade em todas as suas estruturas, pois, segundo as feministas radicais é a estrutura social tem como dominador o patriarcado. E a reforma desse modelo pode substituir essas relações de poder, ou melhor, acabar com todas as formas de hierarquias. É importante destacar que esse movimento tem dois momentos importantes para a concretização de sua visão que atualmente é defendida.

No primeiro momento, o debate voltava-se para os escritos marxistas, no entanto, com a expansão dessa corrente, o materialismo histórico foi abandonado, firmando somente a análise do sexo, gênero e patriarcado, desvinculado da ideia de que o capitalismo é um sistema explorador. As principais bases dessa visão feministas foram: Kate Millet (com sua obra *Política Sexual*); Shulamith Firestone, escreveu o livro *Dialética do sexo*. Com isso, defendiam a ideia de que o sexo feminino devia desistir da maternidade, da forma que era imposta, ou seja, com o modelo de família patriarcal, e buscar outras formas, como a androginia.<sup>54</sup>

No segundo momento, em meados da década de 70, essa visão foi totalmente descartada, pois, acreditava que a androginia só estava trazendo as piores características masculinidade, como violência e agressão, por isso, começaram a buscar mais a feminilidade, e conseqüentemente, as relações deviam ser somente entre elas, formando uma cultura e instituições femininas, o que gradualmente transformaria a sociedade, influenciado assim o surgimento do feminismo Culturalista (Gandhi, 2018).

**Feminismo Culturalista** – também denominado de “terceiro-mundista/pós-colonialista”, defende a ideia de que as relações sexuais heterossexuais são uma

---

<sup>54</sup> São características comuns entre os sexos.

ideologia, em que os homens são tidos como os superiores e as mulheres inferiores, e por isso, discute a opressão do patriarcado e como a cultural influência ou mantem essa estrutura de poder, além de buscarem maneiras para mudar essa forma de dominação. Entretanto, não discutem a interligação da estrutura econômica da sociedade com os modelos culturais existentes. As feministas culturalistas mais conhecidas são: Mary Daly e Marilyn French.

Ademais, uma das soluções cogitadas pelo movimento, foi o desenvolvimento da feminidade e a extinção do relacionamento heterossexual, no qual primeiramente focava em relações sexuais livres de compromissos sentimentais, seja com mulheres ou homens o que gerou um grande impulso do lesbianismo no movimento de mulheres no início da década de 1980, mas ao mesmo tempo defendiam que as mulheres deviam continuar com a maternidade, visto que esse era única forma de poder que possuíam (Gandhi, 2018).

**Feminismo Liberal** - Essa corrente feminista tem como as principais pensadoras: de 1759 a 1797 Mary Wol lstonecraft; de 1807 a 1858 Harriet Taylor Mill; de 1815 a 1902 Eli zabeth Candy Stanton; já na década de 1960 era Bella Abzzug; Betty Friedan e Pat Schroeder. As pautas levantadas foram pelos direitos iguais e uma de suas principais ações estavam em torno do direito ao voto (Gandhi, 2018). Mas vale destacar que os filósofos liberais, pregavam a igualdade para todos, mas essa igualdade referia – se aos homens da elite, para que houvesse o livre mercado, e não as mulheres ou ao proletariado.

Gandhi (2018) destaca que o feminismo liberal surgiu a partir de organização de mulheres que trabalhavam em agências governamentais etc. o principal foco delas no início era alterar as leis, ou seja, mudar por dentro da estrutura governamental, para que fosse oferecido educação, emprego, segurança e outros direitos para as mulheres.

**Anarcofeminismo** - Pauta-se nas ideias anarquistas, com grande influência do feminismo radical. Suas principais bases teóricas são: Bakunin, Kropotkin e Emma Goldman<sup>55</sup>, a qual esteve na linha de frente para o surgimento deste movimento. Os anarquistas acreditam que o Estado ou qualquer outra forma de governo são autoritários, e alegam que a propriedade privada é algo desumano.

Dentro do próprio anarquismo há ramificações, porém, todos possuem pelo menos três pontos em comum, quais são: “1) crítica das sociedades existentes, concentrando-se sobre as relações de poder e dominação, (2) visão de uma sociedade alternativa, igualitária

---

<sup>55</sup> “Emma, nascida na Lituânia, migrou para os Estados Unidos em 1885 e ao trabalhar em várias fábricas de costura entrou em contato com ideias socialistas e anarquistas. Se tornou uma agitadora, porta-voz e militante de ideias anarquistas” (Gandhi, 2018, p. 58).

e não-autoritária, junto de alegações sobre como poderia ser organizada, e (3) estratégia de passar de uma para outra” (Gandhi, 2018, p. 58). Dessa maneira focam em ações coletivas como a criação de atividades comunitárias e desprezam qualquer forma de autoritarismo, e alegam que as mudanças de pensamento podem ocorrer através da “propaganda pela ação”, no qual através de suas atitudes positivas, novos adeptos viram e isso pode mudar a sociedade. Outra pauta de luta do anarcofeminismo é a ecologia, que de certa maneira pode ter sido influenciado pelo ecofeminismo (Gandhi, 2018).

**Ecofeminismo** – Esta corrente tem ligações com o feminismo culturalista, sua base de luta é em prol da natureza, um exemplo de manifestação realizado pelo movimento foi o Chipko Andolan<sup>56</sup>, no qual um grupo de mulheres abraçaram as árvores, como forma de protesto contra os cortes das arvores. As ecofeministas mais conhecidas são: Vandana Shiva, Maria Mies e Ynestra King.

É importante destacar que o movimento ecofeminismo possui diversas correntes como: o **ecofeminismo espiritualista**, no qual acreditam o espiritualismo domina e deve ser centro em toda e qualquer situação; o **ecofeminismo mundano** que preza pelas questões práticas, e as destruições da natureza só vão acabar se houver intervenção; o **ecofeminismo social-construtivista** que não visa diretamente a relação mulher e natureza, e sim na má divisão de cultura e natureza, em que o homem está sendo o único responsável por fazer a cultura, enquanto a mulher a natureza, ou seja, a gestação solitária e a educação dos filhos como obrigação. Dessa maneira, combatem essa unidade e buscam que tanto os homens quanto as mulheres realizem os dois papéis de cultura e natureza (Gandhi, 2018).

**Feminismo Socialista** – Esta é umas das correntes que as Margaridas aderem. O feminismo socialista tem como base a corrente teórica Marxista, e começou de maneira espontânea, nos anos 60, juntamente com o feminismo radical. Porém, mesmo criticando o movimento socialista, por não discutirem amplamente a questão da mulher, mas somente as classes sociais, não romperam com a o Marxismo, pelo contrário buscam interligara-lo na luta feminista.

Contudo, dentro desse feminismo, existem dois grupos, um que é chamado **feminismo marxista**, que tem como base os escritos de Engels, Marx e Lenin, e focam na forma de exploração do sexo feminino como questão econômica, política e capitalista.

---

<sup>56</sup>TRANCREDI, Sarah. **Chipko Andolan: tudo o que você precisa saber**. Portal online: Sigmaearth, 2023. Disponível em: <<https://sigmaearth.com/pt/chipko-andolan-tudo-que-voc%C3%AA-precisa-saber/?form=MG0AV3>> Acesso em 01 de maio de 2025.

Enquanto o outro o grupo, denominado de **feministas psicanalíticas**, que possuem com base Freud, e visam as construções de gênero a partir das questões psicanalíticas. Com isso, buscam discutir que a identidade de gênero é formada na criação dos filhos e filhas (Gandhi, 2018).

**Feminismo Negro** – Sendo consolidado nos Estados Unidos, seu surgimento teve como motivação a não contemplação de suas experiências específicas atreladas a raça, gênero e classe social, dentro do movimento feminista conduzido por mulheres brancas de classe média, como destaca Davis (2016) “Por mais omissas que as primeiras militantes pelos direitos das mulheres tenham sido em relação à condição de suas irmãs negras, os ecos do novo movimento de mulheres foram ouvidos por toda a luta organizada pela libertação negra”. Assim, que as mulheres negras tomaram as rédeas de suas lutas, suas vozes foram atendidas, apesar da estrutura patriarcal e machista que vivenciavam.

No Brasil, a organização de mulheres negras, surgiu dentro do movimento negro, uma vez que tinham como foco combater as práticas discriminatórias, e buscar o desenvolvimento da consciência política a respeito do racismo, articulado as questões da classe social (Gonzalez, 2020). Porém, as mulheres continuavam enfrentando simultaneamente as desigualdades de classe, o racismo (ignorado pelos outros movimentos feministas) e o sexismo, que não era levado em consideração no movimento negro.

Portanto, as tendências teóricas feministas possuem a própria visão de luta, apesar de terem saído do movimento de mulheres que possuíam como base o Marxismo, a maioria dos movimentos apresentado, discorda da ideia de que a opressão que o sexo feminino sofre, está ligada somente as divisões de classe, especialmente o feminismo radical, que defende a ideia de que essa relação de poder prevalece acima de todas as outras formas de desigualdades, sejam elas raciais, econômicas ou políticas, independente do modelo de sociedade. Dessa maneira se contradizem, até mesmo dentro da própria corrente, como é o caso do ecofeminismo que subdivide sua luta, com foco em eixos diferentes, alguns focam no homem-natureza, outras no espírito, outras tiram a ideia de que a luta da mulher e da natureza são as mesmas e assim sucessivamente.

No entanto, todos os movimentos feministas, independentemente de sua base teórica, têm em algo em comum, que é luta pela emancipação do sexo feminino e queda do patriarcado em todas as sociedades do mundo. Dessa maneira, se a Marcha das Margaridas ou outras formações dos trabalhadores e trabalhadoras, se ainda não trazem formação sobre as diferentes correntes feministas, é essencial que à discutam para

proporcionar aos que estão na base do movimento a contextualização de maneira mais profunda de quais são os ideais feministas pelo qual seguem a luta.

Em relação a quarta categoria ‘sexismo presente nos espaços educacionais e sociais’, foram compilados dos cadernos da marcha de 2011, 2015, 2019, 2023, citações que tratam sobre essa questão. Por ser discutido nas últimas quatro marchas de maneira interrupta, percebe-se a importância dessa categoria. Segue quadro com citações de cada ano, mencionado.

Quadro XIII - Categoria de Análise: ‘sexismo presente nos espaços educacionais e sociais’.

| ANO / DOCUMENTO                                                                                                                                                        | REGISTRO DE CITAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2011 - Caderno de textos para estudo e debates - Marcha das Margaridas na luta por: Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.         | A <b>idéia dominante é de que a sexualidade deve obedecer à natureza determinada pelas diferenças biológicas entre os sexos</b> , e que homens e mulheres trazem consigo, uma natureza que define o modo de sentir, manifestar e realizar a sua sexualidade. <b>Essa idéia obedece aos padrões de gênero</b> , que vimos anteriormente, e definem <b>o caráter amoroso e passivo da sexualidade feminina, em contraposição, ao caráter ativo, viril e insaciável do homem</b> . Deriva dessa concepção de sexualidade, um padrão de comportamento sexual, considerado normal, que se realiza entre um homem e uma mulher, denominado heterossexual (p. 36, grifo nosso).                                                                                                                           |
| 2011 - Caderno de textos para estudo e debates - Marcha das Margaridas na luta por: Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade          | A <b>situação de invisibilidade e discriminação das mulheres é agravada pelo uso da língua e da gramática oficiais, ao adotarem o gênero masculino para referir a grupos mistos</b> . Como exemplo, podemos citar o modo de se referir a um grupo composto por homens e mulheres, que se dá sempre no masculino: os alunos do curso tal, ou os participantes da reunião tal. Desse modo nunca se sabe da participação das mulheres. Onde estão? Por força da participação política e dos movimentos de mulheres há mudanças realizadas nessas referências e nomeações. <b>A adoção de mais um T, de trabalhadora, em MSTTR é um exemplo disso. Outro exemplo é adoção da palavra presidente no feminino, ou seja, presidenta, que não é prevista na nossa gramática</b> (p. 35 – 36, grifo nosso). |
| 2015 - Caderno de textos para estudo e debates - Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade | É preciso também <b>denunciar e romper com práticas que pensávamos que já haviam sido abolidas</b> , a exemplo do tratamento que ainda <b>hoje é dado às mulheres jovens em algumas escolas agrotécnicas federais, que só disponibilizam os espaços internos de alojamento aos jovens do sexo masculino</b> . Nestas escolas, as meninas não estão sendo recebidas, sendo necessário que suas famílias paguem alojamentos em repúblicas, aluguem casas, etc., o <b>que muitas vezes inviabiliza a inclusão delas por falta de condições econômicas</b> . A situação gera ainda maior preocupação por parte das famílias, por estas não estarem sob responsabilidade da escola, <b>o que é oferecido apenas aos meninos</b> (p. 28, grifo nosso).                                                   |

|                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2019 - Caderno 6: Por uma Educação não sexista e antirracista e pelo direito à Educação do Campo | <b>Desde os primeiros momentos de socialização das crianças na família há uma visão sexista de educação.</b> Desde pequenas, elas são bombardeadas, com aprovações e reprovações do seu comportamento. <b>Se forem meninas, são tratadas como bonequinhas, frágeis, sensíveis, comportadas e envolvidas com as tarefas domésticas, até nos momentos das brincadeiras (brincar de fazer comidinha, cuidar das bonecas, etc.); já se forem meninos, são estimulados a serem espertos e travessos, a gostarem de futebol e de jogos ao ar livre, sempre rodeados de amigos</b> (p. 9, grifo nosso).                                                     |
| 2019 - Caderno 6: Por uma Educação não sexista e antirracista e pelo direito à Educação do Campo | <b>O sexismo é o nome dado para a discriminação baseada no sexo.</b> Vivemos numa sociedade cheia de discriminações e regras que assumem diferentes formas para homens e mulheres. <b>Mais que diferentes elas são desiguais, colocando as mulheres em posições inferiores as dos homens</b> (p. 8, grifo nosso).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| 2019 - Caderno 6: Por uma Educação não sexista e antirracista e pelo direito à Educação do Campo | <b>No campo profissional também há uma evidente divisão entre educadoras e educadores.</b> Os cargos da educação infantil (creche e pré-escola), por exemplo, são na maioria ocupados por mulheres, pois, entende-se que a criança precisa de cuidados. Por isso, é tão comum que as professoras sejam chamadas de “tias”, sendo vistas como alguém da família, não como profissionais. <b>Já a educação de nível técnico e superior é, majoritariamente, composta por homens.</b> Nas universidades federais brasileiras, 70% das pessoas que ocupam o cargo de reitor, ou seja, a chefia máxima das universidades, são homens (p.10, grifo nosso). |
| 2023 - Educação Pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo            | <b>O sexismo é o nome dado para a discriminação baseada no sexo.</b> Vivemos numa sociedade cheia de discriminações e regras que assumem diferentes formas para homens e mulheres. <b>Essas diferenças, baseadas no sexo, acabam por produzir desigualdades, colocando as mulheres em posições inferiores às dos homens</b> (p. 3, grifo nosso).                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Na marcha de 2015, os documentos da Marcha denunciavam e se revoltam com a forma desigual que as escolas técnicas agrícolas federais tratavam as meninas, como por exemplo, não ter alojamento internos disponíveis para elas, somente para os meninos, tornando inviável a permanência nos estudos, pois, precisavam arcar os custos de moradia para viverem próximo ao local que estudavam. No entanto, essa questão vem sendo alterada, dando assim possibilidade para a continuação das mulheres nos cursos.

Os quadros ressaltam que essa invisibilidade feminina e o preconceito contra a mulher também estão presentes na própria língua portuguesa. A autora Leitão (1981) em sua obra *A mulher na Língua do povo* descreve como o sexismo é culturalmente transmitido por meio do idioma. O uso da palavra ‘homem’ nos textos pode se referir os sujeitos como um todo, independente do sexo, enquanto ‘mulher’ especifica um sexo, demonstrando a invisibilidade feminina.

O sexismo é uma maneira de discriminação baseada no sexo, estabelecendo regras diferentes para homens e mulheres, e nessas normas o sexo feminino é desprezado. Assim, reforça a ‘fragilidade’, ‘sensibilidade’ e ‘incompetência feminina’, enquanto associa características positivas como ‘imposição de respeito’, ‘controle emocional’ e ‘liderança’ ao sexo masculino. Ser comparado a uma mulher é considerado uma das maiores ofensas para os homens.

A divisão sexual do trabalho, permaneceu por um longo período na história, alguns estudiosos justificam que as diferenças biológicas entre os sexos, não permitiam um tratamento igual, pois, acreditavam que a mulher tinha um cérebro menor que o do homem, por isso, não precisavam estudar ou resolver assuntos complexos, pois, não tinham biologicamente capacidade para isso, logo, as mulheres permaneceram com as atividades reprodutivas e os homens com as produtivas (Hahner, 2003).

Engels (2019) aponta que a divisão do trabalho surgiu quando os homens passaram a caçar e as mulheres a cuidar das crianças, mas até então, nenhum dos dois trabalhos eram considerados com menor ou maior valor. No entanto, quando nasce a ideia de valor, ou seja, de ganhar e acumular bens e principalmente a propriedade privada, as divisões sexuais começam a tomar novas roupagens. Com o advento do capitalismo, o sexismo se fortaleceu. Mesmo, após a inserção feminina no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho, especialmente para a mulher proletária não desapareceu, dessa maneira o cuidado com o lar continuou sendo sua responsabilidade exclusiva, tornando assim uma dupla, e as vezes tripla jornada.

Um exemplo explícito da desvalorização do sexo feminino, aparece na divisão sexual do trabalho, no próprio meio educacional, a maioria das professoras da educação infantil em creches são do sexo feminino, por associar a visão de que o cuidado ou instinto da maternidade é uma atribuição natural das mulheres, essa ideia se fortaleceu ainda no ingresso de alunas nas escolas profissionais. No qual a maioria das mulheres de classe média eram direcionadas para o magistério, pois, no século XIX, existiam poucas profissões que as mulheres pudessem exercer, se não eram malvistas pela sociedade, e o magistério era um ponto de fuga, por seu papel de “mulher-mãe” (Hahner, 2003).

No momento em que as mulheres começam a exercer atividades profissionais, principalmente na área do magistério, houve grande resistência do sexo masculino, para que as mulheres não exercessem, no entanto, as reivindicações masculinas não foram acatadas, não porque o governo ou os donos das instituições particulares do Brasil no século XIX eram simpatizantes das reivindicações das mulheres, e sim porque elas

recebiam um salário menor<sup>57</sup>, assim, quanto mais entravam mulheres nesse mercado de trabalho, a exploração do trabalho era elevada, e consequentemente seu exército de reserva, visto que, as escolas nessa época ou eram particulares ou os filhos eram ensinados por professores(as) particulares em casa.

E com o adentramento em massas das trabalhadoras na educação, surge e fortalecem a ideia de que a educação, principalmente a de lecionar dentro na primeira infância deve ser exercida pelas professoras, intituladas como ‘tia’, já os cargos de autoridade na escola, como os gestores, e no ensino superior, os reitores, são majoritariamente ocupados por homens, reforçando a desigualdade entre os cargos que necessitam de mais autoridade ou poder de decisão para os homens, e o papel de cuidar para as mulheres.

Diante disso, é interessante destacar que o sexismo na educação vai além da divisão sexual do trabalho, pois, ocorrem de diversas formas até mesmo na maneira que os discentes são ensinados, como na separação de atividades escolares por gênero, ou jogos e brincadeiras, em que se criou o estereótipo de que jogar futebol é para meninos e queimada para meninas.

Além do mais, há invisibilidade do sexo feminino nos livros de história. Esse último decorre das normas patriarcais, na qual, há décadas, as mulheres não podiam assinar em artigos, livros, ou qualquer outra criação intelectual de prestígios, tendo seus méritos atribuídos a irmão, esposo e até pais, ou eram obrigadas a criar pseudônimos, como o caso de Nísia Floresta, uma das primeiras feministas e educadora brasileira, que por escrever temas que contrariavam a sua realidade, precisou se intitular de Une Bréslienne; Dionísia Pinto Lisboa; Quotidiana Fidediga, entre outros pseudônimos (Machado; Lôdi-Côrrea, 2022). Sobre esse aspecto, é explícito, como as criações das mulheres, assim como elas mesmas, foram sendo apagadas ou ocultadas na história, com isso, o processo da visibilidade para o sexo feminino é um processo que se reproduz e se renova na esfera acadêmica e social.

No ambiente familiar, o sexismo também é reforçado ensinando as meninas a serem frágeis e reprimindo comportamentos aventureiros. Em oposição, os meninos são incentivados a independência e a conquista. Além disso, as tarefas domésticas são

---

<sup>57</sup> Em seu primeiro discurso na legislatura provincial do Rio de Janeiro em 1974, Alberto Brandão sustenta que as mulheres devem tornar-se professoras do curso elementar, mesmo instruindo classes mistas, manifestadamente porque, “garantem como os princípios de moralidade”, e implicitamente porque as mulheres poderiam receber menos, prefigurando o magistério como uma das alternativas profissionais apropriadas às mais pobres (Hahner, p. 80, 2003).

distribuídas de forma desigual, atribuindo as filhas o papel de cuidar da casa, e abstendo os filhos desse papel. E desde a infância são ensinadas(os) desta maneira, até mesmo através das brincadeiras, que lhes são induzidas, como assevera Leitão (1981).

Quando criança, a menina é induzida a brincar de *comidinha, de casinha, de gente grande* (pinta-se, calça sapato alto, veste-se com roupas da mãe etc.) e os meninos a *jogar bola, brincar de cowboy, de mecânico etc.* Assim, as crianças, ao tornarem-se adultas, vão ter maior domínio vocabular sobre as palavras relacionadas com os campos semânticos correspondentes às atividades a que se encontram ligadas desde a infância. Assim as mulheres têm, então, um domínio maior sobre os termos referentes à culinária, à moda, ao cuidado das crianças, da casa etc., ao passo que os homens conhecem os melhores vocabulários relacionados ao futebol, à mecânica, à balística, e quando dominam um campo vocabular feminino, são profissionais (*cf. decorador, mestre-cuca, psicólogo infantil etc.*). A mulher que possui um vocabulário especificamente masculino é exatamente aquele que se dedicou a uma atividade masculina, de forma amadorística (Leitão, 1981, p. 52).

Os escritos da autora Leitão (1981) continuam em contraste com a realidade vivenciada atualmente, mesmo após três décadas, as famílias perpetuam a hegemonia de sexo, no qual, os papéis femininos e masculinos são transmitidos através das brincadeiras, que a princípio, são inocentes e tidos como corretos, e caso, um dos sexos queiram mudar de brincadeira, são repreendidos.

Portanto, o sexismo é presente nos espaços educacionais, sociais e familiares, e esses locais transmitem os estereótipos relacionados aos sexos, em que o feminino é inferior, dependente e por isso deve ser submisso ao sexo masculino, que tem todas as características fortes e predominantes, como autonomia, força, coragem etc. Por isso, as Margaridas vêm lutando para que esses estereótipos do sexismo sejam superados, por uma sociedade que trabalhe no coletivo, independentemente do sexo.

Se tratando da quinta categoria, descrita como ‘o racismo o patriarcado como ideologia da classe dominante’. Segue quadro com as citações em cada ano.

Quadro XIV - Categoria de análise: ‘o racismo o patriarcado como ideologia da classe dominante’.

| ANO / DOCUMENTO                                                                                                                                                | REGISTRO DE CITAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2011 - Caderno de textos para estudo e debates - Marcha das Margaridas na luta por: Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. | Se os processos educativos e de socialização, que transmitem e reproduzem <b>a ideologia patriarcal e machista são construídos nas relações sociais</b> , por meio deles também é possível recriar e transformar valores e hierarquias. <b>A educação, se por um lado, apresenta caráter sexista, ou seja, dissemina e reproduz a ideologia patriarcal</b> , por outro, possui grande <b>potencial de</b> |

|                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                                                                                        | <b>transformação e pode se realizar de forma não sexista</b> (p. 36, grifo nosso).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| 2015 - Caderno de textos para estudo e debates - Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade | Se os processos educativos e de socialização, que transmitem e reproduzem <b>a ideologia patriarcal e machista, são construídos nas relações sociais</b> , por meio deles também é possível recriar e transformar valores e hierarquias. <b>A educação dissemina e reproduz a ideologia patriarcal, mas tem grande potencial de transformação e pode se realizar de forma não sexista e não racista</b> (p. 28, grifo nosso).                                                                                                                                                         |
| 2015 - Caderno de textos para estudo e debates - Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade | Portanto, a <b>escola tem desempenhado, também, o papel de perpetuar a ideologia e os valores da classe dominante, o preconceito e a discriminação</b> , além de <b>mostrar-se omissa e despreparada para debater temas do cotidiano como afetividade, sexualidade, saúde reprodutiva, violência sexual e violência social</b> (p. 18, grifo nosso).                                                                                                                                                                                                                                  |
| 2019 - Caderno 6: Por uma Educação não sexista e antirracista e pelo direito à Educação do Campo                                                                       | Se olharmos para o universo infantil vemos que os brinquedos, especialmente as bonecas, em sua maioria, têm características brancas, com seus cabelos lisos e loiros, e olhos azuis; <b>os livros infantis, por meio de seus contos de fada, ignoram a existência das pessoas negras ou indígenas, e quando as mencionam as colocam em situações negativas</b> ; os desenhos animados, os cartazes escolares entre tantos outros elementos que aqui poderiam ser citados, <b>todos são formas utilizadas para produção e manutenção das ideologias racistas</b> (p. 11, grifo nosso). |
| 2023 - Educação Pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo                                                                                  | <b>O racismo é uma ideologia, um sistema de poder</b> que atravessa toda nossa existência, colocando em prática um sistema de dominação social. Assim, <b>como prática de dominação social, o racismo fundamenta a ideia de superioridade do grupo branco e de inferioridade de todos os grupos não brancos</b> (p. 3, grifo nosso).                                                                                                                                                                                                                                                  |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A problemática do racismo e do patriarcado esteve presente nos cadernos de 2011, 2015, 2019 e 2023, revelando sua grande importância dentro do movimento da MM. O racismo e patriarcado são ideologias da classe dominante que possuem o intuito de manter a coerção desses sujeitos bem como o conflito interno entre a classe proletária, e isso ocorre através dos aparelhos ideológicos como a Escola, onde são trabalhados os valores da classe dominante, como afirma o autor Althusser (1970).

Por outras palavras, a Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam «saberes práticos» mas em moldes que asseguram a sujeição à ideologia

dominante ou o manejo da «prática» desta. Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, não falando dos «profissionais da ideologia» devem estar de uma maneira ou de outra «penetrados» desta ideologia, para desempenharem «conscienciosamente» a sua tarefa - quer de explorados (os proletários), quer de exploradores (os capitalistas), quer de auxiliares da exploração (os quadros), quer de papas da ideologia dominante (os seus «funcionários»), etc. (Althusser, 1970, p. 22).

Althusser (1970), destaca que a Escola é um dos aparelhos ideológicos do Estado, o qual é dominada pelos donos do poder econômico, logo, a instituição molda as novas gerações, conforme a ideologia dominante. Apesar de quem transmite e quem recebe tal conhecimento raso, muitas vezes o faz ou aceita de maneira inconsciente, o educador por exemplo, segue ordens para a elaboração de materiais e recebem os livros didáticos, baseado nos Parâmetros e Bases Curriculares Nacional da educação no país, que é organizado para manter a hegemonia.

A ideologia patriarcal é um exemplo de manutenção hegemônica. De acordo com Leitão (1981), uma questão que foi responsável por essa estrutura de dominação social, se passa na narrativa do livro de Gênesis, descrita na Bíblia Sagrada, que aborda a criação da mulher a partir da costela de Adão, e sua responsabilização por oferecer a fruta do bem e do mal ao homem, sendo assim, fadada a ser submissa ao sexo oposto e sofrer dores no parto, e como toda ideologia, a história é contada apenas pela metade, no qual, em Levítico, Deus trata como inimigos quaisquer opressor, e prometeu destruí-los, porém, essa parte é obscurecida e privilegiada certos pontos que alienam o povo e os dividem entre opressores e oprimidos.

Outro exemplo, foi a criação do modelo de família patriarcal e monogâmica que surgiu por interesse e não por amor, como aponta Engels (2019, p. 67) “A monogamia foi a primeira forma de família que não se fundou em condições naturais, mas em condições econômicas, a saber, sobre a vitória da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, de origem natural”. Dessa maneira a família tradicional composta por pai, mãe e filhos, teve como base o acúmulo de riquezas, e para mantê-las, os casamentos arranjados eram a prioridade, sendo que inicialmente, toda a riqueza passava para o filho primogênito, exceto quando era filha. No Brasil não foi diferente, como destaca a autora Hahner (2003).

[..] o estereótipo comum da família patriarcal brasileira consistia no marido autoritário, cercado de concubinas escravas, que dominava os filhos e sua mulher submissa. Esta se tornava uma criatura passiva e

indolente, que vivia enclausurada em casa, gerava inúmeras crianças e abusava dos escravos” (Hahner, 2003, p. 38).

Como descrito a família patriarcal no Brasil era monogâmica, apenas para as esposas, pois, o marido possuía concubinas, já que ele é quem tinha o poder sobre a economia da família. No entanto, se as esposas traíssem ou pelo menos houvesse suspeita de tal ato, as consequências poderiam ser fatais, como espancamento e feminicídio, sem nenhum tipo de punição severa para o agressor, ao contrário era tido como ato de orgulho baseando-se na tese da ‘legítima defesa da honra’, que foi por muito tempo utilizada como justificativa para crimes praticados pelos cônjuges contra a mulher, e ela só foi suspensa em 2021, por contrariar as questões de proteção a vida e a igualdade de gênero<sup>58</sup>.

A ideologia racista é outro pilar predominante na sociedade, isso é mantido premeditadamente por meio da criação dos sujeitos, desde as infâncias, os brinquedos de olhos azuis, cabelo loiro e branco, assim como as gravuras nos desenhos dos livros de forma indireta transmitem essa ideia, ou como afirma Marx (2013), os homens constroem sua história, mas não como querem e sim por determinações já dadas desde seu nascimento. Assim, percebe-se que o racismo é uma forma de imposição de superioridade de uma raça, especialmente a branca.

É importante destacar que as mulheres pobres e negras, estão sob um tripé de desigualdade que é mantido pela discriminação do gênero, da classe e da raça. Essa ideologia é extremamente importante no âmbito capitalista, pois, ajuda na sua conservação não somente do sistema de exploração do trabalho, mas na permanência da propriedade privada, nas mãos de uma classe opressora e branca, como destaca Rummert (2007).

No contexto do modo de produção capitalista, não podemos menosprezar o fato de que as ideologias dominantes são voltadas, fundamentalmente, para a conciliação de interesses opostos e estruturalmente antagônicos, apresentando a ordem socioeconômica existente como a única possível, por ser *justa e natural*. Nesse sentido, um aspecto essencial da ideologia hegemônica no modo de produção capitalista reside em obscurecer a percepção dos conflitos inerentes às sociedades fundadas na exploração da força de trabalho de uma classe por outra que detém os meios de produção (Rummert, 2007, p. 20).

---

<sup>58</sup> Disponível: <<https://www.conjur.com.br/2024-abr-24/o-fim-da-legitima-defesa-da-honra-pelo-stf/>>. Acesso em 15 de maio de 2025.

Como abordado, no modelo de produção capitalista, as ideologias dominantes têm como foco o consenso dos interesses, por isso, a Nova Direita emergiu, com a união de quatro grupos quais são: os populistas autoritários, a nova classe média profissional, os neoliberais, os conservadores que visam manter aparentemente valores tradicionais, que parecem atrativos, com o lema Deus, pátria e família.

Os neoliberais constituem a liderança da Nova Direita e representam o grupo que se preocupa com a orientação político-econômica atrelada à noção de mercado. Os neoconservadores são aqueles que compreendem os valores do passado como muito melhores do que os atuais e que lutam pelas “tradições culturais” (Lima, *et. al.* 2022, p. 5).

Como destacado a nova direita é bem-organizada, focando em grupos diferentes, porém, buscam um interesse em comum que é a manutenção do mercado capitalista que beneficia uma pequena elite em detrimento da classe que vive do trabalho. Com isso, a ideologia hegemônica criada pela elite, tem como foco diminuir os conflitos sociais e políticos, através de modelações culturais, seja pela escola, igreja, Estado e em outros aparelhos ideológicos, ao mesmo tempo em que combatem violentamente posições políticas diferentes da sua. Em relação a educação como aparelho ideológico Mourão e Barros (2024), ressaltam o seguinte.

Vemos uma mobilização mundial do capital não somente para roubar a educação a partir da privatização, mas também de impor a lógica do mercado a educação a fim de utilizá-la de maneira dual, ou seja, formar mão de obra qualificada para atender as demandas do capital e manter os salários baixos a partir de um mercado de trabalho altamente qualificado e como aparelho ideológico do Estado, ou seja, utilizar a educação como meio de perpetuar a ideologia de naturalidade entre dominador e dominado (Mourão; Barros, 2024, p. 314).

Os autores destacam como tem sido o processo de organização da dominação do capital na educação formal, a fim de qualificar mão de obra barata, para permanecer pagando baixos salários e manter a naturalidade da classe dominante e a que vive do trabalho. A concepção de educação no país tem como base o neoliberalismo, e embasam a ideologia criada pela classe dominante, isso é explícito na própria organização do financiamento das políticas educacionais, que é regida organismos internacionais, e com isso perpetuam o controle ideológico (Menezes, *et.al*, 2020). “A ideologia produzida e difundida pela classe dominante expressa as representações que a essa classe possui da realidade, de si própria e de seu papel como condutora dos rumos da totalidade social e

que são marcadas, elas próprias, pela ideologia que produzem” (Rummert, 2007, p. 21). Portanto, a educação no modelo capitalista sempre foi guiada pela ideologia da classe dominante, que é pensada no individual e não no coletivo.

Em relação a sexta categoria ‘as lutas da Marcha da Margaridas em prol de uma Educação do Campo pública, que oferte desde a creche ao ensino superior, que seja: antirracista, não sexista e contextualizada com a realidade’. Segue quadro demonstrativo com as citações.

Quadro XV - Categoria de Análise: as lutas da Marcha da Margaridas em prol de uma Educação do Campo pública, que oferte desde a creche ao ensino superior, que seja: antirracista, não sexista e contextualizada com a realidade’.

| ANO / DOCUMENTO                                                                                                                                                        | REGISTRO DE CITAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2011 - Caderno de textos para estudo e debates - Marcha das Margaridas na luta por: Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.         | <p><b>Desafios para uma Educação Não Sexista</b>, para o livre exercício da sexualidade e para o enfrentamento às diversas formas de Violência contra as mulheres:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Defesa de políticas educacionais que visem combater o caráter sexista da educação</b>, com vigorosa atuação na formação de professores e professoras, na revisão dos currículos escolares e dos livros didáticos;</li> <li>• <b>Abordagem pelas escolas da realidade do campo e da floresta e de questões da vida cotidiana como a afetividade, a sexualidade, a violência sexual, o racismo, a homofobia</b>, de modo qualificado para possibilitar a superação dos preconceitos e discriminações;</li> <li>• <b>Inclusão na proposta curricular de temas relacionados aos sexos e às sexualidades</b>;</li> <li>• <b>Elaboração, avaliação e distribuição de materiais didáticos específicos para educação do campo</b>;</li> <li>• <b>Aceleração na implementação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo</b>; [...] (p. 39/40, grifo nosso).</li> </ul> |
| 2015 - Caderno de textos para estudo e debates - Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade | <p><b>As mulheres demandam a criação, a manutenção e a reabertura de escolas de educação infantil (creches) e ensino fundamental no meio rural</b>, tendo como princípio a educação do campo em período integral; e ações de educação infantil nas escolas “Família Agrícola” e “Casa Familiar Rural”, <b>com políticas educacionais que visem combater o caráter sexista da educação, com vigorosa atuação na formação de professoras e professores, na revisão dos currículos escolares e dos livros didáticos</b>. Para isso, é fundamental a elaboração, a avaliação e a distribuição de <b>materiais didáticos específicos e não sexistas para a educação do campo</b> (p. 28, grifo nosso).</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| 2019 - Caderno 6: Por uma Educação não sexista e antirracista e pelo direito à Educação do Campo                                                                       | <p>Até quando não atende diretamente às mulheres, <b>o direito à educação exerce papel fundamental para reparar as desigualdades por elas vividas</b>. Nesse sentido, <b>a garantia do acesso das crianças a creches, educação infantil e outros níveis</b></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

|                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                  |
|---------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                       | <b>de ensino é uma demanda central na luta das mulheres</b> do campo, da floresta, das águas e das cidades (p. 7, grifo nosso).                                                                                                  |
| 2023 - Educação Pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo | Nesse sentido, <b>a garantia do acesso das crianças a creches, a educação infantil e outros níveis de ensino é uma demanda central na luta das mulheres do campo</b> , da floresta, das águas e das cidades (p. 3, grifo nosso). |

Elaborado pela autora (2025).

A presente categoria encontrada nos cadernos da Marcha das Margaridas, revela-se como algo importante no movimento, visto que foram encontrados como discussão desde 2011, apesar de que inicialmente não estarem bem amarrados, como por exemplo, em 2019 e 2023, em que é elaborado um caderno especificamente para esse objeto, tem como eixo de luta a ‘Educação Pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo’.

O movimento marcha das Margaridas tem lutado em prol de políticas públicas educacionais, que ofertem todas as fases da educação básica (creche, educação infantil, ensino fundamental e médio) e o Ensino Técnico e Superior, voltados para a educação no campo que seja antirracista e não sexista. Dessa maneira a educação que as margaridas reivindicam visa o respeito a identidade dos cidadãos, ou seja, uma educação que estejam diretamente vinculadas ao trabalho, à luta pela reforma agrária e pelos direitos sociais, bem como os conhecimentos ancestrais. Nesse sentido, a educação do campo também se constitui um instrumento político essencial para romper a subordinação aos interesses do capital.

É na condição de política pública que a educação do campo abre caminho para a construção da emancipação da sociedade, partindo disso, tomou-se o centro da pauta dos Movimentos sociais do Campo. Outra ação governamental, foi a publicação do Decreto 7.352/2010, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. O referido decreto foi fruto da luta dos movimentos sociais do campo e elevou a Educação do/no Campo à política de Estado, destacando-se a sua relevância. Pois, reconhece as populações do campo, como é assinalado no § 1º do artigo (Medeiros, 2023, p. 58).

Medeiros (2023), destaca que a política pública de Educação do Campo fortaleceu a luta pela emancipação dos povos do campo, das águas e das florestas, tornando uma das principais pautas dos Movimentos sociais do campo, pois, um dos atos conquistados foi o reconhecimento das especificidades das populações do campo. Além disso, outras conquistas relacionadas a educação, foram sendo obtidas, como por exemplo, a

construção do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI, que focam na construção de políticas para atender a primeira infância, como a creche.

A aprovação da criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI, Nº 6 de 16 de maio de 2013, assinado pelo Ministro de Estado Desenvolvimento da Educação, Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, decretado durante o governo da Presidenta Dilma<sup>59</sup>, em resposta a pautas das Margaridas de 2011. O GTI tem sido encarregado de definir diretrizes<sup>60</sup> para a expansão da Educação Infantil do/no Campo.

A possibilidade de acesso à educação pública, principalmente para primeira infância, facilita a vida das mulheres, pois, desta maneira podem continuar seu trabalho, na agricultura e pesca, sem precisar se preocupar com a segurança de seus pequenos, além de que a educação também é uma responsabilização do Estado, juntamente com a família, como posto na própria Constituição Federal de 1988<sup>61</sup>.

A luta pela creche foi uma das principais pautas na segunda onda do movimento feminista no Brasil, pois, buscavam mais dignidade e segurança para os filhos, enquanto, trabalhavam fora de casa. No entanto, a construção de creches, é mais comum nas áreas urbanas (mesmo assim, não atende a toda a população urbana que precisa), enquanto a população das comunidades rurais, em especial as mulheres, ainda vem lutando para que mais instituições sejam construídas.

A MM, vem fortalecendo os movimentos dos trabalhadores rurais e agricultores familiares (do qual fazem parte), assim como na luta do Movimento Sem Terra, como no caso da construção das Escolas Famílias Agrícolas<sup>62</sup>.

A princípio, a escola possui o papel central de promover a escolarização e disseminar os conhecimentos científicos acumulados historicamente pela sociedade. Porém, no caso das escolas famílias, além dessa tarefa, que lhe é eminente pela condição de ser escola, ela consegue influenciar profundamente no entorno de sua estrutura física. Este aspecto é inerente às escolas do campo, que atuam com uma metodologia que

<sup>59</sup> CONTAG. **Documento sobre Educação Infantil do Campo é entregue ao MEC durante solenidade na reunião da CONEC**, 2014. Disponível em: < <https://ww2.contag.org.br/documento-sobre-educacao-infantil-do-campo-e-entregue-ao-mec-durante-solenidade-na-reuniao-da-conec-20140730>>. Acesso em 09 de maio de 2025.

<sup>60</sup> Uma das propostas do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI, foi elaborado em março de 2014. Intitulado de ‘**EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO**: Proposta para a expansão da política’, 2014. Disponível em: < [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb/pdf/publicacoes/educacao\\_infantil/gti\\_educacao\\_infantil\\_campo\\_09\\_04.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb/pdf/publicacoes/educacao_infantil/gti_educacao_infantil_campo_09_04.pdf)>. Acesso em 10 de maio de 2025.

<sup>61</sup> “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1990).

<sup>62</sup> Tema discutido nos cadernos da Marcha das Margaridas.

possibilita que o processo educativo transcenda os “muros” da instituição e tenha rebatimento na comunidade (Sousa, et al, 2016, p. 121).

As Escolas Famílias Agrícolas - EFAs representam uma das iniciativas que buscam desempenhar o papel de emancipação dos povos do campo. Esse modelo educacional é voltado para a formação de jovens da Educação Básica, e é concebido de maneira comunitária, garantindo a participação ativa dos membros da localidade, inclusive na captação de recursos financeiros para a sua manutenção.

O currículo das Escolas Famílias Agrícolas abrange tanto as disciplinas tradicionais trabalhadas no ensino fundamental e médio, como é incluído disciplinas relacionadas a produção e o agroextrativismo familiar. Com isso, é possível uma articulação entre o ensino ‘normal’ e o trabalho com base na realidade dos sujeitos (Sousa, et al, 2016). Em outros termos, tem como base a pedagogia da alternância, ou seja, tempo escola e tempo comunidade. Segundo Santos (2017) a pedagogia da alternância possibilita o desenvolvimento da reflexão crítica, fortalecimento da visão coletiva do trabalho das famílias do campo e a busca por uma sociedade mais justa, solidaria e ética.

Em relação ao ensino superior, a perspectiva do estudante do campo é baixa, uma vez que, é necessário todo um deslocamento para realizar tal formação, especificamente no estado do Amazonas, em que o transporte é fluvial, e são dias de viagem, dependendo da comunidade dos sujeitos. Dessa maneira, a evasão escolar na Educação básica ainda é grande, pois não faz sentido continuar o estudo, principalmente, quando a educação tem a abordagem desconectada com a realidade dos discentes.

Essa realidade tem sido pauta dos movimentos sociais, pois, o objetivo é que os próprios moradores das comunidades se tornem educadores, porque desta maneira, não precisaram realizar o êxodo de suas comunidades, além da educação levar em consideração a realidade do campo, em contraposição ao que a educação rural<sup>63</sup> traz que é uma versão copiada do ensino urbano, descontextualizada com as vivências dos sujeitos.

---

<sup>63</sup> Como podemos perceber, a história da educação rural no Brasil foi marcada, profundamente, pelo abandono e tropeços do poder público. Foi em oposição a esta situação que surgiram diversas iniciativas de movimentos sociais, sindicais e populares que, paralelamente, construíram inúmeras experiências educativas de reflexão acerca da realidade e interesses dos povos do campo. São iniciativas que defendem o meio rural como espaços de vida, da diversidade cultural e identitária, das lutas, resistências e sonhos, portanto, territórios que carecem de políticas direcionadas a essa realidade. Não apenas uma mera transposição do que é elaborado no meio urbano (Santos, 2017, p. 215).

A partir das experiências obtidas no Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária - Pronera<sup>64</sup>, os movimentos sociais começaram a elaborar e posteriormente reivindicar novas políticas públicas para apoiar a formações de professores(as) que atuam no campo. Desta forma, em 2007, por meio do Ministério da Educação e com apoio da Secretaria de Educação de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade – SECAD, foi criado o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo (Santos, 2017).

O Procampo tem como foco a implementação de cursos regulares especialmente em licenciatura para a educação do campo, esses cursos ocorrem em parceria com Intuições públicas que ofertam o ensino superior. Sua maior preocupação é formar educadores que possam atuar nos anos finais na Educação Básica localizadas nas áreas rurais (Santos, 2017).

No entanto, a inserção de conteúdos, como antirracismo e o não sexismo é algo que está em processo, no contexto educacional seja nas escolas do campo, nos cursos de Licenciatura para Educação no Campo, nas Escolas Famílias Agrícolas, e entre outras intuições formais e não formais de ensino, uma vez que, a questão da mulher e da raça, ainda é percebida como algo secundário, mesmo, após diversas reivindicações e conquistas.

Portanto, a educação básica e superior, que as Margaridas vêm reivindicando, baseia-se no tripé composto pela educação não sexista, antirracista e contextualizada com a realidade do campo, das águas e das florestas. Esse tripé deve estar presente desde a construção do currículo, passando para os livros didáticos até chegar nas relações de Professores(as) – professores(as); professores(as) - alunos(as); alunos(as) – alunos(as). Uma vez que, os espaços formais de educação, são os que mais influenciam na visão crítica dos sujeitos.

Ademais, os documentos e materiais da Escola de Formação da CONTAG – ENFOC (como o folder), e os cadernos da Marcha das Margaridas de 2007 a 2023, trazem discussões sobre o desenvolvimento crítico, em relação a paridade de gênero e lutas de classes. Apesar de que a questão de gênero/sexo e raça, ainda esteja ocorrendo de maneira vagarosa, comparada a outras questões como lutas trabalhistas, porém, as duas lutas não

---

<sup>64</sup> O Pronera surgiu a partir dos debates coletivos realizados no I ENERA. Em função do alto índice de analfabetismo e baixos níveis de escolarização entre os beneficiários dos Programas de Reforma Agrária, priorizou-se a alfabetização de jovens e adultos, sem deixar de contemplar as demais alternativas para a educação do campo (Santos, 2017, p. 216).

são dissociadas. Tendo assim a necessidade de maior aprofundamento das pautas relacionadas ao não sexismo e o antirracismo dentro da Educação do Campo, que é um dos caminhos que as Margaridas têm encontrado para discutir esses eixos tão necessários para as novas gerações, que permaneceram na luta. Ademais, a luta das Margaridas tem sido fundamental para o levantamento das pautas do antirracismo e o não sexismos, assim como por outras questões relacionadas a educação do/no campo.

Por fim, é através dos movimentos sociais, tem sido garantido uma parcela da educação do/no campo mais humanizada que busca inserir temas que abrange toda a sociedade, como preconceito, racismo, violência etc.

### **CAPÍTULO III – A MULHER E A PARIDADE DE GÊNERO NOS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES NO ESTADO DO AMAZONAS**

Este capítulo tem como foco responder o terceiro objetivo específico, em que almejamos: *Investigar a questão da paridade de gênero no curso de formação político-sindical e nos cargos de direção dos sindicatos de trabalhadores rurais e agricultores familiares no estado do Amazonas, com base nos documentos da CONTAG e da FETAGRI/AM.*

Para atender tal objetivo o capítulo é dividido em três subseções, a primeira contextualiza o que é a FETAGRI/AM, relatando e analisando sua história de luta e destacando qual é o seu principal propósito na vida dos sujeitos do campo, além de trazer a quantidade de comunidades que são atendidas na região amazônica. Na segunda, discutimos quais eixos formativos são trabalhados no curso de formação Político-Sindical da região norte e se questão da mulher é uma dessas das problemáticas abordadas nesses espaços de luta.

Por fim, analisamos as categorias encontradas nos dois módulos do curso regional, que estão relacionadas, ao sexismo no trabalho rural; a importância da cota para a inserção das trabalhadoras nos sindicatos; as reivindicações e conquistas dos movimentos de mulheres e a inclusão de temas como gênero, raça, etnia em todas as discussões sindicais.

#### **3. A inserção da CONTAG através da FETAGRI e de seus sindicatos no estado do Amazonas**

Até meados de 1920, a economia no estado do Amazonas estava ligada de forma reduzida à agricultura, com algumas plantações de algodão, tabaco, cacau, café, guaraná e a pequenas atividades industriais relacionadas a produção de panos de algodão, fábricas de sabão, olarias. No entanto, em 1952, o primeiro governador da província do Amazonas mudou o foco da economia agrícola implantado no período Colônia, para o extrativismo (Souza, 2019). Dessa maneira a região está ligada ao extrativismo, desde as drogas do sertão, passando pelas extrações da madeira, castanha e seringa, essa última encaminhou economia para nível internacional, o período de prosperidade financeira, ficou conhecido como o ciclo da borracha e movimentou por muito tempo o mercado interno e externo.

O extrativismo da borracha, obteve crescimento rápido, em diversas áreas, inclusive na educação, segundo Souza (2019) “O poderio econômico da borracha foi capaz de tentar a elevação do nível educacional, criando no Amazonas a primeira universidade brasileira”. Apesar do avanço econômico, o aumento da produção da borracha e seu lucro geraram certas preocupações para o governo, como crescimento da necessidade de mão de obra, e uma das soluções adotadas foi a realização de discursos sensacionalistas e de falsas promessas, que influenciou a população de outras regiões do país a migrarem em massa para a região amazônica, eles vinham cheios de esperança e em busca de melhores condição de vida, no que tange a saúde, moradia, educação, saneamento básico, sistemas de transportes etc. (Oliveria, 2015). O autor Souza (2019) salienta.

Milhares de lavradores pobres, iludidos por contratadores, trocaram suas terras áridas pelas selvas do alto Purus, Madeira e Acre, vivendo sob o domínio do sistema de aviamento. Além do choque cultural, do isolamento e dos perigos da selva tropical, os nordestinos trabalhavam sob o regime da coerção, típico do sistema do aviamento, que só podia existir com base no débito permanente do seringueiro (Souza, 2019, p. 252).

Como descrito, poucos foram os indivíduos que tiveram acesso as promessas de prosperidade, isso porque a forma de pagamento mais comum era por meio sistema de aviamento, que tinha como base o adiantamento da remuneração, por meio de recebimento de produtos (alimentícios, de vestimenta e outros), o que causava uma relação de dependência, em que os trabalhadores com muita frequência acumulavam dívidas. Além disso, havia o choque cultural e os perigos da selva.

Com o passar do tempo, os desafios para esses trabalhadores aumentaram por causa da crise da borracha. Segundo Souza (2019), em 1910, a queda do preço dos

produtos já era nítida, mesmo com a intervenção do governo, em estocar as produções a fim de aumentar o preço, foram tentativas sem sucesso, visto que o mercado asiático oferecia preços mais acessíveis para o mercado externo, culminando assim na desvalorização do produto advindos dos seringais da Amazônia. Mesmo, com as demandas crescentes no segundo ciclo da borracha, que ocorreu no período da segunda guerra mundial, uma vez que seus aliados precisavam da borracha para suprir as indústrias bélicas, não foi o suficiente para restaurar a economia da região.

Em meio as crises econômicas da borracha o governo começa a elaborar novas estratégias, para manter a economia no Amazonas, foi então criado a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazonia (SPVEA), que visava outros setores econômicos além do extrativismo (Oliveria, 2015), em seguida no ano de 1967 foi implementado a Superintendência da Zona Franca de Manaus, assim como outras iniciativas, que deram início ao processo de industrialização na região, e sua reinserção no mercado internacional.

Dessa maneira, surge um novo mercado conhecido também como ‘salvador da economia’ no estado, no entanto, porém, velhos problemas permaneceram, como a desigualdade social, que apesar das propagandas que destacavam o Amazonas como a terra da prosperidade para todos não era isso que realmente os trabalhadores e suas famílias vivenciavam, como destaca Oliveira (2015, p. 41) “No fundo a “ilusão do fausto” logo se converteu em luta pelas condições mais básicas, inclusive pela posse da terra”.

O direito à terra na região era protegido pelo Estado totalitário brasileiro, que atuava para assegurar a posse de um pequeno grupo formado por latifundiários, grileiros e empresários (Oliveira, 2015). Aos trabalhadores, em sua maioria vindos de outros estados restava apenas a luta pelo acesso à terra, uma vez que estavam sendo expropriados sob ordens do próprio governo.

Segundo o autor Oliveira (2015) a luta pelo direito a terra aos poucos foi sendo mediado por organizações sociais, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT e a Confederação de Trabalhadores da Agricultura e posteriormente pela FETAGRI/AM e por seus sindicatos. Assim, os ‘posseiros’<sup>65</sup>, foram sendo reconhecidos como a classe de trabalhadores rurais, agora organizados e representados.

---

<sup>65</sup> Narrativas da época sobre a situação dos trabalhadores rurais reconhecidos como “posseiros” revelam um importante diagnóstico de como se encontrava a situação camponesa na Amazônia. Tais narrativas já são mostras concretas que esse tipo de campesinato amazônico ganhara uma notabilidade política em torno de organizações sociais – como a Igreja Católica, Sindicatos, Federação e Confederação sindicais - e com

O apoio das Comunidades de Bases direcionadas pela igreja católica, o Movimento de Base – MEB e a CONTAG, foram essenciais no fortalecimento da posse da terra, e pela luta em prol da reforma agrária, principalmente a CONTAG, por meio de suas Federações e sindicatos o qual realizavam visitas, reuniões com trabalhadores, estudos, memoriais, acionamento da justiça, congressos regionais e nacionais entre outras ações que demonstravam a realidade da precarização que os trabalhadores rurais do Amazonas estavam sofrendo (Oliveira, 2015).

A CONTAG, juntamente com a CUT, passou a ocupar espaço relevante na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar no estado do Amazonas. Que inicialmente implementou FETAGRI/AM, que em 2025, completou 49 anos de existência, que em seguida implementou sindicatos filiados em diversos municípios. É importante destacar que dos 62 municípios amazonenses, apenas quatro ainda não possuem sindicatos, como discutiremos a seguir.

Figura IX – Os 10 polos Formativos da FETAGRI/AM, segundo as calhas dos rios do estado do Amazonas



Fonte: Arquivo da FETAGRI/AM (2025)

isso ajudavam a tornar evidentes denúncias em torno da situação precária do trabalhador rural e os conflitos em torno da posse da terra (Oliveira, 2015, p. 43).

Apenas os municípios: Tonantins, Santa Isabel do Rio Negro, Itamarati e Barcelos, não possuem sindicatos filiados a FETAGRI/AM, até esse momento da pesquisa, totalizando assim, 58 sindicatos no Amazonas que atendem a demanda dos trabalhadores de agricultores e agricultoras familiares.

Em relação aos processos formativos, a FETAGRI/AM organiza em 10 regionais, que são baseadas nas calhas dos rios do estado do Amazonas quais são: primeira, Regional do Rio Negro Manaus, composto pelos municípios de Autazes, Careiro, Careiro da Varzea, Manaquiri, Manaus, Novo Airão, Rio Preto da Eva, Iranduba e Presidente Figueredo; segunda, Calha Médio Amazonas, que permeia os municípios de Itacoatira, São Sebastião do Uatumã, Silves, Itapiranga e Urucará; terceiro, Calha do Baixo Amazonas que possui os municípios de Barreirinha, Maués, Boa Vista do Ramos, Parintins e Nhamundá.

A quarta, é a Calha do Médio Solimões, constituído pelos municípios de Jutáí, São Paulo de Olivença, Juruá, Uarini, Maraã, Fonte Boa, Japurá, Tefé, Coari, Alvarães; a quinta, Calha do Alto Solimões, composta pelos municípios de Amaturá, Benjamim Constant, Atalaia do Norte, Tabatinga, Santo Antônio do Içã; A sexta é a Calha do Rio Madeira, que possuem os municípios de Borba, Novo Aripuanã, Nova Olinda do Norte, Manicoré, Humaitá e Apui; A sétima é a Calha do Rio Purus que tem os municípios de Lábrea, Canutama, Boca do Acre, Pauni, Tapauá.

A oitava é a Calha Alto Juruá composta pelos municípios de Envira, Eirunepé, Canauari, Ipixuna, Guajará; O nono é a Calha do Alto Rio Negro, que possui os municípios de Barcelos, São Gabriel da Cachoeira e por fim a décima, que é a Calha do Baixo Solimões que permeia os municípios de Caapiranga, Anamã, Anori, Codajás e Beruri.

Os cadernos formativos, disponibilizados pela federação a Amazonense, estão datados nos anos 2009 e 2015 eles são a base dos itinerários formativos. Posteriormente descrevemos como os estão organizados os eixos formativos, em nível nacional, regional, como base em dois cadernos de textos disponibilizados pela FETAGRI/AM, e como a questão da mulher é trabalhado nesse curso.

### 3.1 Os eixos do curso formação Político-Sindical ofertado para os trabalhadores rurais sindicalizados

A Escola Nacional de Formação da Contag (ENFOC), criada no ano de 2006, vem se consolidando como um espaço de reflexão crítica sobre prática sindical. É responsável pela elaboração dos cadernos de formação e pela oferta de cursos, tanto virtuais ou presenciais, que alcançam desde as comunidades rurais até as instâncias nacionais, envolvendo a confederação, as federações, os dirigentes de sindicatos e as lideranças locais<sup>66</sup>. No estado do Amazonas, entretanto, as atividades formativas ocorrem exclusivamente de forma presencial incluindo os cursos voltados para mulheres.

O processo de formação nas regionais, incluindo o estado do Amazonas, ocorre em um período de cinco dias e está estruturado em três módulos, dos quais obtivemos acesso a dois módulos dos cadernos formativos. Para a realização dessas formações é constituído uma caravana composta por filiados que participaram do curso estadual, juntamente com a presidente da FETAGRI/AM, o secretário de finanças, o secretário da juventude, a secretária das mulheres e o secretário de formação.

Seguem o eixos de estudos do primeiro e do segundo módulo do curso regional:

Elemento gráfico SmartArt IV – Eixos do 1º e 2º Módulo dos Cursos Regionais de Formação Sindical (2009 e 2015)

| 1º Módulo                                                                           | 2º Módulo                                                                                                                             |
|-------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 01 - Matriz Pedagógica do 1º Módulo do Curso Regional de Formação Político-Sindical | 01 - Comissões de Trabalho                                                                                                            |
| 02 - O que é ser mulher e o que é ser homem                                         | 02 - Relações de Gênero                                                                                                               |
| 03 - Sociedade, desenvolvimento e meio ambiente                                     | 03 - Origem e papel dos sindicatos                                                                                                    |
| 04- Reflexões sobre o conceito da agricultura familiar                              | 04 - Concepções e correntes sindicais no Brasil                                                                                       |
| 05 - Relações de gênero e agricultura familiar                                      | 05 - A história das nossas raízes: itinerários das lutas dos trabalhadores (as) rurais no Brasil e o surgimento do sindicalismo rural |
| 06 - Gestão Democrática: Estado e Sociedade Civil                                   | 06 - Sindicalismo no Brasil de hoje: dilemas e perspectivas                                                                           |
| 07 - Democracia participativa: a inovação política brasileira                       | 07 - Grupos de Estudos Sindicais - GES                                                                                                |
| 08 - O que nós queremos                                                             |                                                                                                                                       |
| 09 - O sentido dos Diálogos Pedagógicos                                             |                                                                                                                                       |

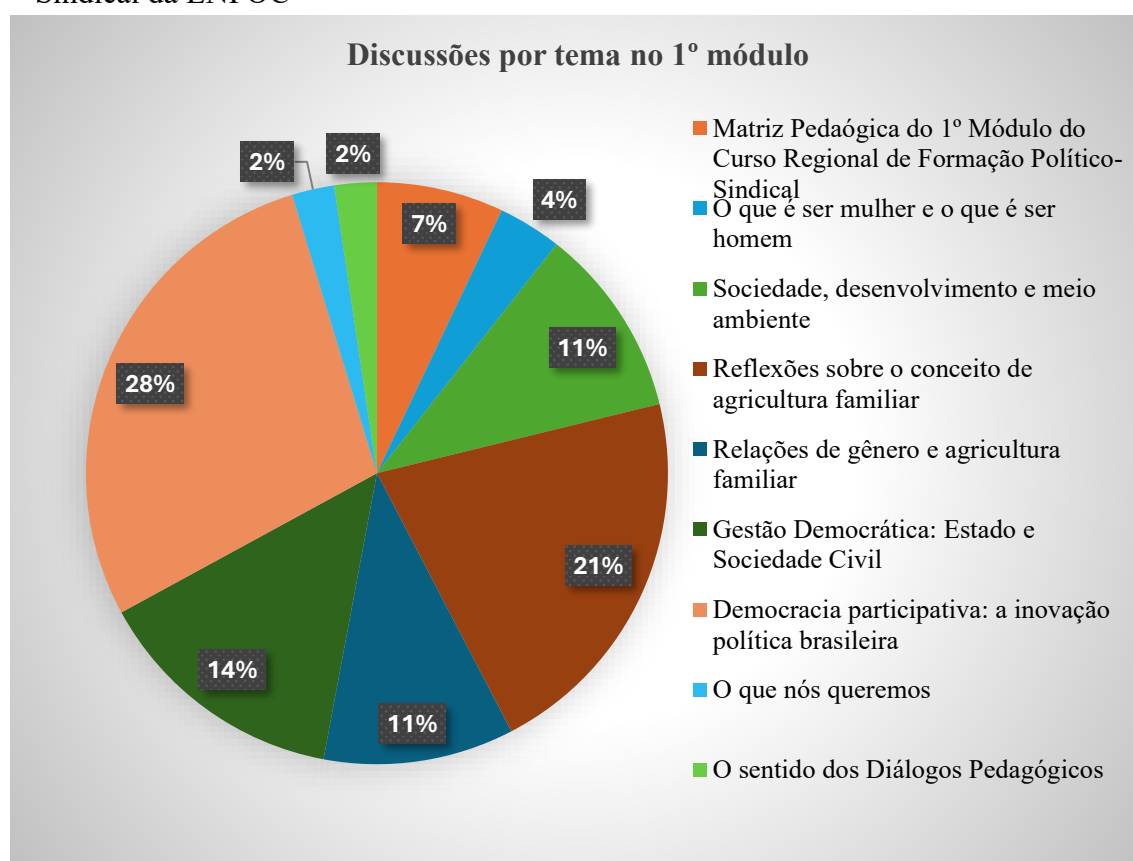
Fonte: Elaborado pela autora (2025)

<sup>66</sup> Informações disponíveis em: <[https://www.enfoc.org.br/conteudos/detail/quem\\_somos/](https://www.enfoc.org.br/conteudos/detail/quem_somos/)>. Acesso em maio de 2026.

Como descrito na tabela, no primeiro módulo são trabalhados nove temas, que abrange a questão da mulher, o meio ambiente, a agricultura familiar, as relações de gênero no trabalho da agricultura, a gestão democrática e a política brasileira. No segundo módulo são sete eixos, que continuam as discussões relacionadas ao trabalho, as relações de gênero, o surgimento dos sindicatos e como se organiza atualmente no país e os Grupos de Estudos Sindicais, que são direcionados pela ENFOC.

Em relação as discussões sobre a mulher, no primeiro módulo há dois tópicos que destacam, primeiro é o ‘02’ intitulado de “O que é ser mulher e o que é ser homem” e o segundo é o ‘05’ descrito como “Relações de gênero e agricultura familiar”. vale destacar que nesse caderno de estudos formativos têm 89 páginas, suas discussões sobre cada eixo podem ser representadas da seguinte maneira.

Gráfico III – Discussões no 1º módulo do caderno Regional do curso formativo Político – Sindical da ENFOC



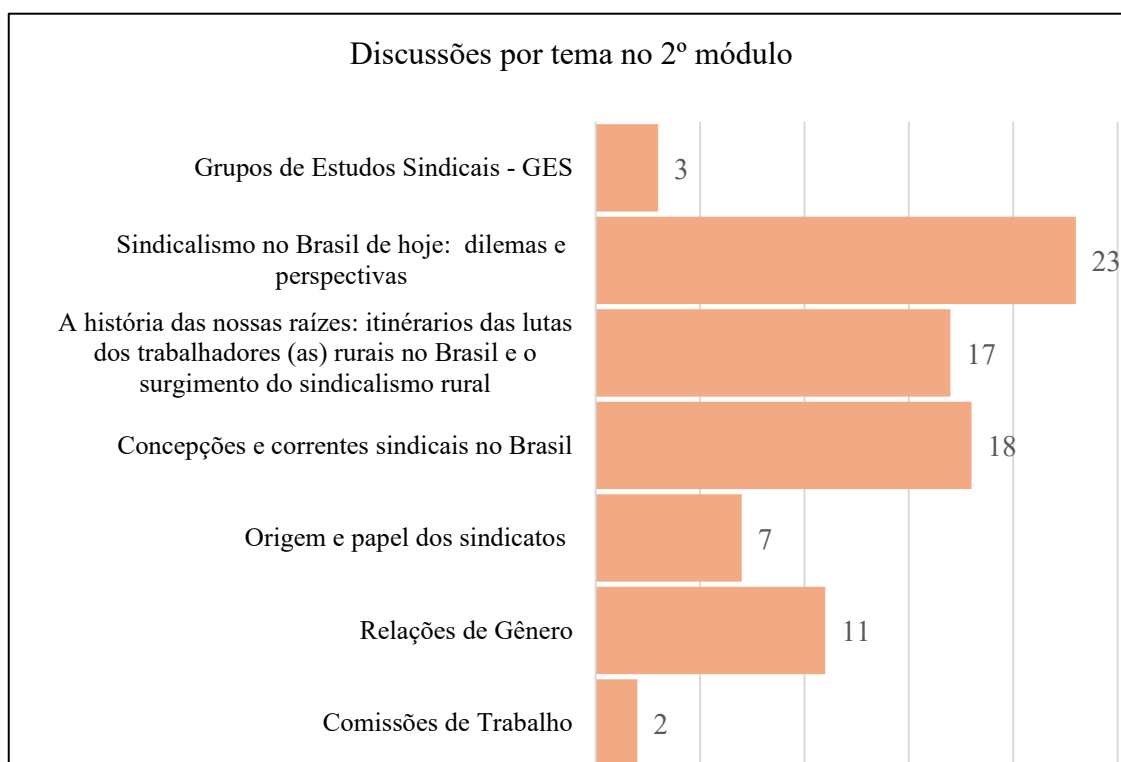
Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O gráfico demonstra como está subdividido a discussão dos capítulos do caderno de texto regional, conforme a quantidade de páginas, deixando explícito que as formações voltadas para o conceito da agricultura familiar (21%) e a democracia participativa na

questão política (28%) são as mais debatidas. Seguidas pelas questões da gestão democrática no que tange ao Estado e a Sociedade Civil (14%); a sociedade, e as questões do meio ambiente (11%); as relações de gênero no âmbito da agricultura familiar (11%). Por fim, os temas com menos ênfase são: a matriz pedagógica do curso (7%); as diferenças entre o sexo masculino e feminino (4%); o propósito da Contag (2%); o sentido do diálogo pedagógico (2%).

Dessa maneira ao eixo formativo que aborda a questão da mulher está em um de nível mediano, se tratando de prioridade nas discussões, pois juntando os dois tópicos possuem 15% dentro dos cadernos de texto. Em relação ao segundo caderno, segue gráfico ilustrativo da distribuição dos assuntos no segundo módulo:

Gráfico IV – Discussões no 2º módulo do caderno Regional do curso formativo Político– Sindical da ENFOC



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

No segundo módulo percebe-se que a formação dá ênfase principalmente na história do sindicalismo rural, as correntes que seguem e seus dilemas e perspectiva na atualidade, totalizando 71% das discussões. No que tange a questão de gênero, ele abarca 14% do módulo o que pode se dizer que não é tão ruim, porém, poderia ser bem mais debatido, uma vez que a visibilidade da mulher agricultora e o reconhecimento dela como

trabalhadora ainda é algo que está em processo de luta nessa sociedade patriarcal e misógina.

Posteriormente, seguindo os passos da análise de conteúdo aprofundaremos a questão dos eixos que tratam especificamente sobre a mulher tanto do primeiro e do segundo módulo dos cadernos de Formação Político-Sindical.

### 3.2 As categorias de discussões sobre a questão da mulher nos cursos regionais de político-sindical ocorridas nos sindicatos de trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares do estado do Amazonas

O movimento de mulheres enfrentou inúmeros obstáculos para conquistar o direito de inserção nos espaços de decisão. A entrada nos sindicatos também representou um desafio, assim como a necessidade de trazer visibilidade às discussões sobre suas dificuldades em permanecer em ambientes majoritariamente ocupados por homens.

Nos sindicatos de trabalhadores rurais, elas fortaleceram suas lutas e criaram a Secretaria de Mulheres, instância que dialoga diretamente com as trabalhadoras e leva as vozes da base para o centro das discussões da classe trabalhadora. Além disso, para que essa luta não ser esquecida, suas trajetórias são incorporadas às formações político – sindical. Esses itinerários formativos são estruturados em eixos de discussão, apresentados na seção anterior.

Com o objetivo de compreender como estão organizados e quais conteúdos abordam a questão da mulher, foi realizada uma análise de conteúdo, seguindo os passos metodológicos propostos por Bardin (2020), já aplicados em outros documentos desta dissertação. Inicialmente, as unidades de contexto foram separadas integralmente e, em seguida, distribuídas nas unidades de registro. Esse processo resultou em 43 páginas de quadros, organizados em quatro colunas: (I) ano dos cadernos político-sindical; (II) texto na íntegra; (III) unidade de contexto; e (IV) unidade de registro. As unidades de registro encontradas nos documentos de 2009 estão ilustradas no quadro a seguir.

Quadro XVI – Unidade de Registro dos cadernos de formação Político-Sindical

| <b>Módulo</b> | <b>Unidades de Registro</b>                                                                                     | <b>Frequência</b> |
|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| 2º            | A adoção das cotas para as mulheres dentro das instâncias sindicais de trabalhadores rurais                     | 3                 |
| 2º            | A políticas de cotas para mulheres dentro das organizações políticas e sindicais                                | 1                 |
| 2º            | As discussões sobre ações afirmativas e políticas de cotas dentro do movimento sindical de trabalhadores rurais | 3                 |

|    |                                                                                                                                    |    |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 2º | O debate sobre as políticas afirmativas e cotas para as mulheres no Brasil                                                         | 1  |
| 2º | O movimento feminista                                                                                                              | 10 |
| 2º | O movimento feminista trazendo rompimento na esfera pública e privada para as mulheres                                             | 2  |
| 1º | Autonomia das mulheres e a relação com a família e economia                                                                        | 1  |
| 2º | A luta das mulheres por direitos                                                                                                   | 2  |
| 2º | A trajetória de participação da mulher no MSTTR                                                                                    | 1  |
| 2º | A Marcha das Margaridas                                                                                                            | 2  |
| 2º | Protagonismo das trabalhadoras rurais                                                                                              | 3  |
| 2º | Participação das mulheres em conquistas de direitos marcantes                                                                      | 3  |
| 2º | As mulheres rurais nos espaços de coordenação                                                                                      | 3  |
| 2º | Gênero, geração, raça e etnia são dimensões fundamentais da vida social                                                            | 2  |
| 2º | O início dos sindicatos e a não inserção de temas como as desigualdades e discriminações de gênero, geração, raça e etnia.         | 3  |
| 2º | Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e a necessidade de superar as diversas formas de opressão e discriminação | 1  |
| 2º | Curso de formação para mulheres                                                                                                    | 1  |
| 2º | Curso de formação política para as mulheres e suas articulações                                                                    | 1  |
| 1º | A divisão sexual do trabalho e suas contradições                                                                                   | 3  |
| 1º | A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar                                                                               | 8  |
| 2º | A privação e restrição da mulher nos espaços sociais                                                                               | 1  |
| 1º | A manutenção do sexismo                                                                                                            | 5  |
| 2º | A violência sexual e doméstica                                                                                                     | 1  |
| 2º | A ideologia burguesa como opressora da mulher                                                                                      | 1  |

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Nenhuma das unidades de registros esteve presente simultaneamente nos dois cadernos. No primeiro ano, foram identificadas apenas seis unidades de registros, destacando-se “A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar” com oito ocorrências, e “A manutenção do sexismo” com seis. Já no segundo caderno, a unidade de registro com maior frequência foi “O movimento feminista”, com dez ocorrências.

Após a identificação das unidades de registros, avançamos para o eixo temático, onde foi possível observar semelhanças entre as unidades de registro do primeiro e do segundo módulo. Em seguida, procedemos à definição da categoria intermediária e, por fim, chegamos à categoria de análise. O quadro a seguir ilustra esse percurso.

Quadro XVII – Categorias de análise

| UNIDADES DE REGISTRO                                                                                                 | EIXO TEMÁTICO                                                 | CATEGORIA INTERMEDIÁRIA                                                                     | CATEGORIA DE ANÁLISE                                                                                                                 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A divisão sexual do trabalho e suas contradições (3x)                                                                | A subjugação do sexo feminino                                 | A desvalorização do trabalho da mulher na agricultura, por causa do sexo                    | O sexismo na divisão do trabalho na agricultura familiar                                                                             |
| A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar (8x)                                                            |                                                               |                                                                                             |                                                                                                                                      |
| A privação e restrição da mulher nos espaços sociais (1x)                                                            |                                                               |                                                                                             |                                                                                                                                      |
| A privação e restrição da mulher nos espaços sociais (1x)                                                            |                                                               |                                                                                             |                                                                                                                                      |
| A manutenção do sexismo (5x)                                                                                         |                                                               |                                                                                             |                                                                                                                                      |
| A violência sexual e doméstica (1x)                                                                                  |                                                               |                                                                                             |                                                                                                                                      |
| A ideologia burguesa como opressora da mulher (1x)                                                                   |                                                               |                                                                                             |                                                                                                                                      |
| A adoção das cotas para as mulheres dentro das instâncias sindicais de trabalhadores rurais (3x)                     | Cota para as mulheres                                         | A luta para a inserção de cota para as mulheres agricultoras nos diferentes espaços sociais | A adoção de cotas para as agricultoras e a inserção delas nas diferentes instâncias sindicais                                        |
| A políticas de cotas para mulheres dentro das organizações políticas e sindicais (1x)                                |                                                               |                                                                                             |                                                                                                                                      |
| As discussões sobre ações afirmativas e políticas de cotas dentro do movimento sindical de trabalhadores rurais (3x) |                                                               |                                                                                             |                                                                                                                                      |
| O debate sobre as políticas afirmativas e cotas para as mulheres no Brasil (1x)                                      |                                                               |                                                                                             |                                                                                                                                      |
| O movimento feminista (10x)                                                                                          | As mulheres em busca de direitos dentro dos sindicatos rurais | As mulheres trazendo mudanças sociais nos sindicatos de trabalhadores rurais                | As reivindicações e conquistas das agricultoras por meio das ações de mulheres e do movimento feminista dentro dos sindicatos rurais |
| O movimento feminista trazendo rompimento na esfera pública e privada para as mulheres (2x)                          |                                                               |                                                                                             |                                                                                                                                      |
| Autonomia das mulheres e a relação com a família e economia (1x)                                                     |                                                               |                                                                                             |                                                                                                                                      |
| A luta das mulheres por direitos (2x)                                                                                |                                                               |                                                                                             |                                                                                                                                      |
| A trajetória de participação da mulher no MSTTR (1x)                                                                 |                                                               |                                                                                             |                                                                                                                                      |
| A Marcha das Margaridas (2x)                                                                                         |                                                               |                                                                                             |                                                                                                                                      |

|                                                                                                                                         |                                                 |                                                                                    |                                                                                  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| Participação das mulheres em conquistas de direitos marcantes (3x)                                                                      |                                                 |                                                                                    |                                                                                  |
| As mulheres rurais nos espaços de coordenação (3x)                                                                                      |                                                 |                                                                                    |                                                                                  |
| Protagonismo das trabalhadoras rurais e a adoção da perspectiva de gênero, geração, raça e etnia (3x)                                   | Discussões sobre desigualdade e discriminação   | O processo de inclusão das discussões sobre questões sociais nos sindicatos rurais | A inserção de temas como gênero, raça e etnia nos sindicatos de agricultores(as) |
| Gênero, geração, raça e etnia são dimensões fundamentais da vida social (2x)                                                            |                                                 |                                                                                    |                                                                                  |
| O início dos sindicatos e a não inserção de temas como as desigualdades e discriminações de gênero, geração, raça e etnia (3x)          |                                                 |                                                                                    |                                                                                  |
| Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e a necessidade de superar as diversas formas de opressão e discriminação (1x) |                                                 |                                                                                    |                                                                                  |
| Curso de formação para mulheres (1x)                                                                                                    | Formação para as mulheres dentro dos sindicatos | A elaboração de cursos voltado para a formação política para as mulheres rurais    | Curso de formação política para as mulheres nos sindicatos de agricultores(as)   |
| Curso de formação política para as mulheres e suas articulações (1x)                                                                    |                                                 |                                                                                    |                                                                                  |

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Chegamos a definição de cinco categorias de análise, quais são: O sexismo na divisão do trabalho na agricultura familiar; A adoção de cotas para as agricultoras e a inserção delas nas diferentes instâncias sindicais; As reivindicações e conquistas das agricultoras por meio das ações de mulheres e do movimento feminista dentro dos sindicatos rurais; A inserção de temas como gênero, raça e etnia nos sindicatos de agricultores(as) e o Curso de formação política para as mulheres nos sindicatos de agricultores(as).

A seguir, apresentamos a análise detalhada de cada categoria, evidenciando suas especificidades e inter-relações no contexto da agricultura familiar e da atuação sindical.

Quadro XVIII – Categoria de análise: o sexismo na divisão do trabalho na agricultura familiar

| MÓDULO                                  | REGISTRO DE CITAÇÃO                                                                                                          |
|-----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1º Modulo - Região Norte, Manaus, 2009. | Educados assim, meninas e meninos adquirem características e atribuições correspondentes aos considerados papéis femininos e |

|                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                         | <b>masculinos.</b> As crianças são levadas a se identificarem como modelos do que é feminino e masculino para melhor desempenharem os papéis correspondentes (p.11, grifo nosso)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| 1º Modulo - Região Norte, Manaus, 2009. | <b>O papel feminino tradicional estabelece a maternidade como principal atribuição das mulheres e, com isso também o cuidado da casa e dos filhos, a tarefa de guardião do afeto e da moral na família.</b> Ela é uma pessoa que deve sentir-se realizada em casa. <b>O homem típico é considerado o provedor</b> , isto é, o que trabalha fora, traz o sustento da família, realiza-se fora de casa, no espaço público (p. 12, grifo nosso).                                                                    |
| 1º Modulo - Região Norte, Manaus, 2009. | Ainda hoje <b>a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo</b> (a agricultura, a pecuária, enfim tudo o que se associa ao mercado) e <b>as mulheres, pelo trabalho reprodutivo</b> (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, <b>tudo o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família pelo nascimento e cuidado dos herdeiros</b> ) (p.42, grifo nosso).                                |
| 2º Módulo – Região Norte, Manaus, 2015. | A <b>restrição das mulheres, na modernidade, ao espaço doméstico da vida privada foi, desde o princípio, sustentada em uma relação social baseada na divisão sexual do trabalho, que guardava as heranças da hierarquia patriarcal</b> , na qual os homens são superiores e as mulheres, inferiores. Nessa relação, <b>a opressão feminina foi introjetada pelas mulheres como atributo da sua identidade</b> , uma vez que a sua existência ganhava sentido ao servir e depender do outro (p. 16, grifo nosso). |
| 2º Módulo – Região Norte, Manaus, 2015. | É importante salientar, no entanto, que <b>a ideologia burguesa que sustentou e ainda vigora na determinação da organização da vida social foi desigualmente vivida pelas mulheres, de acordo com a classe social</b> (p.17, grifo nosso).                                                                                                                                                                                                                                                                       |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A categoria analisada está presente nos dois documentos, os quais explicam as razões da manutenção do sexismo na divisão do trabalho na agricultura familiar. Segundo os cadernos de 2009 e 2015, isso ocorre por três motivos principais: Primeiro, a educação familiar transmitida às crianças, que define o comportamento distinto para meninos e meninas e os prepara para se tornarem homens ou mulheres conforme o modelo patriarcal. Segundo, a atribuição de papéis fixos, em quem a mulher é vista como submissa e cuidadora do lar, enquanto o homem assume a função de provedor e dominador. Terceiro, tais percepções estão ligadas à ideologia sustentada pela burguesia, que articula sexo, raça e classe social na manutenção das organizações sociais

Sobre a primeira questão a autora Nobre (1998) destaca:

Quando resgatamos, em uma linha da vida, o desenvolvimento de meninos e meninas, percebemos que, na área rural, eles estão juntos, sem grandes diferenças até por volta dos 5 anos. Depois, as meninas começam a seguir as mães, aprendendo com elas o trabalho doméstico

e contribuindo para a realização deste. Os meninos passam a seguir o pai, a aprender com ele e a brincar entre meninos nas horas de lazer que geralmente são maiores que as das meninas. Os rapazes também saem mais, vão mais longe, enquanto as moças ficam mais com a família, não só pelo trabalho, mas pelo medo dos pais de que elas “caiam na vida” (Nobre, 1998, p. 5).

Dessa forma, o tratamento das crianças na primeira infância não tem muita diferença, porém com o passar do tempo, as meninas seguem os passos da mãe e os meninos os passos do pai, e assim, por meio da educação familiar e social vão sendo constituídos e mantidos os estereótipos dos sexismo e as crianças começam a distinguir qual é o papel do homem e o da mulher, conforme o modelo patriarcal culturalmente construído e até mesmo a divisão social do trabalho.

A manutenção dos estereótipos ou sexismo, ocorre de maneira sutil. Na infância por exemplo as brincadeiras, os jogos e até os brinquedos são pensados de forma que mantenha essas diferenças, ou seja, o caminhão e o carro para o menino e a boneca para a menina, isso também se apresenta na forma de falar ou agir, no qual o menino é ensinado a ser mais bruto enquanto a menina deve ser mais sensível e delicada, pois, se isso não ocorrer é tido como comportamento anormal e já ligam a sexualidade, ou seja, há um cercear da liberdade de escolha no exato momento em que nascemos, e apenas poucas pessoas conseguem se livrar dessas amarras sociais.

Quanto à segunda questão, os documentos destacam que, na prática, a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar ainda distingue o papel produtivo do homem, ligado à pesca e a agricultura, do papel reprodutivo da mulher, voltado ao cuidado do lar, hortas e animais. Aguiar (2016) assevera que, embora o trabalho feminino demande tempo e energia, ele permanece invisível e desvalorizado, ao contrário do trabalho masculino, reconhecido por seu valor monetário.

A justificativa recorrente para essa desigualdade é a suposta falta de força física da mulher. No entanto, essa ideia se contradiz, já que muitas mulheres também realizam atividades pesadas, como capinar ou arar a terra, especialmente quando a demanda é grande ou há escassez de mão de obra masculina, como destaca Rocha (2019, p. 53) “A história mostra que as mulheres sempre estiveram inseridas no espaço da agricultura familiar, mas somente após décadas é que elas se vêm notabilizando neste tipo de trabalho”. Apesar disso, persiste a hierarquia patriarcal: o homem é considerado chefe da família, mesmo quando a mulher assume integralmente as responsabilidades agrícolas.

Saffioti (1976) observa que o domínio masculino dentro da família não impede o progresso econômico; ao contrário, fortalece estruturas de exploração e mantém desigualdades que sustentam o lucro capitalista. Nesse sentido, Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) acrescentam que a subordinação feminina antecede o capitalismo, mas este a reinventou, separando o trabalho de cuidado (atribuído às mulheres) do trabalho produtivo voltado ao lucro (atribuído aos homens) e Rocha (2019), acrescenta que o trabalho das mulheres agricultoras deve ser compreendido como parte da exploração capitalista, já que sua atuação ocorre dentro das contradições sociais que estruturam o mundo do trabalho. Nesse sentido, elas são reconhecidas como integrantes da classe trabalhadora, participando ativamente das dinâmicas produtivas e sociais.

Portanto, os documentos relatam que o patriarcado como propulsor das relações sociais, tende a negligenciar o pensamento da mãe e dos filhos, e quem tem o poder apenas é o pai, conhecido como o chefe da casa. Assim, é necessário mudar toda a estrutura, Rummert (2007) vai dizer que uma ideologia só pode acabar com nascimento de uma nova ideologia, logo, sempre vai existir ideologias, mesmo que essas não se considerem assim. Desta maneira, a ideologia da libertação da classe proletária, só se tornará possível com a superação da atual modelo social que tem em suas raízes o patriarcado.

Quadro XIX – Categoria de análise: A adoção de cotas para as agricultoras e a inserção delas nas diferentes instâncias sindicais

| Módulo                                  | REGISTRO DE CITAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|-----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2º Módulo – Região Norte, Manaus, 2015. | <b>No movimento sindical de trabalhadores rurais a questão das ações afirmativas e política de cotas foram pautadas nos anos 90</b> , e antecedidas por um processo de articulação e fortalecimento organizativo das mulheres (p. 80, grifo nosso).                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| 2º Módulo – Região Norte, Manaus, 2015. | <b>As iniciativas do Partido dos Trabalhadores e da CUT, não só estimularam as trabalhadoras rurais a debaterem a questão, como também lançaram as bases para a qualificação do debate político e posterior proposição e aprovação das cotas no MSTTTR</b> , cinco anos depois. Nesse período de cinco anos as mulheres do MSTTR construíram uma forte articulação nacional e travaram intensos debates com vistas ao seu reconhecimento e à sua efetiva participação nos espaços de decisão e poder do movimento sindical. |
| 2º Módulo – Região Norte, Manaus, 2015. | <b>A ampliação da obrigatoriedade da cota de no mínimo 30% de mulheres para todas as instâncias do MSTTR e de 50% em todos os espaços de formação foi aprovada em outubro de 1999</b> durante o 22º Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.                                                                                                                                                                                                                                             |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A política de cota para mulheres no Brasil começou a ser amplamente discutida em meados da década de 1980 pelos movimentos feministas. Seu principal objetivo, naquele momento, era garantir maior representatividade feminina nos espaços políticos e sociais, já que a desigualdade entre os sexos era evidente e limitava a participação das mulheres na vida pública.

As políticas afirmativas, contrariando os princípios liberais da igualdade, ainda que em sua origem assentadas sobre eles, acabaram por reconhecer que os indivíduos não são iguais, não apenas como indivíduos, mas também como grupos que guardam distinções expressas em identidades de grupo. Nesse contexto de luta contra a exclusão, por reconhecimento e acesso a recursos materiais e simbólicos, a aprovação da política de cotas representou um investimento estratégico associado à criação de espaços organizativos como as comissões de mulheres e à formação política, essencial à sustentação e fortalecimento do exercício da representação sindical (Pimenta, 2012, p. 4).

Dessa forma, as políticas afirmativas, em especial as cotas, foram essenciais para garantir um mínimo de direitos de representatividade feminina nos espaços sociais. E vale salientar que as abordagens sobre esse assunto nos sindicatos de trabalhadores rurais tiveram início em 1985 no 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Esse avanço foi possível graças ao apoio do partido dos trabalhadores (PT) e da CUT ao movimento das mulheres trabalhadoras rurais. Segundo Goetttert (2014), nesse congresso não apenas se debateu a cota de participação das mulheres nas instâncias de direção, como também se aprovou a participação proporcional delas nos encontros formativos da CUT, além de se lançar a proposta de criação ou organização de creches nos eventos sindicais.

Posteriormente, no 5º Congresso, foi aprovado a estruturação do trabalho conjunto com as mulheres por meio de comissões nas instâncias locais, municipais, regionais, estaduais e nacional. Essa medida possibilitou maior articulações entre as trabalhadoras e o movimento sindical (CONTAG, 2025), fortalecendo o debate relacionado a correção das desigualdades enfrentadas pelas mulheres, uma vez que essa desigualdade contrariam os princípios da democracia interna.

A implementação de cotas também impulsionou investimentos em capacitação, o que contribuiu significativamente para o avanço da inserção feminina na participação política e no exercício de cargos de direção.

Em 1997, incorporou a política de cotas para mulheres em 30%, só tendo conseguido preencher essas cotas 12 anos – e algumas campanhas para a sindicalização de mulheres – depois. Importa ainda destacar o Projeto Formação de Mulheres Negociadoras, que logrou aumentar o

número de mulheres presidentes de sindicatos de 93, em 2001, para 242, em 2010 (Bertolin; Kamada, 2012, p. 42).

A adoção das cotas para as mulheres nos diversos âmbitos do MSTTR garantiu maior participação feminina nas instâncias deliberativas, nos cargos de coordenação e nas formações. Essa medida contribuiu para o enfrentamento da violência, da discriminação, da opressão e dos preconceitos sexistas e machistas presentes nas instâncias sindicais. Contudo, atualmente, a discussão sobre cotas destinadas ao sexo feminino ainda gera conflitos, uma vez que sua implementação não é assegurada em todos os âmbitos sociais.

Apesar dos avanços e da conquista de posição de lideranças, em muitos contextos as mulheres continuam sendo menosprezadas. Como destacam Bertolin; Kamada (2012, p. 44) “Tradicionalmente têm sido atribuídas às mulheres características como fragilidade e submissão, naturalizadas como “femininas” e incompatíveis com cargos de direção sindical ou representação profissional”. Tais atributos contrastam com os traços masculinos comumente associados às lideranças sindicais e políticas, como brutalidade e intimidação. Nesse cenário, muitas líderes femininas, para se manterem firmes e conquistarem espaço, acabam assumindo posturas semelhantes às esperadas dos homens, como ressalta Rodrigues; Cardoso (2009).

Mas é preciso ter em conta também outros elementos ligados ao que convencionalmente aparece como traços “masculinos” e “femininos”. O discurso sindical, tal como o discurso político dos palanques (não o da conversa dos bastidores), constituiu-se historicamente como um “discurso masculino”: agressivo, impositivo, ameaçador, destinado a revelar força, destemo; disposição para o combate. Visando entusiasmar os partidários e intimidar os adversários, tem como componente cênico habitual a voz forte, os gritos e gestos “viris”, os punhos fechados martelando as mesas. As mulheres, para se projetarem no campo sindical (e político), necessitam geralmente assumir a postura masculina e rejeitar as formas de comportamento que habitualmente são consideradas como especificamente femininas (Rodrigues; Cardoso, 2009, p. 68).

Essas posturas machistas, somadas à dupla jornada enfrentada pelas mulheres, tornam desafiadora a busca pela paridade de gênero nas instâncias de liderança sindical. Atualmente, a luta por igualdade na coordenação das federações e sindicatos de trabalhadores(as) tende a perdurar. Um exemplo significativo ocorreu em 2021, durante o 13º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares, quando foi deliberada a obrigatoriedade da implantação de cota de, no mínimo, 50% de mulheres nesses espaços. Posteriormente, em 2025, no 14º CNTTR, registrou-se um marco

histórico: a eleição da primeira mulher na Secretária de Política Agrícola da CONTAG (CONTAG, 2025).

A participação mais ativa das mulheres nos cargos de direção nos sindicatos dos agricultores(as) tem ocorrido com maior frequência em alguns estados do país nos últimos oito anos, como por exemplo na FRETAGRI – Am, onde a representatividade feminina de destaca nos 61 municípios que são filiados. No mandato de 2022 a 2026, a maioria da coordenação nesses espaços é composto por mulheres (FETAGRI - AM, 2025).

Portanto, a busca pela inserção feminina nos espaços de coordenação ganhou força no Brasil, especialmente a partir das discussões sobre a adoção de cotas. Como afirma Bertolin; Kamada (2012, p. 42) “As cotas são uma medida importante, mas devem estar acompanhadas de outras ações para reverter o quadro de desigualdade presente nas organizações sindicais. Além disso, para as cotas apresentarem resultados, precisam ser aplicadas pelos sindicatos, o que a grande maioria não faz”.

Dessa maneira, é necessário que, além da aprovação de cotas que assegurem a presença mulheres na liderança, sejam implementadas outras medidas que efetivem esses direitos. Entre elas, destacam-se as formações voltadas à conscientização sobre a importância da igualdade de gênero e, simultaneamente, o combate ao machismo nas instâncias familiares, sociais e políticas.

Quadro XX – Categoria de análise: As reivindicações e conquistas das agricultoras dentro dos sindicatos rurais por meio das ações de mulheres e da cooperação de movimentos feminista

| <b>Módulo</b>                           | <b>REGISTRO DE CITAÇÃO</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|-----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2º Módulo – Região Norte, Manaus, 2015. | <b>Para o feminismo, portanto, a construção da esfera da vida privada como lugar de liberdade e igualdade e o acesso das mulheres à esfera pública são uma questão dialética e indissociável para o projeto de construção de cidadania e democracia.</b> Se a chegada das mulheres à esfera pública reestrutura e amplia o projeto democrático, o envolvimento dos homens nas tarefas e na transformação da vida privada é igualmente necessário (p.18)                                                                                                       |
| 2º Módulo – Região Norte, Manaus, 2015. | <b>Outro momento de significativa mobilização e participação das trabalhadoras rurais foi o processo constituinte, com vistas a elaborar e aprovar a Constituição de 1988.</b> Mulheres de diferentes segmentos sociais se uniram na denúncia às discriminações e desigualdades e na reivindicação da ampliação da cidadania e da igualdade de direitos. <b>As trabalhadoras rurais reivindicaram, dentre outros, o direito à aposentadoria com idade diferenciada e o direito à propriedade da terra, que passaram a integrar a nova constituição (p.80)</b> |
| 2º Módulo – Região Norte, Manaus, 2015. | <b>A Marcha das Margaridas veio se consolidar na agenda política do sindicalismo brasileiro e em sua capacidade de</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |

|  |                                                                                                                                                                      |
|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | <b>articulação e construção de parcerias com os movimentos sociais, feministas, organizações internacionais, movimentos de mulheres do campo e da cidade (p. 84)</b> |
|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos iguais foi um processo longo e marcado por avanços graduais. Apenas em 1993, na Conferência Mundial de Direitos Humanos realizada em Viena, foi reconhecida como violação dos direitos humanos a violência contra as mulheres, seja em espaços públicos ou privados. A partir desse marco, tornou-se dever do Estado garantir proteção e segurança à vida das mulheres (Teles; Teles, 2003).

Até a década de 1930, entretanto, as mulheres eram submetidas a violências extremas. Os homens podiam matar suas esposas em casos de adultério sem sofrer punição judicial. Além disso, tinham o direito de espancar suas companheiras com chibata caso elas não se submetessem à sua vontade (Teles; Teles, 2003).

Foi nesse contexto que o movimento feminista ganhou força, trazendo visibilidade às diversas formas de opressão sofridas pelas mulheres, como a violência doméstica e sexual (Teles; Teles, 2003). A partir dessas experiências de opressão, as mulheres começaram a se organizar coletivamente, reagindo por meio dos movimentos feministas e de grupos de mulheres que lutavam por igualdade e justiça.

Mesmo antes da Conferência Mundial de Direitos Humanos, as Nações Unidas, em 1979, aprovaram a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, ratificada pelo Brasil, em 1994, com algumas reservas. Essa convenção obriga os Estados que a assinaram a erradicar a discriminação e garantir a igualdade de direitos entre mulheres e homens (Teles; Teles, 2003, p. 35).

No entanto, as desigualdades entre sexos continuam presentes, e são fortalecidas por grupos antifeminista que se opõem não somente as ideias do movimento, como a toda a emancipação das mulheres na história ao negarem a existência da estrutura machista e as diferenças entre os papéis dos sexos (Bidão, 2023). Nesses contextos, elas defendem a submissão da mulher e o cuidado com o lar, porém, é ocultado o fato de que o sexo feminino da classe proletária sempre precisou trabalhar fora de casa para contribuir financeiramente para a subsistência da família. Além disso, na família brasileira, a grande parcela é composta apenas por mãe e filhos, ou por mãe, filhos e padrasto, sendo minoria a configuração tradicional de pai e mãe.

O movimento feminista, nesse cenário, busca no âmbito político projetos democráticos que incluam a vida cotidiana na agenda pública, com o propósito de promover reflexão e, posteriormente, transformação social. “A partir daí, a dicotomia entre esfera pública e esfera privada e a hierarquização da relação entre produção e reprodução podem ser questionadas e repensadas” (ENFOC, 2015). Assim, torna-se evidente que a vida pública e privada é inseparável, e que tanto o trabalho laboral quanto o não laboral especialmente o doméstico, realizado majoritariamente por mulheres precisam ser valorizados.

Dessa forma, o movimento feminista tem como foco a luta pela libertação do sexo feminino, enfrentando todas as formas de opressão, como estereótipos, violência contra a mulher e tratamento inferiorizado em diferentes áreas sociais e políticas. Entre os principais debates dentro do feminismo, destaca-se a questão da igualdade de gênero (ENFOC, 2015).

Desde a década de 1960, o feminismo vem levantando a bandeira da igualdade. Para as feministas, essa igualdade, tanto no âmbito privado quanto no público, é uma questão dialética e indissociável para a construção de direitos. Um dos grandes avanços nessa busca ocorreu em 1988, como destacam Teles e Teles (2003).

O movimento de mulheres agiu articuladamente e efetivamente participou do Congresso Nacional Constituinte, levando propostas e sugestões, o que permitiu que a Constituição Federal de 1988 acolhesse a igualdade entre mulheres e homens como um de seus princípios básicos (Teles; Teles, 2003, p. 60).

Assim, somente no Congresso Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da Constituição de 1988, foram acolhidas as reivindicações por direitos apresentadas pelos movimentos de mulheres. Segundo Bertolin e Kamada (2012, p. 36), “No seu projeto original, a igualdade de todos estava prevista ‘Todos são iguais perante a lei’, porém, no texto final, abarcando as questões de gênero, foi acrescentado que ‘homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição’. Com isso, consolidou-se o reconhecimento de que, apesar das diferenças biológicas entre os sexos, estas não podem ser utilizadas como justificativa para desigualdades.

No que se refere à luta por igualdade dentro dos sindicatos, Goettert (2014) destaca:

Contudo, é necessário recolocar a questão da mulher, também no debate sindical. Se a emancipação do gênero humano só é possível numa ação

conjunta entre os homens e as mulheres que trabalham, contra a ação do capital, através da subordinação e do estranhamento, a luta das mulheres, por sua emancipação é, também: “uma ação contra as formas histórico-sociais da opressão masculina, pois, uma sociedade sem classes não significa, direta e imediatamente, o fim da opressão de gênero” (Brumatti apud Goetttert, 2014, p.116).

Dessa maneira, a emancipação do ser humano só se tornará completa quando o patriarcado historicamente construído for superado. Para isso, a união de homens e mulheres é necessária e estratégica.

No âmbito dos sindicatos de trabalhadores, especialmente no contexto do novo sindicalismo, diversas ações foram fundamentais para garantir o acesso e a participação das agricultoras. Conforme destacam Bertolin e Kamada (2012), as reivindicações das trabalhadoras começaram a ganhar força e passaram a ser incluídas nas pautas sindicais, abrangendo tanto as relações produtivas quanto as reprodutivas.

Uma conquista decisiva para o fortalecimento do debate sobre gênero nos sindicatos rurais foi a criação, em 1986, da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora dentro da CUT. Esse espaço possibilitou a organização das agricultoras e ampliou sua visibilidade política (Bertolin; Kamada, 2012).

Segundo documentos da ENFOC (2015), no 5º Congresso da Contag, realizado em 1991, ainda havia grande restrição à participação feminina nos cargos de direção. As mulheres ocupavam apenas uma vaga, limitada ao cargo de suplência da diretoria. A partir das reivindicações, houve ampliação para a secretaria da diretoria, mas essa mudança não foi suficiente para combater estereótipos e desqualificações de seus trabalhos. Nesse mesmo congresso, foi criada a Comissão Nacional de Mulheres da Contag e eleita a primeira coordenadora nacional, Margarida Pereira da Silva, do STTR de Surubim/PE, que passou a integrar a diretoria e garantiu voz, vez e voto às mulheres.

No 6º Congresso da Contag, em 1995, discutiu-se o direito à terra e a participação feminina nas cooperativas e associações, seja opinando ou votando. Após dez anos de atuação articulada das mulheres no MSTTR, as transformações eram visíveis não apenas no fazer político, mas também na subjetividade, refletindo-se em práticas sociais, na mística, nos cantos e em atividades culturais.

Outra ação que fortaleceu a luta das mulheres foi a Marcha das Margaridas, já abordada no capítulo dois. Desde sua primeira edição, a marcha trouxe como pautas centrais a fome, a pobreza e a violência sexista, denunciando a ausência de políticas voltadas à classe trabalhadora. Em um contexto marcado pelo neoliberalismo — um

Estado mínimo para as massas e máximo para as oligarquias rurais —, esse movimento reafirmou o protagonismo político das mulheres rurais e lhes conferiu maior visibilidade social e política.

A Marcha das Margaridas é uma ampla ação de mulheres rurais que aglutina uma diversidade de experiências de resistência nos diferentes territórios: do campo, das águas, das florestas. Mulheres com diferentes rostos, mas com motivações próximas, mulheres atravessadas pelas opressões de gênero, classe, região, geração, raça. A partir da relação entre sindicalismo e feminismo, incide nas políticas públicas, pressionando os governos e exigindo respostas eficazes (Sobreira, 2022, p. 45).

Assim, a Marcha das Margaridas é composta por uma diversidade de mulheres, cada uma trazendo experiências próprias de resistência. Nesse espaço coletivo, elas compartilham suas histórias e se unem em torno das reivindicações das trabalhadoras. A partir desse movimento, houve a ampliação da participação feminina nas direções executivas, especificamente em quatro cargos: Secretaria de Política Agrária, Secretaria de Políticas Sociais, Coordenação Nacional de Mulheres e Coordenação Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (ENFOC, 2015, p. 84).

Quadro XXI – Categoria de análise: A inserção de temas como gênero, raça e etnia nos sindicatos de agricultores(as)

| <b>Módulo</b>                          | <b>REGISTRO DE CITAÇÃO</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2º Módulo – Região Norte, Manaus, 2015 | <b>As mulheres avançaram desse modo, em protagonismo na construção do PADRS, ressaltando a importância para o desenvolvimento sustentável, da adoção da perspectiva de gênero, geração, raça e etnia e inclusão dos sujeitos políticos em toda a sua diversidade organizativa, cultural e política.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| 2º Módulo – Região Norte, Manaus, 2015 | <b>As perspectivas de classe, gênero, geração, raça e etnia ajudam a explicar como mulheres e homens, conforme sua situação de classe social, vivenciam as diversas dimensões da vida: ser mulher e ser homem; ser criança, jovem, idoso ou idosa; ser negro, negra, branco ou branca; ser indígena, descendente europeu ou asiático, etc. Isto significa afirmar que além de pertencer a uma classe social, os trabalhadores e trabalhadoras rurais experienciam outras relações de poder e dominação baseadas no sexo, idade e na cor. Significa, também, que o conhecimento de cada uma dessas categorias remete, sempre, a uma análise das relações de poder (p.78).</b> |
| 2º Módulo – Região Norte, Manaus, 2015 | <b>A ausência de interlocução entre as dimensões de gênero, geração, raça e etnia, se por um lado foi lamentável, por outro estimulou a afirmação e organização de novos sujeitos no interior do movimento sindical, iniciando com as mulheres em meados dos anos 80 e 90, e com a juventude e 3ª idade a partir de 2000 (p.78).</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |

|                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|----------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2º Módulo – Região Norte, Manaus, 2015 | <b>Em 1995 realizou-se o 6º Congresso dos Trabalhadores Rurais com o lema "Nem fome nem miséria: o campo é a solução". Durante este Congresso, a Contag se filiou à CUT e aprovou as bases para a formulação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. A concepção de desenvolvimento sustentável já apontava para a necessidade de superar as diversas formas de opressão e discriminação praticadas na sociedade, especialmente contra mulheres, negros, jovens e idosos.</b> |
|----------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Segundo a ENFOC (2015), as discussões relacionadas ao gênero, raça e etnia, são inseparáveis no debate as relações sociais. Por isso, não podem ser secundarizadas; ao contrário devem ocupar lugar central nas pautas dos movimentos sociais. Nesse contexto, tais debates têm ganhado espaço nos últimos anos.

É necessário lembrar que a trajetória democrática do Brasil é recente, e os movimentos sociais, têm desempenhado papel fundamental na defesa dos direitos das minorias, como mulheres, negros, indígenas, quilombolas entre outros. Arruzza; Bhattacharya; Fraser (2019) destacam que no modelo capitalista a reprodução social se organiza a partir dos papéis de gênero, sendo o feminino o mais penalizado, sobretudo quando somado a fatores como raça, sexualidade e nacionalidade.

Para reforçar essa a ENFOC (2015) afirma que “[..] além de pertencer a uma classe social, os trabalhadores e trabalhadoras rurais experienciam outras relações de poder e dominação baseadas no sexo, idade e na cor”. Dessa maneira, agricultores e agricultoras, inserido na classe proletária, pertencem a seus grupos étnicos e de gêneros diversos e, em suas plataformas políticas, lutam por reconhecimento, direitos sociais e políticos, além de denunciarem preconceitos e opressões culturais.

Saffioti (1976) ressalta que a discriminação de raça e sexo está intrinsecamente ligada à acumulação do capital, ao afirmar que “Preconceitos de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação do capital” (Saffioti, 1976, p. 47). Com isso, a discriminação não é isolada, mas enraizada em questões econômicas e de poder.

Para manter privilégios, grupos dominantes, marginalizam e subordinam por meio do preconceito de gênero e raça, o que contribuem para a fragmentação da classe trabalhadora. Muitas vezes, esses sujeitos acreditam que são os donos dos próprios pensamentos, mas estão sob influência de uma falsa moral pregada por grupos

conservadores<sup>67</sup>. Os donos da produção se apropriam dessas ideias implantadas para justificar salários mais baixos a mulheres, negros e emigrantes. Aumentando seus lucros como destaca Lima et. al (2022).

Com uma plataforma influente e poderosa, que invoca a moralidade cristã, tais grupos atribuem a crise econômica vivida a uma alegada decadência moral produzida pelo Estado, que teria se voltado de maneira excessiva a interesses de grupos minoritários por meio da oferta de políticas sociais. Assim, se conectam à aliança especialmente preocupados com a sua sobrevivência econômica e moral. Em suas plataformas, defendem valores morais e religiosos estritos, que incluem fortemente questões de gênero, sexualidade e família, para que essa aliança sobreviva. Por fim, o grupo constituído por segmentos da nova classe média profissional – formada majoritariamente por gerentes e quadros técnicos profissionais bastante qualificados em processo de ascensão social – está preocupado com ganhos econômicos e com a manutenção da sua mobilidade social (Lima, *et. al.* 2022, p. 5).

O conservadorismo nos Estados Unidos é marcado pela forte influência da religião cristã. Seus adeptos acreditam que as ações afirmativas podem causar crises econômicas e, além disso, defendem valores morais relacionados ao gênero, à sexualidade e a família. Essas pautas, muitas vezes, são utilizadas para justificar práticas de preconceito e a falta de empatia com o próximo.

Nesse cenário, a classe média também se engaja, motivada principalmente pela busca de enriquecimento material, o que reforça a adesão a discursos conservadores que prometem estabilidade econômica e manutenção de privilégios sociais.

Muitas pessoas sabem que as sociedades capitalistas são, por definição, sociedades de classes que permitem a uma pequena minoria acumular lucros privados por meio da exploração de um grupo muito maior, que deve trabalhar por salários. O que é menos amplamente compreendido é que sociedades capitalistas também são, por definição, a origem da opressão de gênero. Longe de ser acidental, o sexismo está entranhado em sua própria estrutura (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 37).

Conforme citado, o sexismo está diretamente ligada à estrutura da sociedade capitalista, na qual um pequeno grupo concentra as riquezas enquanto a maioria é explorada para manter essa minoria no poder. Como destacam Deere; Léon (2002, p. 48),

---

<sup>67</sup> Conforme, Apple apud Lima, *et. al.* (2022) a aliança conservadora é formada por quatro grupos, quais são: os neoliberais, os neoconservadores, a nova classe média profissional e os populistas autoritários. Dentre esses grupos os que lideram são os dois primeiros: “Os neoliberais constituem a liderança da Nova Direita e representam o grupo que se preocupa com a orientação político-econômica atrelada à noção de mercado. Os neoconservadores são aqueles que compreendem os valores do passado como muito melhores do que os atuais e que lutam pelas “tradições culturais”” (Lima, *et. al.* 2022, p. 5)

“Enquanto os papéis de gênero persistirem e a divisão do trabalho por gênero permanecer a mesma, homens e mulheres não terão a mesma igualdade de oportunidades”. Ainda que de forma implícita, a divisão do trabalho por gênero, continua a sendo uma problemática atual.

No que se refere aos sindicatos de trabalhadores(as) rurais, embora sua estruturação tenha ocorrido em meados dos anos 1950 e 1960, seu principal objetivo estava centrado na questão da “classe social”. Outras formas de opressão relacionada ao gênero, etnia, geração, raça, etnia, idade etc., apesar de interligadas à realidade dos trabalhadores, eram excluídas das discussões (Esmeraldo, 1998).

Nesse sentido, dentro da CONTAG, a abertura para debater as diversas formas de opressão e discriminação presentes na sociedade só ocorreu com a formulação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, aprovado no 6º Congresso dos Trabalhadores Rurais, em 1995. É importante salientar que as mulheres tiveram grande relevância dentro da construção do PADRSS, ao proporem e negociarem políticas públicas nos espaços de concepção, gestão e controle social.

As mulheres se tornaram protagonistas nesse processo destacando a relevância do desenvolvimento sustentável e da valorização da diversidade, seja na esfera organizacional, política ou cultural (ENFOC, 2015).

Quadro XXII – Categoria de análise: Curso de formação política para as mulheres nos sindicatos de agricultores(as)

| <b>Módulo</b>                          | <b>REGISTRO DE CITAÇÃO</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2º Módulo – Região Norte, Manaus, 2015 | <b>O curso de formação para mulheres se constitui num espaço privilegiado para identificar os desafios que a trajetória das mulheres aponta e traçar estratégias para seguir no esforço de construir a igualdade para as mulheres no espaço sindical, nas políticas públicas e na sociedade como um todo.</b>                           |
| 2º Módulo – Região Norte, Manaus, 2015 | <b>Atualmente, a realização do Curso de Formação Política para Mulheres como iniciativa integrada entre a Secretaria de Mulheres, Secretaria de Formação e Secretaria de Jovens é uma demonstração significativa dos avanços realizados na perspectiva de fazer valer o crescente processo de democratização dos espaços sindicais.</b> |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Segundo o site da CONTAG, a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais<sup>68</sup> é a base da organização das mulheres dentro da instituição. Sua criação teve como propósito de elaborar estratégias para a superar diversas formas de desigualdade e exclusão de gênero, especialmente no meio rural. Entre suas principais ações, destaca-se a busca pela conscientização dos(as) trabalhadores(as) rurais, ao passo em que promove a capacitação das agricultoras para que ingresse no MSTTR e em outros espaços de elaboração e implementação de políticas públicas.

Entre as conquistas e iniciativas da Secretaria de Mulheres trabalhadoras rurais estão: a implementação de políticas afirmativas para asseguram a participação qualificada das mulheres nos cargos de direção da CONTAG, bem como em suas Federações e Sindicatos; o incentivo à presença feminina em espaços estratégicos de construção de políticas do MSTTR; e a realização da Marcha das Margaridas, articulada com outras organizações, para denunciar condições prejudiciais à vida das trabalhadoras e reafirmar suas lutas.

De forma articulada com a Secretaria de Jovens e por meio da ENFOC, a Secretaria de Mulheres também promove cursos de formação voltados às trabalhadoras rurais. Entre eles destaca-se o Curso Nacional de Formação Política com mulheres<sup>69</sup>, que aborda eixos de estudos como: Gênero; Sociedade, Patriarcado e luta das mulheres; Mulheres, Modos de Vida no Campo e a Luta por Desenvolvimento Sustentável com Justiça Social; Agroecologia; Mulheres, política e vida sindical – conquistas, perspectivas e desafios, entre outros (CONTAG, 2023).

Figura X - Participação das mulheres sindicalistas rurais no Curso Nacional de Formação Política com Mulheres

---

<sup>68</sup> CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **Secretaria de mulheres trabalhadoras rurais**. Brasília. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/secretaria-de-mulheres-trabalhadoras-rurais>. Acesso em: 10 fev. 2026.

<sup>69</sup> O curso possui: três módulos presenciais (tempo escola) e dois Inter módulos (tempo comunidade) (CONTAG, 2019).



Fonte: RAMOS, César. TransFormatura marca conclusão do Curso Nacional de Formação Política com Mulheres. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/transformatura-marca-conclusao-do-curso-nacional-de-formacao-politica-com-mulheres-20221202>. Acesso em 12 fev. 2026.

Dessa maneira, o foco das formações é destacar para as mulheres a relevância do feminismo, da paridade de gênero e das questões sindicais, além de conscientizar as sindicalistas rurais de todo país sobre a necessidade da mobilização para a Marcha das Margaridas.

No estado do Amazonas, por exemplo as mulheres sindicalizadas à FETAGRI - AM, recebem essas formações de forma contínua, com atividades que buscam fortalecer sua atuação política, ampliar sua participação nos espaços de decisão e promover o protagonismo feminino dentro do movimento sindical rural ao mesmo tempo que se preparam para a realização da Marcha das Margaridas, da qual fazem parte. Segue abaixo tabela explicativa.

Quadro XXIII - Momentos formativos das trabalhadoras sindicalizadas no Amazonas

| <b>Ato/ Formação</b>                                            | <b>Tempo</b>                                                            |
|-----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|
| Estudo de formação para mulheres                                | 15 dias                                                                 |
| Caravanas das águas (preparatório para a Marcha das Margaridas) | 2 dias                                                                  |
| Oficinas de Bases                                               | 3 dias                                                                  |
| Comissão ampliada                                               | Sem dados                                                               |
| Fórum de mulheres                                               | Sem dados                                                               |
| Ato de Rua                                                      | Data estipulada pela organização de mulheres da CONTAG, para todo país. |

Fonte: elaborado pela autora (2026).

Os atos formativos ocorrem de maneira teórica e prática: iniciam com os estudos e discussões e culminam com a caminhada nas ruas. O curso, as rodas de conversa e todo o processo organizativo deixam um grande legado político, pois, dão voz às trabalhadoras

do campo, das águas e das florestas, contribuindo para o enfrentamento da estrutura machista e patriarcal presente na sociedade brasileira.

Portanto, os cursos e outras ações formativas são fundamentais para que as mulheres reflitam de maneira crítica as relações sociais no país. Como afirma Saviani (1985, p. 23) “Refletir é o ato de retomar, considerar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significados, é examinar detidamente, prestar atenção, analisar com cuidado”. Nesse sentido, a formação das mulheres tem impulsionado reflexões sobre a mobilização das Margaridas, evidenciando a força da união, da organização e da articulação dos grupos femininos.

Essa mobilização exerce pressão sobre os governantes, exigindo atenção às pautas relacionadas à paridade de gênero, à sustentabilidade da vida e aos direitos das trabalhadoras e trabalhadores do campo, da floresta e das águas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em síntese, o objetivo geral foi analisar os desafios e superações das mulheres sindicalizadas a FETAGRI/AM, no que tange à formação e a paridade de gênero no trabalho da agricultura familiar e nos cargos de direção da federação e de seus sindicatos filiados, com base os documentos da CONTAG, FETAGRI/AM, ENFOC e nos cadernos da Marcha das Margaridas.

Constatou-se que as mulheres da FETAGRI/AM têm conquistado direitos imponentes, como a inserção em cargos de direção em todos os municípios que possuem sindicatos no Amazonas. Além disso, fortalecem a luta das trabalhadoras brasileiras, ao participar das ações da Marcha das Margaridas, reivindicando reforma agrária, direito à saúde, combate à violência, soberania alimentar e uma educação do/para o campo não sexista, antirracista e contextualizada com realidade local.

A partir do objetivo geral foram engendrados três objetivos específicos, quais são: primeiro, verificar as determinações históricas hegemônicas das relações sociais e das condições materiais enfrentados pelas mulheres, no trabalho da agricultura familiar e nos espaços de coordenação da FETAGRI/AM e de seus sindicatos.

Nesse ponto discutiu-se o tratamento desigual e hegemônico dado ao sexo feminino no mundo do trabalho e como o sexismo permanece presente na agricultura familiar, mesmo com tentativas de esconder tais ações.

Constatou-se também que as mulheres passaram por grande processo de organização e reivindicação para se sindicalizar, o que perdurou entorno de 30 anos, após a criação dos sindicatos de trabalhadores rurais. A entrada em cargos de liderança foi ainda mais lenta: embora o 7º CNTTR (1998) tenha aprovado a participação de 30% de mulheres, no Amazonas esse percentual só foi alcançado no mandato de 2011 – 2014. A paridade de 50% ocorreu apenas em 2018, e a primeira coordenadora feminina da federação Amazonense, foi eleita no mandato de 2022 – 2026. Assim, muitas dessas conquistas são recentes, com menos de duas décadas.

O segundo objetivo é analisar as possibilidades de desenvolvimento crítico, em relação a paridade de gênero e lutas de classes nos documentos e materiais da Escola de Formação da CONTAG - ENFOC, e nos cadernos da Marcha das Margaridas.

Observou-se que esse desenvolvimento crítico se fortaleceu principalmente nas após a primeira Marcha das Margaridas (2000) que trouxe pautas contrárias à estrutura patriarcal da sociedade brasileira. Uma das formas de superação identificadas é a formação crítica nos espaços formais, não-formais e informais. O movimento reivindica uma educação que promova a igualdade de gênero e defende a construção de um currículo pedagógico voltado às necessidades específicas das populações do campo, elaborando livros e materiais didáticos que dialoguem com a realidade local, e valorizem os saberes tradicionais.

Terceiro objetivo específico: Investigar a questão da paridade de gênero no curso de formação político-sindical e nos cargos de direção dos sindicatos de trabalhadores rurais e agricultores familiares no estado do Amazonas, com base nos documentos da CONTAG e da FETAGRI/AM.

Foi verificado que alguns eixos do curso de formação Político-Sindical da região Norte, são voltados para a questão da mulher. A análise de conteúdo de Bardin aplicada a dois cadernos resultou em cinco categorias que abordam: o sexismo no trabalho da agricultura familiar; a adoção de cotas para o sexo feminino nas diferentes instâncias sindicais; as mobilizações e conquistas das mulheres dentro dos espaços sindicais; a necessidade da discussão sobre gênero, etnia, raça, etc., nos sindicatos de agricultores e o curso de formação política para as mulheres. Apesar da presença desses assuntos, percebe-se a necessidade de atualização dos documentos, já que os cadernos utilizados são de 2009 e 2015.

Dessa maneira, os objetivos foram alcançados e evidenciam que a luta das mulheres trabalhadoras permanece viva em prol da paridade de gênero dentro da

Confederação, das Federações e dos sindicatos de trabalhadores(as) rurais. Esses espaços atuam em conjunto para atender às demandas da agricultura familiar sindicalizada, garantindo que direitos básicos, como acesso à terra, saúde, educação, segurança e alimentação, além do direito da defesa de uma agricultura livre de agrotóxicos.

Em conclusão, esta pesquisa é de grande relevância, pois, dá visibilidade às mulheres trabalhadoras rurais sindicalizadas, historicamente marginalizadas. Mais do que narrar fatos, realiza uma análise de conteúdo dos documentos da CONTAG, FETAGRI/AM e dos cadernos da Marcha das Margaridas, trazendo dados concretos, sobre o sexismo, ações afirmativas e formações políticas. Esses resultados podem servir como referência para futuras pesquisas e como material de apoio para às formações sindicais.

Sugere-se, para estudos futuros, aprofundar duas questões: primeira, a elaboração de currículos escolares que incluam o antirracismo, o não sexismo e a contextualização da realidade com cada município. Segunda, a análise da paridade de gênero nos cargos de direção dos sindicatos filiados à FETAGRI/AM, nos municípios do estado do Amazonas.

## REFERÊNCIAS

AGUIA, Vilenia Venancio Porto. **SOMOS TODAS MARGARIDAS**: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres e da floresta como sujeito político. Campinas SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Tese (Doutorado), 2015.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. **Mulheres rurais, movimento social e participação**: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial – 2016, p. 261 - 295.

ALBONZO, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 6ª Ed. 2008, (coleção primeiros passos).

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Biblioteca Universal Presença, 1970.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. In: tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Ed. 70, Lisboa: Espaços Amoreiras, 2020.

BIDÃO, Julia Roberta. “**Tome a pílula vermelha e saia da Matrix!**”: discurso e perspectivas da ideologia Red Pill no Brasil. Monografia (graduação em Comunicação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2023. p. 53.

BORGES, Heloisa da Silva. Educação do Campo e os planos de educação. **Revista Amazônida**, 2016, Ano 01, Nº 01, p. 96 – 117. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/3547>> Acesso em abril de 2025.

BORGES, Heloisa da Silva; VILHENA JÚNIOR, Waldemar Moura. Movimentos Sociais e a Relação com a educação. In: BORGES, Heloisa da Silva; VILHENA JÚNIOR, Waldemar Moura (Org.). In: **Movimentos Sociais do Campo: Aspectos Históricos, ideológicos e Políticos**. Manaus: UEA e Valer, 2013.

BORGHEZAN, Flávio. Importância das Mulheres no Contexto da Agricultura Familiar, portal: **Galeria Rural**, 2024. Disponível em: <https://galeriarural.com.br/importancia-das-mulheres-na-agricultura/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

BRASIL, LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 7. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 64 p.

BRASIL, **LEI Nº 12.960, DE 27 DE MARÇO DE 2014**: para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Brasília, 27 de março de 2014; 193º da Independência e 126º da República. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112960.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112960.htm)>. Acesso em 14 de maio de 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. **Resolução nº 003/2017**. Brasília, 20 de setembro de 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria de Relações do Trabalho; Coordenação Geral de Registro Sindical; Cadastro Nacional de Entidades Sindicais. **EXTRATO DO CADASTRO**: 2018 - 2022. Disponível em: <<file:///C:/Users/vanes/Desktop/VANESSA%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20mestrado/VANESSA/Artigo%20educa%C3%A7%C3%A3o%20na%20amazonia%20materia%20l/20182022%20presidente%20da%20fetagri%20am%20Extrato%20Solicita%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria de Relações do Trabalho; Coordenação Geral de Registro Sindical; Cadastro Nacional de Entidades Sindicais. **EXTRATO DO CADASTRO**: 2022-2026. Disponível em: <[https://www3.mte.gov.br/sistemas/CNES/usogeral/HistoricoEntidadeDetalhes.asp?NR\\_CNPJ=04453775000173](https://www3.mte.gov.br/sistemas/CNES/usogeral/HistoricoEntidadeDetalhes.asp?NR_CNPJ=04453775000173)>. Acesso em: 06 jan. 2025.

BRASÍLIA: 13 de agosto de 2016. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/escola-nacional-de-formacao-da-contag-completa-10-anos-de-transformacao-politica-20160813?form=MG0AV3>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BRITO, Rosa Mendonça de. **Caminhos metodológicos do processo de pesquisa e de construção de conhecimento**. Manaus: EDUA, 2016, 176 p.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **Secretaria de mulheres trabalhadoras rurais**. Brasília. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/secretaria-de-mulheres-trabalhadoras-rurais>. Acesso em: 10 fev. 2026.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **FORMAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL EM MOVIMENTO**: Linha do Tempo, 50 anos. Brasília: CONTAG, 2016.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS AGRICULTORAS FAMILIARES**: trajetórias, lutas e conquistas. In: TEIXEIRA, Anna Carolina Carvalho Batista; AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto (Org.). Brasília: CONTAG, 2025.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **TransFormatura marca conclusão do Curso Nacional de Formação com Mulheres**. Brasília: 2022. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/transformatura-marca-conclusao-do-curso-nacional-de-formacao-politica-com-mulheres-20221202>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **Caderno 6**: Por uma educação não sexista e antirracista e pelo direito à Educação do Campo. *Caderno de Textos da Marcha das Margaridas, 2019*. Brasília: CUT-DF. Disponível em: <https://marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=MTQ0>>. Acesso em: 08 fev. 2025.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **Revista da Marcha das Margaridas 2019**. Brasília: CONTAG. Disponível em: [https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/ctg\\_file\\_1482403031\\_28112019110949.pdf](https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/ctg_file_1482403031_28112019110949.pdf). Acesso em 05 fev. 2026.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **Educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do campo e no campo**. *Caderno de Textos da Marcha das Margaridas 2023*. Brasília: CUT-DF. Disponível em: <https://marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=MTE0>>. Acesso em: 08 fev. 2025.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **MARGARIDAS seguem em Marcha por Desenvolvimento**

**Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade.** *Caderno de Texto para estudos e debates da Marcha das Margaridas, 2015.* Brasília: CUT, 2015, Disponível em: <<https://marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=MTU0>>. Acesso em: 08 fev. 2025.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **MARCHA DAS MARGARIDAS 2015.** *Pauta para o Congresso Nacional.* Brasília: Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, 2015, Disponível em: <<https://marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=MTUy>>. Acesso em: 08 fev. 2025.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **MARCHA DAS MARGARIDAS: 2007 razões para Marchar.** *Caderno de Textos da Marcha das Margaridas.* Brasília: CUT-DF, 2007 Disponível em: <<https://marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=MTU5>>. Acesso em: 08 fev. 2025.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **Margaridas na luta por:** Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. *Caderno de Textos para estudos e debates.* Brasília: CUT-DF, 2011. Disponível em: <<https://marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=MTU1>>. Acesso em: 08 fev. 2025.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **Escola Nacional de Formação da CONTAG completa 10 anos de transformação política.** Disponível em: <<https://ww2.contag.org.br/escola-nacional-de-formacao-da-contag-completa-10-anos-de-transformacao-politica-20160813>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição:** elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEERE, Carmen Diana; LEAL, Magdalena León de. **O empoderamento da mulher:** direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. 501 p.

ENFOC - Escola Nacional de Formação da CONTAG. Distrito Federal: **Portal da ENFOC**, 2025. Disponível em: <<https://www.enfoc.org.br/>>. Acesso em: 07 mar. 2025.

ENFOC, Escola Nacional de Formação da CONTAG. Itinerário Formativo. Brasília: CONTAG, 2023. Disponível em: <<https://www.enfoc.org.br/system/arquivos/publicacao/publicacao31.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2025.

ENGELS, Friedrich. 1820-1895. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Escala educacional, 2019.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **Margarida, Margaridas**: memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não formal**. Sion: Institut international des Doits de 1<sup>o</sup> Enfant. p. 1-11, 2005.

GANDHI, Anuradha; **Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista**. 2<sup>a</sup> Edição. Nova Cultura 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo-Afro-Latino Americano**: Ensaio, Intervenções e Diálogos. In: Flávia Rios e Márcia Lima (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 376 p.

GOETTERT, Jones Dari. **Introdução à história do movimento sindical**. 3<sup>a</sup> ed. Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014. 123p.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos Movimentos Sociais**. 3 Ed. São Paulo, Loyola, 2010.

GOMIDE, Denise Camargo; JACOMELI, Mara Regina Martins. O método de Marx na pesquisa sobre políticas educacionais. *Políticas Educativas – PolEd*, 10(1), 2016. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/index.php/PolEd/article/view/69759>>. Acesso em: 21 jan. 2024.

GOOGLE EARTH. Itapeçu - Urucurituba – AM. Disponível em: <https://earth.google.com/web/search/Itapeçu+-+Itapeçu,+Urucurituba+-+AM>. Acesso em: 27 de mar. 2025.

GHEDIN, Evandro. A Estrutura Reflexiva e a Educabilidade dos Movimentos Sociais como Alternativa à Ideologia Hegemônica. In: BORGES, Heloisa da Silva; VILHENA JÚNIOR, Waldemar Moura (Org.). In: **Movimentos Sociais do Campo**: Aspectos Históricos, ideológicos e Políticos. Manaus: UEA e Valer, 2013.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino**: A luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850 – 1940. Tradução: Eliana Tejera Lisboa, Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, 448p.

INESC. Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Nota Técnica Análise do Orçamento de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (de 2019 a 2023)**. Brasília, 02 mar. 2023.

INSTITUTO LULA. **Revolução na Educação com Lula e Dilma mudou o Brasil**. Disponível em: <<https://institutolula.org/revolucao-na-educacao-com-lula-e-dilma-mudou-o-brasil>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

JACOMINI, Márcia Aparecida; WELLEN, Hericka Karla Alencar de Medeiros; PERRELLA; Cileda dos Santos Sant'Anna; MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes. Pesquisas estado da arte em educação: características e desafios. **Educação e Pesquisa**, v. 49, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/3fp5VFrtYzSBQnPpxTfYtMM/?lang=pt>>. Acesso em: 06 set. 2024.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil. **Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento** – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010. 20p. Disponível em: <<http://eferpaulofreire.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Brinquedos-e-Brincadeiras-na-EI-Tizuko-Morchida-Kishimoto-FE-USP.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

La Vía Campesina – Movimento camponês internacional. **A caminhada do feminismo camponês e popular na Via Campesina**. Secretaria internacional, 2022. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/1nqJi7mj4Edl6GkYeYD1Sqfseqxfilczi/view>>. Acesso em: 03 mai. 2025.

LEITÃO, Eliane Vasconcellos. **A mulher na língua do povo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

LÊNIN, Vladimir. **As três fontes**. São Paulo: Expressão popular, 2006. Disponível em: <[http://pcrbrasil.org/wp-content/uploads/2010/06/AS\\_TRES\\_FONTES.pdf](http://pcrbrasil.org/wp-content/uploads/2010/06/AS_TRES_FONTES.pdf)>. Acesso em: 28 mai. 2023.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. Introdução à filosofia de Marx. São Paulo: **Expressão Popular**, 2008, p. 7-52. Disponível em: <[http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao\\_a\\_Filosofia\\_de\\_Marx.pdf](http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf)>. Acesso em: 08 nov. 2024.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. São Paulo: **Educ. Pesqui.** 45, 2019.

LIMA, Iana Gomes de; GOLBSPAN, Ricardo Boklis; SANTOS, Graziella Souza dos. Mapeando o conservadorismo na política educacional brasileira. Curitiba: **Educar em Revista**, v. 38, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-0411.853338>>. Acesso em: 24 jan. 2026.

MACHADO, Rita de Cássia Fraga; LODI-CORRÊA, Samantha. Nísia Floresta: Pensamento pedagógico-feminista. **Revista Cocar**. V.16, N.34/2022 p.1-16. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5290/2396>>. Acesso em: 08 mai. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: Livro I – crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A DIALÉTICA DO TRABALHO**: Escritos de Marx e Engels. In: Ricardo Antunes (org.). 1 Ed. São Paulo: Expressão popular, 2004.

MEDEIROS, Laide Barros de. **Educação não formal e a formação no movimento de mulheres do campo amazônico**: Um estudo documental na Contag/Fettagri Amazonas no período 2010 a 2020. Manaus: Universidade Federal do Amazonas Dissertação (Mestrado em Educação), 2023, 98 f.

MENEZES, Reinaldo Oliveira; JESUS, Marcineuza Santos de; GARCIA, Fabiane Maia; SIMAS, Hellen Cristina Picanço; OLIVEIRA, Marcio de. Escola sem Partido no Amazonas: diferentes concepções educacionais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 29, p. 463-478, mai./ago. 2020. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>> Acesso em: 17 jun. 2024.

MIRANDA, Vanessa Fernandes; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; QUINTINO Fernanda Pinto de Aragão; BARROS, William de Farias. Mulheres trabalhadoras: da sindicalização ao protagonismo na federação dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares do estado do Amazonas. **Oikos: Família E Sociedade Em Debate**. v. 36, n. 3, p.01-18, 2025. Disponível em: <<https://doi.org/10.31423/oikos.v36i3.21419>> Acesso em: 19 jan. 2026.

Miriam Nobre, Emma Siliprandi, Sandra Quintela, Renata Menasche (Orgs.): **Gênero e Agricultura Familiar**. SOF, São Paulo, 1998.

MONTENEGRO, Ana. **Mulheres - participação nas lutas populares**. Bahia: M & S. 1985. 78p.

MORAES, Betânia; AYRES, Natália; TERCEIRO, Emanoela; JIMENEZ, Susana. A categoria trabalho em Marx e Engels: Uma análise introdutória de sua legalidade onto-histórica. **Revista Eletrônica Ama da Crítica**. Ano 2. Número 2. março 2010.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza. **A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural), 2019.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza. Marcha das Margaridas: contribuições para a incorporação da agroecologia nas políticas públicas para o campo brasileiro. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 11. Women's Worlds Congress, 13. Anais. Florianópolis, 2017.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; MIRANDA, Vanessa Fernandes. As mulheres rurais sindicalistas: lutando e conquistando espaço. In: SENHORAS, Elói Martins (org.). **Ciência política: poder e establishment 2**. Ponta Grossa: Atena, 2021. p. 35-45. Disponível em: <<https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/as-mulheres-rurais-sindicalistas-lutando-e-conquistando-espaco?form=MG0AV3>>. Acesso em: 13 mar. 2025.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; UCHÔA, Iraci Carvalho; BORGES, Heloísa da Silva. A materialidade do trabalho em territórios das águas, terras e florestas da Amazônia. **Trabalho Necessário**. V.18, nº 37, set-dez. 2020.

NASCIMENTO, Jefferson Araújo do. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**: análise de dados e prevenção no contexto educacional amazônico. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, Dissertação (Mestrado em Educação), 2023.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx I**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardos. Participação, poder e democracia – mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012. Disponível em: <[https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/137330483\\_A\\_RQUIVO\\_Democracia,PodereParticipacaoPolitica.pdf](https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/137330483_A_RQUIVO_Democracia,PodereParticipacaoPolitica.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2024.

ROCHA, Viviane de Oliveira. **O protagonismo das mulheres agricultoras do Assentamento Água Branca**: trajetória de trabalho e organização social em Manaus-Amazonas. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, Dissertação (Mestrado em Serviço Social), 2019, 146p.

RUMMERT, Sonia Maria. **Gramsci, trabalho e educação**: jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil. Lisboa, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade; prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza. Petrópolis, Vozes, 1976. 384p.

SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação Ambiental e festas populares**: Um estudo de caso na Amazônia utilizando o Festival Folclórico de Parintins. Manaus: EDUA, 2012, 428p.

SANTOS, Morgana Brazil. **Financiamento da Educação Básica no Brasil**: uma análise das propostas para a complementação da união na definição do novo FUNDEB. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2021.

SANTOS, Ramofly Bicalho. História da Educação do Campo no Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais. **Revista Teias**, v. 18, n. 51, 2017 (Out./Dez.). Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-03052017000400210](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052017000400210)>. Acesso em: 11 mai. 2025.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo. Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas, 2008, 73p.

SAVIANI, Dermeval. **Educação do senso Comum à consciência filosófica**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1985.

SCHUELER, Paulo. **O que é uma pandemia**. FIOCRUZ, 2021. Disponível em: O que é uma pandemia - Bio-Manguinhos/Fiocruz || Inovação em saúde || Vacinas, kits para diagnóstico e biofármacos. Acesso em: 17 out. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Augusto Alves da. **O sindicalismo rural e os caminhos para a autogestão: uma superação do assistencialismo**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. 130p.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **“Olha Brasília está florida, estão chegando as decididas”**: experiências de um feminismo rural no Brasil a partir da marcha das margaridas. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022. p. 217.

SOUSA, Romier; CRUZ, Renilton; SILVA, Ruth; SILVA, Franciara, MORAES, Maura. **Educação do campo na Amazônia**: A experiência histórica das Escolas Famílias do estado do Amapá. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil [IEB], 2016.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**: do pré-colombiano aos desafios do século XXI. 1ª ed. Rio de Janeiro. Record, 2019.

SOUZA, Maria Alécia Michelle Ferreira de Lima; SILVA, Sheyla de Souza. Agronegócio e agricultura familiar: interesses econômicos e abastecimento interno em debate. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, pp. 85-100, maio/ago, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.79801>. Acesso em: 16 dez.2024.

TEIXEIRA, Marco Antonio. Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas: a Marcha das Margaridas. **Caderno C R H**, Salvador, v. 34, p. 1-17, 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida; TELES, Mônica de Melo. **O que é violência contra mulher**. São Paulo: Brasiliense, (Coleção primeiros passos) 2003. p. 119.

TUMOLO, Paulo Sergio. O **trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo**: uma articulação possível? *Educação & Sociedade*, v. 26, p. 239 - 265, 2005.

VALENTE, Lucia de Fatima; PEREIRA, Marcos Antonio Lima. Políticas para a Educação Básica no Brasil em tempos de retrocessos democráticos: a desconstrução da agenda no governo de Jair Bolsonaro. v. 48. Santa Maria: **Educação**, 2023. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/70211> > Acesso em: 26 abr. 2025.

## ANEXOS

## Anexo I – Documento de autorização para pesquisa acadêmica-científica

|                                                                                   |                                                                                                                                      |                                                                                     |
|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
|  | <b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)</b><br><b>LINHA DE PESQUISA 1</b><br><b>EDUCAÇÃO, ESTADO E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA</b> |  |
|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|

**SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO-CIENTÍFICA**

À presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Amazonas (FETAGRI/AM).

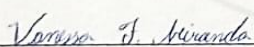
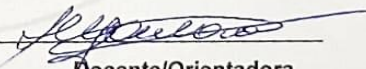
Sra. Edjane Rodrigues.

Prezada Senhora.

Através do presente instrumento, solicitamos autorização para realização da pesquisa integrante a nível de **Mestrado Acadêmico**, junto ao **Programa de Pós-graduação em educação (PPGE)** da **Universidade Federal do Amazonas (UFAM)**, tendo como título preliminar "Mulheres da FETAGRI/AM e a Marcha das Margaridas: desafios, paridade de gênero, trabalho e formação sindical".

A pesquisa é de cunho documental, sendo assim, solicitamos autorização para acesso a documentos utilizados nos processos formativos da FETAGRI/AM, no período de 2010 a 2020, como cadernos de formação política para mulheres, folhetos, folders etc. Ressaltamos que as informações aqui prestadas não serão divulgadas sem a autorização final da instituição do campo de pesquisa.

Manaus/AM, 11/04/2025

|                                                                                                                                                |                                                                                                                                                     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <br><b>Acadêmico/Mestranda</b><br>Vanessa Fernandes Miranda | <br><b>Docente/Orientadora</b><br>Arminda Rachel Botelho Mourão |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                                                                   |                                     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Deferido                                                      | <input type="checkbox"/> Indeferido |
| <br>Assinatura |                                     |

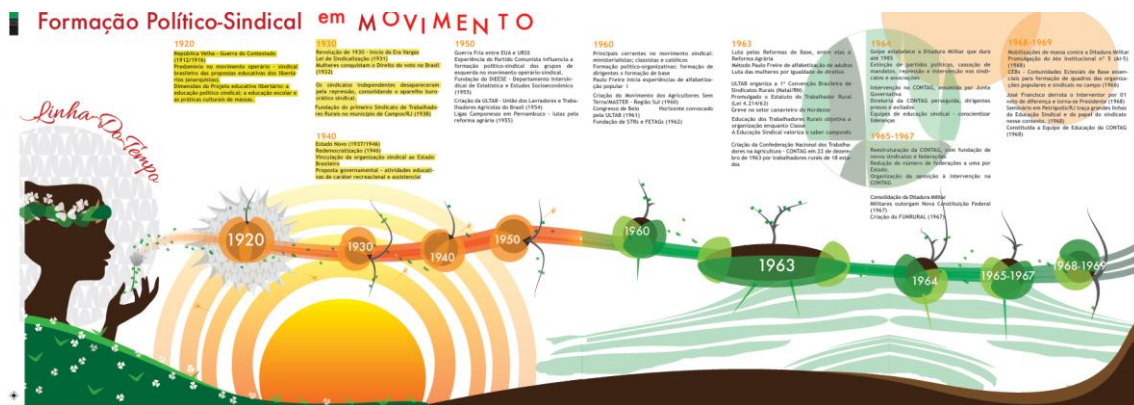
Recebido  
 11-04-2025

## Anexo II – Capa do Caderno da Macha das Margaridas

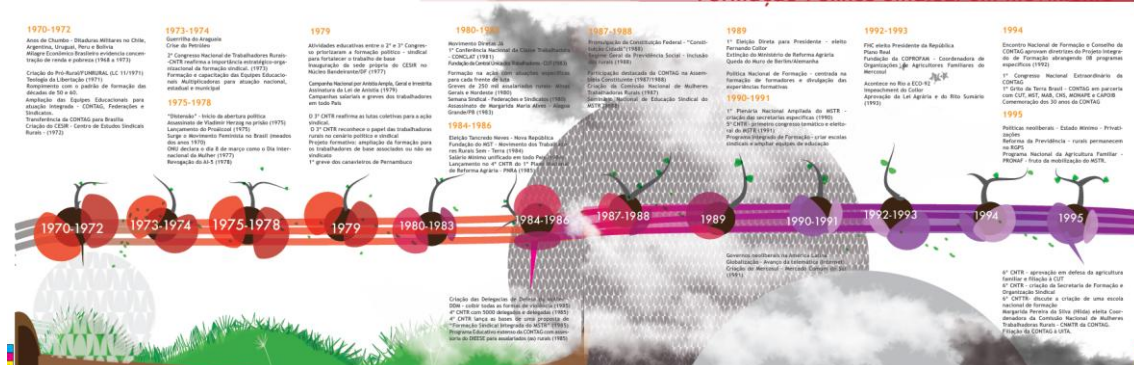


### Anexo III - Folder da Formação Político-Sindical em Movimento

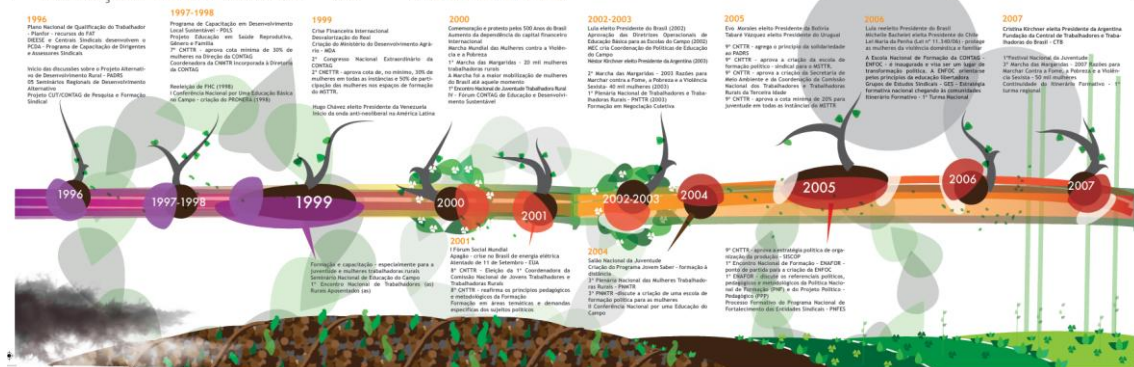
## Formação Político-Sindical em MOVIMENTO



## Formação Político-Sindical em movimento



## Formação Político - Sindical em Movimento



Anexo IV– Capa do caderno de texto do 1º módulo do Curso de Formação Político – Sindical da região Norte



Anexo V – Capa do caderno de texto do 2º módulo do Curso de Formação Político – Sindical da região Norte

